

Biblioteca de Filosofia
e História das Ciências

LANÇAMENTOS:

MICHEL FOUCAULT
História da Sexualidade I: A Vontade de Saber
(2ª edição)

ROBERTO MACHADO, ANGELA LOUREIRO,
ROGERIO LUZ E KATIA MURICY
Danação da Norma. Medicina Social e Constituição
da Psiquiatria no Brasil

ROBERT CASTEL
A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

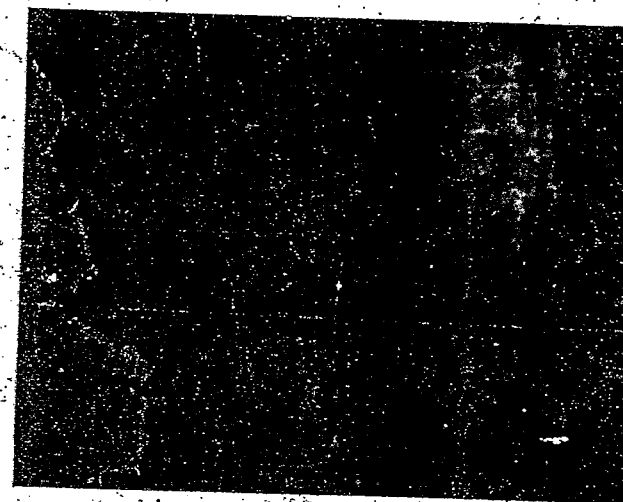
MICHEL FOUCAULT
Microfísica do Poder

JACQUES DONZELOT
A Polícia das Famílias

GEORGE ROSEN
Da Polícia Médica à Medicina Social

JOSÉ RICARDO RAMALHO
O Mundo do Crime - A Ordem pelo Averso

Jurandir Freire Costa



Ordem Médica
e Norma Familiar

1979
003834

graa

graa

anulificação
28/08/07
móveis (excluído)

BIBLIOTECA DE FILOSOFIA
E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS
Vól. nº 5

Coordenadores:
J. A. Guilhaon de Albuquerque
e Roberto Machado

Direitos adquiridos por
EDIÇÕES GRAAL LTDA.
Rua Hermenegildo de Barros, 31-A
Glória - Rio de Janeiro - CEP 20.241

© Copyright by EDIÇÕES GRAAL LTDA.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

JURANDIR FREIRE COSTA
M. GIRELLI
LA COLUNA PRESTES

JURANDIR FREIRE COSTA

Exameção a portuica
homina

ORDEM MÉDICA
E
NORMA FAMILIAR

Concilio de ...
estatutu e ...
a mel pl ...

normalização
controle

301.4
C8370
J.2

graal

Fundador:

MAY DA COSTA SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUÍ
Biblioteca Central

Capa: Sônia Maria Goulart

Ficha catalográfica

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C873o

Costa, Jurandir Freire. *PSIQUIATRIA*
Ordem médica e norma familiar / Jurandir Freire
Costa. - Rio de Janeiro: Edições Graak, 1979.
(Biblioteca de filosofia e história das ciências; v.
nº 5)

Bibliografia

1. Classe médica - Brasil - História 2. Família - Or-
ganização social 3. Pais e filhos I. Título II. Série

CDD - 301.4410981

301.42

301.427

CDU - 323.381.1(81)(091)

301.185.14

79-0215

À memória do Dr. Philippe Paumelle

*Aos primeiros mestres,
Paulo Sette e José Lins de Almeida.
A Célia, Cecília e Tiago
Aos amigos, em especial, a Jackie.*

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da FINEP e o apoio institucional do Instituto de Medicina Social da UERJ. Participaram como assistentes: Alfredo Schechtman, Daniela Ropa, Paulo Gadelha e Renato Veras.

Agradecemos, de modo especial, a colaboração de Alfredo Schechtman, Angela Loureiro, Célia Leite Costa, Daniela Ropa e Roberto Machado.

Agradecemos, ainda, a todos aqueles que com críticas, sugestões e indicações bibliográficas contribuíram para a realização deste trabalho. Em particular: Carlos Roberto Oliveira, Flávia Martins, Joel Birman, Madeleine Siqueira, Malvine Zalberg, Paulo Fernando Siqueira, Ricardo Müller e Sebastião Uchôa Leite.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
* Capítulo 1: A MEDICINA DAS CIDADES	19
* Capítulo 2: A CIDADE FAMILIAR	35
1. A anatomia familiar do espaço urbano colonial	37
2. O governo familiar da cidade	39
3. A teologia do poder familiar	43
4. O universo do «mesmo» na cidade familiar	46
Capítulo 3: A HIGIENE DAS FAMÍLIAS	49
1. A lei e a norma	49
2. Urbanização da família, estatização dos indivíduos ...	52
3. Amor da família, amor ao Estado	62
Capítulo 4: DA FAMÍLIA COLONIAL	
À FAMÍLIA COLONIZADA	79
1. Família colonial: lugar e formas de convivência	79
<i>A recepção colonial: o contato com o mundo</i>	99
2. Família colonizada: medicalização e disciplina	
a domicílio	110
<i>A casa higiênica</i>	110
<i>A disciplina doméstica: da promiscuidade</i>	
<i>ao «intimismo»</i>	123

Capítulo 5: ADULTOS E CRIANÇAS

1. Direito do pai, morte aos filhos	153
2. A proteção da infância	171
<i>A família nefasta</i>	171
<i>O cultivo da infância</i>	173
<i>A disciplina do corpo</i>	175
<i>O adestramento físico no espaço da ordem</i>	179
<i>O espaço da ordem</i>	181
<i>O tempo disciplinar</i>	182
<i>O físico disciplinado</i>	184
<i>A regulação do sexo</i>	187
<i>A disciplina intelectual</i>	195
<i>A disciplina moral</i>	197
3. A infância «reduzida»	204
4. Consciência de classe, consciência de raça, consciência nacional	208

Capítulo 6: HOMENS E MULHERES

1. O contrato conjugal	215
2. O casamento como instituição higiênica	219
3. Sexo e amor no casal disciplinado	226
4. O pai: manequim higiênico do homem	240
<i>Libertinos, celibatários e homossexuais</i>	240
<i>Machismo e paternidade</i>	249
5. A mãe e a mulher	255
<i>A mãe higiênica: amante dos filhos,</i> <i>aliada dos médicos</i>	255
<i>Prostitutas e mundanas</i>	265
<i>A mulher «nervosa»: cliente dos médicos,</i> <i>inimiga do homem</i>	271
BIBLIOGRAFIA CITADA	275

INTRODUÇÃO

No presente momento, tornou-se banal constatar que a família vai mal. As explicações dadas ao fato multiplicam-se. A desestruturação da família é sucessivamente imputada ao afrouxamento dos laços conjugais; ao enfraquecimento da autoridade dos pais; à emancipação da mulher; ao conservadorismo do homem; à rebeldia da adolescência; à repressão da infância; ao excesso de proteção aos filhos; à ausência de amor para com eles, etc. Em suma, os indivíduos estariam como que desaprendendo as regras de convivência que mantinham a família coesa. Cada um deles parece aspirar justamente aquilo que se opõe ao direito ou às aspirações do outro. A independência reclamada pelos adultos implica no abandono das crianças; a autonomia dos filhos, no cerceamento da liberdade dos pais; a emancipação da mulher, em atritos com o poder do homem e assim por diante. Os membros da família, em vez de aliados, estariam se tornando inimigos. O lar moderno deixou de cumprir suas antigas funções. Ao invés de propiciar carinho e proteção, estaria fomentando a guerra entre sexos e gerações.

A família estaria vivendo em rude impasse. Perdeu seus antigos valores sem conseguir criar nada que pudesse substituí-los. A mobilidade sócio-cultural do universo citadino privou-a de seus vínculos tradicionais e, ao mesmo tempo, da possibilidade de estabelecer novos relacionamentos sólidos. Sem auxílio, por-

tanto, ela estaria perdida. Sem cuidados especializados, não encontraria saída para os conflitos em que se debate.

Estes pressupostos, com pequenas variantes, informam a maioria das propostas atuais de reabilitação familiar. Partindo deles, pedagogos, psicoterapeutas e profissionais afins revezam-se na tarefa de assistência às famílias desequilibradas. Assistência que, nos grandes centros urbanos brasileiros, atingiu, em nossos dias, proporções inusitadas. Não há como negar esta evidência; os indivíduos pertencentes à pequena, média e, em menor escala, grande burguesia urbanas parecem ter renunciado ao direito de resolver, por conta própria, suas dificuldades familiares. Cada dia mais apelam para especialistas, em busca de soluções para seus males domésticos.

Entretanto, ao contrário do que pode parecer, esta posição de dependência para com agentes educativo-terapêuticos não é estranha à história da família burguesa. No século XIX, sua antecessora, a família oitocentista de elite, foi submetida a uma tutela do mesmo gênero. A medicina social, através de sua política higiênica, reduziu a família a este estado de dependência, recorrendo, o que é mais significativo, a argumentos semelhantes aos atuais. Foi também pretextando salvar os indivíduos do caos em que se encontravam que a higiene insinuou-se na intimidade de suas vidas.

A partir da terceira década do século passado, a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais.

Retrospectivamente, no entanto, nota-se que a ação desta pedagogia médica extravasou os limites da saúde individual. A higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras

instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica dos nossos tempos. Converteu, além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insignias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa.

Mediante esta tática, a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, de duas maneiras historicamente inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais.

A dinâmica deste processo é mais visível quando se analisa os resultados obtidos pela educação higiênica. Neste caso, vê-se até que ponto chegou a fusão entre aquisição de saúde individual, aquisição de status social e manipulação político-econômica da vida dos indivíduos.

A educação física defendida pelos higienistas do século XIX criou, de fato, o corpo saudável. Corpo robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial. Mas, foi este corpo que, eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. Para explorar e manter explorados, em nome da superioridade racial e social da burguesia branca, todos os que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização sócio-econômica, não logravam conformar-se ao modelo anatômico construído pela higiene.

O cuidado higiênico com o corpo fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa. O racismo não é um acessório ideológico, acidentalmente colado ao ethos burguês. A consciência de classe tem, na consciência da «superioridade» biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação. O indivíduo de extração burguesa,

desde a infância, aprende a julgar-se «superior» aos que se situam abaixo dela na escala ideológica de valores sócio-raciais. Por isso mesmo, admite com mais facilidade e, às vezes, com marcante insensibilidade a situação de inferioridade sócio-econômica a que geralmente estão submetidos os banidos da elite física: «crioulos», «paraibas», «caipiras» etc. Por isso mesmo, quando, por vezes, consegue despojar-se da ideologia política de sua classe social, continua avaliando pejorativamente o corpo, os gestos, a fala, o modo de ser e viver dos mal-nascidos. Continua, malgré lui, fascinado pelo corpo burguês, higienicamente urbanizado e disciplinado.

* A educação moral foi, do mesmo modo, bem sucedida. Secularizou medicamente as mentalidades. Extinguiu das casas e colégios a violência punitiva dos castigos físicos coloniais. Criou a figura do indivíduo contido, polido, «bem educado», cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do gentleman, do petit-bourgeois europeu. Mas, às custas de uma crescente tendência à autoculpalização, que se tornou a marca registrada do sujeito «civilizado» e aburguesado. Do sujeito forçado a exercer um autocontrole tirânico sobre si mesmo. Do sujeito ensinado a reagir com extrema intolerância às menores falhas morais — reais ou imaginárias, suas ou de seus pares — falhas estas, responsáveis, em muitíssimas ocasiões, pelo sofrimento psíquico que ele experimenta.

A educação intelectual conduzida pela higiene ajudou a refinar e a cultivar cientificamente a primitiva sociedade colonial. Mas, desde então, o nível de instrução e a capacidade intelectual entraram na era da competição, caucionada não só pela ordem econômica mas também pela ciência médica. Os higienistas colaboraram no processo de hierarquização social da inteligência, criando a idéia de que o indivíduo «culto» era superior ao «inculto». Difundiram simultaneamente o preconceito de que o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas.

A educação sexual que, segundo a higiene, deveria transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiões de proles sãs e «raças puras» conseguiu, em grande parte, estes objetivos.

A sanidade física da família de elite aumentou, na medida em que as condutas sexuais masculina e feminina foram sendo respectivamente reduzidas às funções sócio-sentimentais do «pai» e da «mãe». Em contrapartida, esta mesma educação desencadeou uma epidemia de repressão sexual intrafamiliar que, até bem pouco tempo, transformou a casa burguesa numa verdadeira filial da «polícia médica». Instigados pela higiene, homens passaram a oprimir mulheres com o machismo; mulheres, a tyrannizar homens com o «nervosismo»; adultos, a brutalizar crianças que se masturbavam; casados, a humilhar solteiros que não casavam; heterossexuais, a reprimir homossexuais etc. O sexo tornou-se emblema de respeito e poder sociais. Os indivíduos passaram a usá-lo como arma de prestígio, vingança e punição.

Finalmente, o amor entre pais e filhos, sonhado pela higiene, concretizou-se. Na família conjugal moderna os pais dedicam-se às crianças com um desvelo inconcebível nos tempos coloniais. No entanto, e este é um aspecto fundamental, de maneira permanentemente insatisfatória. Perante os novos técnicos em amor familiar, os pais, via de regra, continuam sendo vistos como ignorantes, quando não «doentes». Há sempre um «a mais» a corrigir, um «a menos» a tratar. Amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobrehumano, mais precisamente, «científico». Na família burguesa os pais jamais estão seguros do que sentem ou fazem com suas crianças. Nunca sabem se estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando os excessos e deficiências do amor paterno e materno.

Em resumo, quando observamos os resultados da educação higiênica, uma conclusão se impõe: a norma familiar produzida pela ordem médica solicita de forma constante a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização. De fato, muitos dos fenômenos apontados, hoje em dia, como causas da desagregação familiar, nada mais são que conseqüências históricas da educação higiênica. Em outros termos, as famílias se desestruturaram por terem seguido à risca as normas de saúde e equilíbrio que lhes foram impostas.

Esta constatação é importante, pois elucida a provável razão da persistência histórica do mecanismo de tutela familiar,

* 9 me
normalização
e pelo engodo, pelo
controle terapêutico

através da atividade terapêutica. A nosso ver, o controle educativo-terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modo de regulação política da vida dos indivíduos, que, até hoje, vem se mostrando eficiente. Através da tutela terapêutica o corpo, o sexo e as relações afetivas entre os membros da família, como já vimos, passaram a ser usados, de modo sistemático e calculado, como meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa. Todavia, a ação deste tipo de tutela vai mais além. Recupera os efeitos imprevisos desta manipulação, ocultando-lhes a origem e o caráter político-social.

Senão, vejamos. Os especialistas encarregados de reeducar terapêuticamente a família dão-se conta de que a desestruturação familiar é um fato social, mas raramente percebem que as terapêuticas educativas são componentes ativos na fabricação deste fato. Presos à ideologia do «cientificismo», acreditam na isenção política de suas práticas profissionais. Por esta razão, jamais procuram rever as matrizes sociais da ciência que orienta os postulados teóricos e técnicos destas práticas. Pelo contrário, permanecem atados ao «cientificismo». Redobram as medidas de controle terapêutico. Analisam e interpretam a perplexidade e a fragilidade dos indivíduos como provas de que eles não estão suficientemente convertidos ou submissos às normas de saúde. Renovam o equipamento teórico-técnico de terapias e pedagogias terapêuticas, reforçando a engrenagem geradora do desconforto familiar. Pede, prescrevem e exigem mais exercícios físicos, mais educação sexual, mais ginásticas mentais e mais esforços intelectuais. Não vêem, ou fingem não ver, que, como atesta a evolução higiênica da família, todas estas injunções revertem, inevitavelmente, em maior disciplina, maior vigilância e maior repressão.

Assim sendo, refazem o mesmo percurso político-científico da higiene médica. Utilizam o mal-estar da família como matéria prima para a reinserção dos indivíduos no circuito social. Não porque visem, através das terapêuticas, a adaptá-los explicitamente aos valores político-ideológicos dominantes, mas porque os adaptam, isto sim, a uma norma física, psíquica e sexual típica e exclusiva do universo burguês.

16

A ação da norma educativo-terapêutica não se faz através de nenhuma inculcação ideológica, filosófica ou política que leve os indivíduos a mudarem suas visões de mundo. O primarismo desta crítica dispensa comentários. Seria falso afirmar que todos os profissionais afetos à área de assistência familiar são politicamente conservadores. A normalização das condutas e sentimentos opera em outro nível. Ela procede de forma oposta, despolitizando o cotidiano e inscrevendo-o nas micropreocupações em torno do corpo, do sexo e do intimismo psicológico. É através da polarização da consciência dos indivíduos sobre estes objetos parciais de suas existências sócio-emocionais que a norma terapêutica se implanta e passa a agir. É a mecânica deste procedimento que a história da higiene familiar ilustra de maneira inequívoca e exemplar.

Que a família sofre e precisa ser ajudada, não há dúvida! Não se trata de negar a desorientação e o sofrimento emocional que perseguem os indivíduos urbanos às voltas com seus dilemas familiares. A dúvida consiste em saber se os remédios propostos, ao invés de sanarem o mal, não irão perpetuar a doença. O problema começa quando percebemos que a lucidez científica das terapêuticas dirigidas às famílias escondem, muitas vezes, uma grave miopia política. Miopia que tende a abolir, no registro do simbólico, o real adjetivo de classe existente em todas estas lições de amor e sexo dadas à família.

SACIAN P. P. 18.6.10/28

Família
↓
reproduz os
valores dominantes
classes
desigualdades sociais.

17

CAPÍTULO I

A MEDICINA DAS CIDADES

A partir do século XVIII a administração portuguesa desenvolveu um novo tipo de interesse pelas cidades brasileiras. Com a descoberta do ouro, cidades ligadas à extração e comercialização do produto criavam-se ou expandiam-se. Paralelamente, surgia uma elite relativamente diferenciada dos interesses do reino. Negociantes, homens de letras, militares, funcionários públicos, religiosos e outras camadas sociais começaram a se opor à extorsão econômica de Portugal. Os episódios de sabotagem econômica e rebeldia política multiplicaram-se.

Portugal, até então negligente na política de povoamento e urbanização do Brasil, deu-se conta da importância do problema. A cidade tornara-se um foco permanente de contestação do poder real e precisava ser dominada.

O exemplo mais significativo desta situação foi o Rio de Janeiro. O Rio tornara-se o principal entreposto comercial do ouro. A diversificação do comércio e dos serviços atraía a população em busca de maiores oportunidades de emprego. Essa

nova massa cidadina prestava-se, facilmente, à manipulação subversiva dos opositores da metrópole. Com as invasões espanholas do sul, a situação se agravou. O Governo tinha que enfrentar dois inimigos, a agressão estrangeira e a desordem interna. A transferência do Vice-reinado da Bahia para o Rio deveu-se em parte a essas ameaças. Os relatórios dos Vice-reis e outros homens públicos referem-se constantemente àquelas dificuldades.

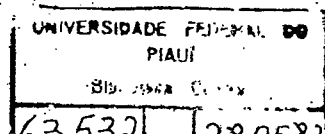
* Datam dessa época os primeiros esforços sistemáticos para controlar a cidade e a população em função dos interesses do Estado. O Rio, por sua posição estratégica do ponto de vista econômico e militar, vai converter-se em laboratório dessas experiências.

• ***

Até meados do século XVIII as cidades tinham sido praticamente abandonadas por Portugal. A ocupação do território brasileiro fez-se através da iniciativa privada dos colonos. Enquanto os interesses políticos e econômicos desses colonos coincidiram com os do reino, as cidades se comportaram conforme a expectativa do Estado. No século XVIII, com a mudança de situação, a metrópole precisou intervir a fim de reconduzir as cidades à ordem colonial. As medidas de restabelecimento da ordem começaram então a ser tomadas.

Todavia, essas tentativas de controle orientavam-se pela percepção colonial do que era ordem, lei, justiça, transgressão e punição. Os governantes procuraram dominar a cidade através da legalidade inscrita nas Ordenações. As infrações eram punidas pela justiça e pela polícia com a truculência característica da época: enforcamento, exílio, açoite, etc. Os instrumentos homeostáticos da lei colonial restringiam-se ao aparelho jurídico-policial.

Ora, esse aparelho, pouco a pouco, tornou-se incapaz de conter o caos urbano. A estratégia punitiva da Colônia esgotou suas possibilidades de ação, sem modificar o perfil insurreto da população cidadina. O século XIX recebeu a desordem urbana praticamente intocada.



Vários fatores explicam o insucesso do controle colonial. Um deles era a incoerência interna do instrumento jurídico-policial. A justiça prática, por exemplo, contrariava violentamente sua versão teórica. No cotidiano, debatia-se na submissão conflitante ao poder do Estado, do clero e das famílias. O Rio de Janeiro foi cenário de disputas contínuas entre Governadores, Igreja e Senado da Câmara, este último, representante dos potentados rurais e dos grandes negociantes. Cada uma dessas instâncias procura manipular a justiça em seu benefício. Ouvidores e juizes não dispunham, às vezes, da menor autonomia e limitavam-se a defender o grupo com que se identificavam. Muitos criminosos eram abertamente protegidos pelo clero ou por famílias importantes.¹ Muitas ações políticas e econômicas contra o Estado partiam dos senhores de terra e dos religiosos. Diante disso, a justiça do Rei ou se tornava cúmplice ou se retraía.

A polícia, por sua vez, enfrentava o mesmo tipo de problema. Tendo que cumprir a lei era, no entanto, obrigada a se curvar aos interesses privados. Além do mais, a constituição fragmentar de sua organização agravava suas deficiências. Até 1788, o policiamento das cidades era feito pelos «quadrilheiros». Essa instituição, criada em 1626, recrutava seus membros na população civil, que aceitava, mais ou menos espontaneamente, os encargos de vigilância e punição. Apesar de terem uma chefia própria e dependerem formalmente da justiça, os quadrilheiros subordinavam-se freqüentemente à autoridade pessoal dos Governadores ou ao Senado da Câmara. Não havia um comando único nem uma lei suficientemente clara que orientasse a ação policial num sentido mais preciso. A criação das guardas municipais, em 1788, apenas deu novo nome à antiga situação. Até a

1. Barreto Filho, Mello & Lima, Hermeto. *História da polícia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ed. S.A.A. Noite, 1939, 1º vol. p. 45.

2. Ibid. p. 71.

* As instituições encarregadas do patrulhamento das cidades não possuíam esta denominação genérica. Empregamos o termo «polícia», de modo impróprio, para facilitar a compreensão do leitor.

3. Ibid. p. 27.

criação da Intendência Geral, em 1808, as autoridades policiais continuavam pulverizadas em chefes de quadrilheiros, alcaides-mores e menores, capitães-mores de estrada e assaltos, todas com o legítimo direito de prender. ⁴ A Intendência, criação do Príncipe Regente D. João, centralizou as decisões repressivas e fortaleceu a polícia. No entanto, esse fortalecimento teve seu lado negativo para o Estado. Em função da divisão social do trabalho vigente, à polícia competia construir pontes, drenar pântanos, calçar ruas, construir redes de esgotos e abastecimento de água, etc. Por vezes, também, organizar festas populares, promover a imigração e a participar de inúmeras tarefas cívico-sociais. ⁵ Este papel administrativo politizou a polícia e levou-a a tomar partido em ocasiões de lutas pelo poder. Os acontecimentos de 13 de julho de 1831 foram alguns destes momentos de retorno do aparelho policial contra o poder que deveria defender. A polícia aderiu às forças que se opuseram a Feijó e foi dissolvida. Desta forma, polícia e justiça, carentes de coesão em termos de hierarquia, comando e fonte de poder agiam anárquica ou ineficientemente.

Um segundo motivo da improdutividade do mecanismo jurídico-policial devia-se à sua lógica repressiva. Justiça e polícia limitavam-se a punir. A repressão colonial era essencialmente punitiva. Ela apontava a face da ilegalidade quando a infração já havia ocorrido. Naquele período, a idéia de prevenção do crime ou da reintegração do criminoso à sociedade ainda não existia. A população punida reincidia sistematicamente. O governo percebia que uma das causas da reincidência delituosa era a ociosidade e a vagabundagem. Entretanto, não sabia como ocupar os indivíduos. O atraso econômico e cultural do Brasil, deliberadamente mantido por Portugal, impediu que a disciplina do trabalho, da escola ou da família ajudasse o Estado no controle da marginalidade. Os governantes davam-se conta de que não bastava punir, era preciso prevenir, mas não sabiam como fixar os indivíduos em locais de fácil reconhecimento. A existência ou

4. Ibid. p. 179.

5. Ibid. pp. 159-189.

a criação desses locais físicos e sociais era necessária para que a conduta da população pudesse ser observada antes e depois do crime.

Sem poder dispor de instrumentos de controle que implicassem no desenvolvimento econômico e social do país, o Estado teve que buscar nas instituições existentes a solução para o impasse.

No panorama legal e punitivo da Colônia, duas instituições tinham construído técnicas de controle eficientes dos indivíduos: a Igreja e o exército. A primeira através do formidável corpo disciplinar que foi a pedagogia jesuíta; a segunda, através da natureza do serviço militar. A utilização da Igreja pelo Estado estava praticamente excluída. Durante todo o período colonial, o clero ou defendeu seus próprios interesses ou associou-se às famílias contra a metrópole. Raramente a política clerical conciliou seus objetivos com os do Estado. No caso dos jesuítas essa constatação é particularmente visível. Os atritos entre os jesuítas e a Coroa Portuguesa impediam os governantes de se utilizarem do dispositivo disciplinar dos primeiros em benefício do reino. Além do mais, a educação jesuítica pressupunha o desenvolvimento da instrução e da escolarização, fato político-cultural que contrariava a estratégia do Governo. A pedagogia jesuíta, por esses motivos, não só será evitada, mas combatida. Os obstáculos à sua expansão só serão transpostos no século XIX, com o grande movimento de internação das crianças, coordenado pela pedagogia leiga e a higiene médica.

Desta forma, o Estado procurou na militarização o auxílio indispensável ao controle da cidade. E, dentre seus representantes, coube ao Marquês de Lavrádio os louros da descoberta e emprego sistemático da disciplina militar no combate à desordem política.

No relatório de transmissão de sua administração (1769-1779) ao Vice-rei D. Luiz de Vasconcelos, Lavrádio expõe as dificuldades que encontrou na implantação do novo dispositivo de controle. A velha ordem colonial resistia à inovação disciplinar.

Ao assumir o Vice-reinado, o Marquês de Lavrádio ativou a formação dos «terços auxiliares», que seu antecessor, o Conde

da Cunha, nunca havia organizado na prática. Os terços eram tropas auxiliares do corpo regular do exército e caracterizavam-se pela menor exigência de disciplina física e ocupação do tempo dos soldados. A solução dos terços, do ponto de vista estritamente militar, respondia às fugas dos indivíduos ao alistamento. Além do mais representava uma grande economia para o reino, pois, ao contrário das tropas regulares, os recrutas fardavam-se às próprias custas, não recebiam soldo e pagavam as armas que lhes eram fornecidas. A população preferia servir nos terços por motivos de prestígio e poder, pelo menor tempo que lhes era exigido e pelas eventuais vantagens econômicas de que podiam usufruir. Sabe-se, através do relatório do Vice-rei, que os chefes das tropas auxiliares eram requisitados entre «os negociantes e pessoas mais abundantes da capital, para que eles (os soldados) vissem que aqueles oficiais não só não haviam de extorquir deles, o que costumavam praticar os mais oficiais de auxiliares, mas que pelo contrário, eles seriam capazes de os socorrer nas suas precisões e ajudá-los a uns nos seus negócios, e a outros nos seus ofícios».⁶

O interesse econômico e militar do Estado harmonizava-se com os interesses privados da população. Lavradio percebeu o valor de dominação que essa concordância podia ter. Queixando-se do estreito espírito de corporação que levava parte dos militares a se opor a esta espécie de milícia civil, ele afirmava em seu relatório: «Além de V. Excia. ver, pelo que tenho a honra de repetir-lhe, a utilidade que podem ser os terços auxiliares para a defesa e segurança deste estado, devo dizer a V. Excia. que para mim é uma razão mais forte para formar com todos os povos, assim os terços auxiliares com todos aqueles indivíduos que estão em idade, forças e agilidade para poderem tomar armas, como os das ordenanças, com aqueles que estão mais impossibilitados, e vêm a ser a razão que é reduzir todos estes povos em pequenas divisões e estarem sujeitos a um certo número de pessoas, que se devem escolher sempre dos mais

capazes oficiais, e que estes gradualmente se vão pondo no costume da subordinação, até chegarem a conhecê-los todos na pessoa que S.M. tem determinado para os governar. Estes povos em um país tão dilatado, tão abundante, tão rico, compondo-se a maior parte dos mesmos povos de gente de pior educação, de um caráter o mais libertino, como são negros, mulatos, cabras, mestiços e outras gentes semelhantes, não sendo sujeitos mais que ao Governador e aos magistrados, sem serem primeiro separados e acostumados a conhecerem mais juntos, assim outros superiores que gradualmente vão dando exemplo uns aos outros de obediência e respeito, que são depositários das leis e ordens do Soberano, fica sendo impossível o poder governar sem sossego e sujeição a uns povos semelhantes. As experiências o tem mostrado, porque em todas as partes onde tem havido de reduzir os povos a esta ordem, tem sido as desordens e inquietações imensas, e ainda depois de cansado o executor da alta justiça de fazer execuções nos a quem a lei tem condenado pelos seus delitos, nem isto tem bastado para eles se diminuírem, e pelo contrário, se tem visto que naquelas partes onde os povos estão reduzidos a esta ordem, tudo se conserva com muito maior sossego, e são menos frequentes as desordens, e são mais respeitáveis as leis. Faço a V. Excia. estas reflexões pela grande oposição que V. Excia. há de achar na conservação destes corpos. O Tenente General tem grandíssima inveja deles, e sem olhar para a grande utilidade de que eles são, custa-lhe ver homens que ele reputa paisanos com fardas e que se faça distinção dos oficiais daqueles corpos, do mesmo modo que os pagos, sem se lembrar de que estes têm as pagas de seu serviço e a remuneração, e que os outros servem de graça, e largando as suas casas e interesses vem, quando é preciso, servir tanto como os outros, e pelo que respeita à oposição dos particulares, como o que desejam é viver em toda a liberdade, sem sujeição nenhuma, empregam todas as forças que podem para sacudirem o jugo que os tem sujeitos, como é preciso até para o seu benefício.»⁷

6. Relatório do Marquês de Lavradio, in: *História da Polícia...* op. cit. p. 106.

7. Ibid. p. 155.

A estratégia de Lavradio era perfeitamente explícita em seus objetivos. O controle militar constatava a falência do dispositivo jurídico-policial e propunha a repressão preventiva e integradora como alternativa. A punição legal falhava, em primeiro lugar, por ser excessivamente predatória, unilateral, sem troco nem contrapartida. Em segundo lugar, por exercer-se em bloco, de modo indiferenciado.

A primeira falha foi contornada pela militarização, quando Lavradio entendeu que a condição para que a dominação se mantivesse era a partilha do poder. A população engajada nas tropas auxiliares extraía benefícios econômicos (proteção nos negócios, preservação do tempo em função dos interesses privados) e de poder (participação na repressão). O apelo à ordem não se fazia apenas através da legalidade soberana, voltada exclusivamente para os interesses do Governo. Aos soldados auxiliares era prometido um certo número de favores. A legalidade surgia como portadora de vantagens pessoais. A sabotagem econômica e a subversão política convertiam-se em crime lesa-população. Defendendo o Estado a população acreditava defender a si mesma. O caráter excessivo da justiça real era, assim, atenuado. A repressão ocultava seu lado punitivo e expunha sua faceta integradora.

A segunda razão da ineficácia da justiça punitiva era sua descontinuidade e sua ação genérica. A militarização alterou este esquema de sujeição colocando os indivíduos em contato permanente, direto e diferenciado com o poder. Como afirmava Lavradio, era preciso habituar os indivíduos a respeitarem em pequenos grupos, em pequenos momentos, as pequenas autoridades, a fim de que, progressiva e continuamente, a obediência ao Rei emergisse como natural. A inoperância da repressão punitiva nascia de sua descontinuidade. O Rei só era lembrado na antecâmara da força. A lei se fazia evocar por espasmos. Lavradio observou que pouco adiantava ressuscitar, de tempos em tempos, um poder que no dia a dia sumia na desordem e no caos. A militarização atualizava permanentemente o poder, ora submetendo os indivíduos à autoridade de maneira contínua, ora mostrando-lhes como o poder premia os que dele participam. A legalidade dava mostras visíveis, palpáveis, diárias, de sua

existência. A obediência e o respeito proliferavam nas normas de um viver concreto e não nos cânones de uma lei abstrata.

A militarização, contudo, permaneceu ilhada e paralizada em meio aos dispositivos punitivos da Colônia. A timidez de sua expansão explica-se pelas limitações intrínsecas aos seus mecanismos de controle da população e a restrição que o sistema sócio-econômico da Colônia lhe impunha. O recrutamento incidia apenas sobre uma pequena parcela dos indivíduos, os homens jovens da camada social mais pobre. Mulheres, crianças, velhos, escravos, religiosos e toda a elite econômica e social subtraíam-se à obrigação militar. Além do mais o serviço militar retinha os homens por um tempo muito curto. Fora das tropas, eles voltavam a conviver com a indisciplina urbana. As instituições civis, heterogêneas no seu modo de funcionamento à dinâmica das tropas, não prolongavam os efeitos de ordem produzidos pela militarização. Finalmente, um motivo mais forte inibia o alcance do dispositivo militar. Na Colônia, o poder político era dividido entre o Estado, as famílias e o clero. As relações destes três poderes sempre foram tensas, sobretudo na segunda metade do século XVIII. Naquele período, os antagonismos entre os representantes da metrópole, clero e famílias brasileiras alcançou pontos altamente delicados. A expulsão dos jesuítas solucionou parcialmente a questão entre a metrópole e a Igreja. Persistiram, no entanto, as divergências entre a elite brasileira e a Coroa que só se equilibraram com a abdicação de Pedro I e a implantação da hegemonia política dos potentados rurais.

Até a renúncia de Pedro I esses antagonismos penetravam a sociedade brasileira em todos os sentidos. A corporação militar não escapou ao conflito. Alguns militares envolveram-se em disputas políticas contra o Governo português em favor das causas emancipatórias.⁸ Neste sentido, armar a população representava um grande risco. A militarização, embora eficiente, não podia ultrapassar certos limites, sob pena de gerar resistência ao poder.

8. ver: Mendes Jr., Antônio, et alii. *Brasil História — texto e consulta*. Império, Rio, Brasiliense, t. 2, 1977.

(X) O Governo colonial, por sua fragilidade política, criara um obstáculo irremovível ao controle da cidade e sua população. As instâncias eficazes não se identificavam totalmente com o Estado e a velha engrenagem jurídico-policial não conseguia ordenar o meio urbano. Foi esse o problema que o Estado nacional, representante da elite agrária, teve que resolver: como implantar a mecânica de sujeição militar sem criar soldados nem distribuir armas ou, em outros termos, como levar os indivíduos a compactuarem com a ordem estatal sem os riscos da insurreição armada.

Esse problema foi responsável pelo estabelecimento de uma nova estratégia onde novos agentes de coerção foram aliçados, convertidos, manipulados ou reorientados nos seus mais diversos interesses e formas de agir. Este foi o momento de inserção da medicina higiênica no governo político dos indivíduos.

* A medicina que, desde o início do século XIX, lutava contra a tutela jurídico-administrativa herdada da Colônia, deu um largo passo em direção à sua independência, aliando-se ao novo sistema contra a antiga ordem colonial. Este progresso fez-se através da higiene, que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico. Administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, transformando uns e outros em táticas de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária⁹.

E quase supérfluo notar que não houve intencionalidade finalista no manuseio recíproco desses interesses. Medicina e Estado convergiram, mas também divergiram, por vezes, tática e estrategicamente. Nem sempre os dois poderes reconheceram o valor da aliança que haviam estabelecido. Só historicamente é possível perceber que em meio a atritos e fricções, intransigências e concessões, estabilizou-se um compromisso: o Estado

(9) As relações entre higiene, poder médico e política de estado são devidamente analisadas por Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogério Luz e Katia Muricy em recente e exaustivo estudo do tema. Nossas referências ao problema vão se inspirar diretamente neste estudo que reputamos o mais completo e talvez o único da bibliografia brasileira sobre o assunto. Machado, Roberto et al., *Daptação da norma*, Ed. Graal, Rio, 1978.

aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas.

* A noção chave deste acordo foi a salubridade. A questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do país. As epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água sempre foram fantasmas para a administração colonial. A população era dizimada por ocasião dos surtos epidêmicos e nos períodos intercríticos apresentava uma taxa de mortalidade elevada. A burocracia era impotente para debelar o caos sanitário, pois não dispunha do apoio econômico da metrópole para drenar pântanos, calçar ruas, regulamentar o comércio de alimentos, construir esgotos, etc., nem possuía recursos técnicos de controle da população.

Com a chegada da Corte a situação sofreu uma modificação significativa. A família real, com seu séquito de aristocratas, aumentou em quase um terço a população do Rio de Janeiro. Além disso, com ela, instalou-se um importante contingente de diplomatas, comerciantes estrangeiros e famílias rurais que começaram a transferir-se para a metrópole. A pressão populacional e as exigências higiênicas da nova camada urbana aceleraram as necessidades de mudança. A medicina passou a ser solicitada mais insistentemente. E, pelo fato de possuir métodos, objetivos e técnicas mais aprimoradas suplantou, dentro em breve, a inoperância da burocracia.

Entre os trunfos da superioridade médica, um dos mais importantes foi a técnica de higienização das populações. Na Colônia, a conduta anti-higiênica dos habitantes era um dos empecilhos fundamentais à saúde da cidade. A administração procurava atacar a dificuldade com o auxílio de almotacés de limpeza. Esta ação vigilante da justiça operava no mesmo universo de punição que caracterizava a represália aos marginais. Ela era descontínua, fragmentar e, acima de tudo, não sabia prevenir. A própria relação numérica almotacé-população excluía a possibilidade de um controle permanente. A medicina, servindo-se de técnicas análogas às da militarização, contornou esta situação. Suscitou o interesse do indivíduo por sua própria saúde. Cada habitante tornou-se seu próprio almotacé e, em seguida, almotacé de sua casa e da vizinhança. A descontinui-

Estado e não do

o poder do
Estado e não do

dade no controle e a inferioridade numérica de seus agentes foram, deste modo, superadas. Por outro lado, a medicina contava com a participação do Estado na sustentação de sua política de saúde. Enquanto que, na Colônia, a visão caritativo-assistencial da religião reduzia a «assistência-médica» a uma atividade social marginal e supérflua, no Império, a ética leiga dos higienistas fez ver que saúde da população e do Estado coincidiam. A saúde da população inscrevia-se, assim, na política de Estado.

→ Por meio dessas noções e ações a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder. Matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água, ar, cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas foram alguns dos inúmeros elementos urbanos atraídos para a órbita médica. A higiene revelava a dimensão médica de quase todos estes fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação.

Dentre estas políticas específicas, uma tomou como alvo a família. O Estado brasileiro sempre encontrou na família um dos mais fortes obstáculos à sua consolidação. Na Colônia, o combate à família obedecia a ética estritamente punitiva e legal. Cada vez que o poder familiar se insurgia era fulminado. A máquina repressiva agia, nos períodos de crise, através da confrontação direta buscando a vitória, o extermínio ou a rendição. Em épocas de paz o compromisso mantinha de modo latente os interesses antagônicos, até que novo paroxismo desencadeasse uma outra ofensiva. A geografia do poder facilitava a manutenção desta distância crítica. A administração isolava-se no litoral e as famílias na zona rural. No final do período colonial a cidade aproximou os opositores, e os conflitos passaram a ser constantes.

A medicina, em sua atuação higiênica, recebeu a herança desta oposição. A higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava frequentemente nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levavam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do Governo. A reconversão das

Importante

Importante

Importante

função da
medicina
zona próxima
família e Estado

★ famílias ao Estado pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos.

Neste trabalho, a medicina reconsiderou a estratégia colonial de combate à família depurando-a de seus equívocos. A família não podia ser tratada como um adversário político-militar em situação de guerra. Seu lado guerreiro, embora mais exuberante, não era o mais ofensivo. Ela dispunha de mecanismos de poder bem mais ousados e que não se dobravam à punição. Os componentes do poder familiar são então submetidos à nova avaliação e classificação. Em seguida, são criadas técnicas de persuasão e manobras de ataque. Ao conjunto deste dispositivo a medicina social dará o nome de higiene-familiar.

Rompendo com a tradição punitiva da legalidade colonial foram postas em prática táticas de assalto à família, que obedeciam às seguintes regras:

(a) em lugar de provocar bloqueio externo, sítio, pressão, provocar a distensão. Fazer proliferar em vez de reduzir; diversificar em vez de unificar. Criar interesses contraditórios, divisões infinitas entre os membros da família. Não mais considerá-la um bloco único, compacto, extensão pura e simples do poder e do nome paternos; mas uma rede complexa de adultos e crianças, homens e mulheres, pais e filhos, recém-nascidos e adolescentes, etc...;

(b) em vez de ameaça de destruição, promessa de transformação. Não se tratava de amedrontar com armas jurídicas e policiais; nem de espolar, saquear, confiscar. Ao contrário, tratava-se de mostrar os ganhos e benefícios que podiam ser extraídos da prática de sujeição;

(c) não mais cultivar o medo da morte, ou pelo menos, só reanimá-lo em casos extremos. O fundamental era alimentar o gosto pela vida. Mostrar e demonstrar, exaustiva e reiteradamente, que a submissão tem um prêmio: a persistência da prole, o prolongamento da saúde, a felicidade do corpo;

(d) finalmente, em vez de tomar todos os membros da família por inimigos, selecionar os aliados, converter os vulneráveis, fabricar os «quinta-colunas» que, do interior, se encarregassem de facilitar a política adversária.

Descritos nestes termos, a ação médica sobre a família pode parecer historicamente injusta. É provável que se venha a evocar o nível de benefícios reais extraídos do progresso científico que representou o avanço higienico. Também é possível que se aponte para o ideal revolucionário-racionalista, que inspirou os médicos franceses, como fundamento filosófico implícito nas intenções médicas. Tais considerações, embora legítimas, merecem ser devidamente analisadas no papel que elas têm neste trabalho.

No que diz respeito ao progresso científico da higiene, seus benefícios para os indivíduos são inegáveis. Não se trata de negar ou desvalorizar a importância destes fatos. O que importa é notar que a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado. Foi porque a medicina era, de fato, empírica e conceitualmente científica que sua ação política foi mais operante. Diante de um saber colonial estribado em noções médicas dos séculos XVI, XVII e XVIII, pré-experimentais e em sua quase totalidade filosóficas e especulativas, a higiene surgiu arrasadoramente convincente. No entanto, é preciso sublinhar que sua força foi impulsionada pelo interesse político do Estado na saúde da população. No caso brasileiro esta evidência é incontestável. O Estado brasileiro que nasce com a abdicação é o moto-propulsor do súbito prestígio da higiene. A atividade médica coincidia e reforçava a solidez de seu poder, por isso recebeu seu apoio.

Quanto aos fundamentos revolucionários da higiene, note-se que, mesmo na Europa, logo se diluíram e deram lugar a um desejo de intervenção no social, sustentado, no melhor dos casos, por um humanismo filantrópico bastante diverso da utopia criadora da Polícia médica. No Brasil, em especial, mesmo es-

10. «Polícia médica passa a ser definida como o conjunto de teorias, políticas e práticas que se aplicam à saúde e bem-estar da população, dizendo respeito à procriação, bem-estar da mãe e criança, prevenção de acidentes, controle e prevenção de epidemias, organização de estatísticas, esclarecimento do povo em termos de saúde, garantia de cuidados médicos, organização da profissão médica, combate ao charlatanismo (...)

te humanismo vai ser enxertado pela ideologia da elite agrária. Num primeiro nível quando, em nome do homem ou da humanidade, a higiene defende a constituição de um indivíduo puramente burguês a serviço da estratégia mais ampla do Estado. Num segundo nível, pela adaptação do humanismo e do individualismo europeus ao chamado liberalismo escravagista.

Assim, pode-se observar que, no processo de definição da «família», a higiene dirige-se exclusivamente às famílias de extração elitista. Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre. Estes últimos, juntamente com os desclassificados de todo tipo, serão trazidos à cena médica como aliados na luta contra a rebeldia familiar. Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc. servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas. Foi sobre as elites que a medicina fez incidir sua política familiar, criticando a família colonial nos seus crimes contra a saúde. A camada dos «sem-família» vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos.

No curso do Segundo Império, sobretudo, a medicina social vai dirigir-se à família «burguesa» citadina, procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus membros com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político.

A nosso ver, essas são algumas das matrizes da estrutura familiar urbana do Brasil atual. São essas etapas de transformação, medicamente descritas como higiene da família, que tentaremos revelar em alguns de seus traços fundamentais.

É na obra de Johann Peter Frank, publicada de 1779 a 1817, que o conceito de polícia médica aparece sistematizado com maior precisão. Pode-se ver como a sociedade como um todo se torna passível de regulamentação médica, que a saúde passa a ser problema social. Daí a necessidade de autoridades constituídas para agir no sentido de preservá-las (...). A medicina, integrada no Estado, adquire estatuto social ao fazer da sociedade seu objetivo. A polícia médica e sua expressão. Machado, Roberto et alii, op. cit. p. 167.

CAPÍTULO II

A CIDADE FAMILIAR

→ No Brasil, a higienização da família progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano. Historicamente este processo foi mais perceptível no Rio de Janeiro, por razões evidentes. Os encargos populacionais, econômicos, políticos, militares e sociais de sede do Governo exigiram uma modernização mais acelerada do Rio. Como consequência, foi exigido de seus habitantes todo o cortejo de mudanças descritas como efeitos da urbanização: secularização dos costumes, racionalização das condutas, funcionalidade nas relações pessoais, maior esfriamento das relações afetivas interpessoais, etc. Tais modificações não se fizeram, entretanto, sem resistência. Constatação banal que assume maior relevo quando se observa a gigantesca aparelhagem montada para transformar os sujeitos em cidadãos metropolitanos.

Como afirmamos, o dispositivo médico foi uma das peças fundamentais desse equipamento. A tarefa dos higienistas* era a

* Nem todos os médicos do séc. XIX tiveram preocupações ou atividades práticas ligadas à

de converter os sujeitos à nova ordem urbana. Ordem estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo momento, a repelia e procurava deter seu progresso. Esta ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado.

A ingerência médica na família perseguia este objetivo: tornar o estranho, familiar. E para que se possa melhor apreciar a energia despendida nessa operação é necessário observar a relação cidade-família no período colonial. Esta relação foi constitutiva de uma e outra instância. Universo familiar e universo cidadão interpenetravam-se, modelavam-se mutuamente, numa estreita ligação de simbiose e dependência. Dependência que tendia a favorecer a família. Dependência que encontrava suas origens na forma como o Brasil foi colonizado e civilizado.

A política econômica de Portugal foi decisiva na organização da família colonial brasileira. A estratégia mercantilista trouxe como consequência a multiplicação de favores e privilégios aos senhores rurais. A metrópole, interessada no lucro fácil e sem investimentos, instigou a iniciativa privada dos colonos que trataram de impor a ordem social e econômica que mais lhes beneficiasse. Embora esta autonomia tivesse limites e se enquadrasse na política de interesses de Portugal, na prática permitiu aos proprietários de terra reinarem e governarem sozinhos nos três primeiros séculos de colonização. A Coroa limitou-se a intervir, freando os excessos. Desta forma, a família «latifundiária» acumulou uma massa de poder que, em breve, competia com o próprio poder da metrópole.

Essa potência real não tardou a subjugar e reduzir o frágil meio ambiente a seu mundo de valores. Habitando um espaço social aparentemente homogêneo à sua natureza, ela criou uma

higiene. Quando utilizarmos os termos «higienista» ou, simplesmente, «médico», estaremos nos referindo aos profissionais da medicina que funcionaram como teóricos ou executores da política de higienização das cidades, da população e da família.

representação dos direitos, deveres e finalidades que não admitia discordâncias ou contestações. No Brasil Colônia, «família» passou a ser sinônimo de organização familiar «latifundiária». Toda formação social que pudesse fraturar o mito de sua universalidade era sistematicamente aniquilada. A família escrava foi destruída pela violência física e a dos homens livres pobres, pela corrupção, pelo favor e pelo clientelismo.

O meio social da Colônia repetiu, reproduziu ou prolongou a família senhorial, mas pouco se distinguiu dela. Os mecanismos de instauração desse poder foram extraordinariamente variados. Oscilavam da posse física do meio urbano até o controle biológico dos subordinados, pela assimilação dos bastardos ao exército da casa-grande.

Neste universo do semelhante, do indiferenciado, a família rural consolidou suas relações com a cidade. Cidade que também reeditou a família tornando-se, para o senhorio, uma cidade familiar.

1. A anatomia familiar do espaço urbano colonial.

A gênese familiar do espaço urbano foi o ponto de partida do absolutismo patriarcal sobre a cidade. Os primeiros núcleos de povoamento do Brasil foram criados pelos senhores rurais. Essa paternidade pioneira converteu-se em apropriação. A família colonial imprimiu as marcas de sua ascendência nas vilas e cidades que construiu. A anatomia urbana da Colônia mostra como a casa, ocupando todo o lote, delimitava a rua. O privado impunha-se ao público. Com exceção da praça em que se situavam, de modo geral, a Câmara, a cadeia e a Igreja, a cidade era tomada pelas propriedades privadas. As famílias, mesmo as menos ricas, copiavam o exemplo dos senhores que instalavam

1. Entre os encargos transferidos aos cuidados dos donatários e colonos, figuravam com destaque as tarefas correspondentes à instalação da rede urbana. Livrava-se a Coroa da maior parte dos ônus da colonização do novo território, inclusive o que se refere à fundação de vilas e cidades». Reis Filho, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, Ed. Univ. de São Paulo, 1968, p. 31.

2. Reis Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*, 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 27.

suas residências onde lhes parecesse mais cômodo. As pequenas reações do poder público não pareciam obter qualquer efeito. As posturas municipais contendo obrigações de alinhamento e arreamento eram sistematicamente desrespeitadas: «a postura ficava nos papéis públicos, e cada qual construía a sua casa e corria a sua cerca a feição de suas comodidades e interesses.»³

Na infração às normas de limpeza percebe-se o mesmo desprezo pelos locais coletivos. Em registros da Câmara de Salvador, por exemplo, as queixas contra os proprietários que lançavam toda sorte de detritos nas ruas, repetem-se ao longo de todos os séculos XVII e XVIII.⁴ Ainda no século XIX as posturas da Câmara tentavam, debalde, regulamentar o despejo de lixo e outros detritos nas vias públicas.⁵ A rua era considerada o confin da casa, como a senzala era o quarto de despejo da casa grande. Os senhores rurais modelavam a cidade seguindo o exemplo do engenho ou da fazenda.

No curso do tempo quase todas as famílias urbanas assimilaram esse comportamento. Passaram a desprezar a rua, inclusive porque a freqüentavam muito pouco. Fora das grandes festas cívicas e religiosas permaneciam enclausuradas, transpondo para o meio citadino a reserva do viver rural. Onde a feição arquitetônica das casas. Entre os ricos, rôtulas e gelosias defendiam a família proprietária da indiscreção da plebe e dos estranhos; entre os pobres, as toscas urupemas fingiam preservar os que nada tinham a proteger.

Mas a estreita dependência da cidade para com a família senhorial ia além do traçado das ruas e das fachadas das casas. Essa superfície era sintoma de um vínculo mais profundo. O próprio crescimento e vitalidade das cidades obedeciam aos ciclos da produção rural. A expansão imobiliária alternava-se conforme as oscilações nos preços dos produtos agrícolas. Por ocasião da queda no preço destes produtos os senhores aproveitavam

3. Theodoro Sampaio, História da fundação da cidade de Salvador citado por Reis Filho, Nestor Goulart, *Evolução urbana do Brasil*, op. cit. pp. 119-120.

4. ver: Roberto Machado et alii, op. cit. p. 49.

5. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, 2ª ed., José Olympio, Rio/São Paulo, 1951, v. 2, p. 420.

tavam a disponibilidade da mão-de-obra escrava e impulsionavam a construção das casas.⁶ A ocupação do solo era uma variável da economia.

Como também a flutuação demográfica. A população permanente dos primeiros centros urbanos compunha-se dos escassos funcionários públicos, pequenos comerciantes, religiosos, militares e oficiais mecânicos. Os demais habitantes empregavam-se nos engenhos por ocasião das moagens e não procuravam ligações mais firmes com a cidade. Esta última destinava-se, praticamente, ao uso das famílias rurais que tinham nela «o meio de afirmação em face do ambiente novo, como camada e como raça».⁷

Além da regulação da concentração imobiliária e populacional, as famílias também intervinham no fluxo econômico da cidade. Transportando os programas de autosuficiência na produção de alimentos e outros bens reduziam, significativamente, o rudimentar mercado urbano. As residências dos grandes proprietários possuíam pomares, hortas, criação de animais, etc., no que foram imitadas por outras camadas da população.⁸

A cidade funcionava, por conseguinte, como extensão da propriedade e das famílias rurais. Não apenas em sua ordenação econômica, arquitetônica e demográfica, mas também na regulação jurídica, política e administrativa.

2. O governo familiar da cidade.

O monopólio das famílias rurais sobre o governo das municipalidades é uma afirmação consensual entre os historiadores. As divergências quanto à época em que o «mandonismo» político começou a decrescer não negam a importância do fenômeno na história dos municípios e da família brasileira.

A elite econômica organizou seu poder jurídico-político sobre a cidade, fundamentada na legislação municipal portuguesa.

6. Reis Filho, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*, op. cit. pp. 40-92.

7. Ibid. p. 100.

8. Ibid. p. 44. Ver também: Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, op. cit. v. 2, p. 400.

sa.⁹ Com base neste arcabouço começou a ser feita a discriminação dos indivíduos com direito à participação política. Os dois grandes instrumentos de dominação política dos municípios, as Câmaras e as Juntas Gerais, tornaram-se monopólio das famílias proprietárias. As Juntas, instâncias mais descontínuas, agiam nos casos urgentes e graves. Eram formadas pelas Câmaras, «homens bons» (nobreza, milícia, clero) e outras autoridades como governadores, capitães-mores e oficiais de justiça e fazenda¹⁰

Todavia, o poder efetivo pertencia à Câmara e seus oficiais. Na seleção e legitimação destes últimos os interesses dos senhores surgiam claramente: «Não podiam ser eleitos membros das Câmaras pessoas mecânicas, mercadores, filhos do reino, gente de nação (judeu), soldados nem degregados, e sim nobres somente, naturais da terra e descendentes dos conquistadores, segundo diversos alvarás e cartas régias que vão de 1643 a 1747».¹¹ A exclusão da população «não-latifundiária» do poder, ainda preservava os potentados da maioria das sanções a que se submetiam as outras camadas sociais: «Os oficiais da Câmara gozavam de importantes privilégios tais como de não poderem ser presos, processados ou suspensos por ordem régia, ou do tribunal que as confirmava; as Câmaras não podiam ser citadas sem provisão do Desembargo do paço (alvará de 26 de fevereiro de 1771 e 9 de fevereiro de 1775)».¹²

A imposição destes privilégios era quase absoluta. As Juntas Gerais, instâncias juridicamente superiores, eram meros conselhos consultivos sem poder deliberativo. Dependiam do Governador que antes de tomar decisões escutava os «homens bons».¹³ O circuito do poder fechava-se, no fim da linha, em torno dos «latifundiários». Os «homens bons» terminavam por avalizar o

despotismo das Câmaras. O Estado tentou, através das Ordenações, restringir o poder senhorial à área meramente econômica e administrativa, temendo as consequências da autonomia política dos municípios.

No entanto, esta limitação legal, como nota Vitor Nunes Leal, não determinava na prática o comportamento das Câmaras: «Não é possível, contudo, saber o que eram as Câmaras coloniais pelo simples exame da legislação aplicável... Durante período bem longo — cujo termo final Caio Prado Júnior situa em meados do século XVII — as Câmaras exerceram imenso poder, que se desenvolveu à margem dos textos legais e muitas vezes contra eles. Não raro, porém, a Coroa sacionava usurpações, praticadas através das Câmaras pelos onipotentes senhores rurais. Legalizava-se, assim, uma situação concreta, subversiva do direito legislado, mas em plena correspondência com a ordem econômica e social estabelecida nesta longínquas paragens. Seria difícil conter essas manifestações do poder privado em uma estrutura cuja unidade fundamental — que imprimia o seu selo no conjunto das demais instituições — era o extenso domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo.»¹⁴

Ao lado desses mecanismos formais e legais de controle político e, de certa forma, através deles, a família senhorial criou instrumentos informais de reforço, manutenção e dilatação do seu poder. Não bastava isolar outras classes e raças do acesso às Câmaras, quer como eleitores, quer como titulares. Era necessário que os indivíduos desconhecêssem a própria natureza político-econômica da ordem que os regia. Essa ignorância foi obtida através do analfabetismo, evidentemente, mas sobretudo por meio da criação de dispositivos paralelos de poder apoiados no parentesco. Esses dispositivos isentavam os indivíduos dos direitos e deveres jurídicos de cidadãos para obrigá-los a agir ou reagir segundo os padrões emocionais e personalistas das relações de parentesco. Um desses mecanismos foi a «solidariedade

9. Garcia, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio/MEC, 1975.

10. Ibid. p. 51.

11. Ibid. p. 50.

12. Ibid.

13. Vianna, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1974, pp. 135-136.

14. Leal, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, 2ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

da família senhorial» conforme denominação de Oliveira Vianna.¹⁵⁾ Esta instituição teria dado origem ao «nepotismo», ou afilhadismo político, e à «vingança», justificada pela noção de responsabilidade coletiva familiar.¹⁶⁾

A ampliação da rede familiar dos membros consanguíneos, legítimos ou não, através do parentesco espiritual e moral, criou na massa de crias, protegidos e favorecidos, uma ética de defesa do interesse dos senhores. Os afilhados, compadres e agregados tinham a ilusão de que, defendendo o «latifúndio», defendiam a própria família. Política, justiça e administração passaram, então, a se tornar uma questão de vingança, suborno, corrupção, assassinato e toda sorte de violências perpetradas contra os opositores do patriarca rural. A submissão pela força somou-se à sujeição afetiva dos dependentes para com os senhores. Essa relação de pai-patrão para com filho-empregado, o «latifúndio» exportou de seus engenhos e fazendas para as cidades.

O compadrio e seus sub-produtos, como a assimilação da política e da justiça ao âmbito das lutas familiares, não deixarão de repercutir nos costumes da família «latifundiária». Para manter a ilusão da «dignidade e humanidade» do parente dominado, ela terá que abdicar de certas marcas de distinção social.¹⁷⁾ Essa convivência íntima com traços e atributos da plebe vão, por sua vez, determinar seu modo de ser emocional e social. Tal característica vai opor resistências à modificação familiar imposta pela urbanização.

No momento, entretanto, o que interessa ressaltar é a maneira como a ordem política da cidade duplicava sua fisionomia arquitetural e econômica no sentido da confirmação do poder familiar. Espaço físico e político congregavam-se e reforçavam o jugo patriarcal sobre a cidade.

O tripé de manutenção e reforço do despotismo «latifundiário» completou-se pelo prestígio que lhe foi dado pela religião.

15. Vianna, Oliveira, op. cit. pp. 175-176.

16. Ibid.

17. Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens, livres na ordem escravocrata*, São Paulo, Ática, 1974, p. 80.

Com o sustentáculo religioso, a família associou a autoridade espiritual aos seus poderes físicos e políticos.

3. A teologia do poder familiar.

As relações entre família e religião na Colônia são por demais complexas para serem descritas e analisadas a partir de um único denominador comum. O catolicismo no Brasil nunca foi homogêneo em suas manifestações doutrinárias e institucionais. O comportamento do clero regular muitas vezes divergiu do seu congêneres secular. Por outro lado, essas instituições religiosas modificaram suas convicções doutrinárias segundo as circunstâncias e a própria evolução histórica. Basta que se compare a situação de um jesuíta e de um capelão de engenho, para que as diferenças de conduta entre membros de uma mesma Igreja diante do senhor rural mostrem suas discrepâncias.

Contudo, não obstante estas e outras divergências, todos eles partilhavam um certo número de crenças comuns que foram suficientes para justificar teologicamente o mandonismo dos senhores. Uma dessas premissas teológicas era a da missão evangelizadora implicitamente associada à política de colonização.

Hoornaert observa que «é por demais conhecido o fato de que toda a empresa marítima foi expressa pelos contemporâneos em linguagem religiosa e mais ainda, missionária.» A colonização do Brasil não fugiu a esta regra. Para os monarcas portugueses evangelizar e aporuguesar eram sinônimos. A Igreja caucionava essas pretensões. Vieira afirmava repetidas vezes em seus sermões que todos os portugueses eram missionários, visão que se assemelhava em tudo à dos reis colonizadores.¹⁸⁾

Dos colonos pioneiros aos latifundiários fazendeiros o ponto de união necessário e suficiente foi a qualidade de ser português. Os senhores portugueses e seus sucessores brasileiros desenvol-

18. Hoornaert, Eduardo; Azzi, Rioldo; Der Grijp, Klaus van; Brod, Benno. *História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1977, t. 2, p. 23.*

19. Ibid. p. 240.

veram o mito original da tarefa evangelizadora para explorar índios, escravos e brancos pobres. Possuidores da legitimidade, por assim dizer, canônica, tentaram em seguida, através da construção de uma série de imagens e representações mentais, modificar a natureza do poder que detinham.

A assimilação da família senhorial à «sagrada família» foi um desses procedimentos. A transposição de figuras e formas da divina família para o interior do «latifúndio» foi facilitada pelo paternalismo subjacente ao catolicismo europeu. O Brasil colonial não teve o privilégio de justificar a unidade familiar apelando para a sagrada família. No entanto, este fator não deixou de colaborar, na potência de mando das famílias proprietárias. Vieira, em um de seus sermões afirmava: «de sorte que o Papa há de dar conta de toda a cristandade, o Rei de toda a monarquia, o Bispo de toda a diocese, o Governador de toda a província, o Pároco de toda a freguesia, o Magistrado de toda a cidade e o cabeça da casa de toda a família.»²⁰ A ordem teológica que justificava a organização sócio-econômica da Colônia era a mesma onde se inscrevia a função paterna. Desta forma o lugar religioso que de direito cabia à família era reforçado. Pois, o que se salienta neste texto não é tanto o fato do pai comandar a casa, mas a aceitação implícita do modelo de organização da família portuguesa colonizadora. O lugar e o direito do pai são inquestionáveis, e, por conseguinte, também o são o de todos os outros membros da família.

A partir destes princípios paternalistas, o catolicismo no Brasil evoluiu para a criação de figuras rituais e iconográficas que adaptavam continuamente a religião aos interesses do patriado rural. Nas pinturas e esculturas Deus-pai é frequentemente apresentado de forma que sua imagem seja associada ao «latifundiário» paternal e bondoso, num procedimento descrito por Hoornaert como «sacralização do senhor do engenho»²¹. O mesmo acontecia com S. José, também associado ao chefe de

família, e que teve na famosa representação do «S. José de Botas» sua expressão mais ingênua e ilustrativa. Santa Ana e a Virgem Maria também serviam aos mesmos propósitos. Santa Ana foi freqüentemente apresentada ensinando o catecismo a Maria, recompondo o clima doméstico de educação familiar e exaltando a figura da senhora de engenho, esposa do patriarca.²² Jesus Cristo, por sua vez, portava os sinais do desejo aristocrático dos senhores. O Cristo era quase sempre louro, de olhos azuis, com posturas que revelavam os ideais de pureza, raça e linhagem da família européia.²³

Mas a família latifundiária era evangelizadora não só por atribuição real e delegação mística, como também mediante provas de força concreta. Os capelães de engenho e os párcos das pequenas vilas e cidades ou eram pagos pelos senhores, como os primeiros, ou deles recebiam favores, como os segundos. Tornavam-se assim devedores de benefícios que procuravam pagar como podiam. Nos sermões, confissões e consultas religiosas pregavam, reiteradamente, a legitimidade do poder familiar. O princípio que afirma que «quem manda na região manda também na religião», aplicou-se perfeitamente ao caso brasileiro. Os padres submetiam-se aos interesses da família e consolidavam a imagem religiosa que ela queria ter de si mesma.

Este mecanismo de captação de religiosos para o interior da família fortaleceu-se com a instituição do filho-padre.²⁴ Cada família, sobretudo as mais importantes, praticamente determinava que um dos filhos seria sacerdote. A presença física, real, do sacerdote impregnava de religiosidade as aparências da vida familiar.

Ao lado destes elementos, outras funções da família realçavam sua missão religiosa e, por extensão, seu poder espiritual. O parentesco religioso era tido pela Igreja como quase tão importante quanto os vínculos consanguíneos. A obrigação de orientar

22. Ibid. p. 348.

23. Ibid. p. 345.

24. Azevedo, Fernando de. *A transmissão da cultura*, São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976; parte 3 da 5ª edição da obra *A cultura brasileira*, p. 20.

20. Vieira, Padre Antônio. *Os sermões*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 157.

21. Hoornaert, Eduardo et alii. Op. cit. p. 342.

espiritualmente os afilhados e zelar pela religiosidade dos mesmos também cooperou na formação do mito da natureza intrinsecamente religiosa da estrutura da família.

Finalmente, a esta assimilação da natureza social da família ao universo religioso, somou-se a atitude racista da Igreja que, através da discriminação de negros, mulatos e mestiços salientou o parentesco entre exclusivismo étnico e mandato religioso. A família branca detinha o privilégio racial do ministério e da palavra divinos.

4. O universo do «mesmo» na cidade familiar.

Dominando o universo urbano física, política e espiritualmente, a família senhorial mergulhou três séculos num curioso mundo do semelhante. As investidas do Estado, as insurreições da plebe, as rebeldias de setores da Igreja, nunca foram bastante fortes para abalar aquela harmonia. O «latifúndio» impunha seu controle legitimado por céus e terra. Cidade e política, religião e população portavam marcas de intimidade e reconhecimento de seu poder. Essa familiaridade do ambiente não era, evidentemente, obtida sem dificuldade. O «senhor rural» vivia em permanente estado de guerra com o meio. Este estado, aliás, ao mesmo tem em que determinava a supremacia do poder familiar no mundo externo, era responsável por sua coesão interna. Quanto mais coesa, mais forte era a família. O poder se exercia fora e dentro. Eficácia externa e interna multiplicavam seus mútuos efeitos. A família tendeu a criar mecanismos de vinculação dos membros entre si, decisivos na sua organização emocional.

O primeiro foi a auto-referência. Os interesses do grupo e da propriedade excluía a possibilidade de que os membros da família orientassem suas condutas, desejos e aspirações em função de outros parâmetros. Girando em torno da autopreservação, a família funcionava como um bloco compacto voltado

(25) Hoornaert, Eduardo, et alii, op. cit. pp. 271-290.

exclusivamente para o clã. Essa polarização autodirigida gerou uma introversão social prejudicial aos interesses do Estado. A família não formava cidadãos, e sim parentes. A participação destes indivíduos na sociedade resumia-se à defesa do grupo a que pertenciam. Onde a oposição que o Estado sofria quando os convocava para o cumprimento de tarefas nacionais. Esse apelo era estranho ao sentimento familiar. Os indivíduos estavam habituados a ver nos limites da casa-grande, as fronteiras do mundo.

O segundo mecanismo de vinculação entre os membros da família colonial era a dependência do pai. O pai, chefe do clã, concentrava funções militares, empresariais e afetivas, como exigia a estrutura social da Colônia. Voltado ele próprio para a defesa da propriedade e da família, conduzia, com mão de ferro, os projetos e anseios do grupo. Seu desejo e seu nome davam unidade às aspirações dos indivíduos. Havia quase um vácuo de interesses próprios no restante dos membros. O desejo correto era o desejo do pai; o interesse justo era o da manutenção do patrimônio. Essa indiferenciação emocional também foi responsável pela impermeabilidade dos indivíduos às solicitações do Estado. Habituaados a defender o pai para sobreviverem, os membros da família demoraram a acreditar que a sociedade pudesse oferecer-lhes meios de autonomia econômica, social e psicológica. A conversão a essa tutela do Estado foi outro objetivo da higiene.

Não se imagine, contudo, que esse modo de organização familiar era privilégio do patriciado rural. Na medida em que ele dominava o meio urbano, reduzia as outras camadas sociais a seu modo de ser. Na Colônia, onde quer que se encontre uma família constituída e funcionante ela será senhorial, mesmo sem terra, mesmo sem propriedades. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito aos setores médios da população. Pequenos comerciantes, militares, profissionais liberais, etc., modelaram suas famílias de acordo com os cânones senhoriais. Nestas famílias, o comportamento dos pais para com os filhos, do homem para com a mulher, dos adultos para com as crianças, vai repetir, quase nos mesmos termos, a solidariedade familiar dos senhores.

Por esta razão, sempre que nos referirmos à família senhorial, estaremos indissociavelmente incluindo todo o extrato mais favorecido da sociedade. A família «latifundiária» foi tomada como protótipo da família colonial por ter sido a primeira a fixar as regras deste tipo de ordem interna e, em consequência, também ter dedicado o maior número de testemunhos de sua evolução. Foi dela que se ocuparam historiadores, artistas, literatos e viajantes. Foi ela que, com seus emblemas, impregnou documentos e monumentos da época colonial. No entanto, é preciso se ter em vista que tudo o que for afirmado sobre as relações da família com o Estado e com a medicina é extensivo a toda população com direito à participação econômica e política na sociedade brasileira daquele período. COLONIAL (1500-1822)

Não teremos, por conseguinte, a preocupação de ressaltar a cada momento esta distinção. Família proprietária ou funcionária, família comerciante ou letrada, toda ela vai portar os traços comuns, desenvolvidos ao longo do tempo, pelo senhorio rural. Uma e outra distinguem-se apenas quanto à massa de poder político e econômico que detinham no social. Internamente, a ordem e a hierarquia do poder eram as mesmas. A oposição ao Estado, *mutatis mutandis*, fazia-se em nome dos mesmos valores e dos mesmos princípios.

A medicina vai se dirigir a essa camada, indiscriminadamente, sem levar em conta os níveis de estratificação. Mesmo porque o que se buscava era a universalização de novos valores, como a convicção de que o Estado era mais importante que o grupo familiar. A higiene percebia que, por trás dos antagonismos de «castas», resíduos de ordem colonial, a unidade burguesa estava se constituindo, embora sem ser reconhecida.

Nesta ação transformadora componentes de antigos dispositivos de controle, como a militarização e a pedagogia jesuítas, serão reaproveitados e orientados para novos fins. Outros serão criados. Todos eles, no entanto, vão abandonar progressivamente o terreno da lei para entrarem no espaço da norma. A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria.

Foucault
Agentes criadores de padrões de comp. social
① Leis, Lei ⇒ poder punitivo; coercitivo; que impõe barreiras à liberdade e repressão. Conceitos jurídicos-discursivos do poder. Estado repressivo e disciplinar.
② Normas, Norma ⇒ regras de dispositivos ⇒ práticas discursivas e não-discursivas. Agem na organização da disciplina no espaço da instituição própria. Estado e poder.

CAPÍTULO III

- práticas discursivas ⇒ elementos técnicos que referem-se à administração
 - práticas não-discursivas ⇒ elementos que materializam o dispositivo
 - ① lei
 - ② norma
- ### A HIGIENE DAS FAMÍLIAS
- produzir bons cidadãos

1. A lei e a norma.

Através da análise histórica dos pequenos poderes atuantes na sociedade ocidental, Foucault distinguiu os agentes responsáveis pela criação dos padrões de comportamento social em legais e normativos. Esta distinção por vezes coincide e recobre as noções usuais dadas a estes termos pela sociologia.¹ Mas diferencia-se destas pela ênfase posta na mecânica interna do poder que informa, aciona e caracteriza, respectivamente, as ordens da lei e da norma.²

1. Tönnies, Ferdinand. Normas Sociais: características gerais, in Cardoso, F. H. & Ianni, O., org. *Homem e Sociedade*, 3ª ed., São Paulo, Nacional, 1965, p. 92.

2. Estas noções, como todas as outras que Foucault emprega, encontram-se definidas em meio à massa de entrevistas, artigos e livros publicados por ele. Por este motivo, vamos limitar as citações bibliográficas exclusivamente às descobertas históricas do autor diretamente relacionadas com o assunto abordado.

Ordem + Norma

A ordem da lei impõe-se por meio de um poder essencialmente punitivo, coercitivo, que age excluindo, impondo barreiras. Seu mecanismo fundamental é o da repressão. A lei é teoricamente fundada na concepção «jurídico-discursiva» do poder e histórico-politicamente criada pelo Estado medieval e clássico. A norma, pelo contrário, tem seu fundamentos histórico-políticos nos Estados modernos dos séculos XVIII e XIX, e sua compreensão teórica explicitada pela noção de «dispositivo». Os dispositivos são formados pelos conjuntos de práticas discursivas e não-discursivas que agem, à margem da lei, contra ou a favor delas, mas de qualquer modo empregando uma tecnologia de sujeição própria.

Práticas discursivas

As práticas discursivas que os integram compõem-se dos «elementos teóricos» que reforçam, no nível do conhecimento e da racionalidade, as técnicas de dominação. Estes elementos são criados a partir dos saberes disponíveis — enunciados científicos, concepções filosóficas, figuras literárias, princípios religiosos, etc... — e articulados segundo as táticas e os objetivos do poder. As práticas não-discursivas são formadas pelo conjunto de instrumentos que materializam o dispositivo: técnicas físicas de controle corporal; regulamentos administrativos de controle do tempo dos indivíduos ou instituições; técnicas de organização arquitetônica dos espaços; técnicas de criação de necessidades físicas e emocionais etc.

** Arquétipo do mundo*

Da combinação destes discursos teóricos e destas regras de ação prática o dispositivo extrai seu poder normalizador. A lei, através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais.

Prática da Norma

Segundo Foucault, o século XIX assistiu à invasão progressiva do espaço da lei pela tecnologia da norma. O Estado

modernos

moderno procurou implantar seus interesses servindo-se, predominantemente, dos equipamentos de normalização, que, são sempre inventados para solucionar urgências políticas.

Aplicando essas noções ao estudo do controle da família e da loucura, Castel e Donzelot mostram como, num momento histórico preciso, estes mecanismos são acionados e intervêm no social.

No trabalho de Castel, a ação normalizadora sobre os loucos se desencadeia para preservar a integridade do contrato social democrático-burguês. O louco, por sua conduta insana, era levado a romper, freqüentemente, o contrato social. No entanto, era considerado irresponsável e, em consequência, sua punição infringiria os princípios do liberalismo. Mas, como o comportamento transgressor não podia permanecer impune, o dispositivo médico é posto em marcha e, por intermédio da tutela psiquiátrica, a loucura é penalizada sem que o humanismo seja ferido.

** Donzelot*

Donzelot mostra como a família teve um destino político semelhante. O Estado moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas consequências políticas da miséria e do pauperismo. No entanto, não podia lesar as liberdades individuais, sustentáculo da ideologia liberal. Criam-se, assim, dois tipos de intervenção normativa que, defendendo a saúde física e moral das famílias, executavam a política do Estado em nome dos direitos do homem.

A primeira dessas intervenções deu-se através da medicina doméstica. Esta medicina, no interior da burguesia, estimulava a política populacionista, reorganizando as famílias em torno da conservação e educação das crianças. A segunda, dirigiu-se às famílias pobres sob a forma de campanhas de moralização e

(3) Castel, Robert. A ordem psiquiátrica, a idade de ouro do alienismo, Rio, Ed. Graal, 1978. Donzelot, Jacques, La police des familles, Paris, Minuit, 1977.

higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social e a medicina concertaram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos. Essas intervenções demográficas junto aos ricos e demográfico-policiais sobre os pobres permitiam a proliferação e a liberação de uma mão-de-obra politicamente dócil para o livre jogo do mercado de trabalho. A ação médico-filantrópico-assistencial conduzia a vida privada sem desrespeitar o pacto social.

X No caso dos loucos, como no da família, a norma desenvolveu-se para compensar as falhas da lei. No primeiro caso, o agente da infração não podia ser punido porque era irresponsável; no segundo, o contrato social não previa e não podia incluir a conduta infratora na categoria do crime. Por razões desta ordem, a normalização tornou-se indispensável ao funcionamento do Estado e tendeu a crescer e estabilizar-se num campo próprio de poder e saber, o do «desvio», da «anormalidade».

Este esquema compreensivo nos deu as chaves fundamentais para a interpretação das relações entre família, medicina e Estado no Brasil do séc. XIX. A higiene da elite familiar brasileira seguiu de perto este rumo, integrando a série de medidas normalizadoras que buscavam organizar a sociedade independente.

2. Urbanização da família, estatização dos indivíduos.

A normalização médica da família brasileira operou-se em estreita correspondência com o desenvolvimento urbano e a criação do Estado nacional. O período joanino marca o início deste processo.

Os problemas demográficos criados pela chegada da Corte e o ritmo econômico imprimido ao Brasil pelo capitalismo europeu, especialmente o inglês, acentuaram as deficiências urbanas do Rio. Os aristocratas tinham hábito de consumo, lazer, higie-

4. ver: Albuquerque, José Augusto Guilhon de. *Metáforas da desordem*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

ne, moradia, etc... que não encontravam satisfação no bisonho funcionamento da cidade. Por outro lado, indústria e comércio internacionais precisavam modernizar a rede de serviços urbanos e a rotina de subsistência da população a fim de escoarem seus produtos. A modificação do comportamento familiar era um dado importante nessa estratégia. No seu apego à tradição, a família colaborava na manutenção da inércia que banhava o mundo colonial. Suas relações com o meio citadino e suas formas internas de coesão eram profundamente conservadoras.

Até fins do período colonial a administração não encontrara meios de dominar a interferência do grupo familiar sobre o meio externo. O Governo, paralisado pela política da metrópole, transigia diante dos interesses privados, demonstrando a fragilidade de seu poder. Com a chegada de D. João esse equilíbrio de forças modificou-se. A aristocracia portuguesa e a burguesia europeia, unidas, detinham um poder incomparavelmente superior ao das famílias nativas. A cidade, em consequência, não podia continuar obedecendo a seus antigos donos.

A «reeuropeização» da sociedade brasileira, segundo a expressão de Gilberto Freyre, narra a trajetória desse deslocamento de poder.⁵ Toda a série de mudanças dos hábitos coloniais, que o autor descreve como a progressiva ocidentalização das velhas influências orientais na cidade e na população, mostra o alcance dessas modificações. Do nosso ponto de vista, contudo, importa apenas notar como esta substituição repercutiu sobre a família e de que forma e com que meios ela foi promovida e executada.

X Neste sentido, observa-se uma forte identidade entre os mecanismos de coerção empregados pelo Estado português sediado no Brasil e os instrumentos coercitivos da administração

5. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit.

colonial. Ambos utilizaram preferencialmente a lei, a punição e o aparelho jurídico-policial como instância e parâmetro de correção.

* Dois episódios ilustram essa tática: o da lei das aposentadorias e o da ordem de abolição das rótulas. Pela lei das aposentadorias os membros da administração real tinham o direito de requisitar casas particulares para suas estadias em cidades onde iam realizar inspeções jurídicas, fiscais, etc... Na Colônia esta lei parece ter sido aplicada com parcimônia. Não se conhecem ecos históricos de sua utilização abusiva naquele período. Com D. João a situação mudou. Aristocratas e serviais da Corte passaram a fazer uso da lei, sistemática e inescrupolosamente. O beneplácito real permitiu que inúmeras residências fossem tomadas a seus proprietários, que não tinham direito a indenização ou ressarcimento de qualquer sorte. As famílias lesadas, naturalmente as mais ricas, nada podiam fazer para conter o arbítrio. Só havia um caminho a seguir, curvar-se à vontade do Príncipe.

A abolição das rótulas e gelosias processou-se de um modo idêntico. Estes elementos arquitetônicos, sinais da cultura árabe na construção portuguesa, eram abundantemente empregados nas residências coloniais. Em particular, nos sobrados e casas das classes mais abastadas. Com o afluxo de aristocratas portugueses, políticos e comerciantes europeus, subitamente se tornaram sintoma de atraso cultural e «barbárie» estética, donde a ordem de extinção. Naturalmente o pudor estético escondia outras intenções. As rótulas permitiam aos habitantes das casas e sobrados verem o movimento das ruas sem serem vistos. Era difícil à guarda de segurança do Rei zelar pela integridade física do Monarca e de outros aristocratas naquelas condições. Além disso, eram fabricadas em madeira, e a indústria europeia interessava comercializar grades de ferro e vidraças. Para Gilberto Freyre, a melhor prova destes interesses econômicos na ordem de abolição das rótulas é que a medida estendia-se apenas aos sobrados e casas da população mais rica. Os pobres, que não dispunham de recursos para comprar os produtos industrializados, podiam continuar ferindo a sensibilidade artística da cida-

de.⁶ O escândalo estético, no fundo, visava a prevenir os atentados políticos e econômicos.

Como quer que seja, os dois exemplos mostram de que maneira a urbanização conduzida pelo Estado luso abateu-se sobre a família. O poder atacou-a frontalmente, destruindo aquilo que publicamente refletia seu poderio. A ruptura com a tradição foi levada a cabo sem nenhum respeito pelo costume social ou pela convenção jurídica.

Evidentemente, nem todo esse percurso foi pontuado por solavancos deste tipo. Mas seria ingênuo pensar que ele se deu apenas através da suavidade teórica do «espírito de imitação» ou dos «efeitos de demonstração» como querem alguns autores. O contato do poder com os indivíduos pode ser tenaz, persistente, paciente, jamais terno ou inocente. Esses instantes drásticos recapitulam de modo sintético a orientação geral que foi dada à submissão das famílias pelo Estado. O governo do Príncipe não se preocupou em legitimar suas ações políticas. O caráter autocrático do sistema impediu a partilha e a distribuição do poder. A transformação do espaço urbano procurava atender, exclusivamente, ao bem-estar e ao enriquecimento da aristocracia portuguesa e do capitalismo europeu.

É neste ponto que a estratégia joanina coincide com a óptica dos governos coloniais. O grupo familiar foi obrigado a servir aos dois senhores sem promessas de benefícios. O equívoco do passado repetia-se.

Na Colônia essa tática predatória já havia dado provas de sua ineficácia. A militarização proposta por Lavradio tinha demonstrado como os expedientes punitivos e extorsivos baseados na legalidade repressiva eram débeis. No entanto, a opção pelas medidas violentas ou sutis mas, de qualquer forma, unicamente voltadas para os interesses reais, voltou a predominar. A questão da descoberta e ativação dos sucedâneos civis da militarização foi adiada e preterida pela velha mecânica do poder soberano.

6. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit. v. 2, pp. 479-480.

Esta estreiteza de métodos e objetivos explica as características da urbanização familiar dos primeiros tempos. A família deixou-se modelar pela cidade mas não se converteu ao Estado. Pelo contrário, aprendeu a servir-se da mudança e a usá-la como arma contra o adversário. A abertura para o desenvolvimento econômico e cultural apagou da superfície urbana os emblemas do poder familiar mas remanejou, pouco ou quase nada, sua força de ação centrípeta. Quanto mais as famílias secularizavam seus costumes, racionalizavam suas condutas e administravam melhor suas riquezas, mais reforçavam seus vínculos de solidariedade interna. O aburguesamento citadino equipou-as com instrumentos de combate aos portugueses. A espoliação e os demandas da aristocracia fortaleceram-nas na defesa dos interesses privados e na hostilidade contra o Estado. A Independência e a Abdicação refletem, em parte, esta incapacidade do Governo português em conquistar o apoio das elites, o que lhe teria, talvez, permitido manter por mais tempo o estatuto colonial do Brasil.

Após a Abdicação, o poder central entendeu que não bastava urbanizar a família, era preciso estatizar os indivíduos. A força da lei não produzia automaticamente indivíduos urbanos e submissos ao Estado. A justiça soberana podia ser eficaz na violação da arquitetura das casas ou do direito de propriedade, mas detinha-se nas fronteiras da vida privada. As relações afetivas, os comportamentos íntimos, as representações do corpo, a percepção das necessidades emocionais possuíam uma estabilidade inamovível por decretos legais. Estes segmentos do universo familiar, causa e consequência do poderio econômico e cultural dos senhores, permaneciam imunes às represálias jurídico-policiais.

No entanto, de sua transformação dependia a plena vigência de nova ordem. Os indivíduos submersos e ofuscados pelo poder e unidade de seus grupos familiares tornavam-se cegos e surdos às solicitações do Estado. As técnicas de urbanização tinham que levar em conta esses obstáculos. Paralelamente à reeuropeização das mentalidades e costumes, os indivíduos deveriam adquirir a convicção da importância que o Estado tinha na preservação da saúde, bem-estar e progresso da população.

Surge então a necessidade premente de se organizarem formas de coerção capazes de redefinir-lo aos olhos das famílias. O poder estatal de inimigo deveria passar a aliado.

Neste momento, as técnicas disciplinares saem do ostracismo colonial e começam a ocupar o primeiro plano da cena político-urbana. O sucesso da higiene indica essa revisão estratégica no trabalho de fissão e reestruturação do núcleo familiar.

Coincidindo com a ascensão do Estado nacional, a higiene médica experimentou um significativo progresso em sua expansão. Em 1829 é fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Essa entidade representava o grupo médico que lutava por se impor junto ao poder central como elemento essencial à proteção da saúde pública e, por extenso, à ordenação da cidade. Em 1832 este grupo obtém uma vitória expressiva em seus avanços para o poder. Naquela data as sugestões contidas nos relatórios da Comissão de Salubridade, setor da Sociedade, são incorporadas ao Código de Posturas Municipais do Rio de Janeiro. Aproximadamente vinte anos depois, em 1852, o Estado cria a Junta Central de Higiene Pública, que confirma e estende a participação da higiene nos cuidados da população.⁷

O reconhecimento público do valor da higiene correspondia ao interesse da elite agrária pela unidade política do país e a versatilidade tática de seu poder.

Uma vez afastados os portugueses, a camada dominante procurou consolidar sua hegemonia diminuindo o fosso que separava as famílias do poder central. Essa cisão manifestava-se a todo momento, de alto a baixo, na escala social. Entre os senhores rurais ela era especialmente visível. Durante as lutas pela Independência, os «latifundiários» coligaram-se contra os portugueses, mas logo após a abdicação esta frente ampla começou a desfazer-se. Naquela época multiplicaram-se os mo-

7. Machado, Roberto, et alii. op. cit.

vimentos secessionistas que, nas províncias, exprimiam as disputas entre as facções da elite rural pela posse do controle político local ou nacional.

Na Corte as desordens repetiam-se entre os setores médios da população. Certos segmentos desse grupo social aliavam-se a parcelas do «latifúndio» contra o poder central ou, o que era mais grave, insuflados por idéias revolucionárias européias e norte-americanas assumiam a defesa da plebe contestando o governo regencial.

O Estado buscava por todos os meios exterminar essas contradições no seio dos privilegiados. As expedições repressivas e os acordos de urgência eram instáveis, sem efeitos duradouros. Se bem que necessários quando a rebeldia ultrapassava o limite de segurança, tornavam-se ineficientes em tempos de paz. O compromisso obtido naquelas circunstâncias mantinha as rivalidades latentes, sempre prestes a explodir. Era preciso criar mecanismos de concórdia que poupassem o Estado dos desgastes da guerra ou da paz armada. O reforço e a ampliação do «sentimento nacional» foi um deles.

O sentimento de «brasileirismo», de «nacionalidade brasileira» recebeu um enorme impulso no séc. XIX. Fenômeno quase desconhecido entre as elites, a ausência de nacionalismo era um reflexo do sistema colonial. Os primeiros colonos sempre se consideraram portugueses, como de fato o eram. Nada os unia à terra e à gente nativas exceto a exploração voraz das riquezas naturais. No decorrer da colonização este afastamento atenuou-se. Contudo, não conseguiu ultrapassar as ligações imediatas com o meio circunvizinho. Quando muito as relações dos primeiros povoadores com o ambiente sócio-político iam até os confins das províncias. O monopólio das decisões político-administrativas mantido por Portugal fazia com que o intercâmbio entre as regiões se tornasse quase desnecessário, quando não proibido. As grandes distâncias geográficas facilitavam ainda mais essa dispersão.

Em função dessa pulverização econômica, política e territorial as populações foram construindo modelos de identidade política sem o traço comum de nacionalidade. Até o séc. XVIII, época em que as idéias emancipatórias ganham força, os habi-

tantes do país não haviam incorporado à consciência cívica o sentimento de pátria ou nação.

A língua portuguesa e a religião católica, embora tenham criado uma certa homogeneidade cultural, não foram veículos de formação ou expressão do sentimento nacional. Pelo contrário, muitas vezes acentuaram a distância entre colonizadores e colonizados, elite e plebe, instaurando uma dicotomia em seu funcionamento e utilização social.

No que diz respeito à língua observa-se uma clara distinção entre a regra semântico-sintática dos portugueses brancos, política e culturalmente ligados à metrópole, e a regra mestiça, abastardada e socialmente desqualificada, que era a fala dos negros mestiços e índios. Gilberto Freyre já fez notar com pertinência as tensões culturais que na população como um todo e particularmente entre as famílias «latifundiárias» eram produzidas pelos constantes deslizos da norma culta linguística. Os membros das grandes famílias que, no contato com a escravidão ou a plebe livre, tendiam a falar e exprimir-se na forma vulgar do português eram corrigidos pelos mestres e reconduzidos ao universo cultural da metrópole.

A língua, por conseguinte, não estimulava o fortalecimento do sentimento nacional. Mesmo porque, divulgada e ensinada sobretudo pelos religiosos, seguia a inflexão dada por eles à religião. Os jesuítas, para tomar o exemplo mais expressivo do educador no Brasil-Colônia, preocupavam-se em difundir uma cultura que, como o catolicismo, voltava-se ostensivamente para os abstratos interesses da cristandade ou para os concretos interesses da Ordem. Seus discípulos ou eram levados a se reconhecerem na tarefa evangelizadora da colonização portuguesa ou então a defenderem os objetivos da corporação. Quando alguns deles convertiam-se aos interesses das famílias poderosas passavam a cultivar um catolicismo e uma instrução abertamente preocupados em inculcar a submissão e o servilismo aos valores «latifundiários». Essa drenagem do movimento da cultura em função das finalidades de um estamento em nada ajudou o crescimento de uma consciência política nacional.

É interessante notar como o arsenal semântico exprimia essa realidade sócio-cultural. A palavra «brasileiro», por exem-

Brasil, com nome
 plo, era empregada no início da colonização para designar a profissão de quem recolhia pau-brasil. Era-se brasileiro como se era carpinteiro ou pedreiro.⁸ Até o séc. XVIII o uso do termo em sua acepção atual era relativamente escasso. A identificação sócio-cultural dos indivíduos raramente fazia apelo à «nacionalidade brasileira» como marca de indexação ou singularização. A palavra era pouco utilizada porque a profissão praticamente se extinguiu e a conotação moderna ainda não estava estabilizada. As pessoas não se identificavam por suas origens nacionais mas, preferencialmente, por suas origens regionais, geográficas, étnicas ou religiosas. Os indivíduos eram denominados de mineiros, paulistas, baianos, etc. (origem regional); ou, de índios, negros, mamelucos, cabras, mulatos, etc. (origem étnica); ou, mazombos crioulos, reinóis (origem étnico-geográfica); ou, finalmente, cristãos velhos, cristãos novos, judeus, sefardins, mouros, gentios, etc. (origem religiosa).

O mesmo fato observa-se a propósito do uso da palavra «nação». Nos séculos XVI, XVII e mesmo no XVIII a palavra nação era reservada aos judeus ou a outras minorias, a quem se tratava por «gente de nação».⁹ A «nação» da Colônia era portanto um conceito discriminatório que nada tem a ver com sua representação político-unificadora da atualidade.

Só nas últimas décadas do séc. XVIII a língua e a religião, através do nativismo, passam a integrar a corrente cultural em favor do sentimento nacional. Mesmo assim, a insistência com que no séc. XIX o nacionalismo é defendido e exaltado, faz supor que o patriotismo nativista do séc. XVIII foi insuficiente para implantar o espírito nacional na sociedade brasileira. A dependência política e econômica de Portugal, as relações de trabalho e convívio social não permitiram o desenvolvimento do espírito nacional. A relação com o ambiente próximo delimitava o universo de dificuldades, problemas e aspirações e dispensava a ideologia nacionalista como imperativo de ordenação política.

8. Souza, Bernardino José de. *O Pau-Brasil na História Nacional*, citado por Hoornaert, Ednardo, et alii, op. cit. p. 32.

9. Novinsky, Amiz. *Cristãos novos na Bahia*, São Paulo, Perspectiva, Ed. da USP, 1972, pp. 68-69.

Impulso ao
 Esses resíduos do passado colonial infiltraram-se na sociedade independente do séc. XIX, contaminando o espaço cultural e chocando-se contra a direção política do Estado agrário.

Nas comédias de Martins Penna, o confronto entre o particularismo dos interesses dos indivíduos e as amplas estratégias nacionais aparece em um dos seus aspectos vitais, a mobilização militar contra os contestadores do poder central. Em um trecho de *O Juiz de paz da roça* a questão transparece no seguinte diálogo:

«Escrivão — dentro: Dá licença, Senhor Manoel João?

«Manoel João: O senhor por aqui a estas horas é novidade.

Escrivão: Venho da parte do senhor juiz de paz intimá-lo para levar um recruta à cidade.

Manoel João: O homem, não há mais ninguém que sirva para isto?

Escrivão: Todos se recusam do mesmo modo e o serviço no entanto há de se fazer.

Manoel João: Sim, os pobres é que o pagam.

Escrivão: Meu amigo, isto é falta de patriotismo. Vós bem sabeis que é preciso mandar gente para o Rio Grande; quando não, perdemos essa província.

Manoel João: E que me importo eu com isso? Quem os que os desarme».¹⁰

Em outra peça: *As desgraças de uma criança*, o problema ressurgue:

«Pacífico: Queixa-te da minha má fortuna. Se não fosse o diabo do recrutamento, que me deu com os ossos na cidade, debaixo desta maldita farda, hoje podia estar casado contigo.

Madalena: E bem sabes que esse era o teu dever.

Pacífico: Mas assim não quis o serviço do Estado. Quem recruta não quer saber se o homem está para casar, ou se deve casar-se. Vai agarrando a torto e a direito. É uma tirania».¹¹

10. Penna, Martins. *O Juiz de Paz da Roça* (1838) in *Comédias*, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s. d., pp. 42-43.

11. Penna, Martins. *As desgraças de uma criança* (1845) in *Comédias*, op. cit. p. 550.

Nas duas sátiras a ameaça à integridade territorial e política do país não sensibilizava os personagens convocados para servir ao exército na Guerra dos Farrapos. Os interesses de trabalho, de sobrevivência moral e material superavam de muito o cuidado com a unidade nacional.

Esse potencial de desobediência civil, notavelmente concentrado nas redes de relações familiares, vai ser atacado pela propaganda nacionalista em todo o séc. XIX. Ataque obviamente comandado por políticos, mas fortemente auxiliado por literatos e pelos novos agentes de domesticação familiar, os médicos.

3. Amor da família, amor ao Estado.

O dispositivo médico inseriu-se na política de transformação familiar compensando as deficiências da lei. Vários motivos faziam com que o governo estatal dos indivíduos não pudesse se realizar exclusivamente por meios legais. Em primeiro lugar, os desacertos da administração portuguesa não podiam ser repetidos. As incursões piratas à propriedade privada e à autonomia individual deviam ser evitadas na medida do possível. Violências jurídico-legais desta ordem pisoteavam a medula ideológica do nacionalismo. A longo prazo essa política seria letal aos interesses do Estado.

Em segundo lugar, a legalidade jurídica, como já foi observado, era incompetente para introduzir-se no convívio íntimo da família. Sua natureza era avessa à natureza das ligações intrafamiliares; sua intromissão provocava sempre atritos e irritações. A vida privada não se deixava codificar pelo vocabulário jurídico. Não obstante algumas de suas mais importantes funções possuírem um estatuto jurídico bem definido, a força que as movia não emanava da lei. É o caso, por exemplo, do direito esmagador do homem sobre a mulher e a prole. O poder paterno colonial alimentava-se da ética religiosa e do domínio do «latifúndio» sobre o meio cultural. Foi neste terreno baldio da ordem social que o poder do pai cresceu e frutificou. E, com ele, toda a série de comportamentos e sentimentos que formavam a intimidade familiar. Em consequência, estes hábitos não podiam ser etiquetados de legais ou ilegais. Eles poderiam ser úteis ou nocivos, mas,

nunca redutíveis ao território da justiça. Só as instâncias que enunciassem os julgamentos em termos morais poderiam ser aceitas. Fora desses parâmetros, toda intromissão seria fobicamente tratada pela família como estranha à sua substância. O instrumento adequado ao controle da vida íntima deveria, portanto, ostentar insígnias de poder e saber sobre a moral.

Em terceiro lugar, os meios jurídico-legais não dispunham de agentes suficientemente numerosos para manter a vigilância e o controle necessários. A questão da salubridade das cidades já demonstrara a inviabilidade do controle da saúde através dos fiscais de justiça. Os agentes de transformação deveriam poder dispensar estes catalizadores externos. A própria família deveria animar a produção de seus fiscais. A operação deveria ser ágil, contínua e pouco onerosa.

Finalmente, em último lugar, a justiça não sabia como criar e perenizar mecanismos de prazer que se combinassem aos projetos de mudança, seduzindo as famílias e tornando-as amantes do Estado. A assimilação eficaz do corretivo estatal não dependia apenas de seu grau de solubilidade. Além de aceitável ele deveria induzir efeitos gratificantes e duradouros. As famílias deviam sentir-se recompensadas e não punidas pela intervenção do Estado. A mudança tinha que acenar, antes de mais nada, com promessas de lucro capazes de provocar reações em cadeia, que se estendessem ao longo das gerações.

Ao conjunto dessas exigências, a medicina respondeu com a higiene. Idealmente, a família projetada pelos higienistas deixaria-se manipular acreditando-se respeitada; abandonaria antigos privilégios em troca de novos benefícios, auto-regular-se-ia, tornando cada um dos seus membros, num agente da saúde individual e estatal.

Desenvolvendo uma nova moral da vida e do corpo, a medicina conformou as vicissitudes da lei, classificando as condutas lesa-Estado como antinaturais e anormais. Todo o trabalho de persuasão higiênica desenvolvido no séc. XIX vai ser montado sobre a idéia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado.

Bem entendido, esta não foi a única meta dos higienistas. Como já afirmamos e procuraremos demonstrar, a conversão do

CONVERSÃO
universo familiar à ordem urbana foi um dos seus objetivos fundamentais. A maioria das prescrições higiênicas visavam a essa «reuropeização» dos costumes. Mas, essa reurbanização da família não podia deter-se na fronteira da cidade. A família reurbanizada estava incluída na estratégia de «nacionalização».

Os trabalhos médicos sobre a higiene mostram como, no nível do saber, essa troca de favores entre medicina e Estado foi teorizada. Um mesmo eixo lógico orientava todos eles. De início, o fenômeno físico, cultural ou emocional era aspirado e convertido em fato médico e, em seguida, reinjetado no tecido social conforme a articulação prevista. Desta forma, o repertório de sentimentos e conduta antes administrado pela família era encampado pela medicina e, através dela, devolvido ao controle estatal.

Certos temas abordados pelos higienistas revelam a mecânica interna deste procedimento. O amor, por exemplo, anteriormente percebido pela família através do filtro religioso ou das formas dessubjetivadas e abstratas da literatura clássica¹² transformou-se pela ação higiênica, num evento adequado à manipulação médico-estatal.

Num estudo sobre a educação física e moral das «paixões e afectos d'alma», Figueiredo Jaime mostra o funcionamento deste tipo de teoria¹³. Inicialmente, o autor se apossa higienicamente do fato emocional através de extensa e imprecisa noção de «medicina moral»¹⁴. A medicina moral, como o nome sugere, seria a especialidade médica que, por delegação científica, teria direitos sobre a moral privada e pública dos indivíduos. Em seguida o caráter gratuito e expropriatório desse argumento é atenuado pela inclusão do sentimento no campo da biologia da reprodução. Não bastava afirmar peremptoriamente que cabia à medicina moral zelar pela saúde do amor. Essa captação médica

12. Cândido, Antônio. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos*, 5ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975, v. 2.

13. Jaime, Manoel Ignacio Figueiredo. *Considerações sobre as Paixões e affectos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor à pátria*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1836.

14. Ibid. p. 2.

de um fenômeno até então estranho à medicina poderia ser abusiva. Para que a lógica higiênica ganhasse caução e credibilidade científica, fontes de seu poder sobre a moral, era preciso que o amor se convertesse em sinônimo de «instinto de propagação»¹⁵. A partir desse suporte biológico, a higiene, livre de escrúpulos teóricos, podia então investir seus verdadeiros objetivos.

O amor, ao mesmo tempo em que se fazia sinônimo do instinto de propagação, era também definido como «a paixão impetuosa da alma de um para outro sexo»¹⁶. O pequeno deslize conceitual encerrava grandes consequências políticas. Por paixão o autor entendia, «as propensões, as inclinações, os desejos, e as aversões, levadas a um certo grau de vivacidade, juntas a uma sensação confusa de prazer e dor, ocasionadas ou acompanhadas de algum movimento irregular do sangue e dos espíritos animais»¹⁷. Como se vê, a paixão era um conceito limite entre o biológico e o sentimental. Esse artefato conceitual é o que permitia a educação moral do amor.

O instinto de propagação, por sua natureza biológica, não poderia ser educado. O amor-paixão, pelo contrário, continha em sua composição ambígua a possibilidade de ser domesticado e reorientado para fins sociais: «As paixões bem dirigidas produzem as grandes ações, as grandes virtudes, e os grandes heróis»¹⁸. Definindo o amor como paixão, o que se pretendia era reduzi-lo a um fenômeno manejável pelas técnicas médicas. O amor antigo, impessoal, sopro de Deus ou dádiva das musas, tornava os homens irresponsáveis por seu sentido ou direção. O amor higiênico, em oposição, era humano, filho da biografia «burguesa» e da biologia médica. Essa recondução do amor ao espaço do corpo era o prenúncio de seu futuro deslocamento para o Estado.

Tratamento teórico semelhante foi dado ao termo alma. O reiterado emprego desta noção num texto médico não deve ser

15. Ibid. p. 8.

16. Ibid. p. 11.

17. Ibid. p. 2.

18. Ibid. p. 1.

Não se vê

entendido como um sinal anacrônico e residual da pregnância religiosa na cultura. Ainda menos como uma mera manifestação das convicções católicas dos higienistas. O recurso à alma foi o que possibilitou a higiene infiltrar-se na moral da família sem fraturar suas antigas crenças e valores e, simultaneamente, reorientar o prestígio da religião em seu benefício. Fingindo respeitar o sagrado, na verdade, a medicina facilitava sua difusão na atmosfera familiar. A alma foi o salvo-conduto que permitiu aos médicos contrabandear para o interior do mundo privado os novos significantes higienicos. A definição dada ao termo mostra a função de vetor do poder médico que lhe foi atribuído.

A alma era definida ora como «sede das paixões», ora como alvo sensível e vulnerável aos «efeitos morbíficos» destas mesmas paixões.¹⁹ Na primeira acepção ela era francamente laicizada. Definida como núcleo emissor desses pseudópodos morais que eram as paixões, terminava por estabelecer sinapses com as ramificações biológicas do instinto de propagação. Esse vínculo orgânico-moral com o corpo afastava a progressivamente de sua relação privilegiada com o espírito. A alma religiosa era por essência separada da matéria; a alma médica, pelo contrário, plantava suas raízes no corpo.

* Manipulando a religião, a medicina insinuava-se no espaço moral e lançava as bases para a educação higiênica. Essa hipótese é comprovada pela segunda definição dada ao termo alma. Aparentemente, a segunda acepção do termo parecia guardar um certo parentesco com a noção religiosa. Em ambos os contextos a alma era vista como um fenômeno exterior ao corpo, passível de sofrer o impacto deletério das paixões. No entanto, a sequência do raciocínio higiênico negava, implicitamente, essa enganosa identidade. O que ameaçava a alma higiênica não eram os vícios e fraquezas da carne, mas os vícios e fraquezas do corpo. A alma pecadora rompia o pacto com Deus e perdia o dom da Graça; a alma apaixonada desobedecia à regra médica e perdia a saúde. A perfeição da primeira dependia dos exercícios espiritu-

19. Ibid. pp. 1-5.

→ P. os higienistas
P. os religiosos

ais; a da segunda, dos exercícios higiênicos. Essa alma mundana, medicamente secularizada, nada tinha em comum com a alma católica. A higiene integrou-a a seu vocabulário pelo valor que ela tinha no processo de transferência dos indivíduos da órbita familiar para a órbita do Estado. Através dela procurava-se fazer crer que o amor à nação não era uma obrigação política mas um impulso espontâneo do corpo e do espírito.

Foi assim que o «amor à pátria», definido com um «afeto d'alma», apresentou-se à família em sua versão médica: «Também se referem na história casos de sacrifício pela Pátria, entretanto esse entusiasmo glorioso, e raríssimo, não é uma enfermidade, e oxalá que ele não fosse tão esquecido. Quando os encarregados do leme do Estado estejam penetrados deste estrito dever, e sejam os seus primeiros observadores, quando também a maioria da nação assim o quer e cumpra, todos os bens e prosperidades se podem augurar a este Estado. Então as leis serão boas e suficientes e toda e qualquer forma de governo adotado será ótima»²⁰

Proselitismo

O proselitismo político-higiênico era claro. Porém, o mais importante era a sutileza tática que se dissimulava sob a superficial grosseria teórica. Sem maiores justificativas afirmava-se que o «amor à pátria não era uma enfermidade», como se essa fosse uma representação corrente do fenômeno. A ausência de patriotismo, fato social, era deste modo abruptamente inscrita na ordem médica. Por meio dessa acrobacia verbal a higiene antecipava a definição positiva que seria dada, em breve, à sujeição dos indivíduos ao Estado. Afirmando que o amor à pátria não era uma doença, os higienistas não tardaram em proclamá-lo sinal de sanidade. E, num movimento de retorno político-teórico, a ausência de patriotismo foi redefinida como deficiência físico-moral. As idas e vindas da teoria tinham um propósito explícito: demonstrar que a incapacidade de amar o Estado era uma doença. E, por extensão, postular que a submissão do indivíduo ao governo estatal não era sintoma de anulação política mas prova de boa saúde.

20. Ibid. p. 21.

Mas a promoção higiênica do nacionalismo não parava neste ponto. Essa descrição apenas constata que o corpo perfeito e a alma sadia secretavam fisiológico-moralmente o patriotismo. Restava determinar a etiologia e a terapêutica preventiva e curativa. Enquanto equipamento normalizador, a higiene interessava-se sobretudo em detectar os agentes etiológicos e estabelecer as regras do diagnóstico precoce e da prevenção primária. E nesta perspectiva que a família vai ser redescoberta e sofrer as medidas saneadoras que visavam a exterminar os focos de resistência ao controle estatal.

Soares de Soisa observava que certos indivíduos mostravam-se incapazes de servir ao exército com o patriotismo porque tinham tido uma educação física e moral insuficiente.²¹ Nesta categoria incluíam-se os homens das cidades que «acostumados às delícias da vida» seriam ordinariamente incompetentes para o serviço militar.²² No pólo oposto estavam os homens do campo que «familiarizados com o trabalho e as intempéries» apresentavam melhores condições físicas e morais para cumprirem aquela tarefa.²³ Mas, justamente esses homens válidos, quando recrutados, eram freqüentemente vítimas de «paixões deprimentes» que reduziavam suas qualidades militares.²⁴ O autor lamentava este desperdício de potencial patriótico e explicava que essa predisposição mórbida a adoecer, quando a serviço do Estado, tinha uma etiologia bem definida, a vida familiar: «...esses homens dessas pequenas povoações, dessas roças, estes criados desde a infância em plena liberdade, versados nesses hábitos da vida camponesa, não experimentaram outro jogo, senão o poder paterno, quando recrutados, estranham muito este novo modo de vida, para logo pensar que vão passar uma vida de rigores e tormentos, que vão morrer e não voltarão mais ao seio das famílias, todos estes temores sobem do ponto de vista desses apar-

21. Soisa, Francisco Manoel Soares de. *Generalidades médicas acerca do recrutamento*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

22. Ibid. p. 13.

23. Ibid.

24. Ibid. p. 20.

Fontes principais
Análises
Tese da Faculdade de
Medicina do RJ

tos de disciplina a que se acham desde logo sujeitos... tornam-se indiferentes a tudo, não parecendo respirar senão tormentos, só exalam saudades da família e do lar paterno...»²⁵

Como era previsível, a caça aos agentes etiológicos conduzia em linha direta à família. Poder-se-ia pensar, pelo teor do texto, que a higiene tinha como alvo a família pobre. Contudo, a maioria das teses em absoluto confirmaria esta hipótese. No sistema escravagista do séc. XIX, seria quase ingênuo imaginar que as preocupações dos higienistas se voltassem para as famílias dos desclassificados da ordem social. O discurso médico tinha endereço certo: Ele se dirigia à família de elite, letrada, que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado. É neste sentido que Cândido Balbino afirmava: «Já que a maior parte dos pais despreza as vantagens reais pelas conveniências aparentes, deixando quase sempre de atender às verdadeiras necessidades de seus filhos, compete ao governo, verdadeiro pai da mocidade, influir diretamente sobre sua educação.»²⁶ As «vantagens reais» eram as novas perspectivas político-econômicas abertas pela elite agrária, enquanto que as «conveniências aparentes» eram os antigos hábitos derivados do poder do patriarca colonial.

A retórica médica não era vazia de sentido. Os higienistas estavam firmemente convencidos, estrategistas lúcidos que eram, das vantagens que a elite familiar podia extrair deste novo tipo de relação com o Estado. Este ponto de vista é incisivamente exposto por Joaquim Pedro de Mello: «Ora, quando consideramos que no Brasil a maioria dos pais de família, carecendo de talvez todos os preceitos mais essenciais à obtenção do mais almejado voto de seus corações que é certamente a saúde e o aperfeiçoamento dos órgãos de seus filhos, involuntariamente cooperam a cada momento para sua ruína... sentimos imediatamente, que a humanidade, que o interesse e mesmo a honra

25. Ibid. pp. 19-20.

26. Cunha, Balbino Cândido da. *Esboço de uma higiene dos colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem regular os nossos colégios*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854, p. 27.

deste país que novo, e de uma extensão imensa precisa mais que nenhum de filhos que o engrandecem e o tornem respeitado...

«Daqui se deriva o inconcuso direito, de que se não pode por forma alguma *demitir a sociedade de exigir que os pais* (grifos meus) respeitem o futuro de sua posteridade, conduzindo-a conformemente os preceitos ditados pelos *sãos princípios de uma higiene racional e confirmados pela luz de uma moral esclarecida, antemurais seguros da grandeza de uma nação*».²⁷

As receitas higiênicas estreitavam a convergência entre objetivos médicos e objetivos do Estado para dilatar a oposição entre a família e este mesmo Estado.

Todavia essa dicotomia radical era, aqui e ali, dosada por momentos de moderação. O entusiasmo nacionalista era freiado, de vez em quando, por atitudes afáveis em direção às famílias. Na verdade, não interessava à higiene a manutenção dessa polaridade tensa. Para que o poder estatal reconhecesse e fortalecesse o poder médico era preciso que ele fosse eficaz. E a primeira prova de eficácia era a capacidade de se fazer aceitar pelas famílias. Sem isso, o movimento de estatização dos indivíduos ficaria paralisado.

A medicina social não poderia, portanto, colocar-se numa postura de alçoz. A posição tática mais justa, os higienistas perceberam, não seria a de aliado de um contra o outro, mas a de intérprete e aliado dos dois. O que a higiene precisava desenvolver, como de fato o fez, era a ideia de que os pais erravam por ignorância. Apesar de irresponsáveis, no fundo eles desejavam para os filhos aquilo que a higiene previa como correto e bom. A afirmação de que o «mais almejado voto do coração dos pais de família era o aperfeiçoamento dos órgãos de seus filhos» que «involuntariamente eles levavam para a ruína» encontra seu sentido neste contexto tático. Essa mesma posição de intérprete da ignorância e aliado da lucidez é adotada face ao Estado quando os médicos afirmam que, através da higiene, o poder estatal vai conseguir dos indivíduos a completa servidão.

27. Mello, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação física dos meninos*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846, pp. VII-3.

* Mediante essa manobra a higiene fundava novas técnicas de intervenção na vida privada da família. Note-se como, ao contrário da justiça, reconhecia-se a falta e a culpa familiar mas insistia-se em afirmar que o faltoso era irresponsável. A irresponsabilidade e a ignorância não eram acidentes atenuantes do «crime». As duas condições definiam a essência da infração familiar. Elas tinham que ser mantidas, defendidas, estimuladas, pois foi sobre elas que a higiene se apoiou para remanejar as relações de poder dentro da família sem ser vista como intrusa ou inimiga. O estigma da incompetência e do desconhecimento é o que lhe permitiu criar um tipo de dominação sobre a família, análogo ao da relação de tutela, descrita por Castel, a respeito da apropriação médica da loucura.²⁸ A irresponsabilidade eximia o sujeito da punição legal e, eventualmente da própria culpa, mas não da correção. Esta última passou a apresentar-se e a exercer-se como necessária ao próprio bem do infrator.

Essa estratégia, no entanto, criava seus próprios limites e exigências. Os higienistas, para manterem viva a situação de tradutores exclusivos do obscuro, vão ser obrigados a inventar, cada vez mais, fatos, distinções e classificações novas do corpo dos indivíduos e do sentimento da família. As diferenciações vão tender para o infinito. O nominalismo da higiene, como já se pôde observar, correspondia à persistência da medicina classificatória do séc. XVIII no interior da medicina anátomo-clínica do séc. XIX. No caso da psiquiatria, esse fato é particularmente expressivo.

Entretanto, outros motivos explicavam a insistência da medicina higiênica em denominar e classificar exaustivamente fenômenos físicos e sentimentais. A necessidade de apresentar o banal sob o signo do insólito era uma condição necessária à implantação da hegemonia médica. A medicina social criava o fato médico inédito e apresentava-o à família que, atônita, descobria no saber higiênico a prova de sua incompetência. O exemplo do amor à pátria é elucidativo desta produção de fenô-

28. Castel, Robert, op. cit.

menos higiênicos. Os médicos, através de suas teorias, redefiniam o sentimento social de maneira absolutamente surpreendente. O amor à pátria não era o que se pensava, um puro expediente político de aliciamento dos indivíduos. Ele existia na natureza, imperceptível aos olhos do leigo. Além do mais, surgia em épocas precisas da evolução biológica e só se desenvolvia sob certas condições. Seu cultivo era delicado e exigia uma atenção e uma experiência que só a higiene poderia transmitir. Na adolescência, afirmava Carrão, «esta necessidade de amor que experimenta o púbere, abre seu coração às mais doces e caras afeições, e expande a sua inteligência pelo amplo horizonte que se apresenta à sua contemplação; ama a Deus com a exaltação do amante, ama a pátria com o entusiasmo da mocidade».²⁹

O patriotismo encontrava na puberdade um de seus momentos mais delicados e promissores. O autor afirmava que, até aquela época, «o mancebo não tinha vivido senão para si».³⁰ A adolescência era o tempo de abertura para o mundo e seus semelhantes. Abertura que começava com o interesse sexual, pois era o amor essa «desconhecida e irresistível força que o arrastava para o sexo sedutor» que, finalmente, apresentava-lhe a «natureza mais risonha, revestida de mais encantos, oferecendo-lhe a nova vida».³¹

O adolescente, como consequência, devia merecer cuidados especiais. Sua heterossexualidade era a via real de acesso ao patriotismo. O nacionalismo político ganhava, assim, uma nova origem biológico-moral e a medicina inventava um personagem higiênico, cuja existência social era, até então, quase desapercebida.

Essa invenção, por sua vez, exigiu a fabricação de novas criaturas médicas. Ao adolescente deveria corresponder um adulto adequado ao seu desenvolvimento e uma criança responsável pelo seu aparecimento. A equação mãe-filho adaptava-se

como uma luva a essa necessidade. A mãe devotada e a criança bem-amada vão ser o adubo e a semente do adolescente, futuro adulto patriótico. Tradicionalmente presa ao serviço do marido, da casa e da propriedade familiar, a mulher ver-se-á, repentinamente, elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Em função destes encargos, suas características físicas, emocionais, sexuais e sociais vão ser redefinidas. Seu papel cultural cresce em força e brilho. A higiene passou a solicitar insistentemente a mulher que, de reprodutora dos bens do marido, passasse a criadora de riquezas nacionais: «Quanto não sois responsável, ó mães, perante a natureza e a sociedade, vós que podeis transmitir com vosso leite nobres e excelentes virtudes e dar à sociedade homens fortes, capazes de suportar todos os trabalhos! Lembrai-vos que nosso futuro, costumes, paixões, gostos prazeres, e até nossa felicidade dependem de vós; corrigi este abuso, e os homens tornar-se-ão verdadeiros filhos, maridos e pais; isto feito, uma reforma geral sucederá na sociedade, a natureza reconquistará seus direitos».³²

Nessa *démarche*, a face produtiva da normalização mostra sua distância da punição legal. A higiene não se limitava a acusar os pais de ineptos ou relapsos na educação higiênica dos filhos e no cumprimento dos deveres patrióticos. Essa maneira impertinente e negativa de denunciar os defeitos era compensada pela promoção de novos educadores do meio familiar. Não havia uma pura e simples abolição de condutas nocivas. Pelo contrário, o fundamental era a descoberta de funções latentes, de virtualidades escondidas que deveriam ser trazidas à luz pela mão dos médicos.

A revalorização do imperceptível, por sua vez, desestruturava a hierarquia do poder familiar. Polindo a embaçada figura do adolescente, a higiene destacava a importância de velhos e adultos e fazia brilhar a infância. Realçando o papel da mulher, recaleava o poder do marido: A família colonial era caleidoscopicamente mudada e cada nova combinação servia de trampolim

29. Carrão, José Mariano de Amorim. *Algumas considerações sobre o homem nas suas diferentes idades*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1848, p. 10.

30. Ibid.

31. Ibid.

32. Meirelles, Zeferino Justino da Silva. *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento materno*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847, p. 16.

para outras investidas médicas. Os elementos trazidos ao primeiro plano aliavam-se aos higienistas contra os antigos dominadores. A solidariedade interna fragmentava-se e nos vãos instantâneos do poder o médico se instalava. Seguramente para infundir a catequese nacionalista, mas também para convencer a família de que sem ele nada restava, senão o caos, a loucura, a doença e a morte.

A política nacionalista do Estado agrário foi, sem dúvida, providencial à corporação médica. Historicamente, até o séc. XIX, a figura social do médico era relativamente desprestigiada. Nos dois primeiros séculos da colonização os médicos classificavam-se entre os «homens-de-ofício» socialmente inferiores aos senhores e aos nobres. Donatários e capitães-generais designavam seus cirurgiões como «criados» ou «serviçais».³³

Essa baixa cotação social derivava da insuficiência do conhecimento e da inexpressividade numérica dos profissionais. Até o final do séc. XVIII, a racionalidade do saber médico pouco se distinguia do conhecimento empírico dos jesuítas, pajés, curandeiros, entendidos, etc. A prática curativa era essencialmente a mesma: sangria, purgativos, infusões com plantas e pós, dietas, etc. Pobres no saber eles também o eram em número. Comparados com a massa de curiosos leigos, formavam um grupo pequeníssimo. A formação só podia ser feita na Europa. Não havia escolas de Medicina no Brasil até a chegada de D. João. Em 1794, no Rio de Janeiro, sede do Vice-Reino, existiam apenas 9 físicos e 29 cirurgiões.³⁴ A assistência efetiva à população fazia-se através da medicina popular.

Além do mais, o que denominamos hoje em dia médico não encontrava correspondência em nenhum outro grupo profissional da Colônia. A função de curar, mesmo entre aqueles que tinham

33. Santos Filho, Lycurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*, São Paulo, HUCITEC. Ed. da USP, 1977, v. I, p. 309.

34. Ibid. p. 315.

o exercício da profissão legalmente reconhecido, era repartida em uma infinidade de categorias: «Os profissionais que praticam a medicina no Brasil nos três primeiros séculos até princípios do XIX, denominaram-se «físicos» ou «licenciados», «cirurgiões-barbeiros», ou «cirurgiões aprovados», ou «cirurgiões examinados». Os primeiros, os médicos, propriamente ditos, formados em escolas européias, principalmente portuguesa e castelhana, ocuparam quase todos os cargos de físicos da Coroa, do Senado da Câmara, do «partido», da tropa. Reduzidos em número e saber residiam eles nas principais cidades e vilas, e nas sedes das capitanias. Os segundos, os cirurgiões barbeiros, compuseram a maior parte dos profissionais da medicina, dada a escassez de físicos. Como estes, moravam nas cidades e vilas, ocupando muitos deles cargo na tropa, no Senado da Câmara e outros na administração. Ainda mais ignorantes da Arte do que os físicos, encontraram nos «barbeiros» os seus maiores concorrentes. Estes últimos, que também se submetiam a exame para os atos de sangria, sarjação, aplicação de ventosas e arrancamento de dentes, distribuíam-se por todos os outros povoados, freguesias, vilas e cidades. Sem qualquer instrução, de baixa condição social, entre os barbeiros contavam-se negros escravos e mulatos libertos. Arvoravam-se também em médicos quando podiam.

«Sendo pouco os profissionais habilitados e muito vasta a extensão territorial, juntamente com esses praticavam a medicina ainda os boticários e seus aprendizes, os aprendizes de barbeiros e de cirurgiões barbeiros, os «anatômicos», os «algebristas», os «curandeiros», os «entendidos», os «curiosos e outros que tais»³⁵.

Naturalmente, essa condição sócio-cultural revertia em pesado ônus econômico. Com relação a outros profissionais, os médicos eram mal remunerados: «Em 1798 o Senado da Câmara da Bahia pagava ao físico e ao cirurgião, computando-se ordenado e emolumentos, respectivamente 125\$000 e 120\$000, ao passo que o tesoureiro da mesma Câmara recebia 160\$000 e mais

35. Ibid. pp. 63-64.

10\$240 pelo cerimonial do beija-mão; e o administrador do curral do Conselho e o professor de Aula Régia percebiam 400\$000. Até o professor primário, de ler e escrever, era melhor remunerado do que o físico, sendo o seu ordenado de 150\$000. Um leigo, o terceiro vereador do Senado da Câmara, exercendo as funções de Provedor da Saúde, entre a propina e os emolumentos, recebiam 240\$16». ³⁶

A pulverização das funções de curar entre personagens sociais diversos prejudicava social e economicamente os médicos. No séc. XIX, a medicina vai lutar tenazmente contra esta situação, procurando monopolizar o saber e condensar na figura do médico o direito de assistir os doentes.

Entretanto, esse monopólio não se formou de um só golpe. O médico, nessa corrida para o poder, tropeçava a todo instante na incômoda herança dos tempos coloniais. A medicina, mesmo quando já possuía um conhecimento de racionalidade bem superior à que orientava a prática curativa leiga, teve que enfrentar o descrédito da cultura. Em todo o séc. XIX nota-se o esforço que os médicos faziam para livrar-se do passado. Combatiam desesperadamente curandeiros, parteiras, homeopatas e tentavam, a todo custo, riscar da memória histórica a antiga submissão à burocracia e mesmo à religião. ³⁷

Também neste caso a literatura oferece um expressivo testemunho da realidade social. Na Comédia de Martins Penna, *Os três médicos*, observa-se como a consciência leiga colocava em pé de igualdade alopatas, homeopatas e hidropatas. ³⁸ A pirâmide do poder-saber que põe a medicina no topo da hierarquia das práticas curativas ainda não adquirira a solidez que possui atualmente. Os indivíduos, secularmente habituados a lidar com o conhecimento empírico da cura, custavam a crer na superioridade

36. Ibid., p. 317.

37. «A pastoral, datada de 6 de março de 1775, obrigava os médicos e cirurgiões a pregar os enfermos no princípio das curas e perigos delas com os Santos Sacramentos, para que fortalecidos em tempo, resistissem às sagacidades do inimigo». Pizarro, *Memórias Históricas*, citado por Edmundo Luiz, *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*, 4ª ed., Rio, Ed. Conquista, 1956, 1ª vol., pp. 176-177.

38. Penna, Martins, *Os três médicos*, in *Comédias*, op. cit. pp. 253-273.

de da medicina científica. Em outro texto do mesmo autor, *A família e a festa da roça*, esse conflito exprime-se no seguinte diálogo:

«Domingos João: Escute. No ano passado comprei um sítio à José Pinote por quatro doblas, pra pagar duas doblas no fim de seis meses e duas no fim de um ano. Ora, quando ele vendeu-me o sítio, disse-me que tinha cinquenta braças de testada e cem de fundos; porém eu mandei medir pelo piloto e este só achou quarenta de testada e oitenta de fundos. Agora, quero que me diga se eu devo ou não pagar as quatro doblas por inteiro, entende o senhor?»

Juca: Mas eu não posso lhe dizer isto, porque não sou formado em leis.

Domingos João: Pois o senhor não é doutor?

Juca: Sim, porém eu estudo medicina para curar doentes, e não para ser letrado.

Domingos João: Então não é doutor, é licenciado. Ora, que doutor que não sabe dar um conselho!

Joana: Mas Sr. Juca, a Angélica sabe curar muito e nunca foi estudar.

Juca: A Angélica é uma embusteira.

Joana: Embusteira não senhor, que ainda ontem benzeu o filho da Senhorinha de quebranto e num instante ficou bom.» ³⁹

Neste sentido uma das mais importantes conquistas do movimento higienista foi a imposição da figura do médico à família. Fazendo-se adotar por esta instituição, o médico combatia o desprestígio social de que era vítima e produzia uma nova fonte de benefícios econômicos. Pouco a pouco, como observou Gilberto Freyre, o confessor e o filho-padre foram sendo substituídos por essa figura carinhosa e firme, doce e tirânica, o médico-da-família.

39. Penna, Martins, *A família e a festa na roça*, in *Comédias*, op. cit. pp. 85-86.

CAPÍTULO IV

DA FAMÍLIA COLONIAL À FAMÍLIA COLONIZADA

1. *Família colonial: lugar e formas de convivência*

Como já fizemos notar, a intervenção médico-estatal sobre a cidade assumiu, junto a família, a forma de higiene e medicina doméstica. Nesta intervenção, dois elementos foram particularmente afetados: a casa e a intimidade. A casa teve seu perfil arquitetônico modificado, sobretudo para aumentar o intercâmbio entre o ambiente doméstico e o meio social. A intimidade transformou-se para permitir um fluxo afetivo mais livre entre os próprios membros da família.

A observação do funcionamento familiar na residência colonial facilita a percepção deste processo de mudança.

O «ESTAR» COLONIAL: TEMPO LIVRE E INTIMIDADE

Do período colonial até meados do séc. XIX, aproximadamente, o lugar de estar de uma casa grande rural, de um sobrado

de cidade ou de uma chácara de arrabalde era a «sala de viver ou varanda». ¹ Esta peça situava-se nos fundos da casa e, junto com as salas de frente, era mais iluminada e aerada que os demais cômodos. Construída para proporcionar melhores condições de isolamento social, a varanda tornou-se local de estar ou permanência: «A família em geral fica na varanda, na parte de trás da casa, lugar em que se acha quase tão isolada do mundo como se se encontrasse nas profundas de uma floresta». ²

Tal esquema sofria, naturalmente, pequenas variações. Na prancha de Debret, *Visita a uma fazenda*, nota-se que a função tradicionalmente preenchida pela varanda era suprida pela sala de visitas. ³ Em outra prancha do mesmo artista, *O passatempo dos ricos depois do jantar*, o tempo que sucede à refeição é desfrutado na galeria que circunda trilateralmente o rés-do-chão. ⁴ Não obstante essa diversidade, mais comum nas residências rurais, era a varanda dos fundos que preferencialmente concentrava o tempo e as atividades ligadas ao «estar».

Sob outro ângulo, observa-se uma nítida diferença entre o «estar» do homem e o da mulher. O primeiro aproveitava grande parte de seu tempo ocioso na rua. Na estampa *Os refrescos do largo do palácio*, Debret dá conta deste fenômeno, narrando o cotidiano de um cidadão médio do Rio de Janeiro: «Esse homem tranqüilo, observador religioso dos usos brasileiros mais tradicionais, levanta-se antes do sol, percorre com a fresca uma parte da cidade, entra na primeira igreja aberta, reza ou ouve missa e continua seu passeio até às seis horas da manhã. Volta, então, despe-se, almoça, descansa, limpa seus trajes, janta ao meio-dia, faz a sesta até duas ou três horas da tarde, torna a fazer a «toilette» e sai de novo às quatro horas.

«É, por conseguinte, lá pelas quatro horas da tarde que se podem ver esses homens de pequenas rendas chegar de todas as

ruas adjacentes ao Largo do Palácio a fim de sentarem nos parapeitos do cais onde têm por costume respirar o ar fresco, até a hora da Ave Maria». ⁵

«O pequeno capitalista não é entretanto freqüentador exclusivo do Largo do Palácio; também todas as tardes os comerciantes aí se reúnem... Um pouco mais tarde, a esses grupos se ajuntam os capitães de navios... Finalmente a obscuridade e a frescura da noite dispersam os grupos mergulhando o largo num silêncio...» ⁶

Quanto ao tempo livre do homem rural, assim o descreve Carlos Lemos: «... temos que distinguir o «estar» da mulher do «estar» do homem. Quando o elemento masculino não permanece no sertão... fica lidando com as armas, arreios, cavalos, com as criações, diverte-se afiando as esporas de seus galos de briga, mexe com os passarinhos, bebe cachaça e tem seus jogos, inclusive de cartas. E conversa, conversa bastante contando «causos»...» ⁷

Fora destas alternativas, quando lhe ocorria permanecer em casa, sem nenhuma tarefa exigida pelos negócios, o homem dormia, pois, como observava Saint-Hilaire, «ignorava os encantos da leitura e do estudo».

A mulher, pelo contrário, ficava muito mais tempo no interior da habitação. Seu ócio mesclava-se invariavelmente com alguma ocupação doméstica: «Nas atividades femininas é que encontramos bem definida a superposição de funções atinentes ao lazer com as do serviço doméstico. Numa família grande, cheia de filhos, os legítimos e os naturais, todos sob o mesmo teto, cheia de agregados, de moleques e de meninas «do serviço», de parentes velhos e encostados é que dificilmente iremos saber como termina a obrigação do cotidiano e começa a diversão, onde principia o lazer e finda o serviço doméstico de manutenção ou de subsistência. Havia a segregação moura das

1. Reis Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*, op. cit. pp. 24-29.

2. Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975, pp. 76-77.

3. Debret, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, São Paulo, Martins, Ed. da USP, 1972, v. I, pp. 146-148.

4. Ibid. pp. 141-142.

5. Ibid. pp. 143-144.

6. Lemos, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.*, São Paulo, Perspectiva, 1976, pp. 15-16.

7. Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975, p. 25.

mulheres e elas nunca aparecendo a ninguém e sempre espreitando pelas frestas das portas e pela treliça das rotulas, organizavam na intimidade das dependências internas da morada a subsistência da família, conservando hábitos, transmitindo ensinamentos, mantendo tradições, usos e costumes, e perpetuando o artesanato delicado dos bordados, das rendas, dos tecidos, dos trançados, dos doces, bolos, biscoitos, dos remédios, mezinhas, xaropes e emplastros.

«Essa superposição estar-serviço houve em qualquer classe social, porque ao elemento feminino não restaram outras alternativas além daquelas do forno, fogão, agulha e uma ou outra roça no fundo do quintal, na horta, no parreiral. Por isso, tanto na casa da classe dominante, como na pobre, vemos a mulher criando seus filhos e vivendo o dia-a-dia na zona de serviço»⁸

Esta descrição pode ser confirmada por um ou outro trabalho de Debret, *Uma senhora brasileira em seu lar*.⁹ Na estampa vê-se uma dona de casa que costura e ensina a filha a ler, tendo ao lado duas escravas que também se ocupam do mesmo tipo de serviço.

Uma outra confirmação da superposição do «estar» com o serviço é dada pelo próprio uso funcional da varanda. Ina von Binzer, descrevendo a varanda de uma residência rural do séc. XIX, notou o múltiplo uso que era feito daquele local, destinado não somente ao passatempo entre as horas de refeição mas a inúmeras outras atividades domésticas: fabrico de pão, passagem de roupa, limpeza de calçados, preparação de alimentos, etc...¹⁰

O «estar» da família colonial, portanto, regulava-se pela distinção social do papel do homem e da mulher e pela natureza das atividades domésticas. O homem, a quem era permitido um maior contato com o mundo, com a sociabilidade, permanecia menos tempo em casa. Os cuidados da residência eram entre-

8. Lemos, Carlos A. C. op. cit., pp. 59-60.

9. Debret, Jean-Baptiste, op. cit., v. I, pp. 128-129.

10. Binzer, Ina von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*, São Paulo, Anhembi, 1956, pp. 100-101.

gues à mulher que, entretanto, não podia imprimir aos aposentos a marca de suas necessidades.

Esta posição de dependência diante do marido refletia-se na organização dos interiores. Como veremos, o interior da casa colonial era desprovido da maioria dos objetos que tornam um ambiente agradável e propício ao repouso. Ao homem pouco interessava estruturar um arranjo doméstico voltado para o aproveitamento do tempo livre, já que podia e devia usufruir este tempo na rua, conforme o hábito cultural. A mulher, embora pudesse eventualmente querer organizar o domicílio de uma outra maneira, não poderia fazê-lo, pois não dispunha de iniciativa pessoal nem de autonomia econômica para tanto. Além do que, comprimida pela estrutura funcional da residência, era obrigada a dispensar essas ocupações supérfluas e ocupar o tempo ocioso nos trabalhos caseiros.

X. A casa brasileira até o séc. XIX era um misto de unidade de produção e consumo. Boa parte dos viveres, utensílios domésticos e objetos pessoais de que necessita uma família eram fabricados na própria residência. A mulher gerenciava esta pequena empresa sem concurso algum do marido. Realidade que criou, entre outros, o preconceito da mulher preguiçosa e indolente. Alguns viajantes estrangeiros colaram esse rótulo às mulheres brasileiras pelas aparências que suas ocupações domésticas refletiam. Luccock, por exemplo, notando que as donas de casa passavam grande parte do tempo sentadas, que raramente saíam de casa e que eram gordas e precocemente envelhecidas, chamou-as de inertes e preguiçosas.

No entanto, vistos sob a óptica da organização doméstica, cada um destes aspectos projeta uma nova significação sobre a conduta feminina. A postura sentada da mulher reeditava o costume português, herdado por sua vez das culturas árabes e

11. ver: Luccock, John, op. cit., pp. 76-77 e Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976, p. 66.

asiática, que prescrevia esta posição física à mulher que trabalhava ou repousava. Além disso, essa postura era adequada à funcionalidade da casa colonial. Sentada devia permanecer a mulher que comandava uma casa cujas dimensões, funcionamento e disposição arquitetônica exigiam uma mobilização física exaustiva de quem tentasse transitar desordenadamente por todos os seu cômodos. Nas plantas das casas grandes e de algumas residências urbanas apresentadas por Carlos Lemos, contam-se, por vezes, 5, 7, 8, 9 e até 12 quartos.¹² Estas mesmas plantas mostram também que as zonas de serviços localizavam-se às vezes no exterior e que a ausência de esgotos e água encanada exigia que as atividades de higiene corporal fossem realizadas fora da casa. Portanto, qualquer movimentação física supérflua deveria ser evitada. Embora contando com a exploração parasita de escravos e outros serviços, ainda assim as donas de casa tinham que deslocar-se muito.

A quantidade de pessoas a serviço da família era outro fator determinante na postura sentada da mulher. Luccock calculava que o número médio de pessoas numa casa do Rio, em 1808, era de 15.¹³ Gendrin dizia que numa família comum havia 7 ou 8 negros.¹⁴ Vilhena observou em algumas casas baianas a presença de 60, 70 ou mais pessoas.¹⁵ Era, portanto, entendível que a dona de casa permanecesse a maior parte do tempo sentada. Desta forma, determinava um ponto de referência fixo na casa, de onde pudesse centralizar o comando e a inspeção dos serviços.

Quanto aos outros dois aspectos da conduta feminina que chocavam os viajantes — a aparência física e o retraimento social — teríamos ocasião de ver o que eles representavam no universo de valores da época. No momento, importa notar como o sistema econômico e social somava-se aos efeitos de divisão

social dos sexos, desvalorizando o interior da casa. Desvalorização que se traduzia por certos sinais como a pobreza decorativa dos ambientes internos.

A maioria dos historiadores e viajantes mostrou como, via de regra, a casa brasileira era pobre no mobiliário e decoração. Alcântara Machado observou que a mobília e os objetos de ornamentação eram escassos na residência colonial.¹⁶ Luccock, descrevendo algumas casas do Rio, afirmava: «O mobiliário dos aposentos mais elegantes é escasso e pobre. Vêem-se neles, em geral, um sofá de madeira, ao mesmo tempo tosco e fantástico no formato, acompanhado de umas poucas cadeiras de modelo semelhante, muitas delas são pintadas de vermelho e branco e ornadas de grupos e ramalhetes de flores, algumas delas feitas, talvez, há cerca de cem anos atrás. Em salas de pretensões mais modestas, somente o sofá aparece, ou então duas a três cadeiras; em lugar desses assentos, as mulheres usam de esteiras, em que em geral se assentam com as pernas cruzadas por baixo do corpo».¹⁷ Ewbank fazia observações semelhantes: «... pude observar que a sala e a mobília eram adequadas ao clima tropical: teto alto, esteiras no chão, cadeiras e sofás com assento de vime, paredes cobertas de papel, nada de tapetes, passadeiras, cortinas, lareira e outras coisas essenciais em nossas salas».¹⁸ Gilberto Freyre, citando Dampier e Saint-Hilaire anota o mesmo «desprezo de ricos pelo conforto doméstico: a grandeza que alardeavam era, nas cidades, a do trajo, no mato, a dos cavalos ajazados de prata. E principalemte a do número de escravos e a da extensão das terras».¹⁹ Lúcio Costa resume desta forma o mobiliário típico de uma casa grande dos primórdios: «além do pequeno oratório com o santo de confiança, camas, cadeiras,

12. Lemos, Carlos A. C., op. cit.

13. Luccock, John, op. cit. p. 28.

14. Gendrin, O Rio de Janeiro visto por um negociante francês, citado por Rodrigues, José Honório, *Independência: Revolução e Contra Revolução. Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, pp. 49-50.

15. Vilhena, Cartas, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, 12ª ed., Brasília, Ed. da UnB, 1963, p. 415.

16. Machado, José de Alcântara, *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo, Martins, Brasília, INL, 1972, pp. 59-66.

17. Luccock, John, op. cit., p. 81.

18. Ewbank, Thomas, *A vida no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1973, v. 1, p. 71.

19. Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, op. cit. v. 2, pp. 595-596.

tamboretes, mesas e ainda arcas. Arcas e baús para ter onde meter a tralha toda».²⁰

Contudo, a vetustez dos interiores não se devia apenas ao desprezo do homem pelo lazer doméstico ou a indiferenciação entre lazer e trabalho caseiros femininos. O atraso técnico e econômico determinavam, em parte, esse ascetismo material. Todos os objetos de decoração eram importados e, portanto, caros e difíceis de serem adquiridos. Os móveis eram fabricados artesanalmente e os artífices eram poucos.

Por outro lado, já se observou como o aperfeiçoamento da indústria e do material de construção introduziu modificações no interior da residência: «... o emprego de madeiras serradas, com junções mais perfeitas, difundiu o uso de assoalhos encerrados, em substituição aos antigos, de tábuas largas e imperfeitas, lavados semanalmente, iniciando-se em decorrência o uso de tapetes e móveis mais finos».²¹

Da mesma forma, o progresso nas instalações hidráulicas, resolvendo o problema do abastecimento de água e esgoto, dispensou um grande número de serviços e liberou espaços para os móveis, antes reservados à circulação de pessoas.

Porém, ao lado destes fatores, a negligência do conforto doméstico revelava o desprestígio, quando não a completa ausência, do sentimento de intimidade ou privacidade familiar. Por este termo, designamos a série de condutas e reações emocionais que levaram a família a concentrar nos membros do parentesco estrito (pai, mãe, filhos) a atenção antes dispersa no grupo de escravos, agregados e «clientes».

A família dominada pelo sentimento de privacidade distingue-se da família antiga, em vários sentidos. Em primeiro lugar, pais e filhos começam a valorizar o convívio íntimo e exclusivo entre eles, abandonando a companhia contínua de elementos estranhos, porventura residentes na casa. Em segundo lugar, os

pais passam a ter maior interesse pelo desenvolvimento físico-sentimental dos filhos, educando-os de maneira mais individualizada e levando-os, em consequência, a ganhar maior consciência de suas próprias individualidades. Em terceiro lugar, o amor entre pais e filhos torna-se a energia moral responsável pela coesão familiar, substituindo progressivamente a ética religiosa e os imperativos de sobrevivência material.

Em seu clássico estudo sobre a criança e a família, Phillipe Ariès observa que, historicamente, este tipo de sentimento nem sempre existiu.²² Sua presença só se tornou perceptível na Renascença, quando a mudança induzida na «representação da infância» por religiosos e pedagogos veio modificar radicalmente a vida familiar.

No caso brasileiro, não nos interessou saber qual o ponto de partida do sentimento de intimidade. Não poderíamos afirmar se desde o início da colonização ele sempre existiu e foi mantido atrofiado, nem também, se tendo por acaso existido, diluiu-se em meio às singularidades do ambiente sócio-econômico. Face a nosso propósito, bastou-nos constatar que, tendo ou não existido anteriormente, suas manifestações até meados do século XIX foram extremamente rarefeitas. E que, em seu surgimento ou revitalização, a medicina teve um papel fundamental. Quanto a isso, não parece haver dúvida. O sentido de intimidade familiar, tal como começou a ser concebido e estimulado pelos médicos do séc. XIX era, até então, inexistente ou despercebido. Alguns testemunhos dessa ausência chegaram até nós e dentre eles citaremos o descaso com que eram tratados os hábitos de alimentação e de vestuário.

A negligência na maneira de portar-se às refeições ou na maneira de vestir e consequentemente de reagir ao que modera-

²⁰ Costa, Lúcio, *Evolução do mobiliário luso-brasileiro*, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 501.

²¹ Reis Filho, Nestor Gouliart, *Quadro da arquitetura no Brasil*, op. cit., p. 50.

²² Ariès, Phillipe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.
ver também: Ariès, Phillipe, *Histoire des populations françaises*, Paris, Éditions du Seuil, 1971, pp. 202-412.

damente chamaríamos pudor do corpo e de suas funções, demonstram como a família antiga desprezava o convívio íntimo.

O ritual da alimentação, a reunião da família em torno da mesa, atende a necessidades outras que não as da pura nutrição biológica. A refeição é ocasião de encontro e retração da família sobre ela mesma. É também oportunidade dada aos indivíduos de exercerem controles recíprocos sobre suas condutas. Numa família moderna, a mesa é um dos locais onde os cônjuges relatam os acontecimentos diários; repartem os problemas domésticos; discutem as dificuldades na educação dos filhos; interrogam estes últimos sobre suas atividades lúdicas, escolares, afetivas, etc. Nela também se ensina a maneira correta de comer; o bom gosto na escolha de pratos e bebidas e, finalmente, tudo o que é proibido fazer quando se come civilizadamente.

Implicitamente, todo o modo de viver burguês é transmitido neste momento de encontro, onde o ideal do *gentleman*, do *petit bourgeois* confido, disciplinado, higiênico e polido, funciona como norma do bem conduzir-se na casa e na vida.

Na habitação antiga, a maioria destes elementos estava ausente. Luccock, narrando os hábitos de alimentação de uma família, comentava: «É ali (na varanda) que tomam suas refeições usando de uma velha tábua colocada sobre cavaletes, um par de tamboretes de pau para completar e quando existem dessas coisas, uma ou duas cadeiras. A refeição principal consta de um jantar ao meio-dia, por ocasião da qual o chefe da casa, sua esposa e filhos às vezes se reúnem ao redor da mesa; é mais comum que a tomem no chão, caso em que a esteira da dona da casa é sagrada, ninguém se aproximando dela senão os favoritos reconhecidos... Somente os homens usam faca; mulheres e crianças se servem dos dedos. As escravas comem ao mesmo tempo, em pontos diversos da sala, sendo que por vezes suas senhoras lhes dão um bocado com as próprias mãos.»²³ Continuando a descrição, afirma o autor: «Comem muito e com grande avidez e, apesar de embebidos em sua tarefa, ainda acham

tempo para fazer grande bulha. A altura da mesa faz com que o prato chegue ao nível do queixo; cada qual espalha seus cotovelos ao redor e, colocando o pulso junto à beirada do prato, faz com que por meio de um pequeno movimento hábil, o conteúdo todo se lhe despeje na boca. Por outros motivos além deste, não há limpeza nem boas-maneiras durante a refeição: os pratos não são trocados, sendo entregues ao cozeiro segurando-se o garfo e a faca numa mesma mão; por outro lado, os dedos são usados com tanta frequência quanto o próprio garfo. Considera-se como prova incontestável de amizade alguém comer do prato de seu vizinho, e assim, não é raro que os dedos de ambos se vejam simultaneamente mergulhados num só prato... Quando facas e garfos se acham em repouso, fica cada um numa das mãos, vertical e descansando sobre o cabo, e, quando deles não se têm mais necessidade, limpa-se ostensivamente a faca na toalha da mesa».²⁴

Observações semelhantes foram feitas por Freycinet²⁵, Tollenare²⁶ e Seidler²⁷. Referindo-se aos utensílios de mesa, Gilberto Freyre nota que a generalização do garfo e da faca só se deu no séc. XIX.²⁸ Debret, retratando «O Jantar no Brasil» sublinha regras de comportamento nas refeições que vão no mesmo sentido das afirmações anteriores. Durante a refeição, anotava ele, era tolerada a «negligência no traje» e no «Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, era costume, durante o *tête-à-tête* de um jantar conjugal, que o marido se ocupasse silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraísse com os negrinhos que substituem os doguezinhos, hoje quase completamente desaparecidos na Europa».²⁹

24. Ibid. p. 84.

25. Freycinet, Louis de, citado por Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*; São Paulo, Nacional, Brasília, INL, 1977, p. 18.

26. Tollenare, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal, e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Liv. Progresso Editora, Salvador, 1956, s/ed. p. 332.

27. Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*, 3ª ED., São Paulo, Martins, Brasília, INL, 1876, p. 66.

28. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 3, p. 777.

29. Debret, Jean-Baptiste, op. cit., pp. 75-76.

23. Luccock, John, op. cit., pp. 81-82.

A refeição mostrava a carência de utensílios de mesa e o desconforto interno das casas, mas sobretudo a inexistência dos chamados padrões de civilidade que caracterizarão a família urbanizada de elite. O momento da alimentação visava quase exclusivamente a satisfazer a demanda de nutrição. Sua função não se duplicava da dimensão de estreitamento das relações afetivas, coerção educativa e regulação recíproca de condutas. O grupo familiar não havia desenvolvido o sentimento moderno de intimidade que se caracteriza, justamente, pela valorização do convívio exclusivo entre pais e filhos. Por essa preocupação em aproveitar cada instante do contacto pessoal para educar física e moralmente as crianças e sobretudo para reativar os laços de ternura, carinho ou amor que, em princípio, os unem.

No que diz respeito ao modo de vestir e expor o corpo e as funções corporais na intimidade, a mesma indisciplina era reconhecida. Luccock dizia das mulheres que «quando entre amigos íntimos, vêem-se apenas de camisa, cingida à cintura pelos cordões da saia e com as alças freqüentemente caindo de um dos ombros; não usam meias e raramente põem chinelos ou mesmo os socos de madeira com correias pardas a que chamam de tamancos. Os cabelos são compridos e em geral despenteados...»³⁰ E, dos homens: «... é comum o cavalheiro aparecer com uma barba de vários dias, os cabelos pretos em franco desalinho, embora besuntados de gordura e sem roupa alguma sobre sua camisa de algodão... esse traje... o põe de peito aberto e com as mangas arregaçadas até os ombros; mas se, noutras vezes, acha-se atacado ao pescoço, e em redor dos pulsos por grossos botões... as fraldas ficam de fora, pendentes à meia canela por cima da cinta que firma ao redor do lombo um par de calças curtas, as pernas vão nuas e os pés metidos em tamancas. Nada disso é lá muito correto, tanto mais que a epiderme dos brasileiros abunda em pelos e é bastante queimada do sol no peito e nas pernas».³¹

30. Luccock, John, op. cit., pp. 75-76.

31. Ibid. pp. 82-83.

Gilberto Freyre refere-se a fatos idênticos, como se segue: «Dentro de casa, na intimidade do marido e das mucamas, mulheres relassas. Cabeção picado de renda. Chinelo sem meias. Os peitos às vezes de fora. Maria Graham quase não conheceu no teatro as senhoras que reinam de manhã dentro de casa — tamanha a disparidade entre o traço caseiro e o de cerimônia»³² Sobre a postura dos homens dizia o autor: «Depois do almoço ou do jantar, era na rede que eles faziam longamente o quilo, palitando os dentes, fumando charuto, cusindo no chão, arrotando alto, peidando, deixando-se abanar, agradar e catar pilhões pelas molequinhas, coçando os pés ou a genitália»³³

Almeida Prado corrobora esta visão: «No povo em geral e muitas vezes na burguesia — funcionários públicos, pequenos comerciantes, professores, etc... — os homens comiam à mesa sem as mulheres, que preferiam sentar no chão sobre esteiras à moda oriental, por causa dos filhos pequenos que traziam ao colo nessas ocasiões. Garfos figuravam pouco porque as facas serviam para cortar e também para enfurnar alimentos na boca. Os demais convivas, mulheres e crianças comiam com os dedos, cena singela pelo fato de as refeições se efetuarem na mais estrita intimidade, quando o funcionário público, liberto da farda que envergava na repartição, se punha a frescote de ceroulas, chinelos e camisa, estendido na marquesa de palhinha entre mulheres apenas vestidas de camisolas, cruas de cor nuas e o indefectível violão, que dedilhava enquanto a mucama lhe extraía bichos de pé».³⁴

Por conseguinte, a pobreza dos interiores e a frouxidão no controle dos costumes pessoais eram causa e consequência da escassez do sentimento de privacidade. Frouxidão que, no entanto, se mantinha para responder a necessidades concretas da família.

32. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 390.

33. Ibid. p. 464.

34. Prado, J. F. de Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil — 1815-1889*, São Paulo, Nacional 1968, p. 235.

A persistência de hábitos rudimentares no *modus vivendi* da casa colonial foi historicamente necessária à ideologia que regulava a ética social da classe dominante. A forma de relação das elites com o ambiente sócio-político excluiu certos tipos de diferenciação entre os dois estratos:

Já observamos que o senhoriato colonial procurou manter sua hegemonia recorrendo a meios oficiosos de dominação, como o compadrio e manipulações afins. Este relacionamento, fundado no parentesco religioso e sentimental, elevava em certa medida os subordinados da categoria social e econômica a que pertenciam. Compadres, afilhados e demais clientes, quando ligados aos senhores por laços outros que não os da produção econômica ou da submissão política, participavam do *status* do patriciado, colocando-se como seus iguais.

Esse traço de união entre as «castas» reclamava certos compromissos. O parentesco religioso emocional tornava o desigual semelhante. Como observou Maria Sílvia Franco, «a dominação entre semelhantes supõe um certo grau de indeterminação na forma de estratificação social» que veio a traduzir-se na «ausência de marcas exteriores nítidas de diferenciação social» como no caso da «simplicidade de costumes». ³⁵ O compadrio permitiu a quebra de certas barreiras, nivelando por baixo certos hábitos da elite dominante. A simplicidade cotidiana favorecia os senhores. Ela ocultava, em parte, a exploração econômica e os preconceitos de «casta» e raça que os separava da massa de agregados e subordinados. A pobreza da casa e a rudez dos costumes aproximava na aparência os que na existência social estavam inapelavelmente distanciados.

Ainda assim, essa simplicidade niveladora só será mantida no universo da residência. Quando exposta ao mundo, em contacto com seus verdadeiros iguais — nas festas religiosas ou outros acontecimentos públicos — a família dominante saberá ostentar, com grande propriedade, os sinais externos de seu poderio. Nestes momentos, a distinção renasce, como que relembrando a todos quem detinha o poder.

35. Franco, Maria Sílvia de Carvalho, op. cit., p. 80.

Outro fator determinante na displicência dos costumes domésticos foi a presença de escravos. Ussel observou que os aristocratas europeus até o séc. XVIII praticamente não tinham nenhuma preocupação com o pudor diante de seus serviçais. As barreiras de sangue eram tão fortes que nenhum tipo de proximidade, nenhuma conduta fazia com que os primeiros corressem o risco de terem o prestígio ou posição social postos em risco pelos segundos. ³⁶

No Brasil, com pequenas variantes, repetiu-se o fenômeno. Pouco importava aos senhores o que seus escravos pensassem de suas maneiras de vestir, comer, dormir, etc... O olhar e o julgamento do negro jamais fariam com que a divisão de «castas» fosse rompida. Não havia a menor preocupação da família em afetar um esmero qualquer, um sentimento qualquer de pudor diante de um escravo, cuja natureza era ideologicamente próxima à de um bem material ou à de um animal.

Negligente diante do agregado, para simular familiaridade de costumes, e diante do escravo, por desprezar e desconsiderar sua opinião, o senhoriato era pouquíssimo solicitado a mudar o convívio íntimo.

Finalmente, uma outra variável concorria para a estagnação desses hábitos: a regra de sociabilidade. A família antiga não apenas recebia pouco em casa, como só recebia os que com ela se identificavam do ponto de vista dos costumes. Os modelos de convívio eram sempre os mesmos. Cada família repetia a outra. E, como todas se aparentavam, o mesmo se eternizava. Como será visto, a urbanização veio quebrar esse circuito, oferecendo alternativas de convivência e forçando a casa antiga a renovar-se.

Todavia, a ausência de intimidade, embora se inscrevesse na estratégia de domínio patriarcal sobre o meio, não dependia apenas desta estratégia para substituir. Impedimentos intrínsecos à organização familiar forçavam-na a prescindir daquela ordem de sentimento. Dois elementos nessa organização obrigavam a família a excluir a privacidade de seu convívio: a dependência da

36. Ussel, Jos van, *La represión sexual*, México, Roca, 1974, pp 65-88.

* casa para com o escravo e a dependência da família para com o pai.

No primeiro caso, a família era passivamente impedida de estabelecer uma maior aproximação entre seus membros, pois dispersava-se nas numerosas relações com os serviais. No segundo caso, ativamente impedia essa aproximação, para manter o monolitismo do poder paterno e assegurar a sobrevivência do patrimônio.

O funcionamento da casa colonial seria simplesmente inviável sem o braço escravo. Todo tipo de atividade doméstica o requeria. Lúcio Costa sintetiza expressivamente essa situação, afirmando: «A máquina brasileira de morar, ao tempo da Colônia e do Império, dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente, que era o escravo. (...) Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo, — desde negrinhos, sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador». 37 Gilberto Freyre relata que «uma senhora do Rio disse ao Rev. Fletcher que os seus escravos eram um aperreio, não porque fossem poucos, porém muitos, gente demais dentro de casa». 38

* Essa população, estranha ao núcleo familiar, infiltrava-se continuamente na casa, responsabilizando-se, muitas vezes, por tarefas diretamente ligadas à intimidade física e emocional dos indivíduos, como as de higiene e amamentação de recém-nascidos. Além do mais, o escravo criava um outro obstáculo à intimidade, determinando a forma de comunicação entre os ocupantes da residência. Homens e mulheres, dando ordens a escravos, habituavam-se a gritar e a falar alto. 39 Ou tendiam a repetir o tom arrogante e brutal com que a eles se dirigiam quando falavam uns com os outros ou com os filhos. 40 E mesmo

37. Costa Lúcio. Depoimento de um arquiteto carioca, citado por Lemos, Carlos A. C. op. cit., p. 114.

38. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, p. 410.

39. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., pp. 390-391.

40. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 1, pp. 182-183.

quando conseguiam conter a prepotência eram obrigados a falar trovejando, em virtude do bulício da casa e das grandes distâncias que as vastas salas, quartos e corredores, interpunham entre as pessoas. 41

Os escravos, portanto, facilitavam em todos os sentidos a dispersão do sentimento de intimidade. A simbiose em que a casa vivia com ele impedia sua reorganização com vistas à aproximação sentimental entre seus moradores.

Ao lado do escravo, o outro elemento inibidor do convívio íntimo era o tipo de solidariedade familiar. A família colonial fundou sua coesão num sistema piramidal cujo topo era ocupado pelo homem, em sua polivalente função de pai, marido chefe de empresa e comandante de tropa. Do homem era exigida toda iniciativa econômica, cultural, social e sexual. Os demais membros do grupo ligavam-se mutuamente e ao pai, de modo absolutamente passivo. Toda aliança voluntária em função de objetivos comuns era excluída. O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família.

Este gênero de solidariedade desestimulava todo elo afetivo que incentivasse motivações e vontades individuais. O convívio familiar não devia nem podia ordenar-se de forma a privilegiar a escuta, atenção e realização de desejos e aspirações particulares. A estabilidade da família antiga dependia dessa indiferenciação de interesses individuais. O único interesse visado era o do grupo e da propriedade, expresso sempre pelo pai.

A sensibilidade familiar era, em consequência, indiscriminada, formada para reagir uniforme e prontamente à solicitação paterna. Era o pai que, defendendo o grupo, determinava o grau de instrução, a profissão, as escolhas afetivas e sexuais de seus dependentes. A família reagia adaptadamente a essas circunstâncias. Convicta de que ele tinha o direito natural e «sobrenatural» de mandar e ser obedecido conformava-se a isso.

41. Ibid.

emotional deste estado de coisas era o afastamento do homem para com o resto da família. Quanto mais distante e inacessível, tanto mais autoridade possuía. Mulheres e filhos ouviam-no, de tempos em tempos, para obedecer. Não havia necessidade de contacto permanente e prolongado para que a ordem, na residência colonial, produzisse seus efeitos. O medo a punição bastava. As relações sentimentais íntimas eram, em consequência, dispensáveis.

Portanto, o «estar» e o convívio coloniais pouco tinham em comum com seus congêneres de épocas mais recentes. O desconforto material despreparava o ambiente para receber a família. A quantidade de pessoas estranhas pulveriza as relações afetivas e pessoais. O temor ao pai mantinha fixa a distância emocional entre os indivíduos. O «estar» não criava a intimidade. Não favorecia a concentração de interesse entre cônjuges, pais e filhos. A habitação antiga não buscava obter aquele clima calmo, tranqüilo, caloroso e aconchegante que veio a ser o ideal da convivência da família em períodos posteriores. A relativa indiferenciação da casa na cadeia produção-consumo, associada a seu correlato humano que foi a indiferenciação emocional entre vínculo familiar estrito e vínculo social externo, despiu-a da atmosfera de «lar-doce-lar» tão comum ao subsequente estreitamento da relação casa-família.

Como seria previsível, o conteúdo emocional da família refletia e adequava-se a seu continente. A casa colonial produziu indivíduos à sua imagem e semelhança. Sua intimidade superficial, atrofiada, pouco diversificada prolongou-se e serviu de exemplo a seus habitantes.

Os membros da família antiga eram destituídos daquilo que poderíamos chamar modernamente de «profundidade psicológica». Eles eram, por assim dizer, psicologicamente extrovertidos, sentimentalmente centrífugos. Nada, em suas intimidades afetivas, evocaria a representação que o indivíduo urbano e moderno tem de suas necessidades psíquicas. O gosto pela exploração, reconhecimento e cultivo das peculiaridades emocionais não só era estranho ao universo familiar, mas incompatível com a solidiedade do grupo. O indivíduo introspectivo voltado para a

descoberta de sua verdade interior era uma figura excepcional no mundo colonial.

Bem entendido, não se trata de negar a nossos antepassados a capacidade imaginativa, o poder de interiorização dos sentimentos ou a possibilidade de exprimir suas características pessoais de modo inconfundível e irreduzível ao outro. Quando não bastasse para desmentir tal hipótese o sem número de crenças, lendas e mitos religiosos circulantes na época, seria suficiente relembrar todo o acervo de manifestações artísticas, populares e de elite, para provar a pulsação do imaginário individual.

O indivíduo colonial possuía indubitavelmente, a nosso ver, sentimentos, desejos e aspirações personalizadas. A interioridade de a que nos referimos pertence a uma outra ordem de fenômenos. Ela diz respeito à importância que será dada à história e às singularidades psíquicas dos indivíduos na explicação dos motivos de sua existência social e na formação dos conteúdos afetivos e representativos de sua consciência.

Na família antiga, os indivíduos tendiam a ver, de modo predominante, em seus atos, gestos, desejos e manifestações sociais a expressão de uma ordem causal externa ao destino pessoal. A série de determinações religiosas e familiares monopolizava a significação do fato emocional privado. A visão ética corrente amputava na raiz todo pensamento que pretendesse explicar o fato psíquico, psicologicamente. A fixação dos indivíduos na rede de interesse do grupo, do pai, da propriedade e dos antepassados, tornava-os portadores de uma psicologia rasa, sem relevo ou especificidade. Os eventos exteriores, o fato diverso, o comentário genérico, precediam em importância e consideração a sutileza íntima e o conflito psicológico idiossincrático.

42. A particularidade desse «ethos» familiar, nas suas relações mais extensas com a realidade social, foi formulada de maneira clara e concisa por Antonio Candido. Se bem que enunciada num outro contexto e com vistas à elucidação de outro fato, a formação literária, a asserção do autor poderia esclarecer, através da compreensão social mais ampla, as particularidades sentimentais dos indivíduos, que tentamos abordar sob o estrito ângulo da vida em família: «... nos grupos pouco numerosos e de estrutura

* A solidariedade da família colonial iníbia, portanto, a individualidade. A convivência na casa não se voltava para o estímulo, decifração e satisfação das particularidades individuais. A ausência de intimidade paralisava este movimento que, só posteriormente, no instante em que a família teve que recorrer à criatividade individual para impor-se ao meio, será retomado e desenvolvido.

* Curiosamente, este instante surge quando a família, assaltada por dispositivos normalizadores como a higiene, abre a casa ao convívio social. Daí em diante ela vai enriquecer sua intimidade, como a casa, seus utensílios e os sujeitos, suas individualidades.

O amor entre pais e filhos, abrigados por móveis de luxo, refeições sofisticadas e indumentárias bem-cuidadas, pôde então florescer. Da mesma forma, os espíritos rudes, as maneiras obtusas e as sensibilidade grosseiras foram transformados pelos corpos disciplinados, plenos de pudores morais e escrúpulos fisiológicos, em almas requintadas e romanticamente angustiadas.

A família «intima» e o indivíduo «psicologizado» habitarão uma casa ricamente decorada, terão ventres finamente nutridos e corpos minuciosamente vestidos. Privacidade familiar, conforto doméstico e interiorização dos indivíduos progrediram juntos, no mesmo compasso.

estável, os padrões são universalmente aceitos, tornando menos frequentes os conflitos entre o ato e a norma. Na sociedade brasileira, até o começo do século XIX, a estratificação simples dos grupos familiares, regidos por padrões uniformes e superpostos à escravidão e aos desclassificados, não propiciava, no interior da classe dominante, a multiplicidade das dúvidas e opções morais. O advento da burguesia, (se assim pudermos chamar ao novo estrato formado, nas cidades, tanto pela imigração de fazendeiros, quanto pela ascensão de comerciantes e o desenvolvimento da burocracia), o advento da burguesia criava, porém, novos problemas de ajustamento da conduta. E ao definir uma classe mais culta, irrequieta e curiosa (ao contrário da rude obtusidade das elites rurais), determinava condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da análise e confronto do indivíduo com a sociedade.

Cândido, Antônio, op. cit., v. 2, pp. 112-113.

A RECEPÇÃO COLONIAL: O CONTATO COM O MUNDO

«Em nenhum lugar encontramos documentos que deixassem perceber, mesmo nas vilas mais modestas, aquele tipo de intimidade entre casa e rua, que se encontra nas aldeias de Portugal, aquela continuidade do espaço exterior pela sala e da sala pelo espaço exterior, aquela continuidade que deixa viver os animais pelas vielas, como em casa. Em nenhuma vista, em nenhum quadro de Franz Post, em nenhum dos cronistas, se percebe aquela intimidade, aquele calor decorrente de um longo contato social face a face, como é comum nas aldeias, nas áreas camponesas, onde a vida tem sempre um sentido de comunidade e não se libertou completamente dos vínculos tribais e clânicos. No Brasil, pelo contrário, o português que chega é sempre um proprietário, um senhor, um homem de comércio, um empresário. Suas ambições são ao mesmo tempo senhoriais e burguesas, mercantis e principescas. A rua não é jamais a sua casa, mas o local de cerimônia perante o qual se realiza como branco e senhor. Despreza-a nos centros menores, teme-a nos maiores, quando o comércio assume o predomínio. Nunca, porém, sobre ela se derrama».⁴³

A citação de Nestor Goulart introduz a questão essencial das relações da família com o exterior. A segregação da família colonial de seu espaço social é uma afirmação consensual entre os historiadores.

Tomando como ponto de partida a organização arquitetônica da casa, pode-se ver que a sala de visitas e o quarto de hóspedes prolongavam a intenção social da varanda. Antônio, aconselhando aos senhores de engenho receber seus hóspedes, dizia: «ter casa separada para os hóspedes é grande acerto, porque melhor se recebem e com menor estorvo da família e sem prejuízo do recolhimento que hão de guardar as mulheres e as filhas e as moças de serviço interior, ocupadas no aparelho do jantar e da ceia».⁴⁴

43. Reis, Filho, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*, op. cit., pp. 149-150.

44. Andreoni, João Antonio. *Cultura e opulência do Brasil*, São Paulo, Nacional, s/d., p. 69.

uis Saia, descrevendo a casa paulista da Colônia, demonstrando a planta dessa residência definia uma faixa fronteira composta de um «alpendre central tendo aos lados a capela e o quarto de hóspedes». ⁴⁵ Esta era a zona de intercâmbio com o mundo, separada da residência familiar propriamente dita: «Até a faixa fronteira chegam o hóspede, o agregado, o mameluco e o escravo, sendo-lhes entretanto vedado o acesso à parte mais íntima da residência. O hóspede tem seu dormitório aberto sobre o alpendre, sem ligação com o interior da morada. Deste modo sua presença acontece «independente da mais família». ⁴⁶

Embora o autor constata que a família paulista era especialmente segregada com relação às demais famílias brasileiras, diversos cronistas e historiadores referiram-se a fatos semelhantes em muitas outras regiões do país. Ainda no séc. XIX, Gilberto Freyre chamava atenção para a existência de ornamentos arquitetônicos de sobrados citadinos que denotavam a distância que a casa guardava da rua. As figuras de dragões, leões e cachorros nos umbrais dos portões; os cacos de garrafas nos muros; as lanças pontudas e as grades de ferro nos mesmos portões seriam a transposição dos padrões de relacionamento social da família colonial para as grandes residências do império. ⁴⁷

Outro índice arquitetural expressivo da situação familiar era a alcova. Situada no centro da residência, a alcova não dispunha de aeração, iluminação ou qualquer outra comunicação com o exterior. Sua localização dependia evidentemente do primitivismo arquitetônico da época. Mas, a precariedade técnica somava-se a disposição ativa de proteção à família. A alcova era o local do sono e devia estar protegida contra agressões físicas (sol, sereno, correntes de ar, maus cheiros da rua) ou assaltos morais do ambiente (marinheiros bêbados, ladrões, ciganos e possíveis tentativas de namoros não consentidos entre as mulheres e seus eventuais pretendentes). ⁴⁸

45. Saia, Luis. *Morada Paulista*, São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 69.

46. *Ibid.* p. 133.

47. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, p. 419.

48. *Ibid.*

Todavia, o sinal mais evidente da reticência com que a família abordava ou se deixava penetrar pelo meio social era o confinamento doméstico das mulheres. O isolamento das mulheres e sua exclusão do convívio com os hóspedes do marido ou visitantes eram fatos correntes ainda nas primeiras décadas do século XIX. Jamil Haddad compilou referências ao fenômeno nos relatos de viagem de Koster, Castelnau, Gardner, Luccock, Saint-Hilaire e Pohl. ⁴⁹ O recenseamento de testemunhos similares seria redundante e desnecessário.

Cabe notar, entretanto, que a maioria dos historiadores interpretou o fato exclusivamente como um resíduo da maneira pela qual a mulher era tratada na cultura árabe. Sem desacreditar tal ponto de vista, é preciso assinalar que esta forma de sociabilidade feminina não foi específica do Brasil. Em outras sociedades ou comunidades agrário-rurais a mulher apresentava este mesmo tipo de retraimento doméstico e subordinação ao homem.

Flandrin refere-se a acontecimentos deste gênero entre os camponeses da Auvergne, no séc. XIX, e os define como produto da representação que atribuía à mulher o qualificativo de «espécie inferior». ⁵⁰ Shorter aponta fatos semelhantes em Deux-Sèvres, onde as mulheres não sentavam à mesa com os maridos; e no Jura, onde elas se retiravam dos locais em que se encontravam pessoas estranhas. Como Flandrin, ele afirma que os camponeses da Europa tradicional consideravam as mulheres como uma «parte inferior da raça humana». Mas levanta ainda a hipótese de que a rígida divisão do trabalho — o homem, fora de casa, a mulher, no interior — aliada à ausência quase geral de afeição entre os cônjuges, derivada do casamento de razão, eram as causas originais da situação. ⁵¹ Hunt também se refere à submissão da mulher ao marido e à sua escassa participação

49. Haddad, Jamil. *Notas às Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manoel de Macedo, São Paulo, Nacional, 1952, pp. 168-169.

50. Flandrin, Jean-Louis. *Famílias, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Hachette, 1976, pp. 106-107.

51. Shorter, Edward. *The making of modern family*, New York, Basic Books, 1975, pp. 56-78.

social, fornecendo outras explicações além das expostas acima. Para o autor esta situação era consequência da real inferioridade jurídico-econômica em que se encontrava a mulher, privada que era do acesso à herança dos bens familiares.⁵²

Esta pluralidade de explicações permite-nos dar ao isolamento da mulher brasileira significações novas. A mulher tímida, reticente nas relações com o estranho, com o extra-familiar, resumia em sua conduta as determinações sociais que a aprisionavam na casa. O casamento de «razão» ou interesse; a inexistência de sentimento de amor entre os cônjuges; a inferioridade de «raça» ou «espécie» que lhe foi tributada; a dependência econômica para com o homem (pai, irmão, tio, tutor) e a rígida divisão do trabalho social compunham a moldura do confinamento da mulher.

A permanência da mulher no interior da casa devia-se, antes de mais nada, à sua função econômica. A mulher era o capitão-do-mato, o gerente e o caixeiro do marido. Ninguém melhor que ela estava habilitada a zelar pelo patrimônio doméstico do homem. Dependendo jurídica, afetiva, moral e religiosamente do marido, prestava-se docilmente a organizar a produção econômica da casa, supervisionando o trabalho escravo. Mão-de-obra gratuita, a mulher permitiu por muito tempo a auto-suficiência das residências, fenômeno necessário ao despotismo senhorial sobre a cidade.

Além desta função produtiva «primária», era ela quem se encarregava de suprir o escasso mercado de serviços das cidades. A dona-de-casa era enfermeiro, médico, sacerdote e professor. Distribua medicamentos em caso de doenças, ensinava aos filhos as primeiras letras e cumpria uma enorme quantidade de obrigações religiosas: terços, ladainhas, novenas, promessas, etc. Sua posição estava estreitamente ligada à situação da casa no confronto com os poucos recursos urbanos. Representava, de certa maneira, a submissão da cidade à família.

52) Hunt, David. *Parents and children in History — the psychology of family life in early modern France*, 2ª ed., N. York, Evanston, San Francisco, London Harper & Row Publisher, 1972, pp. 68-76.

A mulher quase não tinha necessidade de ausentar-se da casa para obter o que precisava. O comércio procurava atender à família *in loco*, sustentando o sistema econômico que inibiu e paralisou durante tanto tempo o desenvolvimento urbano do Brasil. O que não era produzido na casa era oferecido nas portas pelos vendedores. Delso Renaut afirma que «até meados do século XIX a dama brasileira pouco saía de casa; os vendedores batiam à sua porta».⁵³ Debret retratou vendedores de cestos, aves, samburais, palmitos, carvão, milho, capim, leite, alho, cebola, doces e iguarias (aluá, manué, sonhos), acassá, angú, café torrado, pão-de-ló,⁵⁴ também retratados por Rodolfo e Carlos Chambelland.⁵⁵

No que se diz respeito a roupas, calçados e outros objetos de adorno pessoal, as famílias também se faziam atender a domicílio por lojas, mascates e negras «boceteiras». Estes comerciantes ofereciam todas as sortes de produtos: chapéus, botinas, fitas, pentes, travessas, filós, bicos, rendas, perfumes, vestidos, esculturas religiosas, etc.⁵⁶

O isolamento da mulher era, portanto, uma consequência da modalidade de contato da família com o mundo, na realidade brasileira da época. Acresça-se a este modo de convívio social os prolongados períodos de gravidez e «resguardos», num tempo em que os métodos contraceptivos eram praticamente desconhecidos; permanência da mulher em casa terá no «ciúme mouro ou ibérico» seu motivo mais tênue. O cuidado com a moral feminina era a expressão última e talvez a mais supérflua, de um sistema econômico-social bem mais opressivo. No caso das «mulheres-filhas», obviamente, as razões do enclausuramento não tinham o mesmo significado material. O patriarado prendia as filhas em alcovas ou por trás das rótulas para evitar possíveis ligações

53. Renaut, Delso. O Rio antigo nos anúncios de jornais, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, p. 108.

54. Debret, Jean-Baptiste. op. cit., v. 1.

55. ver: Luís Edmundo, op. cit., v. 3.

56. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 1, pp. 163-166.

afetivas entre elas e homens sem fortuna ou posição social vantajosa.

Em suma, o isolamento feminino traduzia o papel instrumental que as mulheres desempenhavam na reprodução do regime econômico. Agentes passivos na multiplicação das riquezas do marido, elas perpetuavam a máquina de opressão, ao mesmo tempo que a ela se submetiam.

No entanto, quaisquer que tenham sido os motivos da ausência da mulher na «recepção» e no contato com a rua eles eram um sintoma indiscutível da reserva social da família antiga. Reserva que só será abalada com o desenvolvimento urbano.

Depois da chegada do Príncipe Regente, a cidade passou a exibir uma variedade de tipos sociais absolutamente desconhecida em períodos anteriores. Aristocratas portugueses; comerciantes, políticos e diplomatas estrangeiros; literatos e artistas das mais diferentes nacionalidades inundaram o espaço de antigos burocratas e senhores rurais. O centro do poder deslocou-se e com esse deslocamento mudaram as regras que permitiam a entrada no restrito círculo da classe dominante.

Na sociedade antiga a imobilidade da hierarquia social dispensava certos instrumentos de afirmação de poder que, a partir de então, tornaram-se necessários. Um deles era a forma particular de sociabilidade que consiste em receber periodicamente, para festas e reuniões domésticas, personagens expoentes do mundo econômico, social e político.

A família colonial recebia pouco.⁵⁷ A recepção era um item da conduta social desvalorizado e pouco exercitado. Numa sociedade em que prevalecia a mentalidade rural e religiosa a «festa privada» perdia parte de seu sentido. A família restringia sua sociabilidade ao comparecimento a festejos públicos, em especial aos religiosos. A cadência da comemoração católica ritmava a exibição de seu poderio. Nestas ocasiões ela aparecia nos locais coletivos devidamente ornada com os emblemas inconfundíveis de «casta» e raça. A festa religiosa e até mesmo a trivial obrigação espiritual, como ir à missa, serviam de pretexto

57. Edmundo, Luis. op. cit., v. 2.

à ostentação da opulência familiar. Indo à missa os senhores faziam-se transportar em seges, cadeirinhas ou liteiras, por escravos cuja indumentária demonstrava a riqueza de seus donos. Nas procissões, repartiam-se em irmandades e confrarias que os distinguiam dos demais grupos. Era impossível aos componentes dos grupos inferiores confundirem-se com as elites. As marcas raciais e as insígnias religiosas afastavam qualquer indeterminação neste sentido. A festividade pública, a céu aberto, apenas consagrava o *status quo*. Construída à imagem do ritual católico e à semelhança da organização política, a sociabilidade externa obedecia a etapas previsíveis, da introdução ao epílogo.

A família participava deste rito, repetindo regularmente a série de preparativos e comportamentos públicos secularmente estabelecidos. Toda iniciativa original, toda surpresa criativa estava ausente. A frequência das festas era predeterminada, bem como seus momentos iniciais e finais.

Este jogo de cartas marcadas era obedecido e aceito pelos grupos sociais que não dispunham de nenhuma alternativa cultural que a ele se opusesse. Sua monotonia e intermitência atendiam satisfatoriamente às necessidades da sociedade antiga. O acordo entre as poucas famílias possuidoras de riquezas não incentivava a concorrência e a rivalidade em torno de detalhes da conduta e da apresentação social dos indivíduos. De antemão, perdedores e vencedores conheciam seus papéis. A natureza da sociabilidade era a consagração recorrente do já estabelecido. Os desacordos, quando ganhavam proporção imprevista, eram solucionados pela violência costumeira, pela vingança familiar, onde a força bruta do mais potente subjugava, *manu militari*, o mais fraco.

A inexistência da recepção doméstica era, portanto, entendível. Segundo König, um dos motores da competição por vantagens sociais e econômicas através do enriquecimento e refinamento no convívio social é a expansão numérica dos representantes das classes dominantes.⁵⁸ Nas sociedades em que o

58. König, René. *Sociologie de la mode*, Paris, Payot, 1969.

número desses elementos é restrito, o conhecimento prévio e prolongado torna supérflua a ostentação de predicados daquela ordem. Estes predicados visam a intimidar ou seduzir estranhos, incapazes de avaliar a verdadeira força social de quem as aparenta. Entre conhecidos eles se tornam dispensáveis.

A sociedade brasileira, até a chegada da Corte, comportava-se como uma sociedade pré-competitiva nos termos descritos acima. Com a implantação da aristocracia e dos representantes da burguesia industrial europeia este sonolento poder «latifundiário» foi sacudido.⁵⁹ Face àqueles grupos, comerciantes nativos e potentados rurais passaram a equivaler-se em rudeza e estupidéz culturais. A Corte era mais exigente. Para participar de seus favores já não bastavam dinheiro, escravos, terras, brancura de pele, catolicismo da alma ou outra qualquer tradição de importância ligada aos costumes locais. A condição para introduzir-se junto à aristocracia era aristocratizar-se.

* Inicia-se, então, a corrida pelo enobrecimento. A obtenção de títulos nobiliárquicos tornou-se uma questão de honra e poderio político-econômico. Os títulos facilitavam o prestígio junto aos «príncipes» e o conseqüente usufruto da máquina de privilégios estatais. Mas esse enobrecimento do estatuto social tinha um pressuposto, a adoção de novos hábitos culturais: «A concessão de títulos e cargos pelo Rei atraía alguns à capital, onde assimilavam o modo de vida do europeu, e influíam sobre as classes populares. Os habitantes das capitanias afastadas também se acostumaram a considerar o Rio como capital, que visitavam para tratar de negócios ou por curiosidade, passando a adotar os costumes e modo de ver dos europeus».⁶⁰ A família de elite começava, assim, seu processo de abertura para uma nova sociabilidade. Sociabilidade imposta, num primeiro nível, pela urgência em nivelar-se, nas aparências, à nobreza ou à burguesia europeias. Mas também num outro nível, por motivos bem mais práticos e bem menos genéricos.

59. ver: J. F. de Almeida Prado, op. cit.

60. Martius, in, Almeida Prado, J. F. op. cit., p. 231.

Numa sociedade que se secularizava rapidamente, as ocasiões de encontro prescrito pelo calendário religioso não só começavam a diminuir como não conseguiam acompanhar as exigências de contatos sociais provocados pelo dinamismo econômico. As festas privadas tornaram-se uma necessidade. Nelas criavam-se condições de relacionamento favoráveis aos interesses econômicos e políticos de quem as promovia. Nas reuniões «burguesas» estreitavam-se alianças políticas, organizavam-se conspirações econômicas, tramavam-se sabotagens fiscais, estimulavam-se intrigas contra os concorrentes, etc... A recepção adquiriu a função de veículo informal na disputa pelo poder. Muitas festas organizadas nos «salões do Segundo Reinado» serviram a este propósito.⁶¹

Ao lado destes objetivos, a recepção, paralelamente, enquadrou-se na estratégia de enriquecimento da aristocracia empobrecida ou de enobrecimento da «burguesia» endinheirada. Tradicionalmente, uma das formas de aquisição de riqueza e prestígio dos senhores era a aliança entre famílias, através do casamento. Na Colônia, a rusticidade de costumes e a escassez de famílias ricas que se relacionavam entre si converteu o casamento num procedimento simples, executado sem maiores preâmbulos. O patriarca escolhia o parceiro dos filhos nas poucas famílias que conhecia e comunicava sua decisão aos interessados que, habitualmente, aceitavam-na sem relutância.

A diferenciação social iniciada no período joanino complicou sobremodo esta situação. A oferta de bons partidos aumentou e a disputa por eles ganhou uma complexidade notável. O casamento já não dependia exclusivamente da escolha do pai. Ser rico ou aristocrata não assegurava incondicionalmente ao jovem o casamento mais vantajoso. O bom não contentava, procurava-se o melhor. A aparência física, as boas maneiras, o requinte na educação, a sofisticação do gosto, etc., ingressaram na contabilidade do poder, quase em pé de igualdade com o

61. ver: Pinho, Wanderley, *Salões e damas do Segundo Reinado*, 3ª ed., São Paulo, Martins, 1959.

Intensificação
social e
material
do Segundo
Reinado

dinheiro e os títulos de nobreza. A recepção converteu-se em lugar de exibição das qualidades dos filhos e de contendas entre famílias que tentavam incorporar a seus patrimônios a fortuna e os títulos do parceiro visado.

Essas táticas de poder, como consequência, ampliaram significativamente a margem de liberdade e expressão das particularidades pessoais. A sedução do futuro cônjuge estava em relação direta com os encantos do sedutor. O jogo social mudava as regras. Passou a existir lugar para o imprevisível. As derrotas e vitórias não eram previamente definidas. A inventividade de cada um poderia infletir expectativas quase definitivas. Os indivíduos começavam a diferenciar-se do magma familiar.

Impelidos a se individualizarem por um ou outro motivo, em breve, os elementos da família começaram a notar que podiam desfrutar dessa nova posição para aumentar a massa de poder de que dispunham na casa.

No caso das mulheres, essa manobra é particularmente evidente. Por muito tempo exploradas por pais e maridos, tios, irmãos, etc., as mulheres souberam aproveitar a crise de poder do patriarca colonial e tirar vantagens familiares.

Da habilidade feminina dependia o sucesso de um salão ou de uma recepção. Da maneira como as mulheres se comportavam, recebiam, hospedavam ou se insinuavam junto a personagens prestigiados, dependia, às vezes, o bom encaminhamento da carreira política ou econômica do homem. Em troca desse gênero de exposição e mercadejo de seus corpos, as mulheres passaram a reivindicar um cuidado e uma atenção que nunca haviam tido antes.

Como veremos adiante, a mulher «nervosa», «clorótica», «histérica» vai ter seu destino médico estreitamente ligado a saraus, bailes, danças, reuniões, recepções, etc. O corpo nervoso da mulher, entre outros significados, traduziu o desequilíbrio de forças que se instaurou na família de elite do séc. XIX. Nervosismo e mundanismo formaram os polos de um circuito que permitiu a entrada do médico na família, reforçando o poder da esposa com relação ao marido e das filhas com relação aos pais.

O romance urbano captou vivamente esta realidade social da grande, média e pequena «burguesia» brasileiras agitando-se, continuamente, no clima mundano das festas privadas. Mostrou, também, a revalorização da vontade feminina nas querelas amorosas e nos negócios de casamento. Em *Diva*, de Alencar, Emilia, a heroína adolescente, tiraniza a casa burguesa com seu mau-humor, sua impertinência e seus «ataques de nervos». Os pais, impotentes, terminam apelando para o médico, novo herói disciplinador dos costumes e único capaz de solucionar a crise doméstica.⁶²

No conjunto, essas modificações da sociabilidade resultaram numa sensível fragmentação da solidariedade familiar. A família colonial mantinha sua coesão através da extroversão psicológica dos indivíduos e de sua introversão social. A indiferença para com a expressão ou desenvolvimento das singularidades pessoais permitia que o primado do pai e do grupo continuassem se exercendo sem conflitos. A nova sociabilidade, dando maior autonomia aos desejos individuais quebrou, pouco a pouco, os fios e suportes da antiga trama de relações familiares. A família passou a viver um impasse criado pela urbanização. Ou modificava seus hábitos para acompanhar as novas regras da competição social e econômica ou persistia atada a seu modo usual de viver, correndo o perigo de debilitar-se ou morrer economicamente. Qualquer escolha era, portanto, desestruturante.

Foi esse período de anomia interna que favoreceu a aceitação da medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos. A higiene ajudou a família a adaptar-se a urbanização, criando, simultaneamente, normas coerentes de organização interna. O objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e novas funções. Estimulando a competição interna entre eles, freando aqui e ali os excessos individuais, dando novas significações aos vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças, a medicina

62. Alencar, José de. *Diva*, rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.

higiênica formulou, enfim, uma ética compatível com a sobrevivência econômica e a solidez do núcleo familiar «burguês».

2) Família colonizada: medicalização e disciplina a domicílio.

A CASA HIGIÊNICA

A residência colonial tinha sua morfologia e funcionamento determinados pelas relações entre família e ambiente social. A casa, através de sua dimensão; localização; disposição interna das peças; ventilação; iluminação; ornamentação dos interiores; número e movimentação de seus ocupantes etc., respeitava e perenizava o modo de convivência entre os membros da família e o contato com o mundo. Da mesma forma, a rusticidade do material e técnicas de construção; a precariedade das instalações de água e esgoto; a pobreza de móveis e outros utensílios domésticos; a presença de escravos e a auto-suficiência econômica eram indícios do parco desenvolvimento urbano, econômico e social da Colônia. A casa retratava a maneira como cidade e coletividade reagiam ao interesse familiar privado e vice-versa.

A medicina, ao se impor como técnica de regulação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado, teve na casa um dos maiores aliados. Do ponto de vista da higiene, a habitação antiga prestava-se a todo tipo de crítica. Sua arquitetura fechada, impermeável ao exterior, elaborada para responder ao medo dos «maus ares», ventos e miasmas foi cruamente atacada pelos médicos como insalubre e doentia: «As casas do Rio de Janeiro parecem destinadas antes à Lapônia ou à Groenlândia do que à latitude tropical... uma fatal alcova, dormitório predileto; escura e modesta sala com um corredor escuro; uma sala de jantar, de costurar, de tudo, exceto de saúde, pouco mais escura que a sala da frente, mas munida de infalível alcova, mediante ou não outro corredor, a cozinha térrea».⁶³

63. Candido, Francisco de Paula. Relatórios sobre as medidas de salubridade reclamadas pela cidade do Rio de Janeiro in: Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, pp. 433-434.

Essa opinião e esse discurso repetiam-se em centenas de outros trabalhos. Os médicos revezavam-se nas críticas às construções coloniais usando o mesmo argumento e quase os mesmos termos. Correa de Azevedo dizia sobre as casas brasileiras: «Ao examiná-las supõe-se serem construções para o Esquimó ou Groenlândia: pequenas e estreitas janelas, portas baixas e não largas, nenhuma condição de ventilação, salas quentes e abafadas, alcovas úmidas, escuras e sufocantes, corredores estreitíssimos e sempre esse esgoto na cozinha, essa sujidade bem junto à preparação dos alimentos cotidianos, tendo ao lado uma área, lugar infecto, nauseabundo, onde os despejos aglomerados produzem toda sorte de miasmas».⁶⁴

Em nome dos mesmos miasmas coloniais a casa era chamada a mudar sua feição. Mais precisamente, os miasmas continuavam sendo considerados agentes de doença, porém a teoria de sua difusão se modificara: «A habitação em casas térreas é sempre uma das piores, principalmente no Brasil, cuja temperatura é respeitável, porque o ar carregado de miasmas que se desprendem das matérias animais e vegetais em putrefação, ocupa por seu peso específico as camadas inferiores da atmosfera e exerce sua ação deletéria. Entretanto que a altura de um primeiro andar é quanto basta para pôr a abrigo o homem, destes efeitos nocivos; porque o ar carregado de miasmas, em geral, não pode chegar a uma tal altura, e quando chegue já é rarefeito, purificado em parte, e não se torna por isto tão nocivo».⁶⁵

A racionalidade que inspirava essa crítica era, inegavelmente, de uma ordem científica superior à que comandava a organização da habitação pré-higiênica. Seus autores dispunham de um conhecimento capaz de demolir, sem problemas, as noções acadêmicas da medicina do séc. XVIII. Entretanto, este mesmo saber, visto sob outro ângulo, revela suas ligações com o poder.

64. Azevedo, Luiz Correa de. discurso na Imperial Academia de Medicina, in: Freyre, Gilberto, *Ibid.*, p. 435.

65. Santos, Carolino Francisco de Lima. Conselhos higiênicos aos europeus que abordam o Brasil, in: Freyre, Gilberto, *Ibid.*, p. 362.

17
e do material e a anarquia na impro-
médicos opunham-se, é certo, aos
no tempo, impunham às pequenas
ações e bens monopolizados pelo

das exigências higiênicas foi a
péa e o progresso material dos
engrossou a pressão da acultu-
brasileira consumisse vidraças,
ações sanitárias. E, com estes
rios e ornamentos que compu-
na casa européia: objetos de
etc.

Essas aquisições favoreciam a
médicos. Essa europeização
zia das habitações «verdadei-
ado por tapetes, vidraças e
s, mas diretamente contrá-

Notar como os efeitos ines-
ção médica da casa, foram
o higiênico, dando novo
e é igualmente revelador
s da saúde procuravam
aditamento em termos de

urbanização forçava a
tando a expansão da
certa confiança que
A intervenção na
ntação estratégica.
o continente fami-

idade medicina de
os e Mucambos, op.

higiênica formulou, enfim, uma ética compatível com a sobrevivência econômica e a solidez do núcleo familiar «burguês».

2) Família colonizada: medicalização e disciplina a domicílio.

A CASA HIGIÊNICA

A residência colonial tinha sua morfologia e funcionamento determinados pelas relações entre família e ambiente social. A casa, através de sua dimensão; localização; disposição interna das peças; ventilação; iluminação; ornamentação dos interiores; número e movimentação de seus ocupantes etc., respeitava e perenizava o modo de convivência entre os membros da família e o contato com o mundo. Da mesma forma, a rusticidade do material e técnicas de construção; a precariedade das instalações de água e esgoto; a pobreza de móveis e outros utensílios domésticos; a presença de escravos e a auto-suficiência econômica eram indícios do parco desenvolvimento urbano, econômico e social da Colônia. A casa retratava a maneira como cidade e coletividade reagiam ao interesse familiar privado e vice-versa.

A medicina, ao se impor como técnica de regulação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado, teve na casa um dos maiores aliados. Do ponto de vista da higiene, a habitação antiga prestava-se a todo tipo de crítica. Sua arquitetura fechada, impermeável ao exterior, elaborada para responder ao medo dos «maus ares», ventos e miasmas foi cruamente atacada pelos médicos como insalubre e doentia: «As casas do Rio de Janeiro parecem destinadas antes à Lapônia ou à Groenlândia do que à latitude tropical... uma fatal alcova, dormitório predileto; escura e modesta sala com um corredor escuro; uma sala de jantar, de costurar, de tudo, exceto de saúde, pouco mais escura que a sala da frente, mas munida de infalível alcova, mediante ou não outro corredor, a cozinha térrea».⁶³

63. Candido, Francisco de Paula. Relatórios sobre as medidas de salubridade reclamadas pela cidade do Rio de Janeiro in: Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, pp. 433-434.

Essa opinião e esse discurso repetiam-se em centenas outros trabalhos. Os médicos revezavam-se nas críticas às construções coloniais usando o mesmo argumento e quase os mesmos termos. Correa de Azevedo dizia sobre as casas brasileiras: «Ao examiná-las supõe-se serem construções para o Esquimó ou Groenlândia: pequenas e estreitas janelas, portas baixas e não largas, nenhuma condição de ventilação, salas quentes e abafadas, alcovas úmidas, escuras e sufocantes, corredores estreitíssimos e sempre esse esgoto na cozinha, essa sujidade bem junto à preparação dos alimentos cotidianos, tendo ao lado uma área, lugar infecto, nauseabundo, onde os despejos aglomerados produzem toda sorte de miasmas».⁶⁴

Em nome dos mesmos miasmas coloniais a casa era chamada a mudar sua feição. Mais precisamente, os miasmas continuavam sendo considerados agentes de doença, porém a teoria de sua difusão se modificara: «A habitação em casas térreas é sempre uma das piores, principalmente no Brasil, cuja temperatura é respeitável, porque o ar carregado de miasmas que se despreendem das matérias animais e vegetais em putrefação, ocupa por seu peso específico as camadas inferiores da atmosfera e exerce sua ação deletéria. Entretanto que a altura de um primeiro andar é quanto basta para pôr a abrigo o homem, destes efeitos nocivos; porque o ar carregado de miasmas, em geral, não pode chegar a uma tal altura, e quando chegue já é rarefeito, purificado em parte, e não se torna por isto tão nocivo».⁶⁵

A racionalidade que inspirava essa crítica era, negavelmente, de uma ordem científica superior à que comandava a organização da habitação pré-higiênica. Seus autores dispunham de um conhecimento capaz de demolir, sem problemas, as noções acadêmicas da medicina do séc. XVIII. Entretanto, este mesmo saber, visto sob outro ângulo, revela suas ligações com o poder.

64. Azevedo, Luiz Correa de: discurso na Imperial Academia de Medicina, in: Freyre, Gilberto, *Ibid.*, p. 435.

65. Santos, Carolino Francisco de Lima. Conselhos higiênicos aos europeus que aboirdam o Brasil, in: Freyre, Gilberto, *Ibid.*, p. 562.

O problema da construção anti-higiênica é, neste sentido, bastante esclarecedor.

As casas eram mal construídas, escuras e úmidas não só pela ignorância médica dos proprietários: Grande parte do capital empregado na construção de imóveis vinha diretamente de antigos traficantes de escravos, impossibilitados de continuarem seu comércio. Estes especuladores empregavam o material de pior qualidade e a mão-de-obra mais desqualificada, em geral escravos, na ânsia de obterem os maiores lucros possíveis.⁶⁶ Os médicos sabiam disto. A clareza que tinham a esse respeito era indiscutível: «A edificação de uma casa nas grandes cidades é um problema que a especulação apresenta a um pedreiro: — trata-se de saber como num terreno dado, e com menor soma de material possível, se há de amontoar o maior número de inquilinos. — É verdade que os locatários estarão apertados, sujeitos a infinidade de doenças, arriscados mesmo a acabarem asfixiados (...). Bagatela para o proprietário; o lucro que ele tira é excessivo».⁶⁷

Lutando contra esta situação, os médicos procuravam aconselhar o uso de material, mão-de-obra e equipamentos mais modernos, o que traria benefícios à população. Também propunham um plano geral de construção que, obedecendo aos cânones higiênicos, impedisse a improvisação de cada dono: «... cumpre não deixar ao arbítrio de cada um construir casas como lhe convier, torna-se indispensável adotar um plano geral de edificações», pois «os preceitos estatuídos para garantir a salubridade e asseio das habitações devem ser prescritos por lei e não unicamente recomendados...»⁶⁸

Estas duas condições, qualidade da construção e uniformidade na concepção, só seriam satisfeitas pelo recurso à tecnologia e aos técnicos estrangeiros. No Rio, a maioria das casas eram feitas pelos proprietários, leigos em assunto de arquitetura.

66. Freyre, Gilberto, *Ibid.*, pp. 435-438.

67. Jardim, David Gomes, *Algumas considerações sobre a higiene dos escravos*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847, pp. 13-14.

68. Rego, José Pereira, discurso na Academia Imperial de Medicina, in, Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, p. 490.

ra.⁶⁹ Combatendo a qualidade do material e a anarquia na improvisação das construções, os médicos opunham-se, é certo, aos especuladores. Mas, ao mesmo tempo, impunham às pequenas famílias o consumo de serviços e bens monopolizados pelo comércio internacional.

A consequência imediata das exigências higiênicas foi a prosperidade da indústria europeia e o progresso material dos técnicos imigrantes. A medicina engrossou a pressão da aculturação fazendo com que a casa brasileira consumisse vidraças, grades de ferro, louças e instalações sanitárias. E, com estes materiais, toda a massa de acessórios e ornamentos que compunham o ambiente interno de uma casa europeia: objetos de metais, tapetes, cortinas, estuques, etc.

Naturalmente, nem sempre essas aquisições favoreciam a saúde e a higiene defendidas pelos médicos. Essa europeização dos hábitos, observava um deles, fazia das habitações «verdadeiras estufas onde o calor é concentrado por tapetes, vidraças e ferros, não só caros e desnecessários, mas diretamente contrários à saúde».⁷⁰

Através desse exemplo pode-se notar como os efeitos inesperados, desencadeados pela organização médica da casa, foram recuperados e reintegrados ao discurso higiênico, dando novo impulso à reflexão teórico-científica. Ele é igualmente revelador da pressão política com que os agentes da saúde procuravam retirar do momento-tático o máximo rendimento em termos de poder.

A medicina social percebia que a urbanização forçava a mudança da família e que o Estado, apoiando a expansão da saúde pública, lhe havia creditado uma certa confiança que competia explorar até onde fosse possível. A intervenção na casa respondia, em parte, a esta movimentação estratégica. Encarregando-se da transformação higiênica do continente fami-

69. Silva, Maria Beatriz Nizza da, op. cit., p. 43.

70. Sarmento, José Joaquim Moraes, Relatório dos trabalhos da sociedade de medicina de Pernambuco do ano de 1841 a 1842, in, Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, p. 625.

liar, os médicos ganhavam terreno, ocupavam espaços vazios, tentavam apresentar-se como úteis, necessários, indispensáveis à sanidade de todos os locais físicos e sociais do universo urbano.

Antes mesmo dos arquitetos, urbanistas, demógrafos, pedagogos, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais, eles impuseram à casa e à família, desequilibradas pelo desenvolvimento urbano, seu modelo de organização social. Em suas considerações higiênicas sobre as habitações, Pedro José de Almeida procurava determinar a escolha do lugar da casa (se em planícies, montanhas, colinas, florestas, praias, vizinhanças de rios e águas correntes, centro de cidades ou arrabaldes, a que distância de pântanos, etc...); a técnica de construção (qualidade do terreno, materiais, etc...); a disposição das peças da habitação (andares, assoalhos, paredes, cobertura ou telhados, dimensões, janelas, portas, iluminação, ordem, asseio, ornatos, etc...), e assim por diante.⁷¹

Um outro médico, Felipe Neri Collaço, em sua «enciclopédia» de conhecimentos indispensáveis na vida prática», mostrava até onde ia essa intervenção. O autor pretendia ensinar qual a maneira higiênica de organizar: a habitação (limpeza, asseio, construção, decoração, destruição de insetos, iluminação, escolha de lustres, sofás, papel de parede); os vestidos e a roupa da casa (como lavar, engomar, tirar nódoas, marcar roupa, arrumá-las nos armários, escolher linhas e máquinas de costura, etc...); a alimentação; a higiene em geral; a educação de crianças; os usos e deveres de sociedade (da polidez, da recepção de visitas, das cartas formais e informais, dos bailes e reuniões, das palavras e frases proscritas e admitidas diante de estranhos); e, finalmente, num apêndice o autor sugeria, completando a enciclopédia, várias receitas culinárias.⁷²

A higiene ministrava a seu público ensinamentos que iam desde aqueles da alçada de um engenheiro ou de um arquiteto

71. Almeida, Pedro José de. *Algumas considerações higiênicas das habitações*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

72. Collaço, Felipe Nery. *O conselheiro da família brasileira* — enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883.

até aqueles da competência de um mentor de etiqueta social. Desta forma, como poderemos ver mais adiante, incorporava à medicina funções anteriormente exercidas por outros agentes sociais, em particular, os representantes da legalidade real ou os executores da política religiosa.

Evidentemente, o exemplo não identifica a totalidade do pensamento médico-social em geral um pouco mais discreto. No entanto, é indicativo de pretensão e da aceitação que a palavra do médico teve na sociedade brasileira do séc. XIX. Um deles dizia que a higiene era a parte da «ciência médica que nos dá os preceitos e as regras necessárias tanto à aquisição como à conservação da saúde e se referem a exercícios, banhos, sono, paixões, trabalhos intelectuais, etc...; enfim, ensina a evitar as coisas nocivas e a fazer bom uso das coisas úteis». Nada mais coerente com esta definição que a ingerência médica em todos os setores da vida pública e privada.

Entretanto, quando nos detemos nestes textos, vemos que esse cuidado com a casa tinha objetivo explícito, dos quais o mais importante era a proteção das mulheres e das crianças. Habitantes por excelência da casa, esses membros da família tornavam-se mais vulneráveis aos efeitos daninhos da insalubridade. Defendendo a mulher, Correa Azevedo combatia a arquitetura perguntando: «Que esperais dessa enclausurada das más alcovas?»⁷⁴

A mulher de alcova foi uma peça fundamental no dispositivo médico-higiênico. Encerrada nestes locais escuros, úmidos, mal ventilados, a mulher representava o elo mais fraco da cadeia anti-higiênica visada pelos médicos. Arrancando-a da alcova, a medicina social, de um só golpe, integrava a família à cidade, enfraquecia o poder paterno e surgia como aliada da esposa contra o marido. Os médicos chegaram, assim, a constituir uma verdadeira «síndrome de alcova», responsável por numerosíssimos males que acometiam mulheres e crianças.

73. Eboli, Thomaz. *Dissertação sobre a higiene, os prejuízos que causam má amamentação*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1880, p. 6.

74. Correa de Azevedo. *Annuaire brésilien de médecine*, abril, 1872, in, Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, p. 629.

Na adolescente, a reclusão podia provocar todos os sintomas alarmantes da «clorose das púberes»: Os olhos abatidos exprimem o langor, que acompanha o predomínio linfático, bastante caracterizado pela palidez extrema e esverdeada de todo o hábito exterior do corpo, flacidez das carnes, intumescência quase edematosa da face e dos membros inferiores. Não é raro observar-se grande susceptibilidade nervosa, sobrevirem síncopes, tosse seca, violentas cefalalgias, palpitações, que se aumentam com o menor excesso. Muitas são atormentadas por terrores noturnos; e a incerteza e perturbação, em que se acha nelas o órgão do entendimento, colocam-nas em um estado vizinho da estupidez, e engendra na maior parte gostos extravagantes e apetites depravados. Todo este cortejo de acidentes, e outros mais, são acompanhados de alteração mais ou menos intensa das vias digestivas, exprimida por dores epigástricas, borborngmas, diarréia forte ou constipação pertinaz. A reunião das alterações patológicas, que acabamos de esboçar, e a inaparição do fluxo menstrual e dos outros fenômenos da puberdade, coincidindo com essa perturbação notável da economia e resultante da falta de excitabilidade dos órgãos, por meio dos quais a mulher concorre para o ato da reprodução, têm a maior parte dos nosologistas denominado pálidas cores, ou clorose das púberes.⁷⁵

Entre as prescrições terapêuticas destinadas ao tratamento e prevenção deste quadro, aconselhava-se a habitação em «lugares elevados, secos, em quartos arejados e claros».⁷⁶

Na mulher adulta, a permanência exagerada em lugares fechados também levava à deterioração da saúde: «... nas classes mais elevadas (...) a vida sedentária e o ar não renovado dos quartos cobertos de macios estofos (não próprios para o nosso país) debilitam e enfraquecem sensivelmente a pele».⁷⁷ Mas não

⁷⁵ Mello, José Tavares de. *Considerações sobre a higiene da mulher durante a puberdade e aparecimento do fluxo catamenial.* Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841, pp. 19-20.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Sá, José Marques de. *Higiene da pele, no Rio de Janeiro: vestuário e banhos.* Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1850, p. 39.

só a pele. A ausência da luz solar sobre o corpo estava na origem do «temperamento linfático, dos desvios do sistema ósseo, do vício escrofuloso e da tísica».⁷⁸ O fundamento destas doenças achava-se na conduta social: «A palidez habitual das senhoras do Rio de Janeiro provém em parte da falta de insolação, do costume em que estão de raras vezes saírem à rua durante o dia, e de o fazerem somente à noite ou depois do ocaso do sol: o pretexto de conservarem a pele fina e alva não deve jamais ser um motivo para se subtraírem completamente aos tónicos efeitos da luz».⁷⁹

* As alcovas, salas e demais ambientes sombrios e pouco aerados também prejudicavam a mulher grávida e o feto: «Desde Hipócrates que se reconhece a influência nociva que o ar exerce sobre o organismo da mulher ~~pejada~~, e quem atenda para a exagerada sensibilidade, que ela adquire durante a prenhez, não pode deixar de acompanhar a opinião do venerável velho de Cós, e de bradar contra o perigoso uso, que seguem algumas pessoas, particularmente das classes abastadas da sociedade, de se encerrarem em seus quartos, ou salas, e passarem quase todo o tempo mergulhadas em uma temperatura muito elevada... O ar impuro e muito dilatado, e a inação, em que ficam, as lançam num completo abatimento e languidez, e as arriscam, quando se afastam desse estado, aos graves incômodos que provêm da mudança súbita de temperatura. O calor, o frio e a umidade, quando levados a excesso, não podem deixar de perturbar as funções do feto, de debilitarem-no, e mesmo de matarem-no, e por isso deve-se ter todo o cuidado de evitarem-se mudanças rápidas da atmosfera e a ação dos ventos. Daqui se infere o quanto será útil que fujam dos passeios em tempos chuvoso e úmido e que se esforcem por habitar sempre um lugar onde se possa renovar o ar para moderar-se a elevação da temperatura».⁸⁰

⁷⁸ Ibid., p. 40

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., pp. 4-5.

Além disso, a mulher de alcova tendia ao sedentarismo, prejudicial não só a ela e ao feto, mas também ao recém-nascido. A falta de exercício físico comprometia a amamentação: «O exercício ao ar livre é uma necessidade imperiosa para a mulher que aleita. Pela vida sedentária perde o leite as qualidades nutritivas e diminui consideravelmente. Compreende-se facilmente esta influência tão notável que a vida sedentária exerce sobre a quantidade e sobre a qualidade do leite, pois basta observar-se a relação constante que existe entre uma boa digestão e um exercício moderado (...). São portanto úteis os exercícios ao ar livre, os passeios».⁸¹

O sedentarismo forçava, ainda, a mulher a portar espartilhos, a fim de combater a flacidez muscular, que comprimiam o ventre e os seios afetando suplementarmente a gravidez e o aleitamento.⁸²

O ciclo anti-higiênico nutria-se de seus próprios efeitos e tinha, na mulher, seu pivô. Pálida, flácida, doentia, ela gerava e amamentava mal seus filhos. Confinada nas alcovas, expunha, através das marcas deficientes do seu corpo, as provas de condenação do mundo colonial.

✱ Apoiando-se nas características físicas das mulheres, a medicina atinava suas críticas com as exigências da urbanização. Fazia coro com cronistas, viajantes e imigrantes europeus que viam em toda aparência física diversa das suas sinal de inferioridade e degradação racial. Gorda, caseira, descolorida, tinha sido a mulher do patriarca colonial. Seu corpo era o equivalente biológico de sua função econômica, social e cultural. A cor e a textura de sua pele exprimiam os signos elitistas que os senhores buscavam exibir. Num período em que a cor da pele distinguia, quase por si só, senhores de escravos, dominantes de dominados, a tez branca era tão importante quanto os brasões de linhagem ou a posse de terras. A pele fina e alva era uma manifesta-

81. Camarano, João Baptista Capelli. *Da alimentação nas primeiras idades — estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1884, p. 20.

82. Sá, José Marques de, op. cit., p. 53.

ção do racismo conservador das elites. O físico da mulher respondia ao comando ideológico de seu grupo social.

Por outro lado, o confinamento doméstico feminino era distintivo do seu nível social, em outro sentido. A rua colonial era um local reservado a homens, vagabundos, capoeiras, ciganos, ladrões, negros, quadrilheiros, prostitutas, mendigos ou penitentes. A mulher de elite evitava-a. Quando, eventualmente, saía às ruas recobria-se com mantilhas, que protegiam-na da indiscrição pública e exibiam seu pudor senhorial. Essas raras ocasiões estavam rigidamente previstas: passeios com a família por ocasião de festas públicas e obrigações religiosas.

✱ Quanto à gestação e à amamentação, ambas traduziam o modo como a família antiga concebia o valor da vida, da prole e da infância. Engravidar e amamentar são eventos biológicos indissociavelmente ligados a uma certa concepção da maternidade, da mulher, do casal e dos filhos, concepção esta mutável ao longo da história. O sentimento colonial, com respeito a esses fenômenos, contrariava as expectativas da cidade, do Estado nacional e do poder médico, como será visto em seguida.

Entretanto, voltando à casa, é importante perceber como sua organização higiênica implicava um remanejamento do papel da mulher e a conseqüente metamorfose da família.

✱ A mulher colonial tornou-se, com a urbanização, uma anacronia. A penetração do capitalismo industrial europeu no Brasil dinamizou a vida social e, como já observamos, a vida privada. As «enclausuradas nas alcovas» tornaram-se «antifuncionais». A corte requeria a «mulher de salão», a «mulher da rua». Os grandes negócios e o pequeno comércio exigiam uma e outra, respectivamente. A mulher de posses deveria saber receber as visitas do marido, estar presente à mesa e às conversações.

Paralelamente, deveria compenetrar-se de sua nova situação social, abandonando seus antigos hábitos e europeizando seu corpo, seus vestidos e seus modos. As mulheres começaram a desprezar as mantilhas, a descobrir os rostos e a revestir-se com artigos franceses e ingleses. As ruas que concentravam o comércio feminino começaram a encher-se. Os vendedores e mascates de portas perdiam a utilidade. A casa perdia sua auto-suficiência. A cidade dominava a família.

Diante da grande e pequena burguesia européias, não bastava ser branco, católico ou proprietário de terras. Estas qualidades diluíam-se, agora, em meio a uma população que desprezava em bloco o atraso e o primitivismo locais. As mulheres tinham que expor-se ao mundo em teatros, recepções oficiais e restaurantes públicos que começavam a surgir. A nova etiqueta, o novo código de relacionamento social impunham essas formas de sociabilidade. A semelhança física e de costumes com os europeus, já higienizados e domesticados em seus países de origem, era indispensável ao reconhecimento social e ao sucesso econômico da família. Os estigmas do brasileiro colonial e senhorial passaram a funcionar com o sinal negativo. E tudo que pudesse favorecer a persistência ou a reprodução destes estigmas passou a ser renegado, como o foi a habitação tradicional.

A casa higienizada era, por conseguinte, um dos trunfos médicos na luta contra a família clássica em favor da mulher. Mas também em favor da criança. Em nome das crianças, a higiene insurgia-se contra a insalubridade reinante nas residências: «...alguns pais se persuadem que privando os filhos sempre da impressão do ar, lhes mostram verdadeiro amor, e com esses cuidados não fazem mais que acostumá-los a serem demasiadamente cautelosos, a receberem hábitos, que não deviam possuir, e os tornam efeminados, e sofrendores de males que um só instante de descuido pode ocasionar».⁸³ No mesmo tom, uma exortação do mesmo tipo proclamava: «Não é possível, que se enriqueça um Estado de homens bem constituídos e sadios adotando-se o costume de se educarem os meninos clausurados em casa e privados da fruição de um ar livre e do exercício, que tão essencialmente coopera para a saúde sua.» Os indivíduos que, desde o seu nascimento, se vêem rodeados de imprudentes desvelos, com que muitas vezes a inexperiência ou o amor mal entendido dos pais lhes coíbem o darem a necessária expansão à inclinação natural para os passeios e para outros entretenimen-

tos que agradam às crianças, serão sempre homens incompletos, próprios para viverem uma vida de um eunuco de algum Harém da Turquia e incapazes de encararem as contrariedades do mundo, às quais sem dificuldade sucumbirão».⁸⁴

A assepsia da casa era condição de existência da recém-nascida mulher e da recém-descoberta criança. Ambas exigiam um ambiente cuidadosamente decantado das impurezas do passado, não só físicas, como humanas. Este foi um dos móveis da atenção dedicada ao escravo pela medicina social.

A escravidão colocava à higiene alguns problemas específicos. A tática médica de controle dos indivíduos pressupunha a existência de um «cidadão perfeito, livre e trabalhador» para que a «articulação necessária entre o sujeito do contrato social e o sujeito da disciplina» pudesse concluir-se.⁸⁵ O escravo era um empecilho a este projeto: não era livre, nem sujeito do direito burguês. Sua presença era um desafio à higiene, que via nele um bolsão de resistência ao poder normalizador. A questão posta aos médicos era a de como converter o escravo à ordem médica, recusando-lhe os benefícios que, em troca da adesão, eram oferecidos aos senhores brancos.

A incongruência ideológica do liberal-escravagismo, com a qual os médicos compactuavam, tornava-se, aqui, inoportuna. A felicidade física e racial, a riqueza econômica e espiritual, prometidas pela higiene à família branca, não podiam estender-se ao escravo. Ele deveria continuar na posição em que sempre estivera. No entanto, sua função tinha que ser transformada. Cúmplice no funcionamento da casa antiga, deveria tornar-se agente de mudança familiar. O problema consistia, portanto, em modificá-lo higienicamente, sem alterar sua posição social e seu estatuto civil. Os médicos criaram, então, um outro procedimento tático: inverteram o valor do escravo. De «animal» útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se «animal» nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi, deste modo, garantido.

83. Ubatuba, Manoel Pereira da Silva. *Algumas considerações sobre a educação física*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 13.

84. Mello, Joaquim Pedro de; op. cit., p. 82.

85. Machado, Roberto, et alii, op. cit., p. 354.

Alinhado junto com «miasmas», «insetos», «maus ares» e maus hábitos, o escravo tornou-se o veneno que a família absorvia, acreditando alimentar-se. A medicina apresentava-o como fonte de doenças orgânicas: «... entre as escravas, que além de serem em geral estúpidas, grosseiras e o seu moral extremamente viciado, o seu organismo é, de ordinário, a sede de grande cópia de moléstias, bem como a sífilis e a diatese escrofulosa, o linfatismo».⁸⁶ Também como produtor de defeitos morais: «O escravo gera a preguiça, a indolência, a soberba, a vaidade e a tirania do seu senhor».⁸⁷ A escravidão, ao lado disso, era tida como causa de prostituição: «A escravidão portanto dos negros e seu avultado número são as causas que figuram em primeiro lugar na prostituição do Rio de Janeiro».⁸⁸ E não só de prostituição, mas de inúmeros outros desregramentos morais e sexuais: «Os negros estúpidos e broncos, por natureza e educação, desconhecendo o sentimento do pudor e da castidade, e dotados de um temperamento erótico e conseqüentemente muito libidinoso, são neste estado lançados no seio de nossas famílias como verdadeiros autômatos de nossa vontade, o nosso *fac totum*, sobretudo os do sexo feminino».⁸⁹ Os escravos, finalmente, eram acusados de corromper os lares, seduzindo os senhores, de praticarem o aborto e o infanticídio e de não pertencerem à humanidade por não «poderem ter amor, pátria, família e amigos».⁹⁰

A virulência na condenação ao escravo ocupou uma posição extremamente importante nas manobras do poder médico. Ela foi ponto de apoio para a normalização da família, em vários sentidos. A escrava foi usada contra a mulher, com o objetivo

⁸⁶ Vianna, Murilo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869, p. 41.

⁸⁷ Cunha, Herculano Augusto. *Laço de ouro: Dissertação sobre a prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 32.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Macedo Junior, José Álvares de Azevedo. *Prostituição*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869, p. 25.

⁹⁰ Moura, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário, em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874, p. 23.

de culpá-la e torná-la responsável pela infelicidade, doença e morte dos filhos. Foi, também, usada como lente deformadora da conduta sexual dos homens, que passaram a ver em seu corpo o perigo das doenças venéreas e da degeneração da prole. Enfim, os escravos em geral, homens e mulheres foram manipulados de modo a criar na família repulsa à sua própria casa que, de lugar de abrigo e proteção tornou-se, com a higiene, local de medo e suspeição.

A DISCIPLINA DOMÉSTICA: DA PROMISCUIDADE AO «INTIMISMO»

Em 1823, José Bonifácio, em representação à Assembléia Constituinte dizia: «que educação podem ter as famílias que se servem com esses infelizes sem honra, sem religião? que se servem com as escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo se compensa nesta vida. Nós tiranizamos os escravos e os reduzimos a brutos animais; eles nos inculcam toda a sua imoralidade e todos os seus vícios. E, na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na filosofia, por assim dizer, doméstica de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil quando o consideramos de baixo desses dois pontos de vista».⁹¹

Este discurso poderia sintetizar a tendência geral do pensamento abolicionista.

Com raras exceções, a autodefesa de classe e raça orientava a maior parte da propaganda antiescravagista, que tinha no interesse pela sorte dos oprimidos sua menor motivação.

A medicina remanejou habilmente essas idéias adaptando-as a seus objetivos. A condenação médica à escravidão fundamentava-se nas mesmas razões da crítica política: a degradação dos

⁹¹ José Bonifácio. *Representação à Assembléia Geral Constituinte*, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 392.

costumes familiares. Os males que se imputavam aos escravos eram infinitos. Além de corromperem moralmente o branco, transmitiam-lhe suas doenças, escandalizam sua consciência liberal e promiscuiam, através de seu elevado número, o ambiente interno da casa. Este último «crime» foi particularmente importante no processo de reorganização da intimidade familiar.

* A habitação sadia deveria obedecer a certas regras em seu povoamento. A higiene descobria que o coeficiente de saúde variava em função da relação entre número de indivíduos e dimensão das peças que os abrigavam. Os aposentos deviam ser ventilados e iluminados, mas, ao mesmo tempo, guardar uma certa proporção entre número de pessoas e metros cúbicos de ar puro. As «casas de pequenas frentes, grandes fundos, nada ventiladas e formigando de habitantes» eram condenadas, pois criavam uma «atmosfera impregnada de princípios deletérios, de gases nocivos, de ar degenerado» que não se prestava à respiração saudável.⁹²

* Este ambiente prejudicava especialmente às crianças. «É muito inconveniente dormirem muitas pessoas no mesmo quarto com uma criança, porque, além do excesso de ácido carbônico resultante da respiração, acumulam-se princípios orgânicos exalados pelos pulmões e pela pele a que Bouchardat denomina miasma fisiológico, causa muito frequente de moléstias infecciosas, como o crupe, o tifo, etc...».⁹³ A presença constante e numerosa do escravo na casa, especialmente quando a serviço das crianças, reduzia a sanidade da família. Antes peça indispensável ele tornava-se agora número indesejável. Sua existência, até então sinal de conforto, convertia-se em ameaça de doença. Essa versão médico-política do escravo coincidia com o movimento econômico que tendia a suprimi-lo da cena social. Com efeito, o hábito de ter escravos no serviço doméstico foi sendo dificultado pelas mudanças econômicas e culturais por que

92. Sá, Miguel Antonio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição do Rio de Janeiro*, 1845, p. 13.

93. Vieira, José Cipriano Nunes. *Higiene da primeira infância*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, p. 25.

passava o Brasil. Desde a extinção do tráfico negreiro os escravos tornaram-se mais caros e mais difíceis de obter. A família adaptava-se mal a esta situação. Habituada, desde muito, a depender do trabalho servil mostrava sua inépcia em acompanhar a evolução social. A higiene, apontando o escravo como um mal, reforçava a ordem econômica, ensinando a família a prescindir dele. Transformando a necessidade em virtude, os médicos tornavam o inevitável, desejado.

Culturalmente, a renovação européia dos costumes também recebeu apoio semelhante. Os europeus recém-chegados ao país tinham em comum com os brancos nativos o mesmo desprezo para com os negros. Mas, além disso, trouxeram consigo a repulsa e intolerância ao convívio próximo com eles. O tipo de preconceito racial existente na Europa não suportava com a mesma facilidade brasileira o contato com negros e mestiços. Este fator, somado à ideologia filantrópico-liberal que reprovava a escravidão, afastou o negro dos serviços das casas.

Depois de D. João, a exclusão dos escravos do serviço doméstico tornou-se índice de bom-tom e de costumes civilizados. As famílias de primeira linha, aristocratas portuguesas e burgueses estrangeiros, só admitiam serviços brancos.⁹⁴ Os brasileiros, levados a competir em prestígio e enobrecimento de modos com os europeus, começaram a dispensar seus negros e a contratar preceptoras e governantas estrangeiras encarregadas de civilizar seus modos, educar seus filhos, europeizarem suas casas. A proximidade com os escravos diminuiu, quando não foi de todo evitada. A medicina engrossava o caudal da reeuropeização, responsabilizando os negros pela perpetuação dos hábitos incultos e maneiras rudes dos senhores.

Ao cabo de algum tempo, estas frequentes acusações acabaram por envolver o escravo num halo de maldade e corrupção, desfigurando por completo sua velha imagem. O negro pré-higiénico, considerado sob o ângulo da pequena unidade doméstica, ameaçava tanto a família quanto o cão de guarda. Suas incorre-

94. Prado, J. F. de Almeida, op. cit., p. 218.

ções eram punidas; seus defeitos, modelados; sua eventual rebel-
dia, domada. Em geral, um breve treino bastava para submetê-lo
à crueldade ou à tirania do dono.⁹⁵ Os senhores temiam apenas
sua força física. Quando seguros da superioridade neste terreno,
lidavam com ele, sem especiais medidas de segurança.

A medicina redefiniu o poder negro, fazendo-o portador de
uma força incoercível, a força da doença e da imoralidade. A
casa branca viu-se, de repente, invadida por um inimigo de cuja
presença jamais suspeitara. O escravo promiscuo tornou-se seu
espantalho. Fantoche médico, ele foi manipulado das mais
diversas formas, sempre com o objetivo de desequilibrar a
família através da estratégia de tensão que resultou na edificação
do «intimismo».

O «intimismo» familiar teve parte de suas origens neste
movimento de retração do ambiente, por medo. Medo dos hábi-
tos coloniais que a higiene tratava como se fossem hercúleos
soldados da doença.

No caso dos escravos isto é visível. A nova força doentia de
que foram dotados funcionou como espelho da fragilidade do
poder patriarcal. Tal como foi apresentada ela era irredutível à
tradicional punição. Para subjugar-lá, só havia duas soluções,
ambas médicas: ou evitar absolutamente o contato fazendo
desaparecer o escravo, ou estabelecer sobre ele o jugo discipli-
nar proposto pela higiene.

Taticamente a medicina parece ter preferido esta última
hipótese. Manter o escravo significava dispor de mais um trunfo
na guerrilha contra a família clássica. Por esta razão se entende
a posição ambígua dos médicos com respeito à escravidão.
Embora criticando-a violentamente, a maioria deles omitia-se de

⁹⁵ Bem entendido, fazemos referência a posição do escravo doméstico urbano, cuja
situação anômica, perdido e afastado dos companheiros, no isolado trabalho de uma
casa, não permitiu o mesmo desenvolvimento da consciência de revolta que, por
momentos, caracterizou os mestiços e negros livres da cidade ou os escravos do campo.
Esta constatação não deve ser confundida com a representação ideológica corrente,
fruto do mais puro racismo, que divulgou a ideia de que o negro era submisso e
conformista por natureza.

pedir claramente seu fim.⁹⁶ O escravo nefasto era útil à medici-
na. Sua existência mantinha aceso o terror da doença. E,
qualquer que fosse a tática de combate empregada para domesti-
cá-lo, a consequência era inevitavelmente a mesma: fortaleci-
mento das ligações entre os membros do grupo de parentesco
estrito.

A renovação familiar teve como pano de fundo essa concen-
tração de interesse dos indivíduos uns pelos outros, na luta
contra o ambiente inimigo. Interesse que trouxe para o centro do
campo visual fatos, objetos e sentimentos absolutamente perifé-
ricos à percepção colonial. A urgência em combater o mal pouco
a pouco levou os indivíduos a abandonarem suas seculares
preocupações. Ao invés das rotinas religiosas e de subsistência,
a casa passou a regular seu tempo e seu espaço para atender à
higiene. Exemplo típico foi o cuidado com a indumentária.

Item material de segunda importância na habitação antiga, a
roupa agigantou seu valor no séc. XIX. Os médicos tornaram-na
um cavalo de batalha na luta pela implantação de seus princí-

⁹⁶ Confirmando o senso comum, também neste caso, a regra tinha sua exceção. Exemplo
lúcido é o belo discurso abolicionista de Gomes Jardim. Embora preso aos incontorná-
veis preconceitos da época, este autor dá mostras de uma convicção libertária absolu-
tamente ímpar e raramente encontrada entre seus pares. De seu texto reproduzimos
uma pequena parte suficiente para dar a medida de seu valor: «Diz-se: «Eles são pre-
guiçosos; não tem temperança; são devassos;» seja assim, porém que mal resulta para
vós? E por ventura um motivo para os escravizar, para os ir roubar ao seio da sua pa-
ttria, arrancá-los dos braços de sua família para os encadear e arrojá-los para climas re-
motos, obrigados (...) a regarem com seu sangue uma terra abrasadora, suportando mil
privações sem recompensa alguma? Diz-se também: «Eles não tem leis, nem verdadei-
ra religião». (...) A própria religião serve de máscara e pretexto à ambição desenfreada
e à sede das riquezas.
«Embora venham com todos os seus argumentos especiosos para apoiarem a escravi-
dão, em nosso pensar ela é injusta, bárbara e contra a natureza. Lancam mão da civili-
zação como a argumentação mais poderosa, e ficam muito satisfeitos de si dizendo, que
foram arrancá-los do estado selvagem para os civilizar. Triste raciocínio! Por ventura
será a escravidão um meio que conduza à civilização! (...) A civilização, que ensina a
igualdade, que proclama a virtude, poderá usar para seus fins da desigualdade e do
vício».

No autor, a consciência liberal é assumida até o limite da coerência. Igualdade, pátria
e família não deveriam ser privilégio da burguesia branca. Posição bastante diversa da
Jardim. David Gomes, op. cit. p. 2.

pios: «Bem difícil é hoje e talvez mesmo baldado trabalho, censurar ou aconselhar esta ou aquela vestimenta, quando os homens se lançam nos perniciosos braços da moda, levado pelo desejo de agradar, ou pelo ridículo espírito de imitação. Se eles, tendo em vista só as suas necessidades e o seu bem-estar, atendessem ao fim para que nos vestimos, não usariam indistintamente desta ou daquela forma de vestido; mas elas variariam conforme o clima e estações, segundo o sexo, a idade, o temperamento e profissão de cada um».⁹⁷ O autor descrevia e analisava, então, a «matéria das vestimentas» (linho, algodão, palha, pelos, peles, sedas, penas); as «propriedades inerentes a estas matérias (caloridade, eletricidade, higrometricidade, textura, cor); a forma e adequação às partes do corpo (vestimentas próprias à cabeça, pescoço, tronco e extremidades) e, finalmente, a correta variação do uso de roupas, conforme as estações do ano e a periodicidade diurna e noturna.

O preciosismo classificatório, o conjunto de regras rígidas, a exagerada atenção dada às minúcias do vestir revelavam o aproveitamento médico das antidas leis que regulavam o uso do vestuário. As «Pragmáticas» coloniais delimitavam a liberdade no uso das roupas, em função dos interesses do Estado e da posição social dos indivíduos. Em 1748, a legislação real estabelecia: «a nenhuma pessoa de qualquer graduação e sexo que seja, passado o tempo abaixo declarado, será lícito trazer em parte alguma de seus vestidos, ornatos, enfeites, telas, brocados, fitas, galões, galancins, passamanes, (...) ou qualquer outra sorte de tecido ou obra em que entrar prata, nem ouro fino, ou falso (...). Toda pessoa que usar de alguma das coisas proibidas do presente capítulo, perderá a peça em que se achar transgressão: pela primeira vez será condenada a pagar vinte mil réis; pela segunda, quarenta mil réis e três meses de prisão, e pela terceira vez pagará cem mil réis e será degradada por cinco anos para Angola».⁹⁸

⁹⁷ Jardim, Gustavo Gomes. *Algumas considerações acerca das vestimentas*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1843, pp. 6-7.

⁹⁸ ver: Luiz Edmundo, op. cit., v. 2, pp. 297-298.

Concomitantemente com a defesa do Estado, as interdições visavam a ordenar a distinção entre os grupos: «Por ser informado dos grandes inconvenientes, que resultam nas conquistas da liberdade de trajarem os negros e os mulatos, filhos de negro, ou mulato, ou de mãe negra, proíbo aos sobreditos, ou seja de um, ou de outro sexo, ainda que se achem forros, nascessem livres, o uso não só de toda a sorte de seda, mas também de tecidos de lã finos, de holandas, esguiões e semelhantes, ou mais finos tecidos de linho, ou de algodão, e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornatos de jóias, nem de ouro, ou prata, por mínimo que seja ele...».⁹⁹

As «Pragmáticas» tentavam impedir o desperdício de ouro e prata, o eventual contrabando desses metais preciosos através de tecidos e também desestimular todo desenvolvimento econômico que pudesse advir da produção em grande escala de tecidos e roupas.

No caso da plebe, além dos objetivos descritos acima, as proibições visavam a atender às reclamações de religiosos e moralistas. Estes últimos viam no luxo corruptor não só a marca da soberba, como no caso dos escravos, mas a marca concreta de costumes sociais realmente depravados. As famílias que possuíam «negros de ganho ou aluguel» muitas vezes permitiam ou incentivavam a prostituição dos escravos, retirando lucros daquelas atividades. A escrava bem vestida era o estigma visível do pecado e da imoralidade familiar.¹⁰⁰

No séc. XIX a higiene retomou o arcabouço primitivo das «Pragmáticas» e renovou-o com as penalidades normalizadoras. A proteção ao Estado, a distinção de classes, a catequese moral continuaram a existir, inseridos, contudo, na planificação higiênica da vida e, correlativamente, na alimentação do capitalismo europeu.

✓ O primeiro efeito da «terapêutica e da profilaxia» do vestuário foi o aumento do comércio de roupas. A família que,

⁹⁹ Ibid., p. 299.

¹⁰⁰ Benci, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, 2ª ed., Porto, Livr. Apostolado da Imprensa, 1954.

anteriormente, só se preocupava com o traje quando saía às ruas, passou a consagrar maior atenção ao modo como se vestia em casa. O cuidado em adequar a roupa ao clima, às idades, aos sexos etc. ampliou, consideravelmente, o consumo destes artigos.

O segundo efeito reverteu, sobretudo, em benefício dos médicos que viam a família reestruturar sua nova situação de classe recorrendo a pressupostos higiênicos. A preocupação com a forma sadia do vestir distanciou definitivamente a família de elite dos demais estratos sociais. O controle higiênico da veste era privilégio dos que dispunham de recursos para adquirir a diversidade de roupas prescritas pela medicina. Os pobres estavam automaticamente excluídos deste comércio. O descuido com a indumentária íntima, antes partilhado por ricos e pobres passou a ser exclusividade dos últimos. A casa burguesa ganhava outra aparência. Seu interior já não apresentava o aspecto desordenado de outrora. As elites distinguiam-se da plebe, não apenas pelo dinheiro, situação social ou cor de pele, mas pela docilidade com que se sujeitavam às receitas sobre o uso de roupas.

A higiene, ao mesmo tempo em que plantava mais um enclave no ventre da família promíscua, oferecia-se como emblema de diferenciação social. Os senhores começaram a ver em seu vestuário higiênico, saudável e cuidadoso, a marca de classe que os distinguia dos subalternos. A intimidade começava a merecer respeito. Novos objetos, novos gestos, novos rituais vinham enriquecê-la. Vestir a roupa adequada no momento certo implicava também não adotar posturas completamente aleatórias. Certas atitudes, como sentar no chão, como costumavam fazer as mulheres, foram proscritas, pois não se harmonizavam com o estilo da indumentária mais complexa. Tornaram-se incômodas, grotescas ou pouco elegantes. Junto com a indumentária, os indivíduos vestiam-se com as regras da civilização européia. Regras que defendiam tabus e preconceitos quanto à exposição de certas partes do corpo ou manifestação de certo tipo de contato físico. Homens, mulheres e crianças que nunca haviam sentido vergonha em exibir na intimidade barrigas e torsos cabeludos, peitos e coxas e até mesmo os órgãos sexuais,

como no caso das crianças, começaram a envergonhar-se de seus hábitos e impedir que eles se reproduzissem.

Pela mesma razão, estas partes anatômicas começaram a ganhar um outro relevo sentimental, notavelmente ligado a idéias de imoralidade. A nudez foi cada vez mais se identificando com a indecência e com os maus modos. Indumentária, indecência e má-educação em breve constituíram um trinômio cujos termos reenviavam permanentemente, uns aos outros, a mensagem de controle higiênico. Pois era em nome da saúde que essas significações se estruturavam. Era para preservar os filhos das doenças que os pais controlavam sua educação e seus desvios morais. A roupa tornava-se mais uma ponte entre a família e a medicina. E, também, mais um motivo de adensamento do interesse dos pais sobre filhos, maridos sobre mulheres e de cada um destes indivíduos sobre eles próprios.

Controlando o vestuário, as pessoas aprendiam a esmiuçar, reconhecer, caracterizar pormenorizadamente os detalhes de seus corpos e dos corpos dos outros. Na medida em que a roupa deveria adequar-se à idade, sexos e «temperamentos», a atenção dada a estas particularidades físicas e sentimentais aumentou. Crianças que eram vestidas de modo mais ou menos indistinto viram acentuadas as singularidades de sua faixa etária. Mulheres e homens, procurando adaptar as vestes às ocasiões, estações e temperamentos começaram a notar, cada vez mais, suas imperfeições físicas. As diferenciações mínimas de gosto passaram a ser exaltadas. A escolha da roupa passou a ser ocasião de hesitações, discussões, reflexões sobre o físico, ponderações sobre «o moral», enfim, de renovação permanente do controle e do interesse da família sobre ela mesma.

Ao lado destes aspectos, a indumentária foi usada na fabricação higiênica da família através de seu parentesco com a moda. O conteúdo dado ao termo moda pela higiene restringia-se quase exclusivamente à evolução da sociabilidade mundana e do vestuário. Quase todas as teses médico-higiênicas reprovavam impiedosamente a moda pelos males que ela causava, sobretudo às mulheres e crianças. A mulher era acusada de curvar-se aos ditames da moda, sacrificando sua saúde e a de seus filhos. Os pais eram igualmente admoestados quanto ao perigo de vestirem

incorretamente seus filhos, prejudicando-lhes o bom desenvolvimento físico e moral. A higiene, ao mesmo tempo em que estimulava a modernização dos costumes, condenava a moda qualificando-a de anti-higiênica, de imitação insensata dos hábitos europeus. Este episódio, aparentemente intrigante, deixa-se explicar quando convenientemente situado nas táticas médicas do poder.

Toda mensagem da propaganda higiênica insuflava a família a abrir mão dos antigos hábitos em troca das formas de viver europeias. No entanto, esta incitação à mudança detinha-se nas fronteiras da moda.

O primeiro sentido do repúdio à moda liga-se à ascese de costumes que a burguesia pretendia contrapor ao comportamento perdulário dos aristocratas. É útil lembrar que a maioria dos médicos brasileiros inspirava-se nos trabalhos científicos de seus pares europeus, especialmente os franceses. Na França, os projetos de criação de uma medicina social estiveram estritamente unidos à concepção de um Estado democrático contrário às injustiças do poder aristocrático absoluto.¹⁰¹ Entre os valores que compunham o ideário da revolução médico-democrática figurava a noção do indivíduo austero, contido, que deveria aprender a moderar todos os seus excessos, desde aqueles dos instintos até os do vestuário.¹⁰² A moda, com seu caráter fútil e supérfluo, evocava o despendício e a opulência aristocráticos, comportamentos diretamente opostos ao ideal de ascetismo burguês.

A esse sentido genérico, superpõe-se um outro, nascido de circunstâncias específicas, diretamente ligadas ao momento histórico brasileiro. Neste nível, a condenação da moda articulava-se com a formação do perfil físico burguês e com o nacionalismo que a ideologia médico-social destilava em sua cruzada higiênica, como será visto posteriormente.

101. Peter, Jean-Pierre. Le grand rêve de l'ordre médical en 1770 et aujourd'hui, in *Au-rement*, Paris, 1976, nº 4.

102. ver: Jos van Ussel, op. cit.

Entretanto, um terceiro sentido, menos palpável mas não menos concreto, determinava a existência da representação da moda como um mal a ser debelado. A tentativa higiênica de construir uma nova intimidade familiar destruturou as relações da casa com o universo social. O recato com que a família abordava e se deixava abordar pela cidade foi atacado pela medicina a serviço da urbanização e do Estado. A família perdeu sua timidez, rompeu a couraça e abriu-se ao convívio com os estranhos. No entanto, a medicina social deu-se conta, logo em seguida, que essa porosidade tinha que ser bem dosada. A família incontidamente exposta à rua diluía o que se buscava concentrar: a intimidade.

A casa antiga mantinha reclusos seus ocupantes pelo receio dos perigos físicos e pelos tabus morais que a higiene desmoralizou com seu saber científico. Esta reclusão obrigava a família a uma convivência perniciosa e constante com os subalternos, que impedia o exclusivismo sentimental entre pais e filhos. O risco agora era inverso. Os indivíduos, uma vez libertos, corriam o perigo de entregar-se a um mundanismo sem freios, igualmente nefasto ao estabelecimento de relações íntimas, duráveis, consistentes. A sociabilidade deveria encontrar um meio termo entre a estabilidade sentimental dos novos vínculos familiares e a cumplicidade com os interesses da cidade e do Estado. A higiene procurou encontrar este equilíbrio, construindo mapas de saúde por onde a família podia tráfegar sem comprometer sua sanidade. Esta geografia médica tentava codificar e sinalizar higienicamente o espaço de sociabilidade que surgia no horizonte familiar, em substituição aos antigos locais de encontro e celebração.

Com a urbanização, as velhas formas de sociabilidade coletiva foram sendo destruídas pelo desuso ou pela repressão. As festividades religiosas lentamente desapareceram em meio à intensa secularização dos costumes. Os festejos leigos, como o «entrudo carnavalesco» ou outras comemorações negras e populares foram sendo reprimidos em nome da civilização e da ordem pública. As autoridades político-policiais difundiram a ideia de que estas festas eram bárbaras e vulgares, além de propiciarem a explosão de atos violentos por parte de capoeiras, ciganos, negros e vagabundos de toda sorte. Em vez dos encontros

Importante

coletivos, traços de união entre ricos e pobres, a sociabilidade moderna preconizava as reuniões privadas, exclusivas, discriminadoras de gostos segundo as classes. Tais eram os bailes, teatros, jantares e recepções.

A higiene caucionava este movimento. Aconselhava mesmo que as jovens fossem educadas de molde a satisfazer essas exigências: «É de grande utilidade a cultura das belas artes, a música, desenho e poesia, a leitura de romances e folhetins, de certas obras de imaginação, a frequência de assembléias nu merosas, bailes, espetáculos, onde as paixões são exprimidas com arte, graciosidade e bom gosto (...), convém deitar tarde e levantar-se cedo; conservar uma extrema liberdade em todos os movimentos para poder entregar-se sem constrangimento à dança...»¹⁰³

Contudo, havia uma maneira correta e saudável de participar da «festa burguesa». A adesão descontrolada a esta sociabilidade trazia prejuízos à convivência familiar. Nestes locais de festa transitavam aventureiros, homens cultos e «charmosos», que se vestiam, falavam, jogavam e dançavam com elegância e perfeição. As mulheres, deixando-se seduzir pelas «galantes travessuras desses indivíduos espirituosos», tornavam-se adúlteras, destruíam seus lares, levavam à infelicidade seus filhos e maridos.¹⁰⁴ Os médicos faziam um jogo duplo: por um lado, mostravam o mundo como fascinante; por outro, como perverso. Procuravam demonstrar que para abordá-lo era preciso prudência, mas, sobretudo, ciência. A imoralidade e o sofrimento espreitavam os incautos, prontos a tragá-los. A cidade burguesa que, através da higiene, ia sendo saneada de pestes e epidemias, via-se agora, através da mesma higiene, contaminada por uma infinidade de misérias morais.

A moda era um destes focos higiênicos de infecção moral da sociedade. O amor à moda transtornava as mulheres, tornando-as relapsas e irresponsáveis. Entregues a sonhos e devaneios

103. Mello, José Tavares de, op. cit., pp. 20-21.

104. Coutinho, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora*; Bahia, Typografia de Carlos Poggetti, 1849, p. 19.

românticos só pensavam em satisfazer seus volúveis prazeres. Esqueciam-se, assim, que o dever fundamental da mulher era a conservação de sua saúde e da saúde dos seus filhos. Por esta razão, a condenação à moda era mais veemente quando se tratava de criticar a conduta da mulher grávida ou da que devia amamentar: «Nada é talvez mais fatal às mulheres pejadas, do que o domínio das modas, quando sobre elas influe. (...) Submetidas ao rigor da moda, apertam-se com seus coletes para encobrir o desarranjo, que a prenhez ocasiona em seu talhe, e convencidas de que devem satisfazer todos os seus caprichos, lançam-se imprudentes na voracidade de suas fantasias, ignorando que assim cavam a ruína do inocente fruto que trazem em seu ventre. Arrastadas ao turbilhão de prazeres entregam-se a eles com furor: cantam, dançam, usam indiscretamente de alimentos que lhes não convém, e muitas, prestando-se sem a menor relutância a seus gostos depravados, vão buscar em substâncias nocivas os princípios nutritivos, que devem servir ao crescimento do feto».¹⁰⁵

No mesmo tom, lamentava um outro médico que as mulheres, desprezando as vestimentas simples e higiênicas, «com elas atiram para um canto para tomar as arrochadas barbatanas, coletes, espartilhos e almofadinhas, pois que os olhos da imaginação estão somente alumando da que já ouve o murmurinho do baile, o belo tocar da música, uma passagem da Gargalhada, da Favorita ou Semiramis, e então entram nas salas das sociedades brilhantes acobertando com estas ostentações vaidosas o seu estado aliás tão sublime e digno: donde resultam estas compressões que acarretam os seios e ventre aumentados de volume em tal tempo; ingurgitamento de seios; dispnéias, perturbações da circulação, susceptibilidade nervosa maior, incômodos mais fortes de estômago, simpatias em maior escala desafiadas, circulação fetal embaraçada e outras moléstias que pesam sobre os prejuízos da humanidade».¹⁰⁶

105. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 4.

106. Portugal, Antonio Nunes Gouvea. *Influência da educação física do homem*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853, p. 10.

crítica + notável
Criticando o comportamento, não das grávidas, mas da mulher que não queria amamentar e, por isto, entregava seus filhos às escravas, afirmava o higienista: «E isso (amamentação pelas escravas) somente pelo desleixo daquela que de mãe só tem o nome; daquela que não duvida sacrificar seu filho para gozar de todos os prazeres, para livremente poder assistir a espetáculos, bailes, etc.; que não duvida passar noites inteiras entregue à dança, ao canto e a mil outros passatempos; mas que não pode velar uma só hora junto daquele que vem dar-lhe o sagrado título de mãe, que vem firmar o amor do esposo, e que faz enfim as delícias de uma verdadeira mãe».¹⁰⁷

entregava seus filhos às escravas e manterem
É evidente que a crítica à moda estava intimamente ligada ao projeto de redefinição da mulher enquanto mãe, e da criança enquanto investimento do Estado, em sua política de expansão populacional. Teremos ocasião de voltar a analisar mais detidamente estes aspectos. Entretanto, perseguindo o veio da reconstrução moral da cidade pela higiene, vê-se que a moda tornou-se a pedra de toque da perversão do mundo.

→
Christopher Lasch observou a importância que esse tipo de manobra teve no reforço da intimidade familiar. Mostrar o mundo como antro de perdição ou, deliberadamente, acentuar os riscos de assalto ao pudor e outras violências morais foi um meio eficaz de retirar a família da promiscuidade da rua e voltá-la para o interior do lar.¹⁰⁸ Os médicos, ao criarem a nova maldade do mundo, buscavam convencer a família de que só eles conheciam a maneira sadia de penetrar seus caminhos. O mundo obscuro, moralmente destrutivo foi inventado para criar na família terror ao exterior e ternura pelo convívio íntimo. Este artifício desacelerava o movimento da sociabilidade que parecia fugir ao controle médico.

A crítica higiênica da moda foi um capítulo na estratégia de cerco à família por meio de ameaças externas. O objetivo era fazê-la recuar, enroscar-se, buscar em sua intimidade o antídoto contra os vícios livremente flutuantes no espaço social. E, como

107. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., p. 14.

108. Lasch, Christopher. What the doctor ordered, in *The New York Review*, 11 de dezembro, 1975, pp. 50-54.

consequência, aumentar a pressão moral dos indivíduos uns sobre os outros. Pressão que se fortalecia para compensar a ausência de impedimentos físicos e culturais que se interpusessem entre a família e o exterior.

X Com o desaparecimento de rótulas, alcóvas e ante-salas, com a progressiva abertura da casa ao contato com os estranhos, com o crescente intercâmbio entre a casa e a rua, o controle moral sobre os indivíduos tornou-se mais intenso e violento. Antes, o grupo todo sofria os mesmos rigores do isolamento pela generalizada proibição de sair e receber e pela disposição arquitetural da residência. O pai, com o auxílio da religião, fazia pesar sobre todos os membros as mesmas interdições.

O exemplo mais ilustrativo desta situação nos é fornecido pelos «manuais-de-civilidade» e pelo «diretórios cristãos». Estas obras encarregavam-se, nos tempos coloniais, de regular os costumes e usos sociais através das interdições religiosas. Expressão da época, estes manuais, além de mais rigorosos em suas proibições, desestimulavam quase por completo a sociabilidade mundana. Num destes «diretórios cristãos», lê-se: «Não toques, nem deixes tocar de pessoa diferente do teu sexo»; «Jamais admitas em tua casa jogos, serões, assembléias, comédias, óperas e festins, nem visitas de pessoas em que domina o espírito do mundo»; «Veste com moderação, gravidade e limpeza, segundo o teu estado, não te deixando dominar das modas do século, onde respira a vaidade, o luxo, e não o espírito de Jesus Cristo»; (...) «Foge como da peste à leitura de livros maus e perigosos; tais são não só os que abertamente atacam a nossa Sagrada Religião revelada, e que ensinam erros contra o depósito da fé, mas todos os que contêm doutrinas novas, opostas à venerável tradição... (...) Tais os que abrem caminho à corrupção dos costumes, ao espírito de libertinagem e incredulidade, à perturbação da tranquilidade dos Estados, ao desprezo do estado eclesiástico».¹⁰⁹

¹⁰⁹ Diretório cristão, que facilita a oração mental, o modo de ouvir a Santa Missa, visitar a Igreja, e Via-Sacra: preparar para confessar e comungar, fazer novena de N. Senhora, e das Almas; e que propõe ditames breves e sólidos para alcançar a perfeição cristã, in Silva, Mariz Beatriz Nizza da. op. cit., pp. 93-94.

Com o advento da higiene a situação modificou-se: a família não só podia, como devia expor-se ao mundo. Mas sob a mira do controle do médico, que era flexível, versátil, distribuidor de responsabilidades e não apenas monopolizador de proibições. Antes, mulheres e crianças partilhavam o mesmo estatuto de irresponsabilidade. O homem, o pai, concentrava o poder de discernir o certo e o errado, o bom e o mau. Agora, as discriminações começavam a existir. Cada indivíduo deveria apresentar responsabilidades proporcionais ao sexo e a idade. As proibições genéricas foram perdendo sentido. O que era impedido a um, não o era necessariamente a outro. A avaliação do proibido e do permitido aumentou em complexidade e sutileza.

Como resultado, cresceu também a margem de erro nestas avaliações. A transformação dos antigos males físicos e espiritual em ~~mal-moral~~ levou a probabilidade de desentendimento entre os membros da família. A estes, era mais fácil ter um ponto de vista comum com relação ao perigo que representava uma epidemia ou um pecado, inequivocamente estipulado pelo catolicismo, que adotar uma mesma visão sobre as doenças morais. A frequência mais constante a bailes, o vestido mais ousado e afrancesado, a dança mais frenética, uma hora a mais, uma hora a menos numa reunião; todos estes fatos, sob a óptica higiênica, poderiam ser facilitadores de doença. Mas, como fazer com que os indivíduos chegassem a um acordo sobre o que era «mais frequente», «excessivamente ousado» ou «moralmente inadequado»? A avaliação do teor de «bem» e de «mal» nestes assuntos variava infinitamente. O pai ciumento poderia condenar a dança da filha e o decote da mulher em nome dos mesmos princípios higiênicos. A filha, contrariada pela escolha do parceiro de casamento pelos pais, também poderia servir-se dos mesmos princípios para reclamar seus direitos sentimentais. Ambos percebiam a ambigüidade dos argumentos higiênicos e, por isto mesmo, tendiam a reagir uns aos outros contrapondo seus próprios desejos.

As velhas regras do certo e do errado, exclusivamente dependentes de Deus e do pai, caíam por terra. O controle higiênico era microscópico, detalhado, improvisado. Não havia um código claro, permanente, que orientasse o sentido das proibi-

ções. A higiene deu margem a este jogo de variações infinitas. Quase toda atividade humana podia ser potencialmente mórbida. Simultaneamente, quase toda conduta tornou-se um tesouro virtual de ação terapêutica. Tudo era ao mesmo tempo sadio e doente. A sabedoria consistia em dosar os excessos, revitalizar os meios termos. Era praticamente impossível à família acompanhar a velocidade criativa dos médicos. Onde acreditava acertar, errava; onde pensava errar, tinha acertado. O medo produzido pelas constantes ameaças de doença não era proporcional à aquisição das regras do bem-estar. A família desequilibrava-se e buscava um denominador comum para seus acordos e conflitos. Nesta procura, recorria cada vez mais aos médicos. Estes últimos, sempre à mão, aproveitavam cada consulta para resolver certos problemas e deixar plantados os germes de novas dificuldades. Observando os efeitos do que eles próprios criavam, reforçavam a convicção de que a prática confirmava a teoria. Acreditavam que, em todos estes momentos, intervinham como solícitos portadores de neutras soluções científicas.

Progressivamente, a família reenclausurava-se. Mas, desta vez, incorporando à sua intimidade a presença médica. Este fator distinguia o recente enclausuramento de seu congênere colonial. A plataforma em que se ergueu o «intimismo» doméstico era diferente das razões que determinavam o confinamento da família antiga. Na Colônia, a família temia o mundo, mas sentia-se a vontade no interior da casa. Em sua fase higiênica, já não podia dispor desta tranquilidade. Tudo em seu interior era fonte de corrupção física e moral: a insalubridade, os escravos, o vestuário, etc. A solicitação mórbida externa somava-se, agora, a interna. A retração da família tornou-se bifronte. Miasmas de dentro e de fora contraíam-na incessantemente. Os vícios do mundo e as doenças da casa estreitavam o espaço do convívio sentimental e físico permitidos.

Perenemente em estado de alerta, os indivíduos passaram a sentir e a agir como fiscais de higiene. A casa converteu-se em local permanente de inspeção de saúde, controle de doenças e militância moral. O modelo de regulação disciplinar, sinuosa-mente, invadia seus interstícios. Cada intervenção normativa regulava e servia de exemplo a novas ações de controle. O

escravo corrupto reclamava o casal atento; o filho sadio, a mãe amorosa; a casa higiênica, a família íntima; o mundo depravado, o indivíduo íntegro e assim sucessivamente. Pouco a pouco, a família modulava-se segundo o código médico. Contração e disciplina progrediam juntas. A contração era necessária, pois, quanto menor o número de indivíduos, mais econômico e eficaz o controle. A disciplina, por sua vez, caminhava *pari passu* com a amplificação médico-higiênica dos males morais da cidade. O círculo higiênico fechava-se. A coação médica evoluía-e, no curso do tempo, passou a ser experimentada como um bem. Com o hábito disciplinar integrado ao cotidiano, os indivíduos já podiam chegar a acordos momentâneos que lhes permitiam usufruir das respectivas presenças com maior tranquilidade. A intimidade tornou-se o momento de repouso na luta contra o mundo mórbido e a promiscuidade doentia. Fiscais e aliados fundiam-se.

Vagarosa e seguramente, a família, conduzida pela atenção benevolente do médico, fazia de seus laços e de sua casa aquele ambiente «doce e encantador» tão solicitado pela higiene.¹¹⁰ Seu grande corpo latifundiário, patriarcal, teológico foi esfacelado: inicialmente expulso da casa antiga para a cidade moderna; em seguida, recalcado e reintroduzido no novo lar íntimo, higienicamente reorganizado. No convívio interno, reduziu seus prolongamentos e aproximou seus membros, constituindo a família nuclear. No convívio externo, aprendeu pelo medo a rearticular suas ligações com o mundo. Em vez de absorver, antropofagicamente, o ambiente social, desenvolveu um metabolismo seletivo, bem regulado, assimilando certos fatos, rejeitando outros, mantendo seu equilíbrio pela obediência às leis de saúde. Aprendeu, igualmente, a depender da cidade, do todo social. A não mais considerar-se auto-suficiente, nem querer para si essa

110. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de. *Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem, e sobre o regime que deve seguir no estado de prenhez*, Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 8.

tarefa, quando já podia utilizar a divisão social do trabalho. Seu contato com o mundo tornou-se mais orgânico, menos onipotente. A família converteu-se, de grande corpo sócio-econômico, em célula da sociedade. *ultra montano*

Por sua extensão e por seus elos com o ambiente o grupo familiar colonial jamais poderia existir enquanto um simples núcleo circunscrito à casa. O despotismo patriarcal não teria se mantido, caso seu poder tivesse sido reduzido ao domínio da mulher e dos filhos. A sobrevivência econômica, política e cultural assim o exigiam. O núcleo familiar foi obtido por uma verdadeira fissão da parentela antiga pelo bombardeio médico. O adensamento dos vínculos entre os membros da família estrita corresponde à reaplicação, sobre estes novos objetos, da energia retirada às anteriores relações. Este reinvestimento, no entanto, não é apenas um mero expediente metafórico, calcado em imagens dinâmicas, mecânicas ou energéticas. Ele traduz uma realidade visível.

Concretamente, as famílias opuseram-se com vigor a toda mudança que viesse lesar seus interesses. A maneira de dissuadi-las, de forçá-las a abdicar do antigo poder foi demonstrar que os novos investimentos eram mais lucrativos. Os médicos, em troca da aceitação da higiene, ofereciam promessas de progresso material. Com a diversificação econômica do país, certas habilidades profissionais tornaram-se mais lucrativas que a exploração da mão-de-obra desqualificada. Na cidade, um filho saudável e educado valia mais que dois escravos. Em vez do dinheiro ser gasto com escravos, ele devia ser gasto em educação e saúde. A higiene ensinou a família a aplicar com discernimento parte de seu capital. E, também, a administrar competentemente sua nova aplicação. O dinheiro pago a professores, médicos, preceptores e governantas tinha que ter retorno. Os desvios físicos e morais dos filhos desperdiçavam os investimentos. O extraordinário desenvolvimento do «intimismo» deveu-se, em parte, a essa reorientação do capital doméstico. Os pais disciplinavam-se para dar exemplo aos filhos, a fim de que estes, bem formados, engordassem a riqueza familiar. Estas técnicas de administração de bens foram se aperfeiçoando e paralelamente produzindo efeitos não esperados.

A higiene, inicialmente, excitou a atenção dos indivíduos para com suas próprias particularidades físicas e morais com o propósito explícito de combater a doença. A teoria da inter-relação entre o físico e o moral permitia essa oscilação do olhar médico do corpo ao sentimento. Toda lesão física repercutia sobre a emoção e vice-versa. A noção de «paixão» estabelecia o vínculo material e teórico entre os dois fenômenos e legitimava a extensão da ação médica ao comportamento e às emoções. As manifestações emocionais costumavam provocar desequilíbrio orgânico, ameaçando a saúde. A ira, por exemplo, podia matar, provocando «hemorragias, flegmasias intensas, apoplexia e convulsões». ¹¹¹ O zelo (ciúme), dizia o autor deste mesmo texto, «ocasiona um espasmo geral, diminui a atividade de todas as funções e dá origem à dissimulação e à inveja, esta sombria rival do mérito, que não procura senão rebaixar as virtudes de outrem». ¹¹² O medo, por seu turno, determinava «uma contração geral das forças no epigastro, perturbava todas as funções e quase sempre motivava graves desordens; os cabelos se eriçam e há impossibilidade até de articular». ¹¹³ Quanto à cólera, seus acessos traziam sempre os «danos que se seguem do embaraço da respiração, e à concentração do sangue, e a um abalo geral em toda a economia». ¹¹⁴

Além dessas manifestações, por assim dizer, «agudas», havia uma patologia dos estados crônicos ou permanentes. Tratava-se de manifestações mais estáveis que ora poderiam ser assimiladas ao que, modernamente, seria tomado por uma síndrome psiquiátrica, ora identificadas ao que poderia ser chamado de traços de personalidade. Não aventuramos certamente um paradoxo, quando asseveramos que as afecções vivas ou paixões, quer *expansivas*, quer *deprimentes*, são sempre nocivas à economia animal. A cada página se lêem testemunhos desta verdade nos autores que têm tratado desta matéria; dos quais poderíamos extrair os fatos de inumeráveis mortes já instantâneas, já

¹¹¹ Mello, Joaquim Pedro, op. cit., p. 97.

¹¹² Ibid. p. 38.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Ibid.

consequência de um lento e molesto definhamento causado por teimosos *desgostos* e *raladoras aflições*; limitar-nos-emos a declarar que a *moderação* em muitas nos dá gozo e prazer, que fazem a felicidade do homem neste mundo: e que se excedem a um certo limite traçado pela razão, e consentâneo com a imperturbabilidade que deve presidir ao desempenho de nossas funções animais, elas se tornam a causa da aceleração da circulação quando *expansivas*, e o sangue enviado com maior energia para a periferia, no cérebro pode determinar congestões, e a apoplexia fulminante, e trazer a morte instantaneamente; pode determinar a exudação nas mucosas que foram diversas cavidades, que por sua perda excessiva tragam consigo o marasmo e a morte; pode determinar a ruptura de algum vaso considerável como algum dos torácicos ou abdominais, ocasionar o congestionamento, e a apoplexia pulmonar; pode também produzir a ruptura ou a cessação dos movimentos do coração depois de uma forte sistole, e em resultado vir a morte, pode determinar as febres, aneurismas, polipos do coração; manias, etc... mas se consideramos as *deprimentes*, seus fenômenos são outros, e os seus resultados talvez mais terríveis. Nas *peessoas pusilânimes* começa por perturbar a digestão, as secreções e excreções, por um contínuo incômodo, e depois por aperto do coração: a circulação se faz morosa, deprimem-se as faces, a boca sente-se amargosa, há anorexia, constrição do esôfago, que algumas vezes é muito forte e incômoda, sobrevêm febres lentas, a tísica, o marasmo, uma multidão de enfermidades, pelo que o médico deve exercitar-se em ler no mostrador do coração os arcanos que o pudor, a honra, a pusilanidade ou o crime buscam em não ocultar aos olhos de um atento e versado fisionomista. Debalde ele esgotará os socorros que a arte prescreve, se não procurar destruir as raízes do mal, ele irá em crescimento, e influenciando sobre toda a economia, terminará por aniquilar as forças vitais e físicas, e inevitável será o formidável termo, depois de uma existência de dor e de amarguras, cujo fim em muitos casos se afastaria por influxo de meios proporcionados. ¹¹⁵

¹¹⁵ Jaime, Manoel Ignacio Figueiredo, op. cit., pp. 4-5.

Valorização
da vida

O cuidado com a saúde física produziu um imenso acréscimo de atenção para o psiquismo. Os pais ciosos do valor que os filhos tinham para o equilíbrio familiar começaram a valorizar sentimentos anteriormente regulados pela homeostase punitiva, ou simplesmente abandonados ao descontrolo, pois não ocupavam nenhum posto de importância no universo doméstico. Os menores movimentos do corpo, do intelecto e da moral passaram assim a ser observados, anotados, controlados. Mas, à medida em que as minúsculas imperfeições eram registradas, as pequenas virtudes também emergiam e se davam a conhecer. O «amor, a amizade, a gratidão, o patriotismo», por exemplo, contrabalançavam todos estes efeitos morbíficos das paixões.¹¹⁶

A exaltação higiênica do corpo, da casa, da educação, em defesa da saúde, desenvolveu na família uma acuidade que ela não possuía. Refinando seus instrumentos de audição, em breve ela foi capaz de ouvir ruídos aos quais era totalmente surda. Através da captação preventiva da manifestação mórbida, a família iniciava-se, ao mesmo tempo, no prazer da descoberta dos fios de saúde. Entre o medo de agressões físicas e morais, o cuidado com o investimento de capitais e o fascínio pelo universo sentimental, o «intimismo» proliferava e enraizava-se. A atenção atomizada, focalizada na vigilância específica e adequada a cada pessoa fez crescer geometricamente o valor do indivíduo e de sua história físico-emocional. A maneira como o indivíduo tinha sido tratado na sua infância era determinante de suas qualidades corporais e morais quando adulto. Uma criança submetida a uma má amamentação; a uma alimentação insuficiente; à falta de exercício; a um regime anti-higiênico do vestuário; ou, ainda, a castigos brutais; à falta de amor paterno e materno; ao medo provocado por histórias de «fantasmas, duendes, lobisomens» etc.¹¹⁷ seria um adulto fraco de caráter, pusilânime, possuidor de uma saúde física e moral extremamente precária. Uma criança bem cuidada, pelo contrário, tornava-se um adulto perfeito.

116. Ibid., pp. 8-22.

117. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 37.

Com isto, montava-se um sistema de interpretação da conduta humana em que a causalidade interna, dependente do indivíduo e de sua história, determinava em grande parte, senão com exclusividade, suas aspirações, comportamentos, adaptações e desvios. Certas expressões sociais ou emocionais dos indivíduos, antes totalmente despercebidas ou aferidas segundo os cânones religiosos, começaram a ser vistas como fruto da imprevidência educativa por parte de sua família. Uma enorme faixa de condutas foi, deste modo, encampada pela «interioridade», alçada, desde então, à categoria de princípio explicativo das ações pessoais. A literatura urbana exprimiu com riqueza essa concepção da individualidade que, maximizando a importância das características psicológicas, reforçava, ao mesmo tempo, a fascinação pelo «intimismo». Aluísio Azevedo, em *Casa de Pensão*, compreende e explica o caráter de seu personagem, Amâncio, como uma deformação gerada por sua história familiar e educativa: «Sua pequena testa, curta e sem espinhas, margeada de cabelos crespos, não denunciava o que naquela cabeça havia de voluptuoso e ruim. Seu todo acanhado, fraco e modesto, não deixava transparecer a brutalidade daquele temperamento cáldo e desensofrido.

«Amâncio fora muito mal educado pelo pai, português antigo e austero, desses que confundem o respeito com o terror. Em pequeno levou muita bordoadas;... (...)

«Aos setes anos entrou para a escola. Que horror!

«O mestre, um tal de Antônio Pires, homem grosseiro, bruto, de cabelo duro e olhos de touro, batia nas crianças por gosto, por um hábito de ofício.

«Os pais, ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de «endireitar os filhos»¹¹⁸

Em *Senhora*, Alencar descrevendo o comportamento social do herói, Seixas, afirmava: «Havia nessa contradição da consciência de Seixas com a sua vontade uma anomalia psicológica

118. Azevedo, Aluísio, *Casa de Pensão*, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d., pp. 22-23.

(grifos meus) da qual não são raros os exemplos na sociedade atual. O falseamento de certos princípios da moral, dissimulado pela educação e conveniências sociais, vai criando esses aleijões de homens de bem.¹¹⁹

As hesitações e ambigüidades de Aurélia, a heroína, eram vistas sob o mesmo ângulo: «Esse fenômeno devia ter uma razão psicológica, (grifos meus) de cuja investigação nos abstermos, porque o coração, e ainda mais o da mulher que é toda ela, representa o caos do mundo moral. Ninguém sabe que maravilhas ou que monstros vão surgir desses limbos».¹²⁰

A conduta social e emocional começava a ser explorada e explicada psicologicamente. Ao mesmo tempo, a interioridade era pintada como um imenso reservatório de surpresas e matizes sentimentais. O psiquismo deixava de ser habitado pela grosseira dicotomia do mal e do bem, da graça e do pecado, de Deus e do diabo. A alma higiênica era incomensuravelmente mais fina que a alma colonial. Diluía-se em infinitos mistérios, anseios indizíveis, lembranças evanescentes; em movimentos frágeis, balbuciantes que se desfaziam quando tocados. Ou, inversamente, em monstros abissais, em instintos perversos, em paixões desordenadas que compunham o painel das «anomalias psicológicas». O literato não ousava abordá-la; o leigo, ignorava tudo dela. Só o médico conhecia os caminhos desse labirinto. Só ele sabia que meandros davam acesso à sua quinta-essência. Pois, em meio a esse emaranhado, jazia algo de autêntico, puro, revelador da verdadeira norma do ser e do viver: «Naquele dia, pois, satisfazendo o seu desejo, falei-lhe pela primeira vez do meu verdadeiro eu, (grifos meus) das minhas esperanças, das minhas afeições, dos meus sonhos.»¹²¹

O verdadeiro eu, o «eu romântico», começou a fascinar a família higienicamente acoçada por perigos morais, rivalidades sentimentais, competição econômica e social, enfim, pela vertiginosa obsessão do corpo, do sexo e do psiquismo. No verdadeiro

119. Alencar, José de. *Senhora*, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d., p. 118.

120. *Ibid.*, p. 122.

121. Alencar, José de. *Lucíola*, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d, p. 160.

eu, correlato emocional da verdadeira saúde, parecia residir a chave do sucesso pessoal e familiar. Na corrida para descobri-lo, as famílias precipitavam-se nos braços dos médicos que, solicitamente, respondiam a estes pedidos. Distribuíam conselhos e consultas, remédios e exortações. Instalavam-se nas famílias, faziam-se desejados. Saíam do ostracismo colonial e impunham a figura simpática do «médico de família», ainda hoje tão chorada pelos nostálgicos.

Entretanto, não se deve imaginar essa introversão físico-sentimental da família como uma dança macabra, uma descida aos infernos. O peso da repressão «intimista» foi atenuado por certos ganhos secundários. Do primeiro deles, foram beneficiários, sobretudo, mulheres e crianças que se livraram do obtuso despotismo do pai, para girarem na órbita do despotismo esclarecido dos médicos. O homem, por seu turno, foi premiado com um novo tipo de submissão das mulheres, criado pelo médico: a submissão, pelo amor, ao marido, aos filhos e ao lar.

O outro tipo de ganho resultou de um compromisso. Medicina e família, enquanto se batiam, foram chegando, aos poucos, a um acordo. A primeira tiranizava a segunda, que se deixava dominar, mas em troca da participação no próprio poder médico. Após capitular diante da medicina, de reconhecer o valor do corpo e da moral sadia, a família passou não só a consumir como a difundir serviços médicos. De consumidora passiva, passou a produtora e comerciante. Começou a produzir seus próprios médicos. Começou a enaltecer sua figura. Alterou o sentido de seus investimentos: em vez do «filho-padre», o «filho-doutor». O «médico de família» foi uma vitória da higiene; o «filho-médico» foi um tratado de armistício entre os dois poderes. Apropriando-se do médico, o grupo familiar não mais se opôs à higiene. Pelo contrário, ajudou-a a expandir-se, pois já estava participando dos seus lucros.

Finalmente, um terceiro prêmio foi dado à família em troca de sua sujeição. A submissão da família à cidade foi imposta em nome do corpo, da raça, da classe e do Estado. Esta dimensão coercitiva, no entanto, foi temperada pela criação de r
mito da função social do grupo familiar. A instituição
devia perder seu antigo poder mas para ganhar um pa

mais nobre e grandioso. O corpo e a «alma» higiênicos deixavam o exíguo espaço da casa, para se projetarem no imenso espaço do Estado. A medicina social insistia em mostrar que a saúde do Estado estava para a família assim como a saúde de um filho estava para a de uma mãe. A instituição da família nuclear era a celula mater da sociedade.

Desde então, famílias e mais famílias começaram a imaginar-se responsáveis pela ordem e desenvolvimento do Estado. A idéia de criar filhos para a nação já não mais era repelida. Os cônjuges deixavam a mesquinhaz de suas pequenas tarefas, de suas pequenas necessidades, para se inserirem no grande trabalho de construção do povo e do Estado brasileiros. Amor à família e amor ao Estado começavam a identificar-se.

Política, econômica e socialmente esta identificação foi facilitada pela propaganda nacionalista. Do ponto de vista do discurso científico, a coincidência de interesses foi reforçada pela ficção da conaturalidade supostamente existente entre família e Estado. A medicina colaborou intensamente no enriquecimento desta última força.

O Estado, segundo os médicos, além de pai dos povos, apresentava-se como um corpo natural, uma entidade orgânica de que a família era, simultaneamente, apêndice e útero. Ele era um composto simples, linear, harmonioso, onde as partes integravam o todo através de uma solidariedade espontânea e necessária. Não havia, nem poderia haver heteronomia entre família e Estado, mesmo porque ambos faziam parte de uma mesma unidade; a humanidade. Enfatizando este conceito a higiene dava a entender que as instituições sociais não eram uma realidade histórica, mas uma pura abstração do espírito analítico: «É a família o elemento mais simples a que a abstração pode chegar na contemplação do organismo social. A Família, a Pátria e a Igreja não representam grupamentos distintos, porém graus diversos da mais vasta e complexa existência coletiva — a Humanidade, a qual todos estão unidos por laços indestrutíveis».¹²²

122. Barbosa, Adolpho Álvares Simões. *Higiene da primeira infância*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, p. 13.

O estranho tornava-se familiar. A cidade nova e o Estado inimigo reconciliavam-se com a família através da humanidade. Humanidade cuja natureza era, ao mesmo tempo, infraestrutura e superestrutura de toda vida social. Infraestrutura porque representava a própria existência biológica das espécies; superestrutura porque dependia da evolução ética da sociedade. Seu crescimento e progresso estavam, portanto, em relação direta com o aperfeiçoamento físico e moral dos indivíduos. Sem fisionomia social definida, ela estava presente em todos os lugares e em cada sujeito. Sua vida e sua morte dependiam de tudo e de todos. Toda boa ação higiênica contribuía para seu aperfeiçoamento; toda infração aos preceitos médicos, para sua destruição. Sua essência resumia a verdadeira natureza humana em sua dupla versão física e moral. A humanidade exigiu, por conseguinte, um novo código de comportamento.

Se, no período pré-higiênico, os crimes estavam indissociavelmente referidos à lei do soberano, à lei do pai ou à lei de Deus, agora eles também podiam ser julgados à luz de novos preceitos e de uma nova lei: a lei da humanidade, a lei do homem: «Seja estadista ou artista, médico ou advogado, professor ou operário, é preciso primeiro que tudo (e é esta a melhor garantia da ordem na sociedade) que o homem seja homem, (grifos meus) isto é, que tenha consciência da sua missão, do grau de utilidade que tem para os seus semelhantes.

«A igualdade moral dos homens proclamada pelo Redentor, corresponde à igualdade das leis que regem a sua natureza física (grifos meus).

«Atentar contra esta dupla igualdade, estabelecida pela natureza e revelada por Jesus Cristo, é crime que desgraçadamente os mais religiosos e os mais ilustrados cometem».¹²³

Este homem, como é visível, pairava acima de classes e raças. Sua existência permitiu aos higienistas falarem de humanidade, dando uma dupla conotação ao termo: a de espécie biolô-

123. Armonde, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro e de sua influência sobre a saúde*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874, p. 37.

gica, a raça, e a de organização política, o Estado. Os crimes contra o Estado poderiam, em consequência, converter-se em atentado à raça e vice-versa. O ilegal e o «antinatural» confundiam-se, fundiam-se, formavam a matriz teórica do anormal que autorizou a medicina higiênica a converter-se em ortopedia moral ou medicina do comportamento.

Num certo sentido, foi a consciência de pertencer a uma «humanidade» mais vasta, mais ampla que ultrapassava o simples «feudo» patriarcal, a simples cidade colonial ou o puro Estado nacional, que favoreceu a docilidade com que a família sujeitou-se à higiene. O contrato liberal não apenas impediu que, por respeito aos direitos do homem, a autonomia individual fosse atingida pela justiça e, por conseguinte, tivesse que ser regulada pelos instrumentos normalizadores. O liberalismo-escravagista, em sua versão médico-social, também difundiu a idéia de que esse homem e essa humanidade existiam e que cada indivíduo era responsável por sua salvação ou perdição, conforme o trato que desse a seu corpo ou a vida de sua prole. Assumindo essa representação de seu papel social, cada família tornou-se sacerdote da natureza, catequista da humanidade, missionário da saúde, cruzado do Estado. Cada indivíduo passou a querer desempenhar melhor que o outro, através de seu corpo e de sua moral, a função de legítimo herdeiro e guardião da saúde da humanidade. Humanidade evidentemente assimilada à burguesia, primeira classe histórica a pretender impor universalmente seus valores. Humanidade que não poderia ter sido concebida no seio do poder aristocrático, que sempre lutou por isolar a camada de sangue azul das demais camadas sociais. Humanidade, enfim, que no caso brasileiro surgia tanto mais grotesca e caricata quanto pretendia estabelecer sua suposta universalidade sobre uma imensa maioria de negros e mestiços escravos mantidos fora dela, no reino da animalidade.

De qualquer forma, quaisquer que tenham sido os benefícios extraídos pela família de sua colaboração com a medicina ou submissão à higiene, deles resultaram uma crescente «intimização» e «estatização» dos indivíduos. A higiene acoplou seus próprios interesses aos do Estado e aos da família, produzindo indivíduos extremamente preocupados com sua intimidade física

→ A higiene
origem
e emocional. Também os ajudou a se desprenderem de suas raízes familiares extensas para colocá-los, sozinhos, face ao mundo e a este espaço absolutamente saturado de cuidados físicos e sentimentais que é a família nuclear. Fracionando as velhas relações de «casta», religião e propriedade, a medicina higiênica preparou a família para acomodar-se e participar na criação dos valores de classe: corpo, raça e individualismo, característicos do Estado-burguês.

Foi neste âmbito que a educação e a conservação das crianças ganhou a importância que tem até hoje. Foi por esta via que os pais modificaram suas relações com os filhos e a família passou a ser vista, até períodos bem recentes, como local exclusivo de proteção e cuidados da infância.

CAPÍTULO V

ADULTOS E CRIANÇAS

1. Direito do pai, morte dos filhos.

No sistema colonial o filho ocupava uma posição puramente instrumental dentro da família. Não que fosse tratado como «utensílio» ou «coisa», ao mesmo título do escravo. Sua posição era instrumental no sentido de secundária. De não ser o motivo operante, o móvel principal da atividade familiar. Como os demais membros da parentela ele era visto e valorizado enquanto elemento posto a serviço do poder paterno. A imagem do filho era, portanto, despida dos atrativos que atualmente a compõem. De hábito, ele tinha direito apenas a uma atenção genérica, não-pessoalizada. A família funcionava como um epicentro do direito do pai que monopolizava o interesse da prole e da mulher.

Polo de atração da vida familiar, o pai isentava-se, por sua vez, de maiores compromissos ou manifestações afetivas para com os filhos. Consciente de seus direitos e inconscientes do

que ulteriormente foi definido como seu dever, o chefe da casa comportava-se de modo bastante diverso de um pai moderno.

Nos inventários tratados por Alcântara Machado este comportamento afetivo surge de maneira inequívoca. Um certo Antônio Pedroso de Barros dizia em seu testamento: «ficam alguns bastardos que não sei a verdade de quantos são meus». ¹ Em outro testamento lê-se: «uma criança que dizem ser filho dele testador ... que dizem ser seu filho ... que dizem ser meus». ²

Pascoal Monteiro, outro testante, dizia: «libertei um moço da casa de Domingos Dias pelo amor de Deus, só por me dizer o dito Domingos que era meu filho e ter ele essa presunção». ³ E João da Costa, também testador, afirmava: «F. diz que é meu filho; tudo pode ser; e, se o for, ele dará mostras de si...» ⁴

Que não se pense, no entanto, encontrar esta despersonalização afetiva apenas entre pais e filhos bastardos. Manuel João Branco em seu testamento deixava dito: «declaro que sou casado na Vila de S. Paulo com Maria Leme ... da qual minha mulher tive e tenho três filhos, a saber ... e outra por nome não perca que foi casada...» ⁵ Neste caso, o pai havia esquecido o nome de um dos filhos legítimos. E, o mais significativo, numa família pequena para o padrão da época. ⁶

Este último dado é importante na medida em que desvincula a regra afetiva da extensão da prole. Embora o grande número

1. Machado, José de Alcântara, op. cit., p. 150.

2. Ibid.

3. Ibid.

4. Ibid.

5. Ibid.

6. Embora não se possa contar com dados absolutamente confiáveis no que concerne as estatísticas de natalidade e fecundidade, os elementos disponíveis indicam que, muito provavelmente, o número de filhos nas famílias da elite colonial era grande. Alfredo Ellis Jr. observou que, nas «grandes famílias» e nas «famílias patriarcais» paulistas do séc. XVI este número variava entre 7 e 15. No séc. XVII, nestas mesmas categorias familiares, a variação ia de 7 a 18 e, no séc. XVIII, de 8 a 25. É bem possível que a este alto padrão de natalidade correspondesse um alto índice de mortalidade, dadas as condições da época. De qualquer modo, mesmo levando em conta este último fator, o número de filhos deveria ser elevado, pela simples razão de que estas estatísticas consideravam apenas os legítimos.

Ellis Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*, 2ª ed., São Paulo: Nacional; Brasília, INL, 1976, pp. 106-107.

de filhos na família antiga pudesse ter sido responsável pela diluição do afeto dedicado a cada um deles, este fato, por si só, não explica a conduta sentimental do pai. Inversamente, comprova o papel instrumental que o filho tinha na família e como este papel repercutiu na avaliação emocional da criança.

* A criança, até o séc. XIX, permaneceu prisioneira do papel social do filho. Sua situação sentimental refletia a posição que este último desfrutava na casa. A imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada merecedora do desvelo absoluto dos pais, é uma imagem recente. A família colonial ignorava-a ou subestimava-a. Em virtude disto, privou-a do tipo e quota de afeição que, modernamente, reconhecemos como indispensáveis a seu desenvolvimento físico e emocional. Nem sempre o neném foi «majestade» na família. Durante muito tempo seu trono foi ocupado pelo pai. O universo cultural dos três primeiros séculos, possuído pelo culto à propriedade, ao passado e à religião assim o determinava: ao pai, ao adulto, os louros; ao filho, à criança, as batatas!

Para que se possa avaliar a situação do filho-criança na família é necessário entender a importância desses itens culturais da sociedade colonial: o valor da propriedade, do saber tradicional e da ética religiosa.

Na estrutura econômica da Colônia, não havia trinta e seis maneiras dos indivíduos subsistirem material e socialmente: ou se apropriavam ou se deixavam apropriar. A parcela dos «homens livres na ordem escravocrata» era mínima. A sociedade brasileira dividia-se, basicamente, em senhores e escravos. Assim sendo, a luta pela propriedade e a luta pela subsistência social eram indissociáveis. Quem ganhasse a primeira assegurava a segunda. A criação e a preservação do patrimônio capitalizavam a força e a disponibilidade de todos os membros do grupo familiar. Fenômeno que explica a importância do pai na família.

Numa época em que a defesa dos bens dependia, em grande parte, da violência com que o meio ambiente era subjogado, a iniciativa pessoal, a presteza de ação, a força moral e o respeito social eram condições imprescindíveis a quem pretendesse adquirir ou manter. Culturalmente, todos esses predicados eram privilégio do homem-adulto, chefe da casa. Só ele possuía

a energia necessária para explorar escravos; produzir bastardos; destruir opositores; vingar atentados à honra da família, etc. O pai era o princípio da vitalidade doméstica, que encontrava nele o ponto máximo de sua resistência. Seu poder, prestígio e honrabilidade não podiam ser tocados, sob pena de ruir todo o edifício familiar. Ele precisava, portanto, da aquiescência e da submissão completa de todos os outros membros do grupo para cumprir seu papel. Esta posição nevrálgica explica a passividade com que os filhos sujeitavam-se ao seu despotismo.

A maneira como o autoritarismo do patriarca abateu-se sobre a família, em particular sobre os filhos, foi fartamente descrita por cronistas e historiadores da época. Ewbank narra a história de filhas que, por questões amorosas, desobedeceram aos pais e foram enclausuradas nas Casas de Recolhimento, algumas vindo a enlouquecer, como a lendária «Irmã Paula». Luiz Edmundo, citando Pedro Taques, conta a história de um pai que «só por ver nas mãos da filha um lenço que se agitava no ar, quando a mesma o levava a um coradouro, tomando o manejo por sinal feito a qualquer namorado, armou-se de uma faca e atravessou de lado a lado o coração da pobre rapariga». Refere-se ainda o mesmo autor a uma história reportada por Tristão de Araripe em que o pai, com ciúme do filho mais novo por causa de uma escrava, obrigou o filho mais velho a matar o próprio irmão.⁷

Em todo este anedotário, mito e realidade misturam-se. Os confins da ficção e as fronteiras do real confundem-se, demonstrando o terror e a admiração que o personagem paterno inspirava à mentalidade antiga. Principalmente aos filhos que, desde cedo, acostumavam-se, por meio de castigos físicos extremamente brutais, a não duvidarem de sua prepotência. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (às vezes com alfinetes na ponta), cipós, galhos de goiabeira e objetos de sevizias

do gênero, ensinavam-lhes que a obediência incontinente era o único modo de escapar à punição.¹⁰

Essa condensação operada na figura do pai-proprietário foi, seguramente, a maior fonte de sustentação do poder do patriarca. Mulheres e filhos viam no homem o patrão e o protetor. Fora da casa não havia salvação. Nenhum instituição social propunha-se a abrigar os transfugas. Muito ao contrário, a imagem projetada pelo meio social era a de fraqueza diante do senhorio.

No entanto, além destes expedientes prático-informais, a prepotência do senhor fez-se legitimar por vários elementos emprestados à ordem jurídica vigente. Um dos meios legais de que dispunha o chefe da família para manter íntegra sua propriedade e, em consequência, suas riquezas e seu poder, era o regime sucessório de bens. A instituição do morgadio determinava que o primogênito homem, o morgado, fosse o único herdeiro da propriedade. Por meio desta lei, as riquezas continuavam indivisas, favorecendo a continuidade do poder paterno. Ao mesmo tempo, reservando o direito de herança ao homem, a justiça colonial excluía as mulheres do quadro de poder e decisões familiares. O morgado, acumulando todos os privilégios do pai, tornava-se um novo despota. Esta situação persistiu até o séc. XIX, quando a lei de 6 de outubro de 1835 extinguiu o morgadio.¹¹ Sinal evidente da decadência do *pater familias* e de seu poder junto a mulheres e filhos.

Além de favorecer o poderio paterno através do morgadio, a justiça concedia ao pai o direito de castigar escravos, filhos e mulheres, «emendando-lhes das más manhas», conforme ditavam as Ordenações do Reino.¹²

Ewbank observou como essas prerrogativas ditatoriais eram exorbitantes, sobretudo no caso de mulheres internadas à força em conventos por ordem do pai: «Nenhuma autoridade civil

7. Ewbank, Thomas. op. cit., v. 1, pp. 162-163.

8. Edmundo, Luis. op. cit., v. 2, p. 393.

9. Ibid., p. 394.

10. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 497.

11. ver: Vitor Nunes Leal, op. cit., p. 54.

12. Edmundo, Luis, op. cit., v. 2, p. 393.

podia entrar num convento para instaurar lá um processo; e, sob o velho regime, um pai tinha poderes ilimitados sobre as filhas. Os únicos meios de modificar a situação eram: 1) Através do bispo; mas enquanto a abadessa estivesse em conluio com os pais da vítima, esta poderia gastar os dedos até os ossos escrevendo petições, que jamais conseguia fazer chegar até o prelado. Nenhum pedacinho de papel entra ou sai do convento sem o consentimento da abadessa. 2) O bispo teria de apelar para Lisboa; e, 3) Através das autoridades eclesiásticas da capital portuguesa, a Corte de Roma tinha de ser consultada.¹³ Em termos práticos, qualquer recurso legal da parte dos filhos contra o autoritarismo do pai era absolutamente inútil.

Contudo, a posição privilegiada do pai não era apenas consequência do tipo de poder que ele exercia, mas também do tipo de saber que ele detinha.

Na Colônia, sobreviver, expandir-se ou progredir eram sinônimos de repetir. O pai sábio e eficiente era o que conseguia reeditar com a maior fidelidade possível, as fórmulas de dominação de seus antecessores. A solidez material da propriedade dependia deste conhecimento oriundo da tradição oral e da experiência própria. O velho era mais importante que o novo. O atraso cultural do país não permitia a circulação de inovações técnicas. A informação útil tinha sua fonte no passado. A vida em família era um permanente exercício de escuta do que passou. E o chefe da casa, tradutor e porta-voz das lições dos ancestrais. Seus interlocutores, portanto, deviam estar à altura do legado que ele se encarregava de transmitir. A criança, conseqüentemente, achava-se excluída desse rol. Sem ter vivido bastante para entender o passado e sem responsabilidade suficiente para respeitar a experiência, o «párvulo» não merecia a mesma consideração do adulto.

Do ponto de vista da propriedade, a criança era um acessório supérfluo. Ao pai-proprietário interessava o filho adulto, com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família. A criança tinha uma vida paralela à eco-

13. Ewbank, Thomas, op. cit., v. 1, pp. 163-164.

nomia doméstica. Onde o fenômeno da «adultização» precoce da infância.¹⁴ Tão logo chegavam à puberdade, os filhos eram levados a assumir a postura de adultos. Assim, adquiriam o direito a uma maior participação na atenção da família.

A organização sócio-econômica familiar e o saber passadista que a estruturava relegavam a criança a uma espécie de limbo cultural em que permanecia até a puberdade. Cimentando estes dois fatores encontrava-se a visão religiosa da cultura.

O filho-criança, segundo o catolicismo colonial, era o resultado inevitável da concupiscência humana. Sua vida era a marca do controle religioso sobre os desregramentos da Carne. Como o próprio casamento, o filho representava a incapacidade do homem em renunciar aos prazeres do mundo. Já que não se podia coagir todo adulto ao celibato, aceitava-se o casamento. Mas como um «mal menor». No melhor dos casos, a criança era mostrada e aceita como prova da obrigação do adulto em «propagar o gênero humano».¹⁵

Exceto nas experiências de «redução» dos jesuítas, em que desempenhou um papel importante na conversão dos pais, a criança, enquanto ser biológico e sentimental, era desprezada pela religião. Vieira dizia: «No nascimento somos filhos de nossos pais, na ressurreição seremos filhos de nossas obras. E que seja mal ressuscitado por culpa sua quem foi bem-nascido sem merecimento seu! Lástima grande. Ressuscitar bem sobre haver nascido mal, é emendar a fortuna; ressuscitar mal sobre haver nascido bem, é pior que degenerar da natureza. (...) Nascer bem é obrigação de ressuscitar melhor. Estas são as obrigações com que nasceste».

«O mais bem-nascido homem que houve, nem pode haver, foi Cristo, ninguém teve melhor pai, nem melhor mãe; e, foi notar Santo Agostinho, que se Cristo nasceu bem, ressuscitou melhor».¹⁶

14. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 1, pp. 211-250.

15. Benci, Jorge S. J. op. cit., p. 82.

16. Vieira, Antonio (Pe.). op. cit., pp. 114-115.

Voltado para a imortalidade, o catolicismo interessava-se predominantemente pelo adulto capaz de responsabilizar-se diante de Deus por suas boas ou más obras. Este era o alvo fundamental de sua catequese e cuidados. O nascer bem, o ter tido bom pai e boa mãe não determinavam a boa ressurreição. O importante não era a vida durante a existência, mas a vida após a morte. A criança bem amada pela família pouco ou nada significava aos olhos da Igreja. Sua natureza biológica ou sua formação emocional não influíam em sua salvação. Seu único valor advinha de sua função espiritual. A criança só era relevante para o catolicismo enquanto signo de pureza e inocência. Neste caso, o modelo de perfeição espiritual que ela encarnava servia de exemplo e correção à alma pecadora do homem.

A mentalidade religiosa antiga dissociou a existência da criança. A vida concreta e material foi recalcada em proveito da vida sobrenatural. A criança venerada pela religião era o «anjo».

Representação corrente da natureza infantil, o «anjo» circulava em todos os recantos da vida cultural da Colônia. Nas festas religiosas meninos e meninas costumavam desfilar vestidos de anjos, reativando periodicamente esta imagem da infância. Mas foi sobretudo no culto à criança morta que a força desta representação manifestou-se com mais limpidez.

A criança morta, o «anjinho», mereceu uma devoção especial da cultura familiar dos primeiros tempos. Fenômeno que não escapou à observação dos viajantes estrangeiros, cujas mentalidades secularizadas escandalizavam-se diante dessa reação à morte. Luccock relatou, chocado, uma dessas cenas: «Em uma dessas ocasiões foi ouvida uma mãe que assim se exprimia: 'Ó como estou feliz! Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mamãe, entra! Ó que feliz que sou!' repetiu ainda, rindo a grande. Se isso fosse um exemplo isolado de sentimentos maternos estranhos, poderia ainda ser considerado efeito de um desvio mental passageiro; o caso, porém, é que a satisfação em tais momentos é geral demais, e por demais ostensiva, para que deixe lugar à desculpa dessa

espécie. Não posso ter uma opinião boa sobre o futuro de um Estado onde assim se dissolvem os mais fortes laços dos seres deste mundo.»¹⁷

Burton confirma a difusão desta hábito: «um anjinho ou inocente, criança muito jovem, morre sem ser lamentada pois sua felicidade futura é certa.»¹⁸ Seidler e Ewbank também fizeram observações semelhantes.¹⁹ Luiz Edmundo oferece um outro curioso testemunho desta realidade, o da batida dos sinos. No extenso repertório de batidas dos sinos coloniais, as que anunciavam a morte de crianças, tinham a seguinte versão na língua falada: «Feliz anjinho

Que vai p'ro céu.
Feliz anjinho
Que vai p'ro céu»²⁰

Gilberto Freyre levanta a hipótese desta representação ter sido forjada pelos jesuítas: «diante do número alarmante de crianças índias que a morte levou no séc. XVI os jesuítas teriam espalhado, para consolo das mães e no interesse da catequese, que era uma «felicidade» os pequeninos iam para o céu.»²¹ Tal hipóteses é plausível, contanto que não se despreze outras possibilidades de explicação.

Segundo Ariès, data do catolicismo medieval o costume de representar, através da pintura, a criança como «criatura angelical», figura sagrada ou alegoria da alma do adulto.²² É provável que os jesuítas tenham se apropriado deste parentesco tradicional da criança com o anjo, reorientando-o para as finalidades da Ordem. De qualquer modo, o efeito conjunto destes motivos deve ter sido potencializado pela ausência, quase completa, de valorização da vida biológico-moral da criança.

17. Luccock, John. op. cit., p. 80.

18. Burton. The highlands of the Brazil, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 443.

19. Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976, p. 144; Ewbank, Thomas. op. cit., v. 1, p. 78.

20. Edmundo, Luis. op. cit., v. 1, p. 100.

21. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 443.

22. Ariès, Phillipe. *L'enfant et la vie familiale...* op. cit., p. 69.

A excessiva importância dada ao pai, ao patrimônio e à religião reduziu, expressivamente, o espaço físico e sentimental da criança. Tratada como um «adulto incompetente», sua existência não possuía, por assim dizer, nenhum conteúdo positivo. Ela era percebida negativamente, por oposição ao adulto.

Entenda-se bem, o sentido exato desta afirmação não é o de postular que os adultos não viam diferenças entre eles e as crianças. As diferenças existiam. Mas não nos termos em que vieram a ser enunciadas posteriormente.

No período colonial a representação social e religiosa da criança monopolizava o sentido de sua vida. Os papéis culturais de «filho incapaz» e de «anjinho» superpunham-se e obscureciam sua condição de etapa biológico-moral no desenvolvimento do adulto. A vida infantil persistia cindida da vida dos mais velhos, como se seu cerne pertencesse a uma segunda natureza humana. Natureza imprecisa, expectante, que se mantinha em estado larvar até o despertar da puberdade. Entre o adulto e a criança as ligações existentes eram a da propriedade e da religião. Fora disso, um fosso os separava. A «alteridade» e a descontinuidade entre um e outro eram radicais. Os elos que uniam a cadeia das gerações só foram criados quando a família dispôs da representação da criança como matriz físico-emocional do adulto. Por meio das noções de evolução, diferenciação e gradação, heterogeneidade e continuidade conciliaram-se. A família pôde, então, ver na criança e no adulto o mesmo e o outro. Daquele momento em diante os papéis invertem-se: a criança passa a determinar a função e o valor do filho.

Esta recodificação da imagem infantil deveu-se, em grande parte, à reação dos higienistas face à mortalidade das crianças. A criança morta deixou de ser vetor da esperança religiosa dos pais para tornar-se um libelo contra o sistema familiar por eles mantido.

Entre 1845 e 1847, o Dr. Haddock Lobo observava que as crianças de 1 a 10 anos concorriam com 51,9% da mortalidade total.²³ Na sessão de 18 de junho de 1846, a Academia Imperial

23. ver: Teixeira, José Maria. Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro — Memória apresentada à Imperial Academia de Medicina em resposta a esta questão

de Medicina propunha que as seguintes questões fossem discutidas por seus membros: «1º) A que se deve atribuir tão grande mortandade nas crianças nos 6 primeiros anos de vida? 2º) Quais as moléstias mais freqüentes nas crianças?».²⁴ A estas perguntas foram dadas as seguintes respostas: «o hábito de mergulhar as crianças em água mais ou menos quente; modo de cortar-se o cordão empregando-se sobre ele substâncias irritantes; compressão sobre a cabeça das crianças pelas parteiras ou pelas amas quando dormindo; impropriedade da alimentação e do vestuário; aleitamento mercenário; aperto das vestimentas; maus costumes das amas transmitindo sífilis, escrófulas, etc...; abuso de antihelmínticos; ausência de tratamento médico no princípio das moléstias; vermes intestinais; variações de temperatura; umidade da nossa atmosfera, etc...»²⁵

Pelas respostas dadas vê-se que, dentre as causas de mortalidade, a maioria poderia ser imputada à imprudência dos adultos. Excetuando-se os «vermes intestinais» e os fatores climáticos, todas as outras causas resultavam da incompetência de quem lidava com as crianças.

A etiologia familiar da mortalidade de crianças era evidente. Os pais entregavam seus filhos às escravas ignorantes e deixavam-se assistir por parteiras inábeis. As crianças eram levadas tardiamente aos médicos. Vestiam-se mal e se alimentavam pior.²⁶ Ou então, pela prática de casamentos consanguíneos e pela desproporção de idade entre os cônjuges — hábitos comuns na época — os adultos faziam subir em flecha a taxa dos natimortos.²⁷ Mais grave ainda, atados a superstições e arcaísmos religiosos julgavam «uma felicidade» a morte dos filhos.²⁸

posta a prêmio na sessão de 6 de julho de 1886, e laureada com o 1º prêmio em sessão magna de 30 de julho de 1887, Rio, 1888, p. 262.

24. Teixeira, José Maria. Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tipografia Central Brown & Evaristo, 1876, p. 85.

25. Ibid.

26. Teixeira, José Maria. Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro, op. cit., p. 267.

27. Ibid., p. 414.

28. Ibid., p. 267.

Buscando as razões dessa irresponsabilidade no trato com a vida das crianças, os higienistas esbarraram no afrouxamento dos laços afetivos entre pais e filhos. Em extenso trabalho sobre o tema, José Maria Teixeira achava que «duas grandes causas de ordem social» determinavam a alta mortalidade infantil: a ilegitimidade dos nascimentos e a «falta de educação física, moral e intelectual das mães». ²⁹ Ambas revelavam a omissão, ignorância e descuido dos pais quanto ao destino da prole. No que diz respeito à ilegitimidade, observa-se que a mortalidade dos filhos naturais era duas vezes maior que a dos filhos legítimos. ³⁰ Estas estatísticas eram recolhidas nos arquivos da Misericórdia, que tinha o monopólio dos enterros. Ali todos os óbitos eram registrados. ³¹ Contudo, a fonte estatística mais comumente utilizada pelos higienistas, como prova escandalosa da mortalidade dos ilegítimos, era a Casa dos Expostos.

Igualmente conhecida por Casa dos Enjeitados, Casa da Roda ou simplesmente «roda», esta instituição foi criada em 1738 por Romão Mattos Duarte, com o objetivo caritativo-assistencial de recolher as crianças abandonadas. ³² O nome de roda, pelo qual tornou-se mais conhecida, deve-se à assimilação da Instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os «expostos». Este dispositivo permitia que as crianças fossem entregues à Casa sem que o depositário e o recebedor pudessem ver-se reciprocamente.

Fundada para proteger a honra da família colonial e a vida da infância, a Casa dos Expostos terminou por obter um efeito oposto ao inicialmente previsto. Dispondo da roda, homens e mulheres passaram a contar com um apoio seguro à suas transgressões sexuais. Estavam certos de que podiam esconder

os filhos ilegítimos em local onde seriam bem tratados. De protetora da honra, a Casa tornou-se um incentivo à libertinagem.

Por outro lado, os higienistas notaram que, fato bem mais grave, a roda convertera-se pela pobreza de instalações e meios de manutenção, num verdadeiro foco autóctone de mortalidade infantil. Entre 1861 e 1874, foram entregues à instituição 8.086 crianças, dos quais 3.545 morreram. Dados que levou um deles a afirmar: «Antes das estatísticas que com sumo cuidado obtivemos antes de procedermos à análise minuciosa dos dados existentes, guiados unicamente pelo coração, éramos partidários decididos das rodas; depois do estudo o nosso espírito vacila e quase que afirma a inutilidade delas, se não for possível diminuir a sua mortandade excessiva e se a justiça pública não intervier para punir os crimes de infanticídio, principalmente por omissão, que muitas vezes encontram nas rodas um meio mais fácil de ocultá-los, entregando-lhes crianças semi-mortas, senão mesmo mortas.

«Se é lamentável o fato de serem encontradas mortas nas rodas dezenas e dezenas de crianças, não é menos lamentável o desleixo da nossa justiça, que não procura punir muitos crimes que estas mortes revelam.» ³³

A Casa dos expostos não apenas favorecia a mortalidade das crianças pela precária atenção que ali lhes era dada. Simultaneamente, incitava a irresponsabilidade dos pais, permitindo-lhes ocultar da sociedade que os filhos morriam por falta de cuidados. Como no caso dos «expostos» deixados na roda já mortos.

No entanto, o problema da mortalidade dos ilegítimos não se esgotava na simples denúncia do sacrifício de vidas infantis pela ignorância e negligência dos adultos. O alcance e os objetivos dessas denúncias eram mais amplos. Os ilegítimos a que se referiam os médicos eram, na maioria, filhos de escravos. Era sabido que muitas escravas, procurando livrar os filhos da escravidão,

29. Ibid., pp. 269-270.

30. Ibid., p. 408.

31. Teixeira, José Maria. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 5.

32. Soares, Ubaldo. *O passado heróico da Casa dos Expostos*, Rio de Janeiro, Seção gráfica da Fundação Romão Mattos Duarte, 1959.

33. Teixeira, José Maria. *Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*, op. cit., pp. 384-385.

vidão, abortavam ou os abandonavam à roda, onde passavam a gozar da condição de libertos.³⁴ Os higienistas encontravam a prova deste fato na diminuição do número de expostos após a lei do ventre livre.³⁵

Considerando esta realidade, poder-se-ia supor que nem a vida das crianças nem os costumes dos pais pertencentes às famílias de elite pudessem estar implicados na denúncia da morte dos ilegítimos. Não era essa contudo a opinião dos médicos que se serviam destas estatísticas e da proporção do fato justamente para atingir o antigo sistema patriarcal.

O Barão do Lavradio; autor de alguns trabalhos sobre o assunto, afirmava em 1887 que a diminuição dos «expostos» e, por conseguinte, da mortalidade dos ilegítimos, devia-se a duas razões: 1º) a redução do número de escravas que procuravam esconder os filhos nascidos da prostituição, inclusive com os próprios senhores; 2º) redução do número de escravas que eram obrigadas a «expor» os filhos para, livres, serem alugadas como amas de leite.³⁶

Estas razões mostravam que a preocupação com a conduta das famílias abastadas era o verdadeiro motor da filantropia higiênica. Na primeira delas o aumento da mortalidade era posto em relação direta com a prostituição doméstica e, sua diminuição, com o desaparecimento desta prática. Contestava-se, portanto, o antigo comportamento sexual do patriarca, responsabilizando-o pelos índices de mortalidade infantil. Na segunda, a crítica higiênica alvejava simultaneamente a estrutura sócio-econômica da família, o papel da mulher na casa e a atitude do casal diante da vida do filho.

Consideremos separadamente cada um destes pontos implicados no aluguel de escravas como amas de leite no período pós-parto.

34. Reis, João Gomes dos. *Dissertação médico-legal sobre o aborto*, Tese; Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 3.

35. Teixeira, José Maria. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 42.

36. Lavradio, Barão do. *Parecer sobre a memória do Dr. José Maria Teixeira; causas da mortalidade de crianças no Rio de Janeiro*, Rio, 1887, pp. 151-152.

Os higienistas condenavam rigorosamente esta prática julgando-a um abuso: «é necessário reprimir o abuso dos senhores de escravos, que mandam lançar na roda ou abandonam os ingênuos com o fim de alugarem as mães ou obterem delas maior soma de trabalho».³⁷ Um outro médico dizia: «Há entre os senhores das escravas um método horrível e que influi extraordinariamente sobre o moral das escravas, tornando assim o seu leite nocivo às crianças, isto é, mandar pôr na roda os filhos destas, para assim recuperarem melhor seu aluguel. Observei com grande mágoa muitos destes fatos, quando fui interno de uma das maternidades da Corte. Adormecida a pobre parturiente, quando ela procurava pelo sono recuperar as forças exaustas no doloroso trabalho de parto, tiravam-lhe o seu inocente filhinho e mandavam colocá-lo na roda; mais tarde, quando a desgraçada acordava procurava com ansiedade o fruto de suas entranhas e que sabia que ele havia sido levado para a roda, desfazia-se em lágrimas e mergulhava-se em uma grande tristeza.

«Este fato, que à primeira vista parece pouco importante, influi de tal modo sobre o moral da escrava, que a torna inapta a aleitar outra criança».³⁸

Do mesmo teor é esta outra afirmação: «Há um fato muito conhecido entre nós, e é o seguinte: há certos senhores que têm o costume de mandar pôr os filhos de suas escravas na roda para que obtenham melhor aluguel. Este fato, que parece à primeira vista de pouca importância, influi sobremaneira no moral da escrava, de modo que ela com a lembrança do filho nunca poderá nutrir bem outra criança. Algumas há que, apesar de terem consigo o seu filho, maltratam a criança que têm obrigação de criar, porque foram alugadas ou servem contra a vontade. E não obstante toda a vigilância que as mães empregam, elas não cuidam das crianças como devem».³⁹

37. Vieira, José Cipriano Nunes, op. cit., p. 68.

38. Neves, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e misto e particularmente do mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873, p. 38.

39. Zamith, José Ribeiro dos Santos. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869, p. 30.

Nestes textos, o aluguel de escravas levava à crítica expressa da organização econômica da família. Os senhores além de explorarem os escravos no serviço da casa, serviam-se deles como fonte de renda.

A ética colonial repudiava o trabalho. O branco livre não se imaginava exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual. O chefe de família digno não trabalhava: vivia de rendas ou da exploração parasita do trabalho dos outros. Se não era proprietário de terras ou comerciante, procurava locupletar-se em algum cargo burocrático da administração pública. Quando nenhuma dessas possibilidades surgia, sugava o trabalho escravo até a última gota.

O aluguel de escravas como amas de leite fazia parte desta estratégia de subsistência econômica. A renda produzida por aquela atividade era necessária à família que desprezava o trabalho manual e profissionalizante. Em outros termos, a sobrevivência dos adultos exigia a morte das crianças escravas.

Entretanto, se a mortalidade dos ilegítimos denunciava o sistema econômico da família, não era em defesa de suas próprias vidas, mas em defesa da vida de terceiros. A família era acusada de favorecer a ilegitimidade, mas seu crime não consistia em multiplicar a morte das crianças escravas e, sim, em expor seus próprios filhos aos cuidados de amas de leite inaptas.

É importante notar que a maioria das críticas feitas à mortalidade de «expostos» ilegítimos foi feita em meio a trabalhos médicos sobre amamentação. Lamentava-se que os senhores alugassem suas escravas no período puerperal porque naquelas condições elas se tornavam péssimas amas de leite. Aos médicos interessava pouco ou nada o destino das crianças nascidas escravas e mortas na roda. O que importava era o destino das outras, dos filhos bem-nascidos que eram entregues a essas criaturas sem o mínimo de qualidade para nutri-los. As escravas, separadas à força de seus filhos, sofriam abalos morais que estragavam o leite com que deviam amamentar os recém-nascidos de elite. Ou então, deprimidas e contrariadas, tratavam com má-vontade, preguiça e crueldade as crianças de que se ocupavam.

A morte das crianças pobres estimulava a vida das crianças privilegiadas. Não apenas favorecendo a crítica à economia familiar, mas também a crítica ao comportamento das mulheres.

A reformulação da conduta feminina face aos filhos foi outro objetivo da crítica higiênica do aluguel de escravas. É neste sentido que foi movido o processo contra a «falta de educação física, moral e intelectual das mães». Os filhos da elite só caíam em mãos de escravas relapsas e viciadas porque as mães recusavam-se a amamentá-los.

Portanto, a ignorância dos pais impedia-os de ver que o parasitismo econômico sobre os escravos degradava a prole. Atentos ao próprio bem-estar e à preservação dos antigos costumes, punham em risco a vida dos filhos.

Os higienistas perceberam que todo o sistema familiar herdado da Colônia tinha sido montado para satisfazer as exigências da propriedade e as necessidades dos adultos. As crianças, tratadas como apêndice deste sistema, restavam as sobras do banquete. Foi contra esta situação que eles se bateram, vendo claramente que o inimigo principal era o pai, pivô e fulcro de toda a organização familiar.

De fato, a força do pai tendia a manter o círculo vicioso em que a família estava secularmente encerrada. Era ele que, exclusivamente preocupado com a sobrevivência dos hábitos passados, não trabalhava e recorria aos escravos de ganho. Também era ele que, repetindo a tradição colonial, gerava os ilegítimos, concorrendo para a mortalidade infantil.

A mulher, por sua vez, submissa ao homem, não imaginava a importância que tinha na proteção às crianças. No momento em que a urbanização se acelerou, a mulher passou do enclausuramento doméstico à sociabilidade mundana, mas continuou inconsciente de suas obrigações com relação à prole. A moda e as obrigações sociais consumiam o tempo e a energia que deveriam ser dedicados aos filhos.

Os higienistas davam-se conta de que, sem alterar o direito do pai, não atenuariam a morte dos filhos. A família colonial era funesta à infância. Era preciso criar uma nova organização doméstica, onde a dissimetria de poder entre os cônjuges fosse extirpada. Nesta nova família, a antiga omissão para com a

criança daria lugar a uma participação mais justa e equitativa entre homens e mulheres: «Recebendo do pai a proteção material e da mãe a iniciação na educação, o infante prepara-se física, intelectual e moralmente para amar e servir à Humanidade, princípio e fim de suas operações». 40

Este ideal de família poderia servir de sùmula dos objetivos da higiene doméstica. Em primeiro lugar, o pai era ressituaado no quadro familiar, dentro de limites bem precisos. Ele deveria responsabilizar-se pela proteção material do filho. Tinha, por conseguinte, que buscar uma fonte de rendas que não se opusesse ao bem-estar das crianças. Em segundo lugar, a mulher ganhava um papel autônomo no interior da casa, o de iniciadora da educação infantil. Sua função não seria a de mera guardiã do patrimônio do marido. Finalmente, em terceiro lugar, os papéis da família e da infância eram redefinidos, de modo a se contraporem ao antigo *ethos* familiar. Os filhos deveriam ser criados para amar e servir à «humanidade» e não para amar e servir à família. Ou seja, em vez de servos do pai, deveriam tornar-se serviços dos outros. Daqueles que podiam manter a família sem necessitar, por exemplo, do aluguel de escravos de ganhos. Dos que podiam, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos e das riquezas familiares sem prejudicar a vida e o progresso de ambos.

O pragmatismo higiênico intuía que nem todos poderiam continuar sendo pais e proprietários dos filhos. Aos que não tivessem condições de manter as duas situações restava ser pai. O Estado agrário precisava apenas de uns poucos patrões para comandá-lo, porém de muitos «pais» para servi-lo. A época em que todos se davam o direito de ser pais e patrões estava encerrada. A higiene revogou essa pretensão mostrando os desastres causados por ela. Os direitos do Estado propugnavam pelos direitos dos filhos. A nova criança reclamava um casal que ao invés de comportar-se como proprietário, aceitasse, prioritariamente, ser tutor. Tutor de filhos cujo verdadeiro proprietário era a nação, o país.

40. Barbosa, Adolpho Alves Simões., op. cit., p. 14.

2. A proteção da infância.

A apropriação médica da infância fez-se à revelia dos pais. Toda uma série de manobras teóricas mostrava-os como obstáculos à saúde, quando não à própria vida dos filhos, para em seguida ensinar-lhes a maneira adequada de proteger as crianças.

A idéia de nocividade do meio familiar pode ser tomada como o grande triunfo médico na luta pela hegemonia educativa das crianças.

A FAMÍLIA NEFASTA

Inconcebível nos tempos coloniais, a imagem da família nefasta aos filhos começou a difundir-se no séc. XIX através da higiene. Nas críticas antes citadas, os pais eram incriminados pela recalcitrância com que reagiam aos conselhos médicos. No entanto, não se chegava a propor que as crianças fossem isoladas do ambiente familiar para evitar suas inconseqüências. Foi isto que, em outros momentos, veio a ser preconizado. Do contrário, dizia-se, a má influência do clima doméstico deitaria por terra os benéficos esforços da higiene.

O caso da educação das crianças em colégios entrava nesta categoria: «Os pais que, por complacências e amores mal entendidos, contribuíram no primeiro período da vida para a ruína do temperamento e constituição de seus filhos, continuam desgraçadamente, em nosso país, a exercer sua funesta influência sobre eles, no interior dos estabelecimentos a que foram confiados.

«Querem que se dê a seus filhos uma alimentação superabundante, esquisita, bem adubada, que agrade ao paladar; querem que se lhes ofereçam leitos bem fofos e macios, onde sejam bem agasalhados; que não se obriguem seus filhos a passeios longos, porque a fadiga, o sol, a chuva a que porventura se exponham-lhes fazem mal; que não se exercitem na ginástica, porque podem machucar-se ou mesmo ferir-se; querem enfim que se lhes poupem algumas dores e lágrimas, não reparando que, procedendo assim, lhes preparam para o futuro males sem dúvida imensamente mais deploráveis.

«Se considerarmos esta influência pelo lado moral, a encontramos não menos contrária ao alvo que se deve visar. As saídas dos alunos, freqüentes e indispensáveis no sentir dos pais, facilitando-lhes os entretenimentos perigosos do exterior; conversas indiscretas, leitura de romances e outras obras quejandas, quantos tropeços não acarretam à educação?»⁴¹

Sobre o mesmo tema um outro higienista opinava: «As saídas ou comunicações dos alunos com o exterior; as obras imorais e entretenimentos secretos são causas que poderosamente contribuem para a perda dos costumes. Nada com efeito é tão nocivo aos costumes dos educandos como sua freqüentes saídas e comunicações com toda sorte de pessoas do exterior. Eles com isto perdem muitas vezes o gosto de trabalhar, adquirem o da dissipação e dos prazeres, ornem sua imaginação de sedutoras imagens e realmente perigosas, ouvem máximas que o pudor, a honra e a delicadeza repelem, e são testemunhas de muitas ações contrárias aos princípios de uma boa educação. De um grande número de pais considerados, irrefletidos, que falam com pasmosa leviandade e indiferença das regras da moral, que só se ocupam dos prazeres, ou que não dão importância senão aos meios de adquirir muito dinheiro, quão poucos há que cuidem de oferecer a seus filhos bons exemplos, de fazê-los ouvir só máximas úteis e de não apresentar-lhes senão prazeres que não tragam perturbação alguma à sua viva e fogosa imaginação! Julgai portanto dos resultados, que devem ter as freqüentes saídas dos alunos do lugar destinado e adaptado a sua educação; é querer perder em um instante o fruto de muitos esforços e muitas preocupações; é introduzir continuamente os vícios e as máximas perniciosas do exterior em seu lugar em que só se deve respirar trabalho, decência, honra, delicadeza, enfim, o amor do belo, do bom e do honesto.

«Convém pois estabelecer como regra fundamental que os educandos não saiam do interior do colégio senão depois de

41. Mafra, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene de colégio, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855, p. 5.

acabada sua educação; ou que caso saiam não possam apresentar-se nele senão como alunos externos, para receberem a instrução comum. Os pais ou correspondentes dos alunos internos terão permissão de vir de quinze em quinze dias visitá-los durante suas recreações. Se esta regra, apesar de sua imensa importância e utilidade, parecer demasiado severa, dever-se-á proibir a saída ao menos durante o curso letivo e restringi-la ao tempo das férias. Mas então será preciso dar aos pais uma instrução particular sobre o que devem fazer para não contrariarem o sistema de educação que se segue»⁴²

A idéia de nocividade familiar teve seu apogeu nas teses sobre alienação mental, onde a família tornou-se um dos principais determinantes morais da loucura e o isolamento do louco, uma das regras fundamentais de seu tratamento.⁴³

Reduzida à condição de fator patogênico, a família encontrava-se, enfim, preparada para sofrer a intervenção médica. Intervenção que revelava os segredos da vida e da saúde infantis, ao mesmo tempo em que prescrevia a boa norma do comportamento familiar dos adultos. Na família higiênica, pais e filhos vão aprender a conservar a vida para poder colocá-la à serviço da nação.

O CULTIVO DA INFÂNCIA

Nas *Cartas sobre a educação de Cora*, o médico José Lino Coutinho oferece uma mostra, literal e figurada, do personagem familiar sonhado pela higiene, o pai-médico.⁴⁴ Nesta obra de ficção, o autor dirige-se à preceptora que cuida de sua filha, Cora, dando-lhe conselhos higiênicos sobre a educação das crianças. Expondo os fundamentos e objetivos de seus propósitos educativos, dizia ele: «é por este modo que se cultivam as plantas, e também por ele que se educam os homens que, quando ternos e flexíveis, recebem sem o pensarem todas as

42. Cunha, Balbino Candido da, op. cit., pp. 24-25.

43. Machado, Roberto et alii, op. cit., pp. 430-432.

44. Coutinho, José Lino, op. cit.

impressões e doutrinas, mas, quando duros e grandes, tarde ou nunca se endireitam. O homem bem definido é um animal de hábitos...»⁴⁵

Importante
A concepção da criança como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica como instilação de hábitos repetia-se na totalidade dos estudos médicos sobre o tema. Era uma noção partilhada por todos os higienistas.

Em uma tese sobre a educação dos meninos, o autor dizia: «Sendo o homem em sua infância, como disse um ilustre escritor, semelhante à cera, em que se imprime a forma que se lhe quer dar e que a conserva por muito tempo e muitas vezes para sempre; porquanto nesta idade os seus órgãos têm tanta flexibilidade, que as impressões que recebem produzem sensações vivas, profundas e duradouras...»⁴⁶

Conteúdo idêntico encontra-se neste outro estudo: «Há uma lei animal (...) segundo a qual os atos repetidos regularmente tendem a reproduzir-se mesmo quando tem cessado o estímulo exterior ou interior. É a lei do hábito, que se completa pela lei do aperfeiçoamento, quando a reprodução é bem regrada. Estas noções fazem sugerir logo a utilíssima idéia de suscitarem-se os hábitos na crianças. Aproveitar as primeiras épocas da vida, em que é mais fácil amoldar essa *cera mole*, como já o disse alguém, aos atos, é um grande passo para o fim a que se propõe a educação».⁴⁷

Outras vezes, a idéia recebia uma formulação mais crua, em que criação de hábitos ou educação tornavam-se, claramente, sinônimos de disciplina e domesticação: «Desde a primeira infância devem os pais disciplinar com todo o esmero o espírito de seus filhos, quando sua alma ainda dócil se presta a todas as sortes de impressões; é nesta idade que convém reprimir e domar suas inclinações, quando estas se mostrarem com algum pendor para aquilo que ultrapassa as raías do justo e do honesto;

45. Ibid., p. 6.

46. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., pp. 35-36.

47. Barbosa, Adolpho Alves Simões, op. cit., p. 39

e defeitos depois também não podem ser sufocados, nem com maiores esforços da razão.»⁴⁸

Por estes textos vê-se quais os métodos e objetivos da educação higiênica da infância. A técnica era a da criação de hábitos. As «más inclinações», prevenidas pela inculcação dos bons hábitos, dispensavam o uso de castigos recorrentes e os agentes externos. Seus efeitos eram duradouros, praticamente invisíveis. Implantavam-se gradualmente na «alma dócil», no «corpo tenro e flexível» sem deixar marcas perceptíveis.

Importante
Os objetivos também eram explícitos. Pela pedagogia higiênica procurava-se atingir os adultos. O interesse pelas crianças era um passo na criação do adulto adequado à ordem médica. Produto de hábitos, este indivíduo não saberia nem quando, nem como, nem por que começou a sentir e a reagir da maneira que sentia ou reagia. Tudo em seu comportamento deveria parecer à sua consciência como normal, conforme a lei das coisas ou a lei dos homens.

→ A criança, antes manipulada pela religião e pela propriedade familiar, ver-se-á, no séc. XIX, novamente utilizada como instrumento do poder. Desta feita, porém, contra os pais, em favor do Estado.

A disciplina do corpo

A formação dos bons hábitos na criança deveria começar pela renovação dos costumes alimentares. Com o alimento, não só eram ingeridas as «boas e más idéias»; como fazia notar um médico à propósito do leite materno.⁴⁹ Sua composição físico-química era, em si mesma, geradora de características morais úteis ou perniciosas aos indivíduos.

48. Reis, João Gomes dos, op. cit., p. 5.

49. Costa, Thomas José Xavier dos Passos Pacheco e. *Considerações gerais sobre os cuidados que se devem prestar aos recém-nascidos quando vemos no estado de saúde, e sobre as vantagens do aleitamento materno*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1840, p. 16.

Considerava-se assim que: «o regime animal exclusivo produz paixões violentas e desenfreadas, torna os homens corajosos, independentes, mas ao mesmo tempo cruéis e pouco sociais.

«O regime vegetal pelo contrário embotava o aguilhão das paixões e torna os homens dóceis e compassivos; mas gera-lhes a pusilanimidade, o servilismo, e fá-los covardes. (...) De longa data tem mostrado a simples observação, que os nossos indígenas, submetidos ao uso constante do regime vegetal, se tornam dóceis e tranquilos.

«Era por este jeito simples e fácil que os padres da Companhia de Jesus se assenhoravam dos ânimos das tribos e povoações selvagens da América do Sul, combatendo primeiro suas tendências à antropofagia e influenciando-lhes depois pouco a pouco costumes brandos pela observância rigorosa do regime vegetal e da água pura».⁵⁰

Esta mesma apreciação do valor moral dos alimentos ^{A Tese} ^{metódicos} vegetais e animais encontrava-se em vários outros autores. Sob o regime vegetal, afirmava um deles, os homens tornavam-se «supersticiosos, crédulos, e demasiado tímidos».⁵¹ Disto teriam se aproveitado os «pios» fundadores de ordens religiosas que, desta forma, «escravizavam» muitos homens que, «no vigor da idade, muitas vezes recorriam aos claustros embaídos de idéias quiméricas acerca da santidade da vida monástica, ou que enganados nas suas mais diletas esperanças procuravam no retiro de um convento um lenitivo à sua dor...»⁵²

Com respeito ao regime animal, este mesmo médico afirmava: «Os indivíduos que exclusivamente se alimentam de substâncias animais, assim como possuem em supremo grau aquelas qualidades que enobrecem o homem, assim também são extre-

mados nas mais degradantes paixões; a cólera, a ambição do ouro etc., os arrasta após si e não há forças que os possam apartar desta senda que eles trilham, por sua dureza de caráter, dureza que lhes imprime a alimentação».⁵³ E, como exemplo «histórico» do que era dito, foi apontado o seguinte fato: «Na Província do Rio Grande do Sul, uma das mais civilizadas do Brasil, os Gaúchos que se alimentam de substâncias animais quase exclusivamente (...) são dotados de prodigiosa força física, mas o seu moral é perverso, eles são dados à pilhagem, malévolos, assassinos, etc., e suas faculdades intelectuais pouco têm avançado além daqueles useiros trabalhos a que eles se acham afeitos. Em Pernambuco os Cabanos igual exemplo nos fornecem, e assim em inúmeras outras províncias.»⁵⁴

Sob este crivo passavam vários outros alimentos. Do leite dizia-se: «tem influência notável sobre o moral: fica-se mole, preguiçoso, usando-se dele; a sensibilidade geral é diminuída; as impressões são fracas, pouco numerosas, as idéias parecem mais claras, porém são pouco ativas. As paixões ficam sem vigor, dóceis, amáveis, mas a inteligência dormita».⁵⁵ Os condimentos, por seu lado, estimulavam o apetite em demasia, provocavam a repleção do estômago e o conseqüente embotamento da sensibilidade geral. Além disto, por esta excitação contínua do estômago produziam «moléstias das vísceras que eram para logo transmitidas ao cérebro, que com elas compartilha do estado de excitação, e daqui nascem explosões da sensibilidade de imaginação, seguidas de prostração, desejos ou apetites desordenados em corpos delicados e nervosos, e em indivíduos de um natural colérico estimula a acrimônia desta paixão...»⁵⁶

A este uso anárquico dos alimentos contrapunha-se uma escolha equilibrada dos mesmos, a única capaz de tornar os homens mais «dóceis e sociáveis».⁵⁷

50. Padilha, Francisco Fernandes. *Qual o regime alimentar das classes pobres do Rio de Janeiro? Que moléstias mais comumente grassam entre elas? Que relações de causalidade se encontram entre esse regime e as moléstias?*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853, p. 53.

51. Rosário, Alexandre José do. *Dissertação sobre a influência dos alimentos e bebidas sobre o moral do homem*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839, p. 8.

52. *Ibid.*, p. 9.

53. *Ibid.*, p. 6.

54. *Ibid.*, p. 7.

55. Padilha, Francisco Fernandes, op. cit., p. 17.

56. Rosário, Alexandre José do, op. cit., pp. 21-22.

57. *Ibid.*, p. 10.

Aparentemente ingênuas, essas concepções médicas sobre a alimentação tinham ambições bastante lúcidas. A primeira meta desta revisão crítica dos alimentos era, naturalmente, demonstrar a ignorância dos pais. No entanto, outras finalidades que não essa informavam o verdadeiro sentido da higiene alimentar.

Observa-se, por exemplo, que nos dois estudos a religião é tomada como responsável pelo mau uso da nutrição e, o homem religioso, como modelo de servilismo e pusilanimidade. A medicina social procurava destilar a idéia do mal que podia advir a uma sociedade dominada pela mentalidade pré-científica. O governo religioso dos indivíduos era mostrado como autoritário, destruidor das qualidades viris dos homens.

A defesa da secularização dos costumes, entretanto, vinha condicionada à sujeição médica. Os indivíduos religiosamente alimentados eram servís. Mas, completamente livres de qualquer regra alimentar, poderiam caminhar para o pólo oposto e se tornar violentos, perversos, malévolos e assassinos. O exemplo histórico dos Cabanos e dos Gaúchos comprovava esta verdade. A alimentação animal, medicamente desequilibrada, era tida como causa das guerras do período regencial. O comportamento político rebelde às diretrizes do Estado agrário poderia ser domesticado desde que se concedesse aos higienistas o direito de bem alimentar a população. Neste nível é evidente a ligação ideológica do movimento higiênico com a tática de «estafização» dos indivíduos.

Enfim, é possível notar, em meio às prescrições alimentares, a penetração dos costumes europeus no Brasil e as reações de adaptação à transformação cultural. A opinião sobre os condimentos é dessa ordem. Os europeus não toleravam alimentos muito condimentados. E, como já ocorrera em outras áreas, seus costumes, neste aspecto particular, eram julgados superiores aos dos brasileiros. Um médico observava que certas moléstias, como a erisipela, tinham diminuído sua incidência em função das «modificações determinadas no regime alimentar pelo contato dos ingleses, em primeiro lugar, e dos outros estrangeiros ao depois, os quais, a par dos seus costumes, importaram

nos uma série de alimentos novos, quase desusados em outras eras.»⁵⁸

As variações teóricas sobre o tema da alimentação eram infinitas: luta pela secularização das mentalidades e europeização dos costumes; defesa da intrusão médica no universo cotidiano da família; demonstração da incompetência familiar no cuidado com os filhos, etc. Todos esses pequenos movimentos político-alimentares, buscavam, em síntese, criar um corpo adulto, cuja força e vitalidade fossem a prova do sucesso higiênico. A sociedade brasileira idealizada pela higiene seria composta desses homens rijos que, desde crianças acompanhados de perto pelos médicos, um dia estariam prontos para oferecer docilmente suas vidas ao país.

O ADESTRAMENTO FÍSICO NO ESPAÇO DA ORDEM

Ao lado dos trabalhos sobre amamentação, as teses higiênicas sobre educação física, moral e intelectual das crianças, em geral ou no ambiente dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção dos higienistas. A importância deste enquadramento disciplinar do corpo não era posta em dúvida pelos médicos, que viam na educação física um fator capital na transformação social: «O benefício e a utilidade comuns são o objetivo principal da ginástica; a prática de todas as virtudes sociais, de todos os sacrifícios mais difíceis e generosos são seus meios; e a saúde, o prolongamento da vida, o melhoramento da espécie humana, o aumento da força e riqueza individual e pública são seus resultados positivos.»⁵⁹

O internato pode ser visto como o protótipo deste espaço disciplinar dedicado ao corpo. No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente prestavam-se docilmente aos ensaios médicos sobre educação física e moral. Os pequenos reclusos seriam cobaias e o colégio, laboratório. Separados das famílias submeter-

58. Padilha, Francisco Fernandes, op. cit., p. 20.

59. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., p. 21.

se-iam com exclusividade às criteriosas regras da pedagogia higiênica. O novo homem e a nova sociedade começariam a ser construídos no colégio.

Sem dúvida, a ocupação dos colégios fez parte da estratégia de medicalização do espaço urbano. No entanto, o valor tático dessas instituições sociais era dado pela importância que elas adquiriram no séc. XIX.

A renovação da sociedade brasileira, após a chegada da Corte, incrementou a demanda de escolarização. As famílias nativas, pressionadas pelos costumes europeus e por necessidades econômicas, passaram a desejar que os filhos tivessem um melhor nível de instrução. Este movimento foi impulsionado, a partir da segunda metade do século, quando foi construída a primeira via férrea e quando houve uma melhoria geral do sistema de transportes. As famílias rurais puderam, mais comodamente, enviar os filhos para os internatos da Corte ou das grandes capitais. A esse aumento da demanda correspondeu um sensível aumento do número de estabelecimentos escolares. Entretanto, a proliferação dos novos colégios surgiu em meio a mudanças políticas importantes que não deixaram de influir na orientação pedagógica daqueles estabelecimentos.

Após a abdicação, as tendências políticas favoráveis ao regionalismo conseguiram uma vitória expressiva através do Ato Adicional, aprovado em agosto de 1834. Por este Ato, transferiam-se «às Assembléias Provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, ficando dependentes da administração nacional o ensino superior em todo o país e a organização escolar do Município Neutro.»⁶⁰ Este fato histórico, analisado por Fernando de Azevedo, induziu, segundo o autor, «um extraordinário desenvolvimento do ensino secundário particular em quase todas as províncias e sobretudo nas capitais.»⁶¹

Eram estabelecimentos deste tipo que atendiam os filhos das famílias de elite. Com uma estrutura de ensino unicamente

referida aos interesses locais e provinciais, os colégios pareciam subequipados para ministrar uma instrução adequada aos alunos. Além do mais, criados pelas correntes políticas regionalistas, descomprometidas com o espírito de unidade nacional, sentiam-se absolutamente desobrigados de qualquer tarefa educativa que se orientasse naquele sentido. Os diretores estavam atentos a seus próprios interesses, ou, no máximo aos interesses privados das famílias dos alunos. Nenhum compromisso com a nação, com o país, sensibilizava-os. Lacuna cívica que permitiu e apoiou a invasão higiênica no terreno da educação.

A importância dos colégios para o movimento higiênico nasceu deste deficit nacionalista dos estabelecimentos de ensino. Os médicos perceberam a dimensão do fenômeno. O colégio não devia ser apenas o local de afastamento da família. Seu interior não podia continuar repetindo os padrões de educação familiar. A desordem que caracterizava a organização doméstica não podia reproduzir-se dentro dele.

A higiene propôs-se a suprir as deficiências políticas dos diretores, ditando as regras de formação do corpo sadio do adulto e da consciência nacionalista. O enquadramento disciplinar da criança teve seu horizonte nesta sociedade ordenada conforme as aspirações dos médicos.

— O espaço da ordem —

Sobre a função do colégio, dizia um autor: «Se a questão se limitasse ao ensino da leitura, caligrafia e aritmética, nada mais fácil que ser professor. Mas trata-se de nada menos que formar corações, preparar homens para a sociedade, aperfeiçoá-los física, moral e intelectualmente.»⁶² Este objetivo seria conseguido pela implantação de uma disciplina e de um regulamento fundamentado na ordem: «Se a ordem é necessária por toda parte, se é o fundamento de todo o bem, de todo o sucesso, é principalmente quando se trata de conduzir, educar e instruir meninos e

60. Azevedo, Fernando de, op. cit., p. 74.

61. Ibid., p. 76.

62. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., p. 22.

moços reunidos em grande número no mesmo lugar, quase sempre preguiçosos, muitas vezes indóceis, naturalmente inimigos de todo aperto, de qualquer constrangimento, e comunicando-se reciprocamente pelo exemplo sua indolência, sua indocilidade e outros defeitos, daqui a necessidade de regulamentos justos, sábios, severos e mantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível».⁶³

Tais regulamentos atingiam, antes de mais nada, a arquitetura do edifício onde funcionava o colégio. Recomendava-se a construção dos prédios em locais refratários a umidades e afastados das habitações privadas, para evitar o contágio com possíveis «focos de infecção». O sítio deveria ser seco, arborizado e próximo de águas correntes.⁶⁴ No interior, as salas de estudos deviam guardar uma proporção saudável com relação ao número de alunos, proporção esta que também deveria existir na relação entre tamanho do dormitório e leitos. A aeração e a iluminação deveriam ser, igualmente, bem medidas. Recomendava-se ainda que os colégios tivessem uma enfermaria e que mantivessem o mais perfeito asseio nos banheiros, cozinhas, privadas, etc.⁶⁵ Os bancos das salas de aulas, bem como os leitos em que dormiam os internos, deveriam também ser fabricados de modo a não incentivarem a moleza e a preguiça, nem tampouco o desconforto físico.

Neste espaço físico, cronometricamente pensado para produzir ordem, os alunos deviam mover-se obedecendo a um tempo não menos rígido e calculado.

O tempo disciplinar

A cadência do tempo deveria comandar todo o ritmo da atividade escolar das crianças. Prevvia-se o tempo da alimenta-

63. Cunha, Balbino Candido de. op. cit., p. 16.

64. Andrada Jr., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855, p. 16.

65. Ibid., pp. 16-17.

ção: «As refeições devem ser tomadas em horas fixas e determinadas. Três refeições são suficientes para a alimentação de cada dia: o almoço às oito horas da manhã, o jantar a uma hora da tarde, e cinco ou seis horas depois, a ceia...

«Depois de cada refeição terão os alunos uma hora pelo menos ou uma hora e meia de recreio, para que um exercício moderado possa coadjuvar os movimento peristálticos do estômago...»⁶⁶ Igualmente previsto era o tempo do sono: «... os meninos de sete a quinze anos precisarão de oito até dez horas de sono por noite, enquanto que sete serão mais que suficiente para o adulto. (...) Os meninos poderão levantar-se das cinco às cinco e meia, ao toque de uma sineta, e terão meia hora para se prepararem; às nove horas da noite ou pouco depois devem se achar todos acomodados»⁶⁷. E, do trabalho intelectual: «... duas horas de aplicação por dia serão suficientes para o menino de seis a sete anos, entretanto que aos quinze este período poderá sem inconveniente estender-se a sete ou oito horas»⁶⁸.

A finalidade explícita deste controle do tempo era de não deixar margem à ociosidade. O ócio induzia à vagabundagem, à capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral.

Todavia, o que de fato se obtinha era uma nova qualificação do ócio e uma nova diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de lazer.

Na sociedade colonial, o lazer, quando não se confundia com o trabalho, não era objeto de nenhuma codificação. O ócio era aproveitado anarquicamente, sem compromisso com objetivos de qualquer ordem. O tempo livre e a diversão cotidiana improvisavam-se ao sabor das circunstâncias.

Nos colégios, a higiene procurou corrigir este hábito. A recreação deveria ser formativa. De preferência estimular o corpo e o espírito mediante a escolha seleta das brincadeiras, exercícios e distrações. Nada podia ser deixado ao acaso. Além

66. Ibid., p. 23.

67. Ibid., p. 39.

68. Ibid., p. 38.

do que, dependente do tempo do trabalho, contrapunha-se a este último como seu pólo oposto e necessário. A recreação deveria servir à recuperação das energias gastas no trabalho. O lazer perdia seu caráter de gratuidade e progressivamente definia-se como higiene física e mental. O ócio se inseria no circuito da obrigação. Também ele tinha que ser disciplinado, e dele só deveriam usufruir os que se submetessem ao trabalho.

Esta moral do lazer correspondia ao enaltecimento do valor do trabalho que despontava na cultura brasileira. No romance, *Uma lágrima de mulher*, Aluísio Azevedo defende um ponto de vista idêntico: «Só pode ser verdadeiramente apreciado o domingo por um artista, um operário, um estudante ou outro qualquer filho legítimo do trabalho e que a este dedique toda a semana. Os amados da fortuna e bastardos do suor, que vivem paulatinamente dos seus calados rendimentos, têm sete domingos na semana e não logram conseguintemente o melhor e o mais legítimo dos prazeres — o descanso».⁶⁹

Simultaneamente ao controle do ócio, incutia-se no espírito das crianças a dimensão utilitária do tempo. Tempo não se perdia. Desperdício de tempo equivalia a desperdício de forças.

A inculcação nos jovens dos valores típicos do universo urbano, capitalisticamente mais desenvolvido, era evidente. Nada se opunha mais frontalmente ao tempo e ao espaço do viver colonial que este tipo de utilização do lazer.

Uma vez bem integradas estas coordenadas têmporo-espaciais, o colégio estava preparado para agir sobre o corpo das crianças, conforme a visão higiênica.

O físico disciplinado

A regra de ouro do desenvolvimento físico era a separação por idade e por sexo. Os exercícios físicos deveriam ser prescritos em função da faixa etária e das características sexuais das crianças. Comum a todas elas, porém variando de intensidade e

complexidade segundo as características citadas, só a ginástica. Este tipo de exercício físico era definido como «uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em uma certa ordem, e próprios para fazerem desenvolver gradualmente peças de que se compõem o nosso organismo».⁷⁰ A ginástica teria sido criada por Werner e aperfeiçoada pelo coronel Amorós, que introduziu cânticos acompanhando os movimentos, os quais tinham a vantagem de despertar nos «jovens ginastas o entusiasmo das ações belas e grandiosas».⁷¹

Além da ginástica haviam os exercícios específicos. Alguns visavam a desenvolver certos órgãos dos sentidos como a visão e a audição.⁷² Outros atendiam aos preceitos da elegância e, portanto, variavam conforme os sexos. As meninas recomendavam-se o canto, a declamação e o piano. Os dois primeiros produziam o desenvolvimento dos órgãos respiratórios.⁷³ Aos meninos aconselhavam-se o salto, a carreira, a natação, a equitação e a esgrima.⁷⁴ A dança era indicada para ambos os sexos. Alguns autores consideravam que, juntamente com a esgrima, a dança comunicava ao corpo «atitudes respeitadas».⁷⁵ Outros achavam-na um «exercício precioso, porque fortalecia o corpo lisonjeando o espírito».⁷⁶

A lista dos exercícios físicos e de suas vantagens seriam intermináveis. Os médicos faziam apelo a todo tipo de argumentos para justificar a importância da educação do corpo. Gregos, romanos, celtas, gauleses, germanos e mil outros povos reputados cultos, heróicos e guerreiros eram chamados como testemunhas do valor do cultivo do corpo.

Não obstante esse suposto valor transhistórico dos exercícios corporais, essas atividades tiveram na época uma função totalmente acorde às mutações sociais.

70. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 28.

71. Ibid.

72. Ibid., pp. 33-34.

73. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., pp. 22-23.

74. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 27.

75. Mafra, Joaquim José de Oliveira, op. cit., p. 8.

76. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 27.

69. Azevedo, Aluísio. *Uma lágrima de mulher*, Rio de Janeiro, Ed. Tecnoprint, s/d.

Observando-se a noção de discriminação por idade nos exercícios físicos pode-se acreditar que sua lógica atendia exclusivamente ao reconhecimento das diferentes capacidades biológicas das crianças. Na verdade este era um dos objetivos dos médicos. No entanto, a criança também era mostrada como um ser em evolução, a fim de chamar a atenção dos pais para os cuidados específicos que os filhos necessitavam. Buscava-se, por este meio, reforçar a idéia da necessidade de conhecimentos médicos que pais e educadores deveriam ter para se tornarem aptos a cuidar das crianças.

Além do mais, como veremos em seguida, a divisão por faixa etária dos alunos era a condição de possibilidade para o controle da sexualidade e para o estabelecimento do tipo de aprendizado intelectual que os higienistas defendiam. A prescrição diferenciada dos exercícios físicos funcionava como prova da exigência «natural» que as crianças tinham de se distinguirem entre elas. A adequação dos exercícios às particularidades dos corpos servia de modelo a adequação dos conhecimentos intelectuais e da educação moral respectivamente ao intelecto e ao espírito. Da mesma forma que os exercícios violentos ou excessivos prejudicavam a criança, também os choques morais ou o esforço intelectual exorbitante sacrificavam sua boa evolução.

Paralelamente, criava-se nela o hábito de aprender a olhar, admirar e domesticar o corpo próprio desde cedo. O ginasta infantil não precisava de professor do corpo, quando adulto. Ele mesmo cuidaria com desvelo de todas suas faltas e excessos. Ele mesmo saberia cultivar com carinho sua anatomia e reclamar do meio ambiente quando as condições ideais para este cultivo viessem a lhe faltar.

Quanto aos exercícios específicos é quase desnecessário mostrar quais as suas finalidades. Fazer crer que a natação, a esgrima, a equitação, o canto, a dança e o piano eram benéficos ao desenvolvimento físico, foi a maneira de tornar conformes à «natureza» os sinais de classe da burguesia. A educação higiênica, mediante essa manobra, procurava fazer com que as crianças aprendessem a retirar do comportamento social burguês benefícios e prazeres físicos.

O dispositivo normalizador da higiene oferece, neste caso, uma mostra exemplar de seu funcionamento. Os indivíduos são levados a compactuar com a ordem dominante, extraindo prazer da servidão.

A REGULAÇÃO DO SEXO

A preocupação com o controle da sexualidade das crianças internas foi longamente explorada pela medicina. O sexo desregulado foi objeto de uma atenção desmedida. Em particular, a masturbação que aparecia como um perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens.

A masturbação era tida como causa dos mais diversos males, e os médicos não poupavam esforços para apresentá-la sob as cores mais negras. Os indivíduos dados à masturbação, dizia um higienista, «emagrecem quase rapidamentê, os olhos tornam-se turvos, cercados por uma fita lívida, tristes, as pálpebras ingurgitadas, vermelhas, pesadas, sobretudo as superiores, coladas ao despertar, olhar fixo e atoleimado, dirigido para o chão, fisionomia triste e taciturna, estado de languidez, aumento do apetite para compensar as despesas da economia, andar cambaleante, falta de coordenação nos movimentos, fraqueza muscular na região lombar, tremor nos membros, suores noturnos, urina turva e sedimentosa, calafrios quase contínuos, voz rouca, palidez...»⁷⁷

A masturbação lesava os sistemas *digestivo* (meteorismo, vômitos, gastrites, gastralgias, euterites, diarreias, constipações; *absorção intestinal imperfeita, etc.*); *circulatório* (hipertrofias dos músculos cardíacos, dilatações musculares, aneurismas, síncope, apoplexias, etc.); *respiratório* (dificuldade de respiração, gagueira, discordância nos sons, voz fraca, rouquidão, tosse seca, ansiedade torácica, falta de desenvolvimento do tórax, respiração difícil, sufocação, catarro crônico, tuberculose, etc.); *nervoso* (coreia, epilepsia, histeria, nervosismo, insônia, hipocondria, hipereste-

77. Camillo, Alexandre Augusto D'Almeida. *O onanismo na mulher; sua influência sobre o físico e o moral*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1886, p. 27.

sia, vertigens, etc.).⁷⁸ Sem contar, naturalmente, todos os malefícios e deformidades que trazia ao aparelho gênito-urinário.

As descrições dos «onanistas» eram as mais tenebrosas: «tive ocasião de ver uma infeliz mãe que pediu-me que fosse ver sua filha vítima... do hábito funesto, objeto de sua maior dor.

«Estava-se no inverno, era noite; conduzido por esta senhora a uma janela de uma saleta, que se abria para o jardim; vêde, disse-me ela, afastando um dos postigos da sala, se me devo lastimar!

«Vejo com efeito uma pessoa, de 30 anos, no máximo, sentada junto de uma mesa com um castiçal; o pescoço e o peito mal cobertos, as mãos automaticamente abandonados sobre as coxas, pés nus, cabelos desgrenhados, face descarnada, espáduas e extremidades de seus membros salientes sob as vestes e enfim esta pessoa se achava em imobilidade completa».⁷⁹

Este mesmo clima de terror foi relatado no caso de um menino: «Entrou neste ano para o hospital da Santa Casa da Misericórdia um menino epilético e já idiota pelos efeitos do onanismo; sua face estampava o vício e o padecer; teria ao muito doze anos; seu corpo era franzino e atrofiado, mas os órgãos genitais eram prodigiosos e tão completamente desenvolvidos como se fossem de um homem».⁸⁰

A organização interna dos colégios deveria, portanto, regular-se de forma a prevenir e combater a masturbação. O «isolamento» e o «marasmo» deviam ser evitados por meio de ginástica e outros exercícios coletivos. A tendência à excitação sexual, através de uma nutrição com base em «alimentos temperantes» não muito «substanciais».⁸¹ A forma dos bancos nas salas de aulas também deveria adaptar-se ao porte dos alunos, a fim de evitar compressão dos genitais ou o contato físico entre eles.⁸² Não se devia permitir que dormissem sós em quartos separa-

dos.⁸³ À noite, os dormitórios deveriam conservar acesa uma «lâmpada ardente» para intimidá-los.⁸⁴

Todavia, nada substituiu a «vigilância moral», que era a permanente disposição dos responsáveis pelas crianças em surpreender os sinais precoces da masturbação e ter em mente os meios de preveni-la. A este respeito, um médico oferecia um manual quase completo de como combater a masturbação e os pequenos masturbadores: «Todos os meios de investigação deverão ser postos em prática a fim de surpreender-se o segredo, em geral difícil de ser ocultado aos olhos do observador perspicaz, e, descoberto este, restará empregar os meios que a razão nos dita e que a ciência nos aconselha para desenraizarmos o mal, se possível for, ou pelo menos atenuarmos a acrimônia das suas consequências; nestas investigações, porém, deve reinar a maior circunspeção, para que se não vá despertar em uma alma cândida e pura a idéia de um desvario a que até então tenha sido inteiramente estranha. Não só o estado da constituição dos alunos será observado e seguido em suas diversas modificações, mas perscrutar-se-á também as suas disposições morais por meio de questões astuciosamente redigidas e os seus leitos e vestes serão todos os dias examinados, quando houverem suspeitas sobretudo; da fiel execução destes e outros preceitos de igual simplicidade depende muitas vezes o futuro de uma vida inteira.

«As regras tendentes a prevenir os estragos e a disseminação do mal entre os frequentadores de uma pensão serão pouco mais ou menos as seguintes: 1º, não admitir no seio da comunidade mancebos de costumes e hábitos suspeitos; 2º, proibir aos alunos a conservação e a leitura de livros eróticos, as palestras levianas, e tudo que possa excitar para mal a sua imaginação ardente; 3º, repartir completa separação de idades; 4º, proibir uma comunicação muito livre entre os pensionistas e os alunos externos, quando os hajam de uma e outra classe; 5º, prevenir o despertar precoce da sensualidade por meio de exercícios bem

78. Ibid., pp. 37-39.

79. Ibid., p. 40.

80. Sá, Miguel Antônio Heredia de, op. cit., p. 16.

81. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 39.

82. Camillo, Alexandre Augusto D'Almeida, op. cit., pp. 20-21.

83. Gomes, Antonio Francisco. *Influência da educação física do homem*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852, p. 12.

84. Mafra, José Joaquim de Oliveira, op. cit., p. 6.

dirigidos, pela abolição de alimentos excitantes, etc.; 6º, punir o *culpado* (grifos meus) repreendendo-o asperamente, ou, segundo a gravidade do *crime* (grifos meus), expelindo-o do colégio; 7º, medicá-lo se carecer dos socorros da arte.»⁸⁵

Os «socorros da arte» médica, no caso, iam de «bromuretos de potássio; cânfora; sódio; amônia; lúpulo e calmantes», empregados no combate às *consequências do «onanismo», até a prevenção por meios mecânicos: «camisola de força, infibulação, clitoridectomia, neurotomia isquio-clitoridiana, e aderência dos grandes lábios»*.⁸⁶

Embora os partidários deste tipo de tratamento antimasturbatório fossem uma exceção e não se tenham testemunhos da aplicação de tais métodos às crianças, o fato não perde sua importância. Ele mostra a que nível chegou a preocupação higiênica em controlar a sexualidade infantil.⁸⁷ A masturbação era tratada como um *crime* e o masturbador, como *culpado*.

Este exemplo ilustra a maneira como certos comportamentos foram medicamente recodificados. A masturbação, até então, era uma conduta isolada, solitária, deixada à margem da atenção social. Seu caráter privado importava pouco à mentalidade antiga. Os médicos converteram-na em «crime higiênico» cuja punição era o «tratamento». Os internatos, por seu turno, foram transformados em verdadeiras agências de detecção, caça e repressão aos inocentes criminosos.

Não sem repercussões inesperadas para os próprios higienistas. Como observou Foucault, o conjunto da sociedade europeia do séc. XIX teve nos colégios um poderoso veículo de incitação às formas de sexualidade que, no registro do discurso, eram justamente as mais abominadas por médicos e pedagogos.⁸⁸

85. Andrade Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., pp. 30-31.

86. Camillo, Alexandre Augusto D'Almeida, op. cit., pp. 50-51.

87. Jos van Ussel e Thomas Szasz descreveram em detalhes toda essa tecnologia brutal de combate a masturbação, preconizada pelos médicos europeus nos fins do séc. XVIII e no curso do séc. XIX.
ver: Ussel, Jos Van, op. cit.

Szasz, Thomas. The manufacture of. madness, Delta Book, New York, 1970.

88. Foucault, Michel. *História da Sexualidade. I: A Vontade de Saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

No Brasil esta realidade foi confirmada por higienistas que verificaram *in loco* a duplicidade de efeitos instaurada pelo controle médico da sexualidade. Eis uma das referências mais expressivas a este fato: «Os colégios, os internatos, as casas de educação são, não poder-se-á dissimular, focos de contágio moral que se estendem aos recém-admitidos de toda idade; e se o vício endêmico desses estabelecimentos poupa uma criança, ela não tarda a sucumbir às solitações espontâneas dos órgãos genitais que se despertam e lhe criam um novo sentido. O onanismo reina como senhor entre a mocidade dos colégios e casas de educação. Com efeito, a maior parte dos alunos dos internatos tem atingido a idade de 14 anos; começa para eles a época da puberdade. A aparição da virilidade causa-lhes tristezas e melancolias que os faz procurar a solidão; e aí a natureza lhes inspira desejos que os leva muitas vezes a descobertas tão contrárias à sua saúde como aos bons costumes. Com a reclusão, a instigação diária e muitas vezes quase contínua da excitação vai, pouco a pouco, embotando as faculdades intelectuais, o seu desenvolvimento orgânico não continua; há mesmo parada do desenvolvimento geral do organismo, enquanto que o dos órgãos solicitados se faz com assustadora precocidade. Vício quase tão velho como o mundo, praticado por todos os povos da antiguidade histórica, nasce do isolamento ou da vida comum de indivíduos do mesmo sexo e de parentesco distinto. Ora é a ~~educação~~ fazendo esgotar todas as energias funcionais pelo exercício de uma função que a novidade das sensações convida a pôr em prática, sujeitando os meninos às moléstias dependentes desta ordem de causas cujas consequências apresentar-se-ão mais cedo ou mais tarde (...). O internato é deplorável a todos os respeitos (...) e particularmente antipático ao higienista, mais ainda para os rapazes do que para as raparigas, cujo regime sedentário é a vocação. O internato é nulo para a educação e torna-se odioso para os pensionistas».⁸⁹

89. Vasconcellos, Carlos Rodrigues de. *Higiene escolar, suas aplicações à cidade do Rio de Janeiro*. Tese de concurso, Rio de Janeiro, 1888, pp. 10-13.

De espaço utópico da ordem, o colégio se transformara em local de fomentação permanente da masturbação e do homossexualismo. Entretanto, essa voz dissidente no julgamento do colégio persistia crítica com relação à masturbação. Renegava os instrumentos, mas não os objetivos. O masturbador continuava sendo perseguido como um transgressor.

A consideração destes elementos impõe uma conclusão: se a masturbação foi capaz de mobilizar tamanho esforço dos médicos e um tal aparato disciplinar é porque devia ter uma importância decisiva na organização social. Se só a partir do séc. XIX a criança masturbadora começou a ser considerada «criminoso», e portanto vítima da perseguição que lhe foi movida pelos educadores higiênicos, é porque seu valor político-econômico alterou-se.

Ussel admite que o aburguesamento da sociedade criou, como ideal humano da sexualidade, a unidade entre sexo, amor, matrimônio e procriação. Deste modo, passou a ser tida como ilícita a sexualidade fora do casamento (amor livre, coito pré-conjugal ou extra-conjugal); a sexualidade sem amor (prostituição, masturbação); ou, a sexualidade sem procriação (homossexualidade, sexualidade infantil, sexualidade do clímax).⁹⁰ Este ideal deve ter seguramente existido, se não continua existindo. Mas, o fundamental é ver a que ele serviu e com que intenção foi estabelecido.

Quando analisamos o problema higiênico da masturbação infantil, vemos que ele está explicitamente referido à proteção do corpo, da saúde e da vida da criança e do adulto. A higiene da sexualidade tentava preservar os indivíduos do desgaste físico que ele e sua prole poderiam vir a sofrer em consequência da masturbação. A criança masturbadora gerava o adulto débil, sujeito a abortos e esterilidade. O masturbador era antes de tudo um irresponsável, incapaz de avaliar a incidência social de sua mesquinha prática de prazer. Auxiliado pela omissão familiar, conduzia-se egoisticamente, sem compromissos com a perpetua-

90. Ussel, Jos van, op. cit., p. 58.

ção de seu grupo social nem com o futuro do país: «Assim aconselhamos que o número de recreios seja aumentado, e durante eles os exercícios ginásticos postos em prática para distrair (da masturbação) esta gente (as crianças), que do contrário ficará de físico e moral estragados e a pátria iludida por ver as suas esperanças malogradas; pois que é desta brilhante mocidade que ela espera sua salvação e prosperidade futura».⁹¹

A organização do dispositivo antimasturbação nos colégios foi um dos meios encontrados pelos médicos para educar as crianças com este objetivo social. O colégio tornou-se necessário como alternativa à inconsequência política das famílias.

Neste sentido, a higiene seguia de perto o espírito da época. O poder familiar foi sistematicamente atacado por todos os ideólogos do Estado agrário nacional justamente por este motivo. Leôncio de Carvalho, em seu discurso de defesa do ensino obrigatório, registrava no nível parlamentar a mesma luta do Estado contra a família patriarcal antiga: «Embora gozando de todas as comodidades materiais, o menor que não receber do seu afortunado pai a necessária educação, pode classificar-se como desamparado, porque sofre o maior e o mais fatal dos abandonos — o abandono da inteligência e do coração.

«O ignorante rico é mais perigoso que o analfabeto pobre, visto como dispõe de recursos com que pode traduzir em fatos os seus caprichos e desordenadas paixões.

«Em relação a estes menores, o remédio é simples: consiste em tornar efetiva a obrigação do ensino superior.

«A decretação desta medida, em referência aos pais que dispõem de recursos, não deve sofrer a mínima divergência. Em tais condições o ensino obrigatório não fere absolutamente o *patrio poder*, (grifos do autor) desde que não coaja o pai a mandar o filho a uma escola determinada, mas unicamente se lhe recuse o suposto direito de escolher entre a ignorância e a educação.

«Se o pai tem direito, diz Paul Bert, o menor e o Estado também os têm. O Estado é o protetor natural do menor, a quem

91. Portugal, Antônio Nunes de Gouvêa, op. cit., p. 21.

deve defender contra a negligência do pai; é também interessado em que se eleve o nível da moralidade pública, e todos sabem que esse nível caminha *pari passu* com o nível da educação.»⁹²

Como o discurso político, o discurso higiênico sobre os colégios fez parte da estratégia de ataque e transformação da família colonial. No momento em que esta família começou a dar sinais de adaptação à nova ordem estatal, cessaram as exigências de segregação da criança e as acusações aos pais. Por volta das duas últimas décadas do séc. XIX, os médicos pareciam satisfeitos e mais confiantes quanto ao resultado de seu trabalho. A família já podia assumir a tarefa de cuidar dos filhos. Os internatos começam então a ser detratados, ao passo que o ambiente familiar recupera suas virtudes educativas: «A eficácia extraordinária da influência materna no desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo, parece-nos, deixá-lo provada em poucas palavras. Entretanto, alguns reformadores pedagógicos, no ardor com que pregam o ensino obrigatório, cuidam que a criança é demais na casa paterna, e querem afastá-la da influência feminina para entregá-la a mãos estranhas. Não se lembram eles que, se a educação tem por fim principal instruir e moralizar, e se a moralidade é o resultado do desenvolvimento da simpatia, aos seres mais simpáticos é que compete propriamente desenvolver nos outros as afeições destinadas a prevalecerem. O melhor preceptor, o que reunir a máxima moralidade cabedal científico, nunca conseguirá substituir a mãe em sua função principal, jamais fará um homem.»⁹³

Esta família estava longe de corresponder à representação da família imprudente que não se dava conta de que os filhos cresciam e que, não mais sendo crianças, precisavam ter a sexualidade controlada e dirigida para a utilidade e o bem comum. Nela a mulher estava pronta para assumir, como mãe higiênica, o papel antes reservado aos internatos e aos professores medicalizados.

92. Educação da infância desamparada, Discurso do Conselheiro Leônio de Carvalho, Rio de Janeiro, Nacional, 1883, pp. 14-15.

93. Barbosa, Adolpho Alves Simões, op. cit., p. 38.

A DISCIPLINA INTELECTUAL

Tivemos ocasião de observar como nos colégios a atividade intelectual deveria alternar-se regularmente com períodos de repouso e variar conforme a idade dos alunos. O excessivo uso da inteligência poderia provocar a loucura: «As pessoas que se dão a estudos muitos sérios e aturados, e se entregam ao fogo de sua imaginação, fatigando sua inteligência com grandes teorias e hipóteses, ou concentrando suas idéias sobre um só objeto, apresentam uma condição muito favorável a tornar-se alienados.»⁹⁴ Ou, então, fazer com que «força da potência nervosa que pertencia à digestão, à circulação, à nutrição, etc... revertesse para o cérebro», deixando os demais órgãos privados do estímulo necessário ao bom funcionamento: «era assim que em uns o apetite diminuía, a digestão se perturbava, as excreções tornavam-se mais raras e as palpitações mais frequentes, a redondeza das formas desaparecia e o semblante tomava um aspecto sombrio e reservado; em outros podiam sobrevir congestões cerebrais, meningo-encefalites, hipertrofias e constipações rebeldes; a hipocondria, a melancolia e todas as perversões do espírito podiam seguir-se às exagerações que acabamos de condenar.»⁹⁵

Para evitar esses efeitos desastrosos o aprendizado deveria ser feito gradualmente, moldando-se às idades dos alunos. Nesta busca de adequação do grau de aprendizagem às variações de idade patenteava-se a discrepância entre esta educação e a educação antiga.

Em linhas gerais, a educação antiga no Brasil seguia duas grandes orientações. A primeira aproximava-se do que poderia ser chamada hoje de ensino «profissionalizante». Começava com o indivíduo já na puberdade ou no estado adulto. Nessa idade, o jovem ia trabalhar com um artifice ou pequeno comerciante e, enquanto trabalhava, aprendia o ofício e habilitava-se para ga-

94. Peixoto, Antonio Luiz Silva. *Considerações gerais sobre a alienação mental*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873, p. 4.

95. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 57.

nhar a vida autonomamente. O caso mais típico e generalizado deste modo de aprendizagem era o dos «caixeiros», empregados e formados no pequeno comércio.⁹⁶ No entanto, este ensino estendia-se a várias outras categorias profissionais: «O filho de Martim Rodrigues Tenório entra como aprendiz na carpintaria de um cunhado, que se compromete a dá-lo ensinado de seu ofício dentro de quatro anos perfeitos e acabados, para que ao cabo do dito tempo possa trabalhar e ganhar sua vida sem empacho de nada, sob pena de pagar em dobro tudo aquilo que a justiça determinará, e o vestirá e tratará como forro e liberto que é, e o castigará sendo necessário.»⁹⁷

Está visto que se tratava de jovens pobres. Os ricos aprendiam a ler, escrever e contar em casa, sob a direção da mãe (quando esta não era analfabeta), de algum caixeiro mais instruído, de um mestre-escola ou de um padre. Ultrapassado este nível ingressavam nos colégios religiosos, onde seguiam a carreira eclesiástica, ou de onde saíam para completar a formação universitária na Europa.

Na primeira etapa da escolarização, a que se passava na residência do aluno ou do professor, as crianças assistiam às aulas em comum, sem que houvesse preocupação em separá-las por idade. O nivelamento das turmas era feito pelo grau de instrução. A idéia de graduação do ensino em função da diferenciação etária era estranha ao método pedagógico. O único critério distintivo procedia da avaliação do estoque de informações do aluno.

A noção genérica de que todas as crianças teriam de seguir o mesmo ritmo intelectual e a mesma disciplina de ensino era inviável na prática. Embora os teóricos do aprendizado dispusessem de alguns conceitos, filosóficos é bem verdade, sobre a natureza e a evolução dos processos cognitivos, estavam impossibilitados de aplicarem estes conhecimentos pelo simples fato de que as famílias enviavam os filhos à escola quando bem

queriam e entendiam. Os professores não escolhiam o que ensinar e como ensinar certo tipo de aluno. A disciplina colegial não se deu em função da teoria do aprendizado nem da estrutura e funcionamento dos processos intelectuais. O controle e a regulação do progresso intelectual implantou-se no terreno previamente preparado pela-higiene. Exacerbando o risco de contaminação moral que havia em deixar juntas crianças de idades diversas, os higienistas obrigaram as famílias e os educadores a concretizarem a regra da discriminação por idades. Do mesmo modo, mostrando como a inadaptação do conhecimento ao estágio de inteligência do educando resultava em doença, fizeram com que a gradação do ensino fosse, enfim, aceita.

Esta imposição, contudo, pouco tinha a ver com o respeito ao desenvolvimento intelectual das crianças. O excesso intelectual era condenado porque debilitava-lhes o físico, ou porque, tornando-as sedentárias e moles, predispunha-as à excitação mental através de leituras obscenas, cujo desenlace era a masturbação.

Resumidamente, o controle no aprendizado intelectual era mais uma versão da luta contra a indisciplina e o desregramento moral.

A DISCIPLINA MORAL

Dizia um higienista: «O colégio não deve ser unicamente o jardim da inteligência; os bons costumes devem ser nele cultivados ao mesmo tempo que as ciências e as artes. As inclinações perversas, as afecções morais contrárias às determinações da lei natural, tornam-nos inimigos de nós mesmos, cuja organização corrompemos, cuja inteligência desbotamos; da sociedade, de que calcamos as etiquetas e as convenções; da Divindade, enfim, renegando os mandamentos da nossa religião».⁹⁸

A instauração dessa moralidade tinha requisitos próprios, a começar pela própria figura do professor. O diretor ou o

96. ver: Daniel P. Kidder, *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*, São Paulo, Martins, Ed. da USP, 1972, pp 71-72.

97. Machado, Alcântara, op. cit., p. 92.

98. Andrada Júnior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 40.

professor, não deviam ensinar apenas pelo salário nem ter a única intenção de administrar conhecimentos aos alunos. O essencial da função educativa residia no exemplo moral que se poderia dar às crianças: «o bom educador, o que compreende bem a dignidade e a altura de sua posição, previne muitas vezes com uma palavra, um gesto, um olhar, muitos castigos. A vigilância constante e sabidamente benévola, a amabilidade respeitosa de que ele se reveste, têm um poder mágico na manutenção da disciplina escolar. Se não possuir estas qualidades, se abandonar os educandos a si mesmos, tratando só de tomar lições e de distribuir castigos na medida das queixas; se não averiguar estas, temendo perder tempo; se, enfim, descer da altura de sua honrosa missão, usará muito freqüentemente da fêrula, castigo degradante, como todos os castigos físicos».⁹⁹

A moral higiênica via nas qualidades firmes, retas, justas e equilibradas do educador o antídoto eficaz contra a punição física. Toda moralidade dos colégios deveria ir contra a prática de castigos corporais. A punição degradava as crianças sem obter nenhum resultado positivo. O medo aos castigos físicos tornava-as mentirosas, hipócritas, pusilânimes e tementes.

O esteio da nova moral recusava este tipo de repressão. Seu método era outro. Suas técnicas eram uma variante da criação do hábito. Como o corpo, o espírito das crianças deveria, progressivamente, regular-se autônomo e automaticamente.

Uma destas técnicas de persuasão moral era a da *dissuasão através de atos opostos às «propensões viciosas»*: «Os castigos físicos, bem longe de aproveitarem, ao contrário só servem de fazer com que as crianças percam o pundonor e o brio, pois não é a força de pancadas que o menino mudará suas más inclinações, porém sim com a prática constante, ainda que forçada, de atos contrários e opostos às suas viciosas propensões. Se (a criança)... se mostrar preguiçosa, aumentai-lhe o trabalho; se soberba, seja obrigada a atos de humildade; se avara, faça-se com que dê aos outros mais do que devia dar; se mentirosa, não

99. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., p. 52.

seja acreditada, e se lhes mostre o fruto que tira de suas mentiras; e finalmente, a qualquer outra má inclinação se oponha à sua contrária, pois que assim ajudada ela com vossos discursos e reflexões, bem depressa domará suas afeições desregradas e obrará com juízo; não só pela prática de atos justos e razoáveis, mas também pelo exercício que com vossas prédicas se der à sua, ainda que fraca, inteligência».¹⁰⁰

Outro instrumento empregado era o «*amor-próprio ferido*» e o «*remorso*»: «Dizei-me, oh! vós que conheceis tão pouco os verdadeiros sentimentos do coração do homem, para que dotou-os a natureza com o dom da razão e da consciência, de que nos serve o amor-próprio e o remorso, senão para servir-nos de guia no escabroso caminho das nossas inclinações? que necessidade pois teremos nós de, para corrigir o espírito, aviltar a matéria, servindo-nos para a educação do homem dos mesmos incentivos que costumamos empregar para com os irracionais? não seria mais nobre e filosófico que entregássemos o nosso jovem educando aos seus juízos naturais, que procuraríamos despertar, ao desgosto do amor-próprio ofendido, ao temor da publicidade de uma ação má praticada, ao remorso da consciência? Tenho fé bastante na nobreza do coração humano para afirmar que os castigos que falam diretamente à alma, quando manejados com discernimento, têm mais subida influência sobre a sua maneira de obrar, do que aqueles que só falam à pele e às orelhas. Mal dos que fizerem exceção a esta regra! para estes, todos os esforços empregados para conduzi-los a bom caminho serão malogrados.

«O sistema das punições morais tem sobre o outro duas vantagens bem manifestas. Consiste a primeira em desenvolver todos os sentimentos nobres, dos nossos corações, habituando a *consciência e o amor-próprio a estarem continuamente em alerta, a ressentirem-se da mais ligeira aberração dos nossos deveres* (grifos meus). A segunda deduz-se da necessidade que há de não avezarmos o espírito a mover-se cegamente pelas

100. Coutinho, José Lino, op. cit., pp. 50-51.

investigações da matéria, de não fazermos depender unicamente dos sentidos a direção dos nossos afetos e paixões; estes pequenos seres acostumados desde o princípio a só verem no estímulo da dor, como os animais irracionais, o juiz e o corretivo das suas más ações, quando aquela com o hábito caleja, fenece toda a esperança de educação; e estas naturezas refratárias a todos os bons conselhos e admoestações pacíficas, tomadas por alguns pedagogos como argumentos a favor do sistema lictorial, são quase sempre o triste e necessário resultado desta mesma prática, exercida por eles ou por pais inexperientes». ¹⁰¹

A punição moral ainda podia efetuar-se com o *concurso das crianças que repartiriam o poder de correção com os superiores*: «A formação de jûris nos colégios, fazendo que os meninos julguem os delitos de seus colegas, aplicando-lhes as disposições do código escolar tem todas as vantagens e exequibilidade. Desenvolvendo o sentimento de justiça, familiariza-os com os deveres que mais tarde terão de desempenhar na sociedade». ¹⁰²

Os exemplos colhidos mostram quais os objetivos do enquadramento moral das crianças. Nelas estão os germes da moralidade do indivíduo urbano integrado à ordem política característica do capitalismo industrial.

O indivíduo moralmente apto a conviver neste sistema é aquele que se regule: em primeiro lugar, pelo hábito criado na mecânica dos gestos e condutas; em segundo lugar, pela culpa, pelo sentimento de desvio moral com relação ao social; em terceiro lugar, pelo julgamento de seus pares ou iguais.

O primeiro sistema de regulação cria a consciência de que todos os predicados sentimentais, físicos e sociais são ahistóricos. O adulto domesticado por esta técnica não consegue imaginar que sua vida e seu modo de ser foram socialmente produzidos com fins político-econômicos precisos.

O segundo sistema é o ponto umbilical da auto-referência sentimental. A experiência da culpa, da autopunição frente à

transgressão, adquire proporções quantitativa e qualitativamente diversas de experiências similares vividas em outras épocas. O indivíduo assim formado tende a reagir, diante de qualquer manifestação afetiva ou comportamental discorde do seu meio, com uma extrema sensação de desconforto e aflição. Qualquer dissintonia experimentada com relação aos valores socialmente canonizados é, em princípio, culpa sua. Essa exacerbada personalização dos conflitos produz uma intensa interiorização emocional e um excessivo grau de autocontrole. Tal sistema de regulação moral corresponde a uma outra faceta do «intimismo» psicológico desenvolvido na época, que já tivemos ocasião de analisar.

O terceiro mecanismo de correção moral tornou-se um dos grandes fatores homeostáticos dos desequilíbrios sociais. Nele, a dinâmica disciplinar revela-se em toda sua eficácia. O julgamento coletivo através de iguais cumpre duas funções reguladoras. A primeira é a de confirmar a legitimidade da ação repressiva do agente de controle. O réu como que vê no consentimento do público a verdade e a justeza da opinião do juiz. Os jurados, previamente domados, repetem a sentença já dada pelo agente do poder, mas o fazem sob as aparências de autonomia e liberdade de pensamento. Em outras palavras, os dominados assumem a ética do dominador e passam a servir-se dela contra os oprimidos, seus iguais. A segunda função desta técnica coletiva de sujeição é a partilha do poder. O direito de reprimir é repartido entre os que, habitualmente, só dispõem do dever de suportar a repressão.

No entanto, esta maquinária de ortopedia moral não agia cegamente. A criança moralizada no colégio era necessária à engrenagem social. A meta de todo esse arsenal moralizador era a criação, nos educandos, de uma ética compatível com as mudanças econômicas. Pelo menos dois aspectos desta ética são visíveis nas prescrições higiênicas: a aceitação do valor do trabalho e o respeito à propriedade privada.

Os médicos não se enganavam quanto à natureza econômica da formação social brasileira e dos empecilhos à sua transformação: «... A nossa população é composta de livres e escravos: das relações que existem entre o senhor e o escravo se vê que

¹⁰¹. Andrada Júnior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., pp. 21-22.

¹⁰². Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., p. 53.

este está debaixo da dependência daquele, que o produto do seu trabalho pertence àquele, que o senhor com este produto o sustenta, mas o resto do produto emprega em benefício próprio. Da condição pois de escravos se vê que nenhum se pode chamar rico, porque tem sido esbulhado do direito de, do excesso de trabalho tirar usufruto.

«Ora, nos países da Europa, em que não se admite a escravidão, há homens que, em troca da obtenção das necessidades da vida se empregam no mesmo trabalho que entre nós os escravos: estes homens porém gozam de direitos civis, e a organização social lhes dá possibilidade de até virem a ser um dia superiores ao amo; enfim, não são propriedade». ¹⁰³ Continuando, dizia o autor: «... uma população livre empregada no cultivo das terras, nos trabalhos das estradas, pontes, calçadas, etc..., seria mais afincada ao trabalho. Quanto melhor se trabalhasse, melhor salário ter-se-ia de receber. O trabalhador livre seria incomparavelmente mais inteligente. O escravo trabalhava para não ser castigado; portanto, não se importa em descobrir melhoramentos na execução do ofício.» ¹⁰⁴

A ética do trabalho livre comandava a direção do texto. Entretanto, não se deve imaginar que esta postura ideológica coincidissem com posições políticas abolicionistas. O antiexemplo do escravo, aqui, como na maior parte dos outros discursos higiênicos, era usado para retificar a prática social dos brancos livres. Em momento algum tratava-se de converter o escravo em livre trabalhador. A questão crucial era a de recuperar os brancos e inseri-los numa vida produtiva para eles próprios e para a nação: «A população (do Rio) é composta em geral de brancos e negros, estes quase sempre escravos, aqueles muitas vezes senhores e nunca cativos. (...) Os que são livres, e em primeiro lugar os brancos, julgam-se superiores aos escravos e negros, e não se dão a certos ofícios, em que se empregam

freqüentemente os escravos, e não podendo atingir todos eles a outras profissões, tornam-se indolentes, por isso que, igualados pelo mesmo trabalho querem se diferenciar dos escravos por não trabalharem como um negro. Nas classes superiores há a mesma indolência, porque desgrazadamente no nosso país não é tanto o mérito como a intriga que prevalece». ¹⁰⁵ Nesta mesma linha de raciocínio é que o autor chegava aos ataques virulentos ao empreguismo público. ¹⁰⁶

A pregação do trabalho livre dirigia-se portanto às camadas mais favorecidas da sociedade. Mesmo porque, acoplado à defesa do trabalho livre estava o direito de ter preservada a propriedade adquirida com esse trabalho: «... quando (a criança) tiver bem concebido a idéia de propriedade por alguma coisa que tenha feito com suas mãos, ou conseguido por seus semelhantes têm igual direito aquilo que possuem, e que lhes deu a natureza ou o seu trabalho.» ¹⁰⁷

A idéia de adquirir a propriedade através do trabalho e preservá-la através do direito era radicalmente oposta aos métodos coloniais de acumulação de riquezas. A ética social burguesa infiltrava-se na educação da criança travestida de educação física e moral. Em certos tópicos da teoria higiênica essa ideologia emerge de maneira transparente: «quando vírmos um homem violar o capital de que um outro é depositário, podemos afirmar, sem receio de cair em erro, que em criança ele não se habituou a respeitar os botões ou as agulhas que encontrava na costureira de sua mãe. Isto prova que os atos insignificantes preparam os mais importantes.» ¹⁰⁸

Eis o valor do hábito no cultivo da infância. Os pequenos hábitos, exercitados cotidianamente pela disciplina física, moral e intelectual, gravavam nas crianças convicções e interesses diametralmente opostos aos dos pais. Nos colégios, os jovens educandos aprendiam a defender a pátria e a propriedade dos

103. Valle, Manoel Maria de Moraes e. *Algumas considerações sobre a mendicância no Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio De Janeiro, 1846, p. 11.
104. *Ibid.*, pp. 12-13.

105. *Ibid.*, p. 9.

106. *Ibid.*, p. 13.

107. Coutinho, José Lino, op. cit., p. 38.

108. Barbosa, Adolpho Alves Simões, op. cit., p. 40.

antigos e futuros patrões, ao mesmo tempo em que se aprestavam a condenar todos os que, não sendo proprietários, se recusassem a crer no jogo da dignidade do «trabalho livre».

3. A infância «reduzida»

O aparelho disciplinar jesuítico foi para os colégios o que o dispositivo militar foi para as cidades. Os elementos básicos da «redução» jesuítica dos homens encontravam-se na educação higiênica da infância. As técnicas de adestramento de um e outro método assemelhavam-se. Tanto a escolha de crianças como meio de atingir os adultos, quanto o uso do corpo como via de acesso ao espírito eram idênticos. Os fatores responsáveis pelo sucesso educativo dos jesuítas foram, talvez, os mesmos responsáveis pela eficiência da educação médica.

Gilberto Freyre sintetizou o método de aculturação e conversão jesuíticas como se segue: «O processo civilizador dos jesuítas constituiu principalmente nesta inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande.»¹⁰⁹

A higiene utilizou amplamente esta tática: apropriou-se das crianças, separando-as dos pais e, em seguida, devolveu-as às famílias convertidas em soldados da saúde.

Mas foi no manéjo do corpo que o parentesco entre as técnicas disciplinares tornou-se mais evidente. O primeiro ponto de contato entre elas era a valorização e o culto do corpo. Contra os ascéticos, os jesuítas entendiam que os soldados de Cristo deveriam ser sadios, possuir o máximo vigor físico: «já no primeiro estatuto da Ordem, datado de 1539, consta que não se imporão nunca aos irmãos «jejuns, açoites, caminhadas com os pés descalços e sem chapéu e nem determinadas cores de roupa, determinados alimentos, penitência e outras mortificações sob pena de pecado mortal. As Constituições definitivas da Sociedade exigem depois, muitas vezes e bem expressivamente, que o

jesuíta cuide do seu corpo e que faça dele, por meio de exercícios adequados o instrumento de Deus. Proibição rigorosa pesa sobre mortificações praticadas por iniciativa própria.»¹¹⁰ Que se compare esta afirmação com este trecho de um discurso higiênico: «... a higiene não quer o martírio e aniquilamento do corpo para a perfeição da alma, porque isso é um absurdo, tão abominável pela malvadez e ambição dos que os ditaram, como lastimável pela ignorância dos que o creram e sustentaram.»¹¹¹

O outro ponto de junção foi a promoção do desenvolvimento moral e espiritual através de exercícios. Para os jesuítas, «assim com no caminhar, na marcha e na carreira o corpo pode ser treinado, assim também é possível dominar a vontade por meio de exercícios, a fim de que ele encontre a vontade divina.»¹¹² Os exercícios, além disso, deviam ser orientados por um mestre que cuidaria de adaptá-los às particularidades dos indivíduos: «... o guia espiritual deve sempre adaptar os exercícios à idade, às aptidões e às forças daquele que deseje se submeter a eles, e não deverá nunca impor uma tarefa exagerada a um espírito pouco esclarecido ou a um coração demasiado fraco.»¹¹³

Também no que diz respeito à concepção de ordem, sobretudo «preventiva», e a da punição, que devia ser «terapêutica», as identidades se impõem. O exemplo das reduções indígenas coincide, neste sentido, com a organização dos colégios. A vigilância pregada pela higiene parecia repetir a atividade policial na redução: «A polícia velava pela aplicação das leis e manutenção da ordem, de um modo sobretudo preventivo. As advertências eram suficientes, na maioria dos casos, para evitar infrações. A calçada, ao nível das habitações, facilitava as rondas e o controle. À noite, a partir da hora de recolher, todas as saídas injustificadas eram interditas.»¹¹⁴ Se as casas fossem substituídas pelos

109. Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, op. cit., p. 205.

110. Miller, René Fülöp. *Os jesuítas e o segredo do seu poder*, Porto Alegre, Globo, 1935, p. 95.

111. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., pp. 24-25.

112. Miller, René Fülöp, op. cit., p. 16.

113. Ibid., p. 29.

114. Lugon, Clovis. *A república «comunista» cristã dos Guaranis*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 93.

dormitórios e as calçadas pelos corredores, ter-se-ia, no internato, um decalque da «redução».

Quanto às punições, diz Lugon, citando um testemunho da época: «A pena deve ser terapêutica. Antes de os prender, faz-se-lhes saber suas faltas com muita doçura e não custa persuadí-los de que merecem a punição. Também a recebem com humildade, e não há exemplo de algum deles ter testemunhado o mínimo ressentimento contra seus julgadores. Têm tão grande confiança em seus pastores que, se fossem punidos sem motivo, acreditariam tê-lo merecido.»¹¹⁵

Esta última eventualidade mostra qual o ideal de submissão aspirado pelos jesuítas. O caráter terapêutico da punição levava os dominados a obedecerem incondicionalmente aos dominadores. Mesmo quando não tinham consciência ou percepção da falta, aceitavam a culpa. Não se pode desejar maior prova de docilidade.

A «redução» da infância nos colégios obteve efeitos similares. Na sociedade colonial, a punição seguia-se ao ato criminoso contra a propriedade, a religião ou a integridade físico-moral de terceiros. O «criminoso» sabia, portanto, que crime havia cometido e quem havia sido lesado por sua conduta infratora. A vítima era sempre o outro. O crime nascia sempre de um gesto, de um ato ou de qualquer outra manifestação visível ou sensível dirigida a este outro. Na educação higiênica, a natureza da infração era, no mais das vezes, ignorada pelo indivíduo. Os crimes contra o corpo e o espírito não tinham codificação explícita. Variavam conforme os médicos e os educadores. Habitualmente dependiam de conhecimentos científicos que as crianças ou outros adultos não tinham condições de dominar.

A esta mudança na qualidade do crime, correspondeu uma outra na natureza da vítima. Agora a vítima era o próprio sujeito. Pelo menos, em primeira instância, era assim que a infração era apresentada pelos médicos às crianças. A punição, deste modo, era aplicada sob a seguinte justificativa: você está

sendo punido porque, embora não se dê conta, está fazendo mal a você mesmo. Mais ainda. Por vezes o sujeito encarregava-se, sem o saber, de fornecer as provas de sua própria acusação. O caso da masturbação é exemplar. Por meio de um controle discreto, de perguntas sutis, o educador deveria inquirir o educando de modo a extrair as provas do crime, sem despertar em seu espírito interesse pelo tema ou objeto da falta. A criança deveria trair-se sem perceber. Deveria confessar a masturbação sem ter consciência da autodelação. Um outro elemento coadjuvava, então, o processo de acusação e punição: você está sendo punido porque, embora sem o saber, está fazendo mal a você mesmo. Não há como negar você próprio, sem querer, confessou.

Pode-se imaginar qual o efeito coercitivo que essa trama moral era capaz de gerar. Por um lado, o sujeito, preso na rede de ambigüidades, sentir-se-ia de tal modo paralisado que capitularia. Aceitaria o jogo da dominação, isentando-se de pensar, como forma de escapar ao dilema insolúvel. Por outro lado, poderia desenvolver o comportamento oposto. Assumiria o papel de criminoso, como no caso anterior, mas, ao invés de adotar a postura obediente e confirmar o poder de opressor, reincidiria na falta e faria da «provocação» transgressora sua arma de luta, defesa e desmoralização da ordem repressiva.

Nos dois casos, a moral coercitiva vingava. O conformista e o delinqüente portavam-se diferentemente face ao crime ou ao sentimento de culpa, porém caucionavam o sistema repressivo, reconhecendo a legitimidade da falta. Tornavam-se, portanto, «funcionais» à ordem do poder. O primeiro, porque, adaptando-se, reproduzia a norma. O segundo, porque, rebelando-se mas aceitando a falta, justificava a necessidade de repressão. E, sobretudo, servia de antinorma ao comportamento exemplar. A transgressão «delinqüente» majorava, assim, os efeitos de poder.

No *Ateneu*, Raul Pompéia descreveu soberbamente este processo: «Os professores já sabiam. À nota de Franco, sempre má, devia seguir-se especial comentário deprimente, que a opinião esperava e ouvia com delícia, fartando-se de desprezar. Nenhum de nós como ele! E o zelo do mestre cada dia retemperava o velho anátema. Não convinha expulsar. Uma

115. Ibid., p. 94.

coisa destas aproveita-se como um «bibelot» do ensino intuitivo, explorá-se como a miséria do ilota, para a lição fecunda do asco. A própria indiferença repugnante da vítima é útil.

«Três anos havia que o infeliz, num suplicio de pequeninas humilhações cruéis, agachado, abatido, esmagado, sob o peso das virtudes alheias mais do que das próprias culpas, ali estava cariátide forçada no edifício de moralização do Ateneu, exemplar perfeito da depravação oferecido ao horror santo dos puros».¹¹⁶

A produção em massa de pequenos conformistas ou grandes delinquentes coroou os esforços higiênicos de disciplina colegial.

4. *Consciência de classe, consciência de raça, consciência nacional*

Subtraídos aos pais, os filhos adquiriam, nos colégios, uma intensa e contínua intimidade com o corpo e com os problemas morais. Na escola, mais que na casa, as crianças foram lentamente programadas para reagir hiperesteticamente a toda falha ou, inversamente, a toda virtude física e espiritual.

Essa hipertrofia da consciência individual no tocante a seu corpo e aos afetos fazia parte do plano de formação da consciência de classe e raça necessária ao progresso do Estado nacional.

Foi visto como os exercícios higiênicos gradualmente adaptavam os corpos ao comportamento social burguês. A sexualidade sadia e a harmonia física e moral distinguiram os pequenos reclusos das indisciplinadas crianças coloniais ou das crianças pobres e escravas da época. A tomada de consciência dos predicados de classe começava na infância, pela tomada de consciência do corpo.

No mesmo momento, criava-se a consciência de raça ou racismo. O corpo forte, sexual e moralmente regrado, foi medicamente identificado ao corpo branco. Para isso utilizou-se, ordinariamente, a figura do escravo como exemplo de corrupção

física e moral. No entanto, outras «raças» foram episodicamente contrastadas aos brancos para mostrar a superioridade destes últimos: «... e ainda assim não porque entendamos que destarte alcançaremos transplantar para o nosso país esses modelos de grandeza e robustez que nos cita a história entre os celtas, germanos, gauleses, etc., mas por pensarmos que habituando os meninos oportunamente a estas e outras práticas (educação física) poderemos formar homens que se não curvarão às contrariedades e às vicissitudes que nos assaltam a cada instante, e às quais facilmente sucumbem aqueles que, como os orientais, nascem e vivem constantemente respirando uma atmosfera de melindres indiscretos e de luxuriosos e loucos prazeres».¹¹⁷

Os «orientais» em questão eram turcos, árabes e outros povos do Oriente Médio. Mas, além deles, a estigmatização racista estendia-se aos povos do Extremo-Oriente: «O Brasil, vitimado pelos seus descobridores com o terrível cancro da escravidão, uma das causas que mais têm concorrido para o seu atraso, está ameaçado, depois de todos os flagelos, da inoculação do mongolismo. (...), quer se encare como médico, quer como filósofo, quer enfim como patriota, a invasão mongólica de que está ameaçado o país, a resultante será sempre das mais fatais consequências».¹¹⁸ O preconceito também retirava da miscigenação argumentos para a defesa do exclusivismo de raças. Gilberto Freyre aponta um destes casos: «... o Dr. Nicolau Joaquim Moreira, em trabalho sobre o cruzamento das raças (...) invocaria a favor da degradação do mulato o exemplo da fazenda de Campos, dos Beneditinos — de «proliferação mista pouco extensa —, em contraste com outra fazenda dos mesmos padres, a de Camorim, «fundada há quase três séculos» (escrevia o médico em 1870) e ainda com «uma população negra, homogênea e vigorosa, aumentado de inteligência e modificando seu crânio que se aproxima hoje ao da raça caucásica.»¹¹⁹

117. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 13.

118. Costa Ferraz. O mongolismo o Brasil, in Anais Brasiliensis de Medicina, tomo XXXI, nº 2, p. 679, p. 11, citado por Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 3, p. 752.

119. ver: Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 3, p. 1003.

116. Pompéia, Raul. O Ateneu, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s/d., p. 48.

Como se vê, a tradição racista de alguns psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental não nascera no início do séc. XX, como afirmamos em outro estudo.¹²⁰ A higiene mental psiquiátrica retomou, neste século, o bem estabelecido racismo de seus antepassados.

Quanto à consciência nacional, tivemos ocasião de mostrar através da análise de textos, a insistência dos higienistas em defender a sociedade, a humanidade, a pátria ou demais eufemismos encontrados para designar o Estado agrário. Entretanto, esse amor ao país não era uma simples réplica dos programas médico-políticos dos higienistas europeus. Tampouco eram simples enunciados abstratos desvinculados da realidade. A ação patriótica da higiene não era uma cópia-carbono da política. Não era um simples efeito de intromissão do político no científico. A ciência fazia parte da política. Era um dos seus momentos. Uma de suas estratégias específicas. Os médicos, conscientemente, punham à disposição dos governos o que sabiam ou podiam fazer para levarem os indivíduos a compactuarem com a ordem estatal. Senão, vejamos: «Agora que a nossa Câmara Municipal, livre dos tropeços de um governo absoluto, deseja ilustrar-se sobre o que é conveniente à melhor saúde de seu município, recorrendo à nossa sociedade e adotando os conselhos que a benfazeja medicina daqui lhes envia; agora que o transcendente sete de abril nos criou um governo verdadeiramente nacional, que circulando pela lei não pode irradiar-se do centro de suas utilidades, e iluminado pelo luzir do séc. XIX, que o braço da liberdade já conserva elevado sobre o mundo, tem de montar a máquina política, extrair-lhe a ferrugem do despotismo e fazê-la mover com força no sentido de vossa futura prosperidade; como os preceitos higiênicos têm uma influência direta e positiva no desenvolvimento dos movimentos desta máquina eles não poderiam deixar de ser hoje tomados em bastante consideração, pois, cooperando para que o homem se assegure na posse da saúde e

120. Costa, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil, um corte ideológico*, Rio de Janeiro, Documentário, 1976.

vigor, eles alongam os limites de sua existência, tornam mais ampla a sua reprodução, e dão mais atividade e retidão à sua moral, donde provém aumento da longevidade, acréscimo da população, melhora dos costumes privados e da moral pública.¹²¹

A lógica da articulação entre poder médico e poder do Estado não poderia ser melhor explicitada. Neste relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina, os médicos definiam claramente quais os encargos políticos que lhes cabia na edificação do Estado agrário: assegurar a saúde e o vigor dos corpos; aumentar a reprodução e longevidade dos indivíduos; incrementar a população do país e melhorar os costumes privados e a moral pública.

Entretanto, restaria entender porque a higiene das famílias preocupou-se exclusivamente com as elites e porque este cuidado com o corpo e a vida desta camada social surgiu precisamente naquele momento histórico.

Como já vimos, a primeira hipótese explicativa do fato concerne às necessidades intrínsecas ao próprio poder médico. Os higienistas procuravam intrometer-se nas famílias de elite pelos motivos mais prosaicos que se possa imaginar: ganhar clientes. A renhida luta travada contra curandeiros e homeopatas foi um dentre os inúmeros indícios desta disputa de mercado. A decolagem do consumo e da oferta de serviços médicos privados deu-se naquela época, quando nas famílias privilegiadas, começou a medrar uma desconfiança permanente quanto aos riscos de doença, e uma insatisfação permanente quanto ao estado de saúde.

A segunda hipótese diz respeito aos objetivos políticos do Estado e à adesão dos médicos a estes objetivos.

Após a abdicação, os governantes brasileiros passaram a ocupar-se intensivamente das questões populacionais. O repovoamento do país surgiu como um problema de primeira grandeza. As razões que deram origem a essa preocupação foram várias.

121. Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, sobre as causas de infecção da atmosfera da Corte, aprovado pela mesma Sociedade em 7 de dezembro de 1831, p. 36, in, Machado, Roberto et alii, op. cit., p. 256.

Uma delas, talvez a mais importante, foi a substituição da mão-de-obra escrava, ameaçada de extinção pela repressão do tráfico negro. A política de incentivos à imigração, iniciada no séc. XIX, foi uma das tentativas de resolução daquela urgência econômica.

Entretanto, uma razão próxima, mais distinta desta, relacionou-se diretamente com a higiene das famílias de elite: a autodefesa das camadas dominantes. Desde a chegada da Corte, a nobreza lusa e a burguesia européia notaram, amedrontadas, a enorme desproporção entre a população branca e negra que havia no país.¹²² A revolta dos negros de São Domingos, ocorrida em 1804, semeou o pavor entre as minorias brancas colonizadoras. O medo de um novo «massacre de brancos» se repetisse no Brasil, tornava os portugueses, sobretudo, extremamente inseguros quanto a seus destinos políticos. Esse receio foi posteriormente alimentado com as rebeliões dos haussás e nagôs na Bahia.¹²³ Gilberto Freyre mostrou como esta apreensão se refletia em inúmeras obras de políticos portugueses, onde se aconselhava ao governo uma enérgica ação de embranquecimento da população brasileira.¹²⁴ Com as insurreições que precederam e sucederam a Independência, tal risco parecia acentuar-se. Os revolucionários convertiam facilmente os sentimentos antiportugueses em sentimentos antibrancos. Em 1823 cantava-se nas ruas de Pernambuco:

«Marinheiros e caiados

Todos devem se acabar

Porque só pardos e pretos

O país há de habitar.»¹²⁵

A persistência desse espírito durante o período da Menoridade ganhou uma importância ainda maior. O Estado nacional temia que o potencial de rebeldia dos escravos pudesse ser

122. Bergmann, Michel. *Nasce um povo*, Petrópolis, Vozes, 1977, p. 64.

123. ver: Luiz Lima. *O negro na luta contra a escravidão*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1976.

124. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucumbos*, op. cit., v. 3, pp. 1008-1009.

125. ver: Bergmann, Michel, op. cit., p. 64.

manipulado e servir de apoio aos portugueses recolonizadores.»¹²⁶

Um dos objetivos do repovoamento do Brasil foi, por conseguinte, o de tentar criar uma população racial e socialmente identificada com a camada branca dominante. O controle familiar da higiene inseriu-se nesta política populacionista. Os médicos higienistas, através da disciplina do físico, do intelecto, da moral e da sexualidade visavam a multiplicar os indivíduos brancos politicamente adeptos da ideologia nacionalista.

Esta tática não se mostrava apenas indiretamente, através da proteção à infância. Ela estava literalmente presente no discurso higiênico, onde questões como a imigração e o repovoamento eram debatidos no mesmo nível que qualquer outro tema médico.

Criticando a maneira como o governo vinha encarando a imigração, dizia o Dr. Joaquim José dos Remédios Monteiro: «Não é a colonização que povoa alguns dos estados alemães a ponto de transbordarem; são antes as condições climáticas, os hábitos, as circunstâncias da vida, enfim, que favorecem a procriação, assim como a conservação da existência. Quando a natureza é auxiliada por estudos sérios, desaparecem as causas ocasionais do despovoamento e a geração aumenta pela segurança da procriação; é por isso que nos cumpre além da educação moral envidar todos os esforços para o melhoramento da geração atual pela garantia da procriação, pela educação física.»¹²⁷

Quanto à crença que os médicos tinham na eficiência da medicalização da população como técnica de controle, também ela é incontestável: «Julga-se que o vulgarizar a medicina pelo povo poderia induzi-lo a praticá-la e fiar-se de si mesmo em vez de recorrer aos profissionais; o contrário porém é o que sucede. As pessoas mais instruídas nesta matéria são ordinariamente as mais dóceis e as que buscam os conselhos dos médicos, enquanto os

126. Prado, J. F. de Almeida, op. cit., p. 108.

127. Monteiro, Joaquim José dos Remédios. *Higiene e educação da infância*, Rio de Janeiro, Tip. Fernandes & Cia, Rezende, 1868, p. 7.

ignorantes são os mais ousados em exercitar a arte e mais pontos a desconfiar dos médicos.»¹²⁸

O conjunto de interesses médico-estatais interpôs-se entre a família e a criança, transformando a natureza e a representação das características físicas, morais e sociais desta última. As sucessivas gerações formadas por essa pedagogia higienizada produziram o indivíduo urbano típico do nosso tempo. Indivíduo físico e sexualmente obsecado pelo seu corpo; moral e sentimentalmente centrado em sua dor e seu prazer; socialmente racista e burguês em suas crenças e condutas; finalmente, politicamente convicto de que da disciplina repressiva de sua vida depende a grandeza e o progresso do Estado brasileiro.

Este modelo educativo será transplantado para o interior das famílias, determinando por sua vez a função dos pais junto aos filhos e dos homens junto às mulheres.

¹²⁸. Ibid., p. 8.

CAPÍTULO VI

HOMENS E MULHERES

1. O contrato conjugal

Durante todo o período colonial, os casamentos faziam-se sob a égide das razões ou interesses familiares. Pais, tutores ou outros responsáveis decidiam que alianças seriam contraídas pelos filhos ou tutelados, considerando apenas os benefícios econômicos e sociais do grupo familiar. Os motivos de ordem afetiva raramente pesavam na determinação de uma união conjugal. O casamento aparecia como uma decisão tomada unilateralmente pelo responsável, que impunha ao dependente a obrigação de casar sem levar em conta sua opinião: «Entre as obrigações impostas aos curadores, figura, com efeito, a de arranjar marido para a curatelada: e a fêmea tratasse de a casar». Em resposta, alguns se declaram prontos a promover o casamento, «achando com quem, visto que a rapariga é casadoira, ou tem idade cumprida para isso». Se o curador, «por ser muito velho e décrepito», não trata de arranjar noivo à curatelada, um irmão

aparece em juízo, declarando-se pronto a fazê-lo, se lhe derem a curadoria. Outros se comprometem ousadamente a descobrir marido em prazo curto: «e se obriga a casar a dita mameluca dentro de oito meses».¹

Ainda no séc. XIX, Gardner observava no Crato, cidade interiorana pouco afetada pela urbanização, a persistência deste costume: «E bem raro aqui que as moças das famílias respeitáveis tenham liberdade de escolher maridos por si mesmas; são os pais que se incumbem dos arranjos em tais casos».² Maria Graham constatava que o casamento de amor era raro, mesmo depois da Independência.³

O casamento não celebrava, portanto, o reconhecimento social da união amorosa entre indivíduos. O amor não era um pressuposto necessário à ligação conjugal. Como, aliás, a atração física, cuja ausência ou presença em nada alterava a composição da aliança.

O contrato conjugal era, de fato, um mero relé no intercâmbio de riquezas. Certas práticas sociais a ele ligadas, como o dote, confirmam esta interpretação. Pelo dote, a mulher transferia ao marido parte dos bens de sua família de origem. A natureza eminentemente econômica da transação matrimonial tornou esta cláusula um requisito indispensável à sua efetivação. Sem dote, a mulher estava votada ao celibato. A tal ponto chegou a vinculação do dote ao casamento que, em muitos documentos coloniais, os termos eram empregados como sinônimos.⁴ A circulação de bens condicionava a circulação de mulheres e prescindia do amor para se efetuar.

Mas a vertente sentimental do casamento não era sufocada apenas pelas razões econômicas. Interesses sociais e preconceitos raciais também contribuíam para o estase do afeto nas alianças conjugais. As famílias de elite, ciosas de seus predicados de raça e estrato social dominantes, costumavam aliciar os futuros

esposos dos filhos entre parentes próximos ou afastados. Diminuíam, assim, a margem de escolha com base no amor. Almeida Prado, comentando o fato, afirmou: «Outra manifestação do exclusivismo de casta, obediente a costumes seculares, surgia nos casamentos ocorridos na meia dúzia de famílias tidas por «puritanas» — que se jactavam de não ter sangue plebeu, mouro ou judeu nas veias...»⁵ Testemunhos similares são reportados por Gilberto Freyre: «... nas velhas zonas rurais do Brasil (...) os casamentos de primos com primas e tios com sobrinhos se sucederam através de gerações. Maria Graham surpreendeu-se da frequência dessas uniões consanguíneas, em que parece ter sentido certo gosto mau de incesto».⁶ Do mesmo autor é esta outra afirmação: «Os casamentos consanguíneos foram comuns no Brasil não só por motivos econômicos, fáceis de compreender no regime de economia particular, como sociais, de exclusivismo aristocrático. Sobre os aristocratas rurais da Bahia escreveu Sá Oliveira que, conservando-se indivíduos altos, revelavam entretanto no todo «qualquer coisa de degenerescência física». O que atribuiu às «uniões conjugais dentro de esfera mui limitada, a fim de não introduzirem na família sangue que revele a condição de ex-escravo».⁷

Diretamente ligada à endogamia das uniões conjugais encontra-se um outro desdobramento social do casamento de razão: a disparidade etária entre marido e mulher. Esta prática cultural também ajudava a depreciação dos componentes sentimentais do matrimônio. Walsh escrevia: «Homens de sessenta anos casam freqüentemente com moças de doze e têm uma família na qual a esposa parece a filho e os filhos, os netos».⁸ Burton referia-se ao mesmo fato: «Uniões entre dezembro de setenta e maio de quinze anos são comuns e o resultado é uma esposa contemporânea de seus netos».⁹ Na literatura, Joaquim Manoel de Macedo

1. Machado, Alcântara, op. cit., p. 146.

2. Gardner, George, op. cit., p. 94.

3. Citado por José Honório Rodrigues, op. cit., p. 141.

4. Machado, Alcântara, op. cit., p. 146.

5. Prado, J. F. de Almeida, op. cit., p. 149.

6. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 307.

7. Ibid., p. 325.

8. Walsh, R. *Notices of Brazil*, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 440.

9. Burton, op. cit., citado por Freyre, Gilberto, *ibid.*

do dá testemunho de fenômeno idêntico: «... Águeda, então com 18 anos, carioca lindíssima; mas previamente condenada a casar com o tio já quinquagenário, homem de bem...»¹⁰

Convém notar, entretanto, que alinhada às razões materiais, a representação religiosa do casamento e do amor profano colaborou intensamente para a ausência de substrato afetivo na constituição do casal. O catolicismo não via no amor conjugal um tempo forte no crescimento espiritual. Pelo contrário, olhava com desconfiança esta ligação que parecia roubar de Deus a devoção que lhe era devida. Vieira dizia a respeito do casamento: «Sois casado? (diz o Apóstolo) pois empregai todo o vosso cuidado em Deus, como se o não foreis».¹¹ Sobre o amor escrevia ele: «Pecas por amor da mulher, ou tua, ou não tua? e cá há de ficar a mulher. Mas havendo de ficar cá tudo aquilo por que pecaste, o que só há de levar contigo é o pecado».¹² Inequivoca também é esta outra afirmação: «Mas ainda que não houvesse inferno, nem paraíso, nem cristandade, nem religião, bastava só ter entendimento e juízo para que esta apreensão e quimera que se chama amor fosse aborrecida e detestada como rematada loucura».¹³

Compatível com a ética religiosa e social da Colônia, esta concepção do casamento entrou em desuso no séc. XIX. O casal ajustado à defesa da propriedade revelou-se canhestro na proteção da infância. As preliminares do bom casamento mudaram de tom. As razões higiênicas desarticularam as razões familiares e impuseram novas regras ao contrato conjugal. O compromisso essencial do casal era com os filhos. Não se tratava mais de amar o pai sobre todas as coisas, e sim a raça e o Estado como a si mesmo.

10. Macedo, Joaquim Manuel de, op. cit., p. 73.

11. Vieira, Antonio (Pe), op. cit., p. 154.

12. Ibid., p. 168.

13. Ibid., p. 32.

2. O casamento como instituição higiênica

Os princípios que revisaram a educação infantil modificaram ao mesmo tempo a natureza do casamento. A defesa da raça e do Estado, através da proteção das crianças, foi o ponto de conexão entre os dois fenômenos. O casal higiênico deveria constituir-se com este objetivo.

Por esta razão, a seleção do parceiro conjugal tornou-se uma questão capital para a higiene. A saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o nascimento. Ela estava condicionada à saúde dos pais: «O futuro dos filhos está ligado à vida anterior dos pais, e condição física dos mesmos. Os pais dotados de uma constituição forte e de uma saúde vigorosa adquirida por sábios preceitos engendram filhos robustos e vigorosos».¹⁴

No casamento idealmente concebido pela higiene o casal olhava o futuro e não o passado. Seu compromisso era com os filhos e não com os pais. A escolha do cônjuge estava manietada a esta proposição. O cuidado com a prole converteu-se, por esta via, no grande paradigma da união conjugal. A partir dele, processou-se a corrosão do matrimônio colonial. As práticas sociais que davam corpo ao casamento de «razão» foram sendo golpeadas uma por uma. Sobre o matrimônio assentado em interesses econômicos dizia-se: «... muitos e muitos casamentos se fazem, que anunciam um viver lisonjeiro para os desposados, e no entanto ao cabo de um ou dois anos, de alguns meses e até de dias os esposos já não se amam, vivem em guerra aberta, e com enfado um suporta a presença do outro. (...) (Estas situações) provêm de não haver reserva e prudência na escolha das pessoas com quem temos de nos ligar em matrimônio; provêm de antepormos as más qualidades às boas, só porque aquelas muitas vezes vêm ataviadas de riquezas; de fazermos do casamento um mercado. Quantos pais não coagem suas filhas a

14. Reis, João Gomes dos, op. cit., p. 7.

unir-se com um estúpido só porque este é abastado? Quantos homens não procuram no casamento senão riquezas? De casamentos contraídos debaixo de maus auspícios (...) nascem filhos que têm sempre ante seus olhos o péssimo proceder de seu pai, de sua mãe ou de ambos, simultaneamente mal-educados, recalcitrantes a seus ascendentes, destituídos de ternura fraternal, sem a menor noção de virtudes domésticas, base das virtudes sociais». ¹⁵

Lançando mão dos mesmos argumentos, condenava-se durante as uniões consanguíneas: «Não desejando nós, nem por um leve sonho, ofender ao melindre de algumas famílias existentes em nosso país, deixamos de apontar fatos que provem que estas casando-se só com parentes prejudicam em muito a si e a nossa sociedade: tal prejuízo deve deixar de existir por ser baseado em mal fundadas crenças. Têm-se visto famílias que herdando de seus oriundos seis dedos este mesmo legado doavam a seus filhos. O cruzamento das raças (...), de parceria com o clima, presta um grande contingente ao aperfeiçoamento e à propagação da espécie». ¹⁶ Conteúdo semelhante tem esta outra crítica: «... é geralmente reconhecido que as uniões entre membros próximos da mesma família só produzem pelo tempo adiante filhos fracos ou viciosamente organizados; e que o cruzamento das raças é, em uma palavra, o verdadeiro meio de tornar mais bela a espécie». ¹⁷

Considerações idênticas contraindicavam o casamento entre mulheres jovens e homens velhos. A mulher jovem, pela imaturidade do aparelho reprodutor, arriscava-se a uma gestação ou parto difíceis que podiam lesar o feto ou o recém-nascido. ¹⁸ O velho tinha os órgãos reprodutores «enfraquecidos» e com suas «funções perturbadas», o que o tornava igualmente inapto a procriar. ¹⁹

15. Gomes, Antônio Francisco, op. cit., p. 2.

16. Portugal, Antônio Nunes de Gouvêa, op. cit., p. 5.

17. Vianna, Antônio da Fonseca. *Considerações higiênicas e médico-legais sobre o casamento relativamente à mulher*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1842, p. 11.

18. Portugal, Antônio Nunes de Gouvêa, op. cit., p. 7.

19. Ibid.

A observância dos critérios higiênicos fornecia, assim, novas regras para o estabelecimento das relações matrimoniais. A desproporção de idade entre os cônjuges passou a ser desaconselhada. A idade ideal do casamento era de 24 a 25 anos para o homem, e a de 18 a 20 anos para a mulher. ²⁰ As condições físicas e morais dos noivos também era objeto de inquietação higiênica. Os homens eram longamente advertidos quanto à escolha das esposas: «Comumente todo homem ao chegar à mocidade entrevê em sua imaginação como futura esposa uma mulher bela e meiga; mais tarde, ou levado pelas idéias positivistas do dinheiro ou por fantasias e encantos que o luxo sabe criar, aspira a uma esposa não somente bela mas ainda rica.

«Fundamentando a felicidade matrimonial em duas exigências transitórias, esquece-se de duas condições imprescindíveis: a pureza d'alma e o vigor do corpo.

«Embãraça-se pouco se, com a leviandade de uma inteligência mal cultivada, a mulher que destina para mãe de seus filhos lhe conduz para o seio da família a vaidade estulta, o anseio do prazer desordenado e livre e a tendência para a prodigalidade ruinosa.

«Não lhe importuna a mente a idéia de uma esposa que, trazendo-lhe o embrião de uma das moléstias contagiosas ou hereditárias, vá reduzir o lar a uma enfermaria, os filhos a entes fracos e doentios, e a paz doméstica a uma série de amarguras que envelhecem cedo e enlutam a alma para todas as alegrias». ²¹

A mulher era alertada, de modo idêntico, quanto ao futuro marido: «Vosso marido deverá ser um indivíduo sadio e esbelto segundo o melhor tipo de seu sexo... porque um ente mesquinho e doente vos dará filhos caquéticos e fracos (...).» ²² Enfatizava-se, do mesmo modo, a força moral do homem, desqualificando a riqueza diante do caráter. O homem bom e inteligente poderia tornar-se rico, enquanto o fraco de caráter acabaria dilapidando os bens herdados. ²³

20. Silva, João Diogo Esteves da, op. cit., p. 18.

21. Ibid., p. 12.

22. Coutinho, José Lino, op. cit., p. 112.

23. Ibid., p. 113.

A reviravolta nos valores do universo matrimonial era completa. No casamento antigo, o patrimônio familiar determinava, muitas vezes, a existência ou não do futuro casal. A herança era um tópico fundamental. A riqueza, uma condição necessária, quando não suficiente, para que as alianças se estabelecessem.

➤ No casamento higiênico, a hereditariedade como que substituiu a herança. O dinheiro e o *status* social herdados só mereciam reverência quando aliados a uma boa saúde física e a uma boa constituição moral. A nobreza do nome e opulência dos bolsos minguariam num invólucro físico e mental debilitado. O corpo, o sexo e a moral sobrepunham-se às estirpes e linhagens. A sociedade e o Estado contavam mais que as famílias e «castas»: «Quando as populações compreenderem a necessidade de atender aos preceitos higiênicos relativos ao casamento; quando elas e o Estado se compenetrarem de que esta instituição, garantidora da estabilidade e da moralidade social, não deve ser considerada uma operação mercantil capaz de pôr a salvo interesses pecuniários; quando finalmente se atender ao estado de saúde dos indivíduos que aspiram ao casamento, e a legislação proibir formalmente as uniões entre pessoas fisicamente impróprias para a procriação de uma prole robusta, então as tábuas de mortalidade não registrarão um tão avultado número de óbitos nem se verá em tão grande escala a propagação das distrofias constitucionais e das neuroses». ²⁴

Esta subversão dos valores e representações «aristocráticas» que o patriciado colonial tinha das origens, modo de propagação e finalidades familiares, estava claramente ligada ao aburguesamento geral da sociedade brasileira oitocentista. A higiene encarnava esse projeto, espezinhando tudo o que, nos costumes familiares, pudesse resistir à secularização das mentalidades e modos de vida.

Exemplo típico deste procedimento foi a tática de desmoralização do velho. Transformado em adversário da higiene por

24. Vieira, José Cipriano Nunes, op. cit., p. 61.

suas relações com o casamento etariamente desproporcional, o velho começou a ter sua imagem social denegrida: «Seria bom que em nosso país não se dessem casamentos entre pessoas que uma desproporção muito considerável tenham em suas idades; por exemplo, um velho rabujento não iria procurar uma senhora dos quatorze aos vinte anos, bem certo de que seus milhões ou contos de réis dão-lhe direito a viver a par de um anjo. A mulher geralmente gostando de riquezas, por causa dos prejuízos de uma má educação moral e pelas pompas falsas deste mundo, deixa-se prender, obtém em verdade a riqueza, e muito ufana fica de si, como se não tivesse obtido também a sífilis e outras moléstias e males que tenderão a fazê-la infeliz. Demais, quem reserva casamentos para tal idade, ou já chafurdou nos prazeres da libertinagem, ou está louco». ²⁵

Nas descrições médicas, a velhice masculina era carregada de traços físicos e morais repulsivos. O velho tinha o semblante macilento e rugoso. De seu espírito, dizia-se, desapareceram a «memória e a imaginação», dando lugar à fraqueza, à paixão, ao egoísmo, à desconfiança, à intolerância, à imprudência e à libidinagem senil. ²⁶ Sua alma era um poço de sentimentos reprovados pela virtude e generosidade sociais: «Na velhice tudo é personalidade, tudo é interesse individual; o organismo como que ciente de sua fraqueza, e não tendo, como na infância, a esperar do futuro, é avaro de toda sua seiva de vida, concentra toda a força vital em seu indivíduo, separa seus interesses sociais para viver só para si; é a idade da avareza, do egoísmo, das impertinências». ²⁷

A vida do velho era cinzenta, amarga, intrusa no mundo dos homens: «O velho arrasta o fardo de uma vida sem encantos e sem prazeres, verga o ônus de uma existência sem gozos, cuja poesia já se desprende voando às regiões de outrora; amargura o fel do cálice, e vive de padecer e enojo».

25. Portugal, António Nunes de Gouvêa, op. cit., p. 6.

26. Carrão, José Mariano de Amorim, op. cit., p. 22.

27. Costa, José Luiz da. *Considerações sobre o amor*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1848, p. 14.

«Nestas épocas é o homem estrangeiro à sua espécie, alheio à sua grandeza, fraco, impotente, incapaz de viver para os outros, se concentra todo em si mesmo e acha-se deslocado da elevada órbita em que giram seus semelhantes.»²⁸

Na ordem médica, só o jovem tinha *droit de cité*: «E então que o homem é homem; já deixou de ser menino; não é velho: puberdade e virilidade são a sua idade de ouro».²⁹ O velho, portanto, nada mais era que um parasita, um sanguessuga da juventude: «Velho irrefletido, que a exemplo de nossos antigos patriarcas, procurais sustentar vossa existência com a respiração das moças e com a transposição que emana de seu corpo, sede ao menos assaz justo para não achardes extraordinários certos tormentos por vós mesmos criados. Não esqueçais que se a natureza acumulou de todos os seus dons a vossa jovem esposa, foi na intenção secreta de que ela viria a ser o tronco de uma posteridade sã e vigorosa; e que se são nossas leis tão injustas, que a imolam a vossos vãos caprichos, a razão a desculpa por suspirar pelo sagrado nome de mãe e por dirigir-se seus desejos para os gozos autorizados por todas as leis para a perpetuidade de vossa espécie».³⁰

Não seria arbitrário afirmar que se encontram aí alguns dos germes responsáveis pela posição que ocupa o velho na sociedade atual. No afã de elogiar o corpo saudável e reprodutor, os higienistas destruíam impiedosamente o «poder do velho» na família. Por ser infecunda e improdutiva para a «espécie» e para o Estado, a velhice foi estigmatizada e banida do convívio humano. Passou a ser signo e lembrança do passado; de um conservadorismo mental e moral higienicamente condenadas ao esquecimento, ao exílio e à verdadeira morte social.

Quando se compara esta imagem do velho com seu prestígio anterior, o contraste produzido é, no mínimo, intrigante. No mundo colonial este personagem jamais teria sido etiquetado de

«rabugento» ou parasita da juventude e da sociedade. O velho antigo era sereno e sábio. Aureolado de barbas e cabelos brancos, seu porte inspirava confiança, sobriedade e determinação. Quando em cólera, seu olhar era metálico, fulminante. A força acompanhava-o nos momentos de vingança ou de ternura. Os jovens procuravam imitá-lo. Gilberto Freyre notou a tendência que tinham os moços a cultivarem o envelhecimento da aparência física ainda no séc. XIX.³¹ A imitação do velho era motivo de orgulho e admiração social, e não de vergonha. O aviltamento de sua figura deveria responder, portanto, a necessidades prementes do poder médico.

De fato, uma leitura aguçada do discurso higiênico sobre a velhice revela intenções que iam além da intransigência na defesa da prole. A carga da brigada médica tinha múltiplos pontos de mira. Conectada à defesa dos filhos vinham os ataques contra os patriarcas e os celibatários.

Deixemos de lado, por enquanto, a análise das hostilidades médicas ao celibato. Ela será retomada quando focalizarmos a disciplinarização moral e sexual da conduta masculina. Detenhamo-nos na visão que a higiene procurou criar do velho enquanto patriarca.

O patriarca colonial era combatido pelos higienistas porque, através do dinheiro e do poder, conseguia comprar o corpo das mulheres jovens e corromper fisicamente sua prole. Entretanto, estava subentendido que, ao dirigir-se aos velhos patriarcas, os médicos atingiam o pai. Reduzindo a figura do pai à parca condição biológica do velho, a higiene despojava-o de sua aura epopeica. A decadência física e moral era uma maneira de transportar para o social o cerceamento que vinha sofrendo a função político-econômica do chefe de família. Era também uma maneira de desequilibrar o sistema de poder familiar, fornecendo trunfos a mulheres e filhos na luta interna contra o absolutismo paterno. O filho e a esposa jovens tinham, diante da «espécie» e da sociedade, um valor incomensuravelmente maior que o do patriarca.

28. Sá, Miguel Antônio Heredia de, op. cit., p. 4.

29. Ibid., p. 5.

30. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., p. 22.

31. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. I, pp. 234-236.

Os médicos retiravam dessas cisões intrafamiliares inúmeros benefícios. Em primeiro lugar, conquistavam aliados contra o *pater familias*, apresentando-se como paladinos na defesa da mulher e da criança. Em segundo lugar, aproveitando-se do movimento cúmplice da mulher em sua direção, impunham-lhe, como condição de aliança, o direito de determinar o novo papel feminino na vida familiar. Em terceiro lugar, recuperavam a desorientação social do homem, restituindo-lhe parcelas do poder perdido da maneira que mais lhes convinha.

Esta tríplice ofensiva médica determinou a natureza do casal e, por extensão, a natureza social do homem e da mulher.

3. Sexo e amor no casal disciplinado

Coerente com sua função normalizadora e disciplinar, a higiene não mudou a prática do casamento simplesmente reprimindo o que nela era inconciliável com a ordem política. Os valores religiosos e patriarcais foram suprimidos, mas, em troca, foram concedidos aos indivíduos favores afetivos e sexuais. A extinção de certas condutas correspondia a emergência de novas formas de relacionamento. A cada ato punitivo seguia-se um prêmio disciplinar de prazer.

A reestruturação do casal processou-se nestes termos. Os higienistas criaram normas rigorosas de seleção dos cônjuges, porém, em contrapartida, prometiam aos eleitos da «raça» deleites nunca antes experimentados. Como o direito de escolha individual do parceiro, em nome da fruição do sexo e do amor.

No que concerne à sexualidade, uma modificação notável foi introduzida na vida do casal. Até o séc. XIX, a sexualidade interferia muito pouco na estabilidade familiar. A solidez de um casal não dependia do nível de sexualidade que permeasse a relação. O exercício sexual no casamento restringia-se à cópula com vistas à procriação. O sexo tinha um andamento conjugal oculto, isento de comentário público.

O que não significa que seu percurso na família fosse espontâneo. Os preceitos religiosos codificavam a sexualidade, punindo suas transgressões. Mas as características desta intrusão eram bastante distintas da ingerência médica posterior.

O catolicismo condenava, em primeiro lugar, a sexualidade autônoma, rebelde, que se recusava a obedecer ao princípio da procriação. Como o onanismo, a sodomia etc. Em segundo lugar, a sexualidade fora do casamento, que pretendia gozar de liberdade sem responsabilidades. Como no caso do adultério. Em terceiro lugar, a sexualidade que, embora legal, fosse excessiva. Que incorresse não só na infração do prazer gratuito, sem reprodução, mas também no excesso de devoção amorosa ao cônjuge. Neste caso, o homem, mesmo sujeito aos cânones religiosos do matrimônio, perdia-se por querer gozar demais. Abandonava os desígnios de Deus e entregava-se à «idolatria» do corpo próprio ou do corpo do outro.

Em resumo, a religião controlava dois tipos de desvio sexual dentro do casamento: o da gratuidade e o do excesso. O princípio da procriação corrigia o primeiro. Attingia onanistas e sodomitas acusados de buscarem o prazer irresponsável. De serem perdulários sexuais. De malbaratarem o capital biológico da espécie que devia ser poupado e investido na fabricação de filhos. O segundo desvio era controlado pelo princípio do verdadeiro prazer. O homem apaixonado era um iludido. Cometeria um erro de avaliação, superestimando o valor do amor. As especiosas aparências do prazer humano impediam-no de gozar o vertiginoso prazer divino. Comparada ao êxtase celestial, a volúpia carnal era irrisória. Quem vivesse para a eternidade, veria.

A higiene retomou a problemática sexual religiosa em outro estilo e com novos fins. Continuou a reprimir o prazer gratuito e irresponsável. Passou, porém, a exaltar a sexualidade conjugal, assinalando-lhe um papel nevralgico na coesão do casal e na concretização do casamento modelo. O sexo, dentro da legalidade do matrimônio, tornou-se objeto de regulação médica, não por seus excessos mas por suas deficiências.

A diminuição do potencial sexual entre os cônjuges converteu-se num mal higiênico: «Quanto às uniões consanguíneas, tanto as reprovava a natureza como aquele sentimento de pudor reconhecido do consentimento quase unânime do gênero humano. Os legisladores, proibindo o casamento entre parentes, não tinham em vista somente ligar os membros da espécie humana

entre si e incorporar famílias umas às outras; mas pensavam, ainda com razão, que as relações estabelecidas desde a mais tenra infância, a amizade fraternal, por exemplo, diminuem infalivelmente, em quase todas as circunstâncias, o amor físico, o qual é muito mais vivo entre entes novos um para o outro.»³²

A relevância dada ao «amor físico» no casamento atendia a vários objetivos higiênicos. Em primeira instância, buscava-se fixar a sexualidade masculina na relação com a esposa, livrando-a da prostituição. Com isto procurava-se debelar as doenças venéreas e prevenir o nascimento de filhos sífilíticos. Em segunda instância, tentava-se estimular a vida sexual das mulheres, cuja ausência ou debilidade comprometiam a saúde física dos filhos e a moral do casal. Neste sentido é que se repriminou veementemente o casamento dos velhos com moças jovens: «... a impotência, indiferença ou velhice do esposo contribuem para que a mulher jovem e de constituição forte e robusta entregue-se ao onanismo, quando devido ao caráter e princípios de uma boa educação moral não der passos reprovados pela sociedade».³³ Insatisfeitas sexualmente, as mulheres podiam habituar-se à masturbação. E, como acreditavam os médicos, este «vício» era causa de esterilidade, aborto etc. Caso optassem pelo adultério, os males decorrentes não eram menores: destruição do casamento e péssimo exemplo moral para os filhos.

Estas razões levaram os higienistas a conscientizar as mulheres de seus direitos sexuais. Certos trabalhos higiênicos são verdadeiras aulas anátomo-eróticas de como gozar sexualmente. Descrevendo a anatomia sexual feminina, dizia um higienista: «Clitoris é um órgão erétil, cuja estrutura se assemelha a dos corpos cavernosos, e que apoiado sobre o dorso do pênis, no ato da cópula, recebe a excitação pelo atrito deste, dando em resultado a satisfação do desejo venéreo».³⁴ O refinamento descritivo das possibilidades ou impedimentos do gozo sexual da mulher ia mais além: «Se o órgão (o pênis) é anormalmente fino

ou em desproporção com o órgão feminino, se o clitoris muito pequeno ou por um vício de conformação muito freqüente é colocado muito em cima, e, apesar da turgência que na ocasião do eretismo o leva para baixo ao pênis, não pode sentir uma quantidade de atritos suficientes para determinar o espasmo venéreo, a mulher, sabendo então as causas disso, procura saciar seus desejos ou convida o marido, amante ou amiga a provocar o prazer venéreo».³⁵

Higienicamente, portanto, a «falta sexual» no casamento não era o excesso, como na religião, mas a insuficiência. O casal medicalizado devia ser plenamente sexualizado. Do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. O direito individual de gozar tornou-se, para a higiene, uma obrigação cívica. Entretanto, a preocupação patriótica com o orgasmo familiar nada tinha de libertina. Na ordem médica ninguém gozava impunemente. A instigação ao prazer sexual era uma ponte, uma pura baldeação na viagem do casal ao país do «amor».

A reabilitação higiênica do amor conjugal foi surpreendente. A medicina defendia o amor do casal com uma força inaudita. O amor, dizia-se, era o «verdadeiro sol da vida»; o «grito duplo da dupla natureza do homem» que era o corpo e a alma.³⁶ Sua linguagem era candente, sublime: «Não é só pela linguagem do organismo que a natureza chama o homem a cumprir o mister mais sublime que lhe foi encarregado; ela emprega também vocábulos mais nobres e menos terreos, mais angélicos e menos tumultuosos, ela emprega uma linguagem harmoniosa que homem nenhum aprendeu e que todos interpretam, uma linguagem muda, mas que tudo pinta em caracteres de fogo, uma linguagem mística, que tem o coração por sacerdote, um outro eu por divindade, uma linguagem que identifica duas existências em uma existência, uma linguagem cujos sons uma vez desprendidos não chegam portanto ao trono do Eterno sem serem acompanhados

32. Viana, Antônio da Fonseca, op. cit., p. 11.

33. Camillo, Alexandre Augusto d'Almeida, op. cit., pp. 21-22.

34. Ibid., p. 2.

35. Ibid., p. 22.

36. Sá, Miguel Antônio Heredia de, op. cit., p. 8.

dos de outros de igual melodia, à semelhança da harpa que beija-
da pelo sopro da aragem da noite solta melancólico gemido que
não se perde sem ser acompanhado por outro gemido da harpa
também acariciada com o bafejo da aragem da noite».³⁷

O elogio higiênico do amor era incontestável. Mas não se
reduzia à exaltação de seus «gemidos» melódicos. Os médicos
insistiam em mostrar a distância existente entre suas concepções
do amor e os devaneios insensatos de literatos e sonhadores:
«... chamam amor a essas fantasias de imaginações febris, que
as fazem perseguir quimeras, almejar essa ridícula união de
corações em que o corpo não entra, que os abrasa com esse
amor em que se ama só por se amar, esse sentimento que se
nutre de si mesmo, de tristes suspiros, e que é edificado sobre a
abnegação, tal é o amor romântico, esse místico e apaixonado
delírio...»³⁸ O amor médico era uma outra coisa: «O amor
verdadeiro, o material, é esse sentimento instintivo, irrefletido,
essa voz eloqüente e poderosa, essa inclinação irresistível e
indomável, que nos aponta, nos arrasta para a mulher capaz de
nos felicitar; para a mulher cujo corpo e alma resumem todas as
qualidades, todos os predicados que carecemos, e cuja organiza-
ção é conformada de modo que, ajustando-se à nossa, possa
assim produzir esse todo cujo fim é a conservação da espécie,
perpetuidade do universo, harmonia dos seus órgãos».³⁹

De conteúdo similar são estes conselhos dados às mães
quanto à educação das filhas: «Ensinai-lhes a moderar seus
afetos, a não formar senão idéias exatas, explicando o valor real
das relações sexuais, às quais a natureza e a sociedade as
destinam. Sem preveni-las contra nosso sexo, representai o
amor, não debaixo desse aspecto extraordinário, que dão sua
imaginação exaltada, a leitura dos romances e os juramentos de
um amante, porém sim debaixo das verdadeiras formas, que ele
toma no consórcio».⁴⁰

37. Ibid., pp. 7-8.

38. Ibid., p. 9.

39. Ibid.

40. Mello, José Tavares de, op. cit., p. 23.

O ponto culminante da união conjugal era o amor. Mas, ao
contrário do amor romântico, o amor higiênico era pragmático.
Reclamava seus vínculos com a sexualidade e a procriação. A
cumplicidade com o romantismo sentimental tinha limites. Sem
sexo, o amor era «delírio». Só através do sexo ele se adaptava à
realidade, inserindo-se maduramente na política de conservação
biológica e moral da espécie.

Caberia, portanto, perguntar o que levou o pensamento
médico a recorrer ao amor quando, do ponto de vista da higiene,
ele estava perigosamente contaminado pela noção do amor
romântico. Tanto mais quanto, à primeira vista, o simples
controle da sexualidade no casamento parecia poder cumprir a
contento a missão disciplinar médico-estatal junto ao casal.
Estas questões encontram algumas de suas respostas quando se
analisa o enfoque tático dado pela higiene à simbiose entre sexo
e amor.

Num primeiro nível, observa-se que o amor tornou-se ne-
cessário à higiene porque era um dos poucos estandartes morais
disponíveis na luta contra os valores patriarcais. Em particular,
na luta pelo direito de escolha afetiva e pessoal do cônjuge
contra as razões do grupo familiar. Neste registro, os médicos
aderiam, sem restrições, ao amor romântico. Procuravam ade-
quar a escritura científica ao gosto e ao estilo do romantismo.
Copiavam sem reticências todos os clichês dramáticos de roman-
ces e novelas, explorando seus efeitos sentimentais até a exaus-
tão. Reproduziam em linguagem médica temas abusivamente
encenados pela ficção romântica, como a luta entre o amor e o
dinheiro, ou entre o amor e a opressão paterna.

Ao lado destes embates contra o poder do dinheiro e o
poder do pai, o amor higiênico, romanticamente travestido,
também lutou contra os preconceitos raciais e sociais da elite
colonial.

A este propósito, é curioso notar a aceção dada ao termo
raça quando ligado ao contexto do casamento. A definição
higiênica de «raça», neste caso, não coincidia com as categorias
usuais de classificação étnica. Quando falavam em casamentos
inter-raciais os médicos referiam-se a casamentos, por assim
dizer, exogâmicos. Não se fazia jamais menção, por exemplo, a

casamentos entre brancos e índios ou brancos e negros. O que se criticava eram sempre as uniões entre famílias não aparentadas. Este fato faz-nos supor que, ao se pugnar pelo casamento inter-racial, na verdade defendia-se a abertura das famílias conservadoras a outras camadas sociais. Os médicos provavelmente pretendiam tornar natural e aceitável o casamento de homens pobres, mas bem-dotados física, moral e intelectualmente, com moças ricas e vice-versa. Tal hipótese é tanto mais plausível quanto boa parte deles tiveram origens sociais humildes, conforme assinalou Gilberto Freyre.⁴¹

Naturalmente não pensamos em afirmar que os médicos combatiam a rotina colonial da família para poderem casar com mulheres ricas, o que seria um despropósito histórico. Se existiram, esses pequenos benefícios secundários e esporádicos apenas ilustrariam a infinidade de interferências e manobras de poder que arquitetaram a guinada dos costumes familiares.

De qualquer forma, tanto no caso do casamento por interesse econômico quanto no caso do casamento por razões raciais e sociais, a sexualidade, por si só, teria sido incapaz de impor-se à moral colonial. O sexo ainda não possuía os atributos de nobreza que tem hoje em dia. A higiene começava apenas a destilá-lo no espaço social, com prudência e cautela para não enfraquecê-lo. A cotação do amor romântico e individual, pelo contrário, estava em plena curva ascendente. Num século profundamente sensibilizado pelos valores da burguesia européia, amar como os heróis e heroínas da literatura ou sublitteratura francesa era sinônimo de bom gosto e civilidade de costumes. A higiene tirou partido destas inclinações sociais, manipulando-as em seu benefício. Este foi um dos sentidos do recurso médico ao amor.

Outro sentido da recuperação e utilização higiênica do amor foi seu alto valor enquanto padrão moral da vida familiar. O amor tornou-se o substituto da ética religioso-patrimonial. Criou o novo código coercitivo das relações entre homens e mulheres.

41. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. I, p. 125.

As obrigações do marido para com a esposa, e vice-versa, principiaram a obedecer às regras estabelecidas pelo contrato amoroso. Este padrão de controle era superior a seu homólogo religioso porque depositava no indivíduo a culpa por eventuais fracassos da relação conjugal. Se o pressuposto do casamento por amor era a escolha individual, livre de injunções familiares, cabia ao indivíduo toda responsabilidade pela dissolução da família. O compromisso entre os cônjuges tornava-se mais denso. O infrator sentia-se, agora, duplamente coagido. Sofria a reprovação social e padecia o remorso de trair as expectativas amorosas do parceiro, com quem se unira por livre espontânea vontade.

Sob um outro ponto de vista, o amor foi igualmente imprescindível à ordem médica. Um casamento puramente baseado na sexualidade do casal, no limite extremo de sua lógica, tornaria instável o que a higiene queria estabilizar: a solidez da família e a proteção da prole. A satisfação sexual no casamento dizia respeito aos adultos. Tomada ao pé da letra esta proposta podia descambar no total descompromisso diante dos filhos. Mesmo o amor, quando definido como preocupação exclusiva dos cônjuges um para com o outro, podia distorcer as intenções da higiene.

Exemplo marcante desta possibilidade foi a questão do divórcio. Discutindo o valor do divórcio, o Dr. José Lino Coutinho afirmava: «O divórcio absoluto (...) posto que traga consigo graves inconvenientes quando se tem prole, contudo se olharmos ao fim porque dois indivíduos se uniram, isto é, amor, felicidade e paz doméstica, não pode deixar de ser razoável; pois que, quanto aos filhos, boas leis civis poderiam regular sua educação e tutela».⁴² Opinião coerente, que seguia à risca uma certa linha de raciocínio higiênico. Mas que contrariava a estratégia geral da política familiar do Estado. O autor equivocava-se quando radicalizava e elevava às últimas consequências o discurso médico sobre o amor. Situado neste extremo, o senti-

42. Coutinho, José Lino, op. cit., p. 108.

mento amoroso acentuava os riscos de dissolução do casamento. Comportava-se como o sexo sem freios. Não era este o projeto médico. Enaltecendo o amor, a higiene visava justamente a estimular a responsabilidade do casal na manutenção do casamento. Gozar com amor significava tirar o máximo prazer da vida em família. O sexo precisava do amor para permanecer circunscrito nos limites da casa. Ao Estado interessava não só a família fecunda, mas a família responsável. Manter os filhos era tão importante quanto produzi-los. Do contrário, a carga-financeira da educação dessas crianças abandonadas recairia, novamente, sobre a administração pública; ou, o que era mais grave, a mortalidade infantil tenderia a aumentar. O panorama colonial persistiria inalterado.

A família amorosa, como veremos em seguida, contornava esses inconvenientes. Não se contentava apenas em procriar. Rejubilava-se em ver crescer e desenvolver-se a prole, conforme as regras higiênicas. O amor era o mecanismo de *feed-back* encarregado de manter o sexo em níveis compatíveis com a homeostase familiar e social.

Finalmente, o amor executava uma outra importante tarefa higiênica: a criação e a regulação dos novos papéis sociais do homem e da mulher no casamento. A reformulação da vida do casal deu-se a partir da nova conceituação imposta ao homem e à mulher pela higiene. O amor foi duplamente utilizado nesta manobra. A partir do modo como homens e mulheres reagiam ao amor ou a seus derivativos, como os sentimentos em geral, a medicina fixou as características supostamente típicas de cada sexo e apresentou-as como imperativos da natureza. O amor servia aqui de traço de separação entre o homem e a mulher. Funcionava como referência para a construção dos modelos de conduta social masculina e feminina. O segundo uso do amor visava a atenuar as tensões conjugais nascidas da nova discriminação social dos sexos. O amor era empregado, então, como traço de união do casal. Buscava regular a harmonia entre marido e esposa, eventualmente posta em risco pelas discrepâncias surgidas no exercício das funções de homem e mulher, forjadas pela higiene.

A primeira tática, a tática separatista e singularizante, tomava como objeto de aferição amorosa o homem e a mulher em situação pré-conjugal. Comparava-os entre si e das diferenças extraídas construía catálogos de especificação sócio-sexual.

O processo demonstrativo dessas diferenças era sempre o mesmo. Constatava-se que a mulher era mais frágil fisicamente que o homem. Dessa fragilidade, inferia-se a delicadeza e a debilidade de sua constituição moral, com a ajuda dos estereótipos correntes sobre a personalidade feminina. Procedimento semelhante era usado na descrição da «natureza» masculina. A «força» e o «vigor» migravam do físico ao moral, marcando os traços sócio-sentimentais da personalidade do homem. O amor, colocado no vértice de confluência das características físicas e morais, servia de referência à distinção entre os sexos.

Sobre a mulher dizia-se: «Toda constituição moral da mulher (...) resulta da fraqueza inata de seus órgãos; tudo é subordinado a este princípio pelo qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem».⁴³ Esta inferioridade manifestava-se pela predominância das «faculdades afetivas», conforme provava a anatomia frenológica de Gall: «As observações anatómicas do Dr. Gall confirmam tão bem esta diferença primeira que estabelecemos entre o moral do homem e da mulher. Com efeito, Gall observa que as mulheres têm geralmente a cabeça mais volumosa na parte posterior e a fronte mais estreita: e sabemos que ele atribui às partes posteriores do cérebro as faculdades afetivas, e às partes anteriores as faculdades intelectuais.»⁴⁴

Estabelecido o pressuposto científico da natureza intrinsecamente afetiva da mulher, começava então o processo de caracterização sentimental. Quem tivesse pelas mulheres um «verdadeiro afeto» não desejaria vê-las «com a arma ao ombro, marchando a passo dobrado para a guerra, ou discorrendo do alto de uma tribuna sobre os interesses das nações; isto que não estava em relação com as suas faculdades, lhes ficaria mal».⁴⁵ A

43. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 7.

44. Ibid., pp. 7-8.

45. Ibid., p. 8.

mulher era mais «sentimental» que «filósofa». Sua inteligência aplicava-se com mais segurança aos «objetos de seus afetos». Sua imaginação viva, fértil, mas fugaz, indispunha-a para os trabalhos do espírito e para toda atividade intelectual. A fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência e a submissão eram «virtudes essenciais» ao seu sexo.⁴⁶ A excessiva impressionabilidade que marcava seu cérebro produzia o «capricho» e o «instinto de coquetterie» que davam «gracia e mérito» ao sexo feminino.⁴⁷ De posse de toda esta instabilidade do espírito e desse vulcão sentimental, a mulher, definitivamente, estava destinada ao amor: «Em amar e ser amada resume-se a vida da mulher».⁴⁸

Um outro autor dava testemunhos semelhantes da natureza feminina: «A mulher é um composto de paixões exalantes que a impele a viver pegada ao homem, como a trepadeira a um tronco; não tendo senão um fim em sua existência, ela emprega todas as forças de sua alma, converte todos os seus afetos (...) em conseguir esse fim, sem mesmo atender à sua conveniência individual.»⁴⁹ Prosseguindo, a descrição concentrava-se na capacidade intelectual feminina: «O que dissemos da mulher moral, podemos dizer da mulher intelectual: ela foi formada para sentir como o homem foi criado para pensar: superior a ele em sagacidade e prontidão em compreender, é contudo muito inferior em raciocínio e reflexão: aquelas que têm apresentado uma inteligência superior, têm sido sempre à custa de suas qualidades femininas».⁵⁰ Enfim, após todo esse prólogo, a conclusão previsível: «Mas o que constitui a verdadeira feminilidade da mulher é a susceptibilidade em amar: «O amor, que como diz um distinto poeta inglês, é um episódio na vida do homem, é uma vida inteira na mulher»; todas as outras paixões, mesmo afetivas, são como que os enfeites do quadro que ela só preenche».⁵¹

46. Ibid., pp. 8-9.

47. Ibid., p. 10.

48. Ibid.

49. Costa, José Luiz da, op. cit., pp. 18-19.

50. Ibid., p. 19.

51. Ibid.

O homem era o exato oposto da mulher. Seu perfil emocional era dominado pelo vigor físico e intelectual: «O destino marcado pela natureza aos dois sexos parece vir em apoio do que temos dito sobre a predominância dos sentimentos na mulher: o homem concebe por seu espírito e executa com a força de seu braço».⁵² Nele, a firmeza e a atividade sobressaíam-se: «A natureza no homem parece vencer os obstáculos que se lhe opõem, pela força e atividade: na mulher, ela parece subtraí-
se à sua ação, não reagindo sobre eles».⁵³ A dissonância sentimental transparecia até em fatos banais, como o modo de andar: «... o andar ou passo do homem é mais firme e mais altivo; a mulher com seu pequeno e delicado pé caminha mais sutil e elegantemente».⁵⁴

Dominado por todas estas qualidades masculas e viris, o homem era menos propenso ao amor que as mulheres. Embora seu amor fosse «franco», direto, sem dissimulação, era menos consistente e menos abnegado que o amor feminino. Sua verdadeira inclinação era para os «gostos de Epicuro», para o desejo do gozo puramente sensual.⁵⁵

Esta classificação miniatural excedia seus propósitos e criava obstáculos à união entre os sexos. Como conceber a unidade conjugal dada a disparidade físico-sentimental dos cônjuges? Havia, naturalmente, o argumento da atração sexual e da complementaridade das almas e corpos. Mas a higiene terminou por enfraquecer este «impulso natural», na ânsia de criar diferenças entre homens e mulheres. A mulher amava mais que o homem. Devia, além do mais, ser passiva, submissa, *coquette*, caprichosa, doce, meiga, devotada, etc. O homem devia ser mais seco, racional, autoritário, ativo, menos amoroso, mais duro, etc. O problema era fazer o homem suportar os caprichos, *coquetteries*, sentimentalismos e exigências amorosas das mulheres, e inversamente, fazê-las aceitar a prepotência, o autoritarismo e a frieza sentimental do homem.

52. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 7.

53. Ibid., p. 6.

54. Ibid.

55. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., pp. 12-13.

O segundo uso do amor veio solucionar este impasse. Neste caso, ele estava explicitamente referido à situação conjugal. Segundo a higiene, era enquanto pai e mãe que o homem e a mulher poderiam entrar em comum acordo e aparar as arestas resultantes de suas diferenças sentimentais. Amor feminino e masculino só entravam em sintonia na vida conjugal fértil.

No casamento produtivo, as diferenças harmonizavam-se porque homens e mulheres perseguiram um ideal superior, capaz de uní-los não obstante as divergências. Mais que isto, este ideal precisava justamente dessa diversidade para ser levado a termo. A educação dos filhos começou, desta forma, a surgir como uma nova maneira de amar. O cuidado das crianças não era mais uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor. Amor paterno e amor materno eram o denominador comum entre homens e mulheres. Só este modo de amar conciliava o inconciliável. Enquanto o amor insistisse em viver fora deste padrão teria uma existência instável e conflituosa.

Mediante esta segunda tática, os médicos provavam aos indivíduos que só lhes restava uma maneira de amar em paz: converterem-se incondicionalmente à função de pai e mãe. Ser pai e ser mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher. Finalidade inscrita na natureza sentimental de cada um deles. Finalidade que permitia, ao mesmo tempo, a plena realização do potencial sexual e amoroso do homem e da mulher, o respeito pelas diferenças específicas dos cônjuges e a tranquilidade, coesão e continuidade da vida em família.

Para a higiene esta era uma evidência natural e indiscutível. A natureza física e emocional do homem impeli-o a ser pai: «... o homem, destinado pela natureza ao trabalho, ao combate das forças físicas, ao uso do pensamento, a se servir da razão e do gênio para sustentar sua família, da qual ele deve ser o primeiro chefe, teve em partilha uma organização mais forte e mais desenvolvida». Na realização desta função ele encontrava sua mais alta expressão humana: «Esposo e Pai é quando o homem

56. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 6.

julga-se feliz; é quando a razão se esclarece mais e robustece as doutrinas moralizadoras do dever; é quando o homem deixa de ser uma simples alegria para os que os amparam e votaram-lhe carinho e amizade, e torna-se o chefe da família, símbolo da virtude e do respeito.

«O casamento levanta o homem do meio da humanidade onde se perdia confundido na multidão, dá-lhe foros de uma entidade cheia de prestígio e poder, concedendo-lhe as garantias mais seguras da vida física e moral».⁵⁷

A mulher, por sua vez, nascera para a família e para a maternidade: «A mulher (...) não é feita para figurar no liceu ou pátio, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino sendo o de estabelecer o encanto e o doce laço da família, ainda sua vida inteira não era muita para os numerosos cuidados que esta reclama».⁵⁸ Os sinais desta vocação eram perceptíveis desde a mais tenra idade: «Com efeito, desde sua infância a mulher começa a manifestar os doces sentimentos que a devem sucessivamente tornar amante, esposa e mãe. (...) Mais fraca a todos os respeitos (que o homem) é a mais própria a prodigalizar à família os cuidados que ela reclama de sua ternura e do seu afeto. A mole infância teria de sofrer muitas vezes se houvesse de esperar socorros tardios da fria razão; a voz imperiosa do sentimento induz a mulher a prestar-lhe amparo mais à sua fragilidade; este mesmo sentimento faz com que ela suporte com ânimo alegre os maiores sacrifícios em favor do seu filho, com consciência muitas vezes de não receber dele o menor sinal de gratidão».⁵⁹

O amor permitiu à higiene realizar sua manobra mais ambiciosa e, talvez, mais bem sucedida junto à família: converter quase completamente a figura sentimental do homem ao personagem do pai, e a da mulher ao personagem da mãe.

Esta identificação entre masculinidade e paternidade e feminilidade e maternidade será o padrão regulador da existência social e emocional de homens e mulheres.

57. Viana, Antônio da Fonseca; op. cit., p. 4.

58. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 8.

59. Ibid., p. 7.

4. O pai: manequim higiênico do homem

O homem, segundo a higiene, devia ser antes de tudo pai. Mas, esta função não coincidia com a atividade familiar do patriarca colonial. O pai antigo era fundamentalmente um proprietário. Possuía bens, escravos, mulheres e filhos a quem impunha sua lei e seu direito, sem maiores obrigações para com terceiros. Deveres, só para consigo mesmo. Compromissos, só com seu nome, sua honra, suas riquezas.

O «pai higiênico» nasceu com outra ética e outra «profissão». Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da «raça» e do Estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros, seus direitos, diminutos. Devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da «raça» e maximizar o patriotismo da sociedade. Deveres superlativos, dos quais emergiam, como meros prolongamentos, seus únicos direitos: direito de trabalhar e direito de fornicar.

Este pai foi o manequim higiênico do homem. Forneceu as medidas de masculinidade social e comportamento físico em que se encaixava o adulto viril.

LIBERTINOS, CELIBATÁRIOS E HOMOSSEXUAIS

O modelo médico do homem-pai explica, por um lado, a insistência dada à educação física, moral, sexual e intelectual dos meninos: por outro, as reiteradas condenações a libertinos, celibatários e homossexuais.

Estes três tipos de homem ocuparam enormes espaços na literatura higiênica. Os médicos apresentavam-nos como seres irresponsáveis e abomináveis, habitantes do submundo da saúde e do convívio social. Eram também mostrados como suicidas e homicidas, como assassinos do próprio corpo e assassinos do bem-estar biológico-social. Uma pequena mostra das opiniões sobre libertinagem, celibato e homossexualismo é suficiente para se ter uma idéia de como a higiene tratava esses anti-homens, desertores da obrigação de ser pai.

Os libertinos eram recriminados pela higiene, primeiramente, por se exporem de modo temerário ao contágio das doenças venéreas. Em especial a sífilis que, contaminando as mulheres, degradava a descendência, gerando uma infinidade de malformações congênitas nos filhos. A progenitura do sífilítico era particularmente vulnerável a toda sorte de doenças e contribuía expressivamente para as estatísticas de mortalidade infantil.

Mas, além disso, o libertino provocava uma série interminável de males domésticos e sociais. Podia induzir a esposa ao adultério: «Há homens, de um tal temperamento e perversão luxuriosa, que compram ou alugam escravas para nelas descarregar abertamente o fel de sua sensualidade, mesmo no seio da família; escândalo com o qual muitas vezes arremessam ao fantasma do adultério a esposa.»⁶⁰ Ou ainda, lançar as filhas à imoralidade: «Pais desnaturados e maridos perversos, ainda esquentados pelo vapor das orgias em que passaram a noite, não voltam muitas vezes ao seio de suas famílias senão para trazer-lhes a desordem doméstica com todos os seus horrores: não encontrando na virtude da esposa e na inocência dos filhos essas palavras obscenas, torpes e grosseiras, essas carícias brutais das meretrizes, que fazem as delícias de sua vida; desconhecendo os encantos do pudor e da decência, esbanjando na libertinagem uma fortuna que não lhes custou talvez nem uma só gota de suor e sentindo finalmente a miséria bater-lhes à porta, não têm para a família senão doestos, blasfêmios e maus tratos (...), e suas filhas, já cansadas de sofrer a barbaridade paterna, procuram também no amor indenizar os dias tormentosos de sua juventude, e autorizadas por aqueles que lhes deram o ser caminham para a ruína total».⁶¹

Ao lado das injúrias à moral familiar, o libertino insultava a ordem social dissipando sua riqueza pessoal, sua dignidade e suas obrigações trabalhistas: «... a vaidade de possuir os carinhos da mais sedutora «laurette» faz esquecer ao empregado

60. Machado, Francisco Ferraz de. *Prostituição*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1872, p. 111.

61. Cunha, Herculano Augusto Lassance, op. cit., p. 28.

público o cumprimento de deveres sagrados e fascina o comerciante, que sacrifica a seus caprichos a própria fortuna e também a alheia.

«Por mais de uma vez, se tem visto indivíduos, cujo passado foi uma série não interrompida de atos de irrepreensível honestidade, esquecerem o que há de mais puro e santo na terra — a família — para se entregarem aos caprichos e à vaidade de uma certeza, que a sorrir esbanja o fruto de trabalho de anos, destinado a assegurar aos inocentes filhinhos dias de sossego e de repouso.

«Finalmente, o libertino reúne à concupiscência todos os outros vícios que o esquecimento da própria dignidade produz; as nossas prisões o atestam; consultai o arquivo da nossa casa de correção e aí encontrareis não pequeno número destes infelizes que não trepidam diante do roubo, falsificação de firmas e mesmo de homicídio». ⁶²

Do cuidado com a prole e com a organização moral da família, a higiene deslizava para o rearmamento moral da sociedade. O libertino sexual desprezava a riqueza, a pontualidade no trabalho e a honestidade. Não hesitava em endividar-se, roubar ou falsificar firmas para continuar usufruindo da libertinagem. Razão que impeliu os higienistas a retratarem seu irmão gêmeo, o sífilítico, como um monstro de inconsciência e agressão, auto e hetero-dirigida: «M..., honrado negociante, possuidor de enorme fortuna, fazia convergir todos os seus desvelados cuidados a promover a felicidade de sua filha única. Adelaide resumia todos os encantos, todas as graças, todas as virtudes que de uma mulher fazem um anjo; encantadora como um primeiro sonho de amor, bela como a rosa ao desabrochar, suave como o odor do jasmim, era ela o enlevo de quantos a conheciam (...) Nada lhe faltava, e o amor veio com os laços do himeneu levar tantas venturas ao seu cúmulo.

«Poucos anos depois este ente tão belo, tão feliz e tão completo era um ser hediondo. Suas faces emagrecidas e desco-

62. Macedo Júnior, José Álvares de Azevedo, op. cit., pp. 27-28.

radas, seus olhos fundos e embaciados, seu corpo encurvado (...) nada deixaria adivinhar a celeste e poética criatura, outrora tão rodeada de adoradores. (...) Vítima dos mais atrozes padecimentos, morreu ela aos vinte e cinco anos. Seu marido se tinha em uma viagem contagiado de sífilis, e a ela havia transmitido. Seu pai pouco lhe sobreviveu... E assim este laço místico que devia ligar duas almas em eterna ventura só legou uma vítima ao mármore do túmulo. A infeliz Adelaide, na taça em que deveria beber a vida, o prazer e a dita, só sorveu a dor, o padecimento e a morte». ⁶³

O mesmo tom, melodramaticamente exaltado e deliberadamente terrorista, foi usado pelo autor da história de Adelaide, para narrar a infeliz trajetória do sífilítico Gabriel. Filho de mãe «honrada e virtuosa», Gabriel, «talentoso e ativo», cujo futuro «se lhe antolhava de carmim e ouro», levado pelo «fogo da idade», teve relações sexuais com uma prostituta e depois de «três meses» era um «cadáver». ⁶⁴

No entanto, a libertinagem não destruiu as famílias apenas por seus efeitos sífilítico-literários. O pensamento médico via no próprio abuso do prazer venéreo, independente de contaminação sífilítica, uma causa de doenças: «... basta atender um pouco para a comoção que produzem os prazeres venéreos no organismo, para prever os males que o abuso de tais prazeres deve causar.

«É corrente que no sistema medular reside o «impetum faciens», o princípio nervoso que preside as ações e reações de nossa sensibilidade; é portanto a medula espinhal que primeiro sofre com as excessivas perdas seminais e dela partem quase todas as enfermidades, que perseguem aqueles que vivem entregues aos desmandos da concupiscência.

«Os ingurgitamentos de fígado, desordens nos movimentos do coração, mil sintomas nervosos e variados, emagrecimento, decadência progressiva de forças, poluições noturnas, diarreia coliquativa e o marasmo final são geralmente o

63. Sá, Miguel Antônio Heredia de, op. cit., pp. 32-33.

64. Ibid., p. 33.

aparato tenebroso que acompanha o libertino, ao passar os umbrais da eternidade.

«Febres adinâmicas, síncope, paralisias, apoplexias; convulsões, demências, gotas, epilepsia, coréa física e todas as afecções que Pinel classificou nas cinco ordens de neuroses, são geralmente os louros das vitórias alcançadas nos campos da luxuriosa Vênus». ⁶⁵

A crítica à libertinagem tentava drenar a sexualidade masculina para a procriação no âmbito da família.

Procurava-se fazer crer ao homem que a sexualidade sadia era incompatível com relações extraconjugais. A família era seu limite natural. Retida na casa ela se preservava não só da sífilis como dos excessos que, embora não sífilíticos, eram igualmente patogênicos.

A higiene buscava impor freios morais ao patriarca, cuja incontinência sexual estava associada à prostituição, sífilis e mortalidade infantil. Absolutamente desligada de qualquer pacto familiar, a sexualidade do homem colonial era intolerável à medicina. Motivo pelo qual também os celibatários caíram sob o fogo cruzado dos higienistas.

Os celibatários, como os libertinos, incorriam em todas as infrações venéreas. Expunham-se, como eles, à sífilis e à paixão desvairada por prostitutas. Mas neles, a rebeldia anti-higiênica agravava-se por duas razões. Em primeiro lugar, quando esporadicamente decidiam casar, já estavam velhos. Costumavam, então, desvirtuar o casamento, unindo-se a mulheres jovens que obtinham em troca dos interesses econômicos da família da noiva. Como já vimos, este hábito era repellido pela higiene que o considerava nefasto à moral das esposas e ao futuro físico da progênie. Em segundo lugar, os celibatários, ousadamente, desafiavam o preceito higiênico de que o homem íntegro era o pai. Por isto, os higienistas não lhes davam trégua. Censuravam-lhes a moral dissoluta, mostravam-lhes como enlouqueciam mais e viviam menos que os casados, etc. O seguinte trecho de uma tese médica resume o essencial desta argumentação: «No celiba-

tário em geral há apenas uma propensão habitual, fruir, fruir porém sem limite moralizador como deve originar-se espontaneamente dos compromissos de esposo e pai.

«Assim o celibatário, a pretexto de distração e de uma liberdade apregoada, atira-se com afoiteza a todos os desmandos que lentamente minam-lhe a saúde e implantam-lhe os germes duradouros das enfermidades crônicas.

«E tendo nas relações com mulheres somente a satisfação dos sentidos, excita o sistema nervoso e depaupera com desordens de todo o gênero.

«Apresenta-se então uma série de moléstias que o afligem largo tempo ou todo o resto da vida: mielites, mal de Pott, neuroses e especialmente as cardíacas, muitas vezes precursoras de lesões em órgãos indispensáveis à existência, acarretando a morte prematura.

«O contato com mulheres que vendem-lhe alguns instantes de lubricidade infiltra em seu corpo o veneno devastador da sífilis.

«Vítima de deformações, inúmeras vezes é intoxicado de tal modo que se transforma em um ente caquético, acabrunhado com uma velhice antecipada e inábil para uma vida útil e venturosa.

«Geralmente o celibatário descuida-se de uma alimentação regular, não só quanto à qualidade e quantidade, mas ainda relativamente à distribuição em horas convenientes.

«Sucede que é mais sujeito, portanto, às dispepsias, gastrites, alcoolismo, enterocolites, congestões hepáticas, cerebrais e às apoplexias, do que aquele que no casamento evita as causas eficientes.

«A vida isolada, o peso das contrariedades sem uma companhia que console e mitigue os pesares geram quase sempre a hipocondria, tuberculose e tantas outras moléstias.

«Esse isolamento acovarda e desespera o homem durante as sucessivas lutas da vida, não vendo junto de si uma esposa cuja ventura dependa de sua dedicação, não tendo a seu lado filhos cuja prosperidade deva ser o termo de seus labores; e não

65. Macedo Júnior, José Alvares de Azevedo, op. cit., pp. 29-30.

dominando as dificuldades, não calcando no fundo da alma as mágoas que o turvam, freqüentemente busca o suicídio ou perde a razão». 66

Do casamento e da paternidade dependiam a felicidade digestiva, a higidez neurológica e a sociabilidade do homem. O curioso é que os higienistas, ao desenharem o isolamento afetivo, a solidão social e a ausência de projetos pessoais do homem solteiro, referiam-se a uma realidade historicamente virtual no Brasil da época, mas potencialmente viável, dada a ação da própria higiene. Os médicos profetizavam o que ajudaram a criar. Oráculos do destino social da família e da situação afetiva do «homem só» no universo urbano, eles contavam com o novo «famílo-centrismo» da cultura burguesa para ameaçar os inimigos do «éden conjugal».

Enquanto o homem foi patriarca, enquanto o velho foi soberano, enquanto a cultura e a sociedade brasileira não se tinham urbanizado e aburguesado, o celibatário foi deixado em paz. A partir do instante em que a estratégia médico-estatal precipitou a família no frenesi da «felicidade conjugal», o solteiro passou a ser visto com desconfiança. Sua recusa impenitente de ser pai e chefe de família relegou-a à condição de pária da ordem médica e marginal da ordem social.

O libertino era meu pai, mas, pelo menos, não se recusaava a sê-lo. O celibatário, conquanto pudesse ser bom pai, pois não era necessariamente um libertino, fugia às suas obrigações. Sua falta era, portanto, mais sacrílega. No código higiênico, nada superava a gravidade deste crime. Exceto, talvez, um outro, aquele em que o homem não apenas fosse mau pai, como o libertino, ou se recusasse a ser pai, como o celibatário, mas negasse a vocação «natural» do homem para ser pai, como o homossexual. Este foi o pecado médico cometido pelo «sodomita».

Na Colônia, numerosos são os indícios de que a homossexualidade era desprezada, tratada com escárnio e às vezes seve-

66. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., pp. 6-7.

ramente punida. Sobre tudo a masculina, já que a feminina ou se dava menos a perceber ou era menos detectada pela consciência social.

Desde o descobrimento, os homens de letra e historiadores portugueses reagiam escandalizados à prática da homossexualidade entre certos indígenas, como os tupinambás.⁶⁷

Nos relatórios das Visitações do Santo Ofício vê-se que, entre os crimes denunciados e passíveis de punição inquisitorial, encontram-se o «pecado nefando» e a «sodomia». 68 Críticas ao homossexualismo também são anotadas a propósito do comportamento de militares e de padres sedutores de alunos nos conventos e seminários, ou de jovens penitentes no confessionário.⁶⁹

Gregório de Matos, em alguns de seus poemas satíricos, alude com zombaria e causticidade ao homossexualismo. Na sátira ao Governador Antônio Luís da Câmara Coutinho, lê-se em um trecho:

«Desta vez acabo a obra,
porque é este o quarto tomo
das ações de um sodomita
dos progressos de um fancho» 70

Este tratamento pejorativo, e às vezes violentamente punitivo dado ao sodomita não implicava, no entanto, sua utilização com finalidades disciplinares. O sodomita colonial, quando punido, era evidentemente usado como modelo de transgressão e castigo. Mas dessa represália não eram extraídas conseqüências «preventivas» para o comportamento homossexual.

A higiene instaurou esse último tipo de prática ou de relação poder-saber. O homossexual era execrado porque sua existência negava diretamente a função paterna, supostamente universal na

67. Almeida, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1906, p. 39.

68. ver: Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 231; Anita Novinsky, op. cit., p. 146; José Gonçalves Salvador, *Cristãos — novos, Jesuítas e Inquisição*, São Paulo, Liv. Pioneira Editora, Ed. da USP, 1969, pp. 94 e 115.

69. ver: Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., pp. 366-367; Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, pp. 352-353.

70. Matos, Gregório de. *Poemas escolhidos*, São Paulo, Cultrix, s/d., p. 112.

natureza do homem. A manipulação de sua vida, neste caso, servia de antinorma ao «viver normal», assimilado ao comportamento heterossexual masculino. Contudo, além desse valor «teratológico», segundo a óptica populacionista, a homossexualidade reforçava inúmeros outros objetivos higiênicos, todos eles «preventivos» das eventuais distorções que o homem poderia sofrer em sua marcha da infância até a futura condição de pai.

É notável como, na abordagem do homossexualismo, os médicos limitavam-se a dizer que sentiam «repugnância» pelos «bagaxas» ou a compará-los à «putrefação» que por vezes é preciso manejar para «fertilizar a terra onde vai cair a boa semente.»⁷¹ Descrevia-se o tipo físico do homossexual; sua classe social; seus costumes mundanos; sua situação econômica; seus vícios e práticas sexuais sórdidas, etc. Mas todas as hipóteses «etiológicas» e «terapêuticas» sobre este «tema médico» resumiam-se, grosso modo, à crítica aos hábitos de educação da infância e à forma como se exercia a prostituição no Brasil.

O homossexualismo, dizia-se, existe porque os meninos não se exercitam fisicamente e tornam-se efeminados. Ou porque não se habitua a trabalhar e tornam-se indolentes, caprichosos e pouco vigorosos. Chamava-se atenção para o descuido com a moral dos meninos nos colégios e nas próprias famílias, despreparadas para conter suas más inclinações. Outras vezes criticava-se a própria atmosfera imoral da sociedade como sendo instigadora da prática homossexual.⁷² Ao lado disso, provando que o índice de homossexualidade era maior entre militares, artistas e empregados do comércio, concluía-se que as causas do vício eram o alto preço cobrado pelas prostitutas e o medo à sífilis.⁷³

A medicalização do homossexual obedecia à mesma tática coercitiva do comportamento de celibatários e libertinos. Com uma vantagem: a de poder ser extrapolada e servir de incentivo à domesticação da infância. Apresentando os homossexuais como «infames» e afirmando que seu contingente era enorme e

tendia a crescer, a higiene obtinha das famílias a adesão aos seus programas de educação infantil. Por meios semelhantes, buscava controlar medicamente a sexualidade adulta do homem, imputando à sífilis e às prostitutas a culpa pelo surgimento do homossexualismo.

O objetivo final destas técnicas dissuasivas de condutas sexuais antifamiliares era a fixação do homem à figura do pai. Figura que se impôs à consciência e à conduta masculina não por méritos intrínsecos à sua *gestalt*, mas através do suborno pago em moeda «machista». Para cumprir o *dever* de pai, o homem recebeu a autorização para ser «macho». O machismo foi-lhe oferecido por uma pífia compensação pela usurpação de seu tradicional poder.

MACHISMO E PATERNIDADE

O cidadão medicalizado, habitante do Estado agrário, foi progressivamente coagido a perder toda aspiração ao senhorio. As insígnias patriarcais, depreciadas pela ação da higiene, perderam no tempo seu poder de sedução. O «ruralismo» comportamental, pelas razões já apresentadas, tornou-se para o indivíduo urbano sinal de conservadorismo político e reacionarismo social. A reforma higiênica dos costumes mudou a fisionomia da conduta masculina, integrando-a na nova política «familiarista».

O homem citadino, mesmo quando era grande proprietário, incorporou a seu universo sócio-mental os valores urbano-burgueses como o apreço pelo trabalho; a admiração pela competência profissional; o estímulo ao espírito de competição; o gosto pela cultura artística e pelo conhecimento científico; o cultivo da aparência física; a busca do equilíbrio e da contenção moral, etc. Renunciava, assim, às antigas prerrogativas de poder. Recorria cada vez menos à força física e à violência crua como meio de afirmação sobre o ambiente social e valia-se cada vez mais da diplomacia dos hábitos, estratégia mais adequada aos padrões da nova cidade. Dispensava, pouco a pouco, a força mítica do passado religioso-familiar para apoiar-se na racionalidade secularizada, quando procurava impor seus interesses. Enfim, reduzia

71. Macedo, Francisco Ferraz de, op. cit., p. 120.

72. Ibid., pp. 115-121.

73. Ibid., p. 116.

de modo significativo o antigo mandonismo despótico sobre mulheres, crianças, escravos e agregados, adotando uma política mais flexível de delegação de poderes e divisão do comando familiar. O grande senhor colonial morreu mesmo onde continuou existindo o grande proprietário.

Entre os menos afortunados, a redução à ordem médico-estatal foi análoga. Uma diferença, entretanto, separava o homem proprietário de seu compatriota sem terras, sem grandes indústrias ou grande comércio. O primeiro converteu-se à família conjugal e ao papel de pai-higiênico para melhor defender seus interesses e sua propriedade. Aos representantes da elite agrária, comandantes do Estado nacional, convinha somar à condição de proprietário a função higiênica de pai. Era um meio de modernizar e agilizar os mecanismos de dominação político-econômica. Transformação da família e proteção ao Estado, neste caso, não só coincidiam como revertiam em benefícios sócio-econômicos concretos para o homem. A disciplina médica imposta a seu corpo, seu sexo e sua movimentação social era regamente compensada. Os encargos oriundos da paternidade atenuavam-se. A perda de direitos e poderes sobre a família antiga multiplicava sua força. Permitia-lhe explorar não só escravos e agregados nos limites de uma fazenda ou engenho, mas milhões de homens que, em escala nacional, passavam a consumir e produzir para ele. Destronado na família, o potentado rural foi reentronizado na cabeça do Estado.

O homem do segundo grupo, o «proprietário» sem propriedades, converteu-se à família conjugal para defender a propriedade dos outros. Tendo como única caução do antigo poder a ordem jurídico-religiosa colonial e como único substrato de sua força a aparência dos costumes e ritos familiares, este cidadão menos rico foi forçado a abdicar de tudo quanto constituía o essencial de seu poder e respeitabilidade social. Pela intervenção da higiene abriu mão da antiga tirania sobre mulheres e filhos; absteve-se do celibato e da libertinagem; foi obrigado a trabalhar; a renunciar ao ócio e à exploração de escravos domésticos, etc.

Nesta categoria, em que se achavam os tipos que compunham os setores médios da população, o «pai higiênico» veio

monopolizar toda a conduta social masculina. Não permaneceu apenas um mero apêndice de tantas outras funções sociais do homem, como no caso do pai-patrão e proprietário. Tornou-se uma das razões primordiais da existência concreta do cidadão. Com a higiene, a vida deste cidadão ordinário, habitante comum da grande cidade brasileira do séc. XIX, vai girar em torno dos filhos: vai casar para ter filhos; trabalhar para manter os filhos; ser honesto para dar bom exemplo aos filhos; investir na saúde e educação dos filhos; poupar pelo futuro dos filhos; submeter-se a todo tipo de opressão pelo amor dos filhos; enfim, ser acusado e aceitar a acusação, ser culpabilizado e aceitar a culpa, por todo tipo de mal físico, moral ou emocional que ocorresse aos filhos.

O edifício social montado pelo Estado agrário teve um dos seus mais sólidos pilares neste amor e responsabilidade paterna. O cuidado com os filhos foi usado como isca para manter o homem-pai quieto, imóvel, na dócil postura de cidadão patriótico.

No entanto, para que este tipo de homem, absolutamente privado dos benefícios oferecidos aos poderosos senhores, pudesse aceitar sem grandes resistências os encargos da nova paternidade, foi-lhe oferecida uma compensação: o machismo. Para o «homem médio», cúmplice do Estado agrário e seus senhores, esta conduta terá uma enorme importância. Será, praticamente, um dos raros «direitos» e uma das raras parcelas de poder social que poderá usufruir sem restrição.

Quando observamos a definição médica da «natureza» do homem, a construção do modelo «machista» da conduta masculina salta aos olhos. Este modelo foi composto, em primeiro lugar, pelas características «naturais» que a higiene atribuiu ao homem. Ser homem, segundo os médicos, importava em ser mais sensual e menos amoroso; mais racional e menos sentimental; mais inteligente e menos afetivo, etc. Em segundo lugar, pela maneira com que ele foi induzido a crer que para sobreviver socialmente, além de trabalhar, nada mais tinha a fazer senão cuidar do corpo e do sexo. Bem comportado física e sexualmente teria todas as dificuldades morais, sociais, políticas e familiares resolvidas. Bastava exercer com eficiência a tarefa de

reprodutor de uma prole sã para ter assegurado seu título de cidadão de primeira classe. Em terceiro lugar, pela promessa que lhe foi dada pelos médicos, procuradores do Estado agrário, de conservar uma das antigas propriedades, a mulher, caso consentisse em conduzir-se na vida conforme ordenava a higiene.

Historicamente, a redução da mulher ao papel de mãe e esposa devotada representou esse compromisso entre o pai e o poder médico. O homem, expropriado de terras, bens e escravos, através da higiene, colocou seus genitais à serviço do Estado. Em contrapartida foi-lhe dado o direito de concentrar sobre a mulher toda a carga de dominação antes distribuída sobre o grupo familiar e demais dependentes da propriedade. A esposa passou a ser sua única propriedade privada. De propriedade jurídico-religiosa, a mulher passou a propriedade higiênico-amorosa do homem.

Pouco importa, aliás, saber se as raízes do machismo implantam-se neste momento histórico. Nosso interesse é mostrar como esse aspecto da conduta masculina foi realçado e colocado no centro das preocupações e performances sociais do homem higiênico. Consequência inevitável da medicalização do corpo do homem, a superestimação do sexo, através do machismo, converteu-se em um dos prêmios de poder recebidos por ele em troca da sujeição política. A honra e o poder do patriarca colonial repousavam no nome de família e na posse de terras e escravos. A honra e o poder do «pai higiênico» vão depender sobretudo da posse da mulher e da respeitabilidade sexual. O que era accidental, secundário e periférico para o primeiro tornou-se essencial, primário e central para o segundo. O domínio da mulher e o da heterossexualidade foram um dos poucos resquícios da autonomia de «pai-proprietário» que ainda lhe restaram. Para defendê-los ele lutará encarniçadamente, relegando muitas vezes a segundo plano todo o conjunto de sua vida social.

Naturalmente, esse «núcleo proprietário» do homem-pai, o machismo, só era autônomo nas aparências. Produzido ou reaproveitado pelo dispositivo médico-estatal, esta conduta foi um elemento importante na disciplinarização dos indivíduos. Uma vez

implantada ela foi integrada à série de mecanismos de controle de homens, crianças e mulheres.

O machismo foi fundamental à ordem médico-política por várias razões. Em primeiro lugar, porque servia de corretivo aos homens menos hábeis, estimulando-os a alcançar o mesmo desempenho, ora pela incitação «cordial» à mudança, ora pela coerção brutal. Profundamente convencido de que o verdadeiro homem era dono da mulher e fiscal dos filhos, o «machista» tornava-se um ciumento guardião da moral higiênica. Estava sempre disposto a reprimir com violências físicas e morais todos aqueles que, por incompetência ou rebeldia, ousassem contestar os novos mandamentos da conduta masculina.

Ao lado desta função reguladora de comportamentos práticos, servia também de aval a certas concepções teóricas. Assumia o papel de vitrine das doutrinas higiênicas sobre a sexualidade. Parecia comprovar, através de sua norma sexual, que um dado comportamento histórico era uma verdade da «natureza humana», e não uma encenação burlesca, uma pobre formação substitutiva destinada a compensar, pelo novo poder sexual, a perda do antigo poder social.

Em segundo lugar, o machismo regulava não só a conduta sexual do homem, mas sua conduta política. O «machista», habituado a considerar a mulher seu único bem, só reagia quando sentia esta propriedade ameaçada. No mais, suportava e aceitava com insensibilidade anestésica todo tipo de exploração dos novos senhores. Ordinariamente era um conformista social. Seu potencial de inquietação e revolta mantinha-se circunscrito à esfera genital. As grandes questões de sua vida nada tinham a ver com a origem da família, da propriedade e do Estado, mas com a origem, funcionamento, semelhanças e diferenças dos sexos. Os donos do poder compreenderam perfeitamente bem esta realidade. Incentivaram o quanto puderam o «machismo», facilitando a difusão e o crescimento de informações sobre o corpo, o sexo e organização familiar medicamente sadia.

Em terceiro lugar, o «machista» intervinha eficazmente na educação da infância. Através do cuidado amoroso com os filhos, transmitia todos os valores que, sob a aparente preocupação com a especificação das diferenças sexuais, alimentavam

o *ethos* burguês. A sofreguidão com que se agarrava a um dos seus únicos trunfos sociais, a potência sexual, fazia com que, no contato com os filhos, hipervalorizasse todos os atributos relativos à força do corpo e ao pleno funcionamento do sexo. Por este meio, como já mostramos a propósito da educação das crianças, eram construídos permanentemente todos os preconceitos chauvinistas, «classicistas» e racistas em que se assentou a rasteira e mesquinha ética da ordem social.

Finalmente, o machismo foi utilizado como bastião da estabilidade conjugal e como agente auxiliar na redução da mulher ao papel de mãe.

No código «machista» cada homem se dava o direito de abordar a mulher do outro ao mesmo tempo em que afirmava a intocabilidade de sua própria mulher. À primeira vista, o jogo era desigual. Mas esta aparência era válida só para os casos individuais: Considerado em seu conjunto, o ritual «machista» era perfeitamente equilibrado, pelo fato de que toda mulher abordável era, em princípio, propriedade de um outro homem, provavelmente também «machista». A resultante era nula. O jogo não perturbava a estabilidade familiar. Pelo contrário, preservava-a. Pois, quando ocorriam rupturas, o mecanismo homeostático entrava em cena, reordenando o sistema.

Se, por exemplo, uma mulher cedia aos avanços «machistas» do homem, passava a figurar imediatamente na categoria de mulher fácil. Tornava-se adúltera, venal, irresponsável, «amante», tudo menos mulher de família. Diante desta última, a «mulher que cedia» era uma mulher inferior: Submulher na escala em que a «mulher-mãe», dedicada aos filhos e ao marido ocupava o topo.

Desta forma, o machismo era uma maneira direta ou indireta, conforme o ângulo de observação, de promover socialmente o ideal da mulher-mãe. O «machista» deixava-se usar como termômetro da higidez ou das disfunções morais da mulher. Em prestava benevolamente seu corpo e seu sexo para que o governo médico dos homens estigmatizasse a mulher infiel e canalizasse para a função materna toda a sexualidade e toda a vida feminina. O «macho» tornava-se assim o alcagüete da mulher. Aliava-se ao Estado e à higiene provocando e delatando conti-

nuamente toda mulher que, subversivamente, se insurgisse contra a patriótica obrigação de ser mãe.

5. A mãe e a mulher

A redução da mulher à figura de mãe-higiênica processou-se de modo idêntico à passagem do patriarca ao novo pai. O argumento de choque era o mesmo: aumento da responsabilidade para com os filhos.

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à «mulher de alcova». No segundo tempo, reforçando a «estatização dos indivíduos», a higiene procurou reintroduzir a mulher na família, devidamente convertida ao amor filial e ao consumo de serviços médicos. Esta seria a etapa da condenação à «mulher mundana» e à prostituta.

A mãe-higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, «colonização» da mulher pelo poder médico.

A MÃE HIGIÊNICA: AMANTE DOS FILHOS, ALIADAS DOS MÉDICOS

A relação entre aleitamento mercenário e mortalidade infantil detonou o processo de criação da mãe higiênica. Os médicos, notando que este tipo de amamentação era responsável pelo aumento da mortalidade de crianças, decidiram fazer com que a mãe amamentasse.

Inúmeras hipóteses podem explicar o hábito do aleitamento infantil por escravas. Pode-se admitir que o casamento em idade precoce impedisse muitas jovens mães de amamentarem por não disporem de condições físicas para tanto. É o ponto de vista

sustentado por Imbert em seu «Guia Médico». ⁷⁴ Também é possível que a opinião de renomados médicos portugueses, recomendando a amamentação por mulheres «fúscas e morenas», tenha influído na preferência dada, pelos brancos de elite, ao aleitamento de crianças por escravas negras e mulatas. ⁷⁵ Igualmente provável é a hipótese de que, no Brasil como na Europa, houvesse circulado a idéia de que as relações sexuais «corrompiam» o leite. ⁷⁶ O recurso às amas-de-leite escravas, neste caso, teria significado a tentativa de proteger a vida dos filhos sem sacrificar a vida sexual do casal.

O mais provável, porém, é que as mães ignorassem que a amamentação materna fosse vital à sobrevivência dos filhos. De fato, foi só a partir do momento em que a vida da criança de elite passou a ter a importância econômico-política, que lhe foi dada no séc. XIX que o aleitamento materno veio a ter essa conotação, ganhando foros de problema nacional.

* * *

A mulher oitocentista, herdeira dos costumes coloniais, continuava sem amamentar os filhos. No entanto, esta defecção do que era higienicamente considerado «obrigação materna» não tinha, exatamente, as mesmas determinações do fenômeno colonial. Aos antigos hábitos superpunham-se os usos criados pela sociabilidade urbana. As modas, festas e diversões consumiam as energias femininas, sem deixar vez à amamentação.

Este comportamento, condenado por lesar os interesses político-populacionistas da elite agrária, foi codificado, no discurso higiênico, como infração às leis da natureza. A mulher que não amamentava, dizia-se, rompia duplamente os cânones naturais. Em primeiro lugar, porque se conduzia de modo contrário a todas as fêmeas da classe dos mamíferos; em segundo lugar,

porque contrariava sua outra vocação «natural», a de ser mãe, conforme o figurino higiênico.

A falácia da argumentação era evidente. Se amamentar e ser «mãe» fosse uma imposição natural da ordem do instinto, nenhuma mulher sobreviveria à sua sistemática transgressão. Mesmo considerando que, no caso, o instinto dissesse respeito à reprodução da espécie e não à conservação do indivíduo, a argumentação persistia falsa. Pois, a nível biológico, qualquer mulher, e não somente a genitora, estaria capacitada a amamentar o filhote do homem.

No entanto, o problema dos higienistas não era o do respeito a lógica. O que importava não era a clareza da argumentação, mas o impacto da comparação. Sob este aspecto, a imaginação higiênica era sem dúvida eficaz. Da comparação entre a mulher e as fêmeas animais eram extraídas numerosas lições de moral materna: «Não, diz Virey, nunca as baleias, as leões, as panteras recusaram as mamas a seus filhos; isto estava reservado à mulher, não para a pobre e desculpável pela sua miséria, porque esta não é tão desnaturada; mas para a rica, rodeada de todos os favores, de todos os bens da fortuna: morra seu filho, embora; mas desfrute ela todos os prazeres». Quando menos nos animais, até no mais ínfimo, esse exemplo, quando vemos que eles para proteger seus filhos se expõem a todos os perigos; se arremessam ao audaz caçador que em seu covil os acomete; e que derramam até a última gota de seu sangue sem os abandonar; contrista-nos o coração ver que só a mulher, dotada de uma razão tão esclarecida, de tanta sensibilidade e ternura, é o único ser que abusa da sua liberdade, do seu entendimento, e que não cora de pejo quando vê que os animais guiados somente pelo instinto lhes ensinam seu dever! (...) Longe de cumprir o primeiro dever materno e de gravar esse edificante exemplo no coração de suas filhas, elas imprimem o egoísmo, ensinando-lhes, desde o berço, a negar um dia os peitos a seus filhos.» ⁷⁷ Comparadas negativamente às feras, as mulheres deveriam sentir-se, no mínimo, constrangidas. Quando

74. J.B.A. Imbert, *Guia Médico*, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., pp. 402-403.

75. ver: Gilberto Freyre, *ibid.*

76. Flandrin, Jean-Louis, op. cit., p. 198.

77. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., p. 12.

não se sentissem profundamente culpadas por se saberem, repentinamente, más, egoístas e incompetentes.

A culpabilização da mulher foi uma faceta importante em sua relação com a higiene. É provável que a mulher de elite estivesse tendo, pela primeira vez, conhecimento de que não sabia cuidar dos filhos. Até então, nada podia certifi-la de que «amor de mãe» fosse sinônimo de amamentação. Nem, inversamente, de que não amamentar significasse desamor pela prole. Ao contrário, pelas razões históricas referidas, este último gesto poderia ter tido justamente o sentido de cuidar bem dos filhos, conforme os preceitos da época. Os higienistas utilizavam este «desconhecimento» ou esta ignorância para obrigar as mulheres a amamentarem. Sem amamentação, diziam eles, não havia amor. A mãe que não amamentava era uma mãe «desnaturada», comparável às feras.

O propósito de converter as mulheres ao modelo da «mãe amorosa alimentando o bebê» era nítido. Fora dele, parecia não haver escapatória ao comportamento social feminino. O que nos leva a supor que a pressão higiênica em favor da amamentação tinha outros objetivos, além da proteção à vida das crianças. Com efeito, a nosso ver, a mãe deveria compulsoriamente amamentar porque essa tarefa, além de proteger a vida dos filhos, regulava a vida da mulher. A mulher que não amamentasse isentava-se, automaticamente, de uma ocupação indispensável à redefinição de seu lugar no universo disciplinar.

Vista sob este enfoque, a questão do aleitamento ganha uma nova luz. O primeiro objetivo disciplinar da amamentação materna era o uso higiênico do tempo livre da mulher na casa. Relembremos que, com a urbanização, a casa perdeu seu caráter de pequena empresa. A mulher que antes se ocupava de um sem-número de atividades ligadas à provisão de alimentos, roupas e outros utensílios domésticos, passou a funcionar com uma enorme capacidade ociosa. Se a isto somarmos o desenvolvimento dos serviços, a diminuição das obrigações religiosas caseiras e o crescimento da escolarização de crianças e adolescentes, não é difícil imaginar a mulher vagando numa casa deserta, sem ter absolutamente o que fazer de seu tempo livre. Amamentar era uma maneira de levá-la a preencher o tempo com uma tarefa útil

e absorvente, livrando-a dos perigos do ócio e dos passatempos nefastos à moral e aos bons costumes familiares.

Evidentemente, esta hipótese só faz sentido quando se considera que o período de amamentação prescrito pelos higienistas ia, muitas vezes, até 18 meses.⁷⁸ E que a contracepção era praticamente desconhecida na época.

A segunda causa da detenção doméstica da mulher, através da amamentação, estava ligada à concorrência com o homem. A emancipação do patriarcado colonial gerou uma entusiástica onda de independência feminina. A urbanização insuflou este movimento promovendo a mulher em vários sentidos. Concedeu-lhe, por exemplo, a maioridade enquanto consumidora de artigos industrializados. Habitou-a ao gosto mais refinado do comércio e da moda européia. Em seguida, levou-a do requinte do corpo ao requinte do espírito. A mulher instruiu-se e cultivou-se. Passou a ler mais. Sobretudo novelas e romances, onde encontrava freqüentemente opiniões favoráveis à emancipação feminina.

Na produção brasileira, *Senhora*, de Alencar, é um caso típico desse gênero de literatura. No livro, o autor defende a autonomia social feminina contra o conservadorismo da sociedade brasileira.⁷⁹ E por mais defasadas que pareçam as idéias do artista face à concepção atual do assunto, na época tiveram um efeito tonificante sobre o movimento de liberação da mulher.

Além de inspirar-se no romantismo, a mulher também extraiu, de sua nova situação na casa, elementos para a consolidação de sua autonomia. O desenvolvimento econômico, alterando as regras da sociabilidade, conferiu-lhe um papel decisivo na promoção social do marido. Ciente da nova condição, ela passou a exigir maiores privilégios e a impor-se como portadora de anseios e ambições sociais próprias.

A higiene, enfim, revelando sua função essencial à vida das crianças e à grandeza da nação, ajudou-a a querer colocar-se

78. Castilho, Ildefonso Archer de. *Higiene da primeira infância*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, p. 27.

79. Alencar, José de. *Senhora*, op. cit., p. 23.

ombro a ombro com os homens, na partilha de poderes sociais. Extremamente ilustrativo deste fato foi o debate político sobre educação da mulher, travado pelo filósofo Tobias Barreto contra o médico Dr. Malaquias, ambos deputados. Em 1879, assembleia pernambucana testemunhou uma acirrada discussão sobre o direito da mulher ingressar nas faculdades de medicina. Tobias Barreto combateu as idéias do Dr. Malaquias, que procurava demonstrar a incapacidade feminina para a atividade científica, argumentando que, anátomo-fisiologicamente, o cérebro da mulher era inferior ao do homem.⁸⁰

Pretendendo concorrer profissional e intelectualmente com o homem, a mulher ultrapassava o limite de segurança social. Limite que coincidia com as restrições impostas pela higiene à sua autonomia.

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a imagem da mulher-mãe. Por isto, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava mau exemplo às outras mulheres. Obrigava-as a ver, e quem sabe a acreditar, que podiam subsistir por iniciativa própria, sem concurso dos maridos. Emancipada intelectual e profissionalmente, a mulher comprometia o pacto «machista» firmado entre a higiene e o homem. Para que este pacto sobrevivesse, a higiene precisava continuar garantindo a posse da mulher pelo homem. A mulher que trabalhava punha em risco os termos do acordo. Tornava-se economicamente liberada do marido e intelectualmente equiparada ao homem. Sobre ela o «machista» não tinha o mesmo poder e a mesma ascendência. Automaticamente, a crença e as condições materiais para continuar exercendo sua «superioridade natural» ficariam abaladas. Sem a «inferioridade da mulher» o machismo perderia parte de seu sentido. Para que o «machista» pudesse exercer com segurança a função repressivo-normalizadora que lhe foi delegada, a «inferioridade» da mulher tinha que continuar

existindo. E a sobrevivência do machismo era indispensável à vida da higiene. Só assim o homem, através da propriedade privada da mulher e do culto aos genitais, continuaria anexado às fileiras de «informantes» e policiais que a higiene distribuiu entre a população adulta e infantil.

A carreira emancipatória da mulher tinha, portanto, de ser embargada. Sua dependência e incompetência eram o preço pago pela higiene à sobrevivência «machista». Mas a manutenção deste estado de coisas não deveria produzir tensões inabsorvíveis. Neste sentido, o «método Malaquias» era antitático. Não convinha realçar, em primeiro plano, as insuficiências da mulher. Nem barrar-lhe os passos em direção à independência, sob pretexto de que ela era «inferior». Isto podia gerar resistências tenazes. A mulher poderia vir a sentir o médico como inimigo e não como aliado. A tática oportuna consistia em mostrar, primeiramente, aquilo de que ela, e só ela, era capaz. Depois, provar que, justamente por cumprir funções sociais para as quais o homem é que era «incompetente» e «inferior», convencê-la a abandonar a este último as «mesquinhas» ocupações profissionais e intelectuais. O discurso higiênico sobre a amamentação orientou-se por esta estratégia. Buscou comprometer as mulheres com a política de utilização «machista» do homem, fazendo-as crer na «nobreza» da «função amamentar».

O terceiro motivo da ênfase posta na obrigação de aleitar prendia-se à coesão do núcleo familiar. A mulher que não amamentava dissolvia a família. Provocava, no dizer de um médico, o «afrouxamento dos laços familiares, dos laços que prendem os pais aos filhos, e vice-versa, os filhos aos pais, esposo à esposa, e vice-versa, a esposa ao esposo, e enfim os irmãos uns aos outros»⁸¹ O aleitamento materno «estreitava os laços da família e trazia a alegria ao lar doméstico».⁸² Neste caso buscava-se, através da amamentação, depositar na mulher a

80. Barreto, Tobias. A educação da mulher, in *A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros*, Petrópolis, Vozes, Brasília, INL, 1977, pp. 328-353.

81. Bretas, Agostinho José Ferreira. *Dissertação inaugural sobre a utilidade do aleitamento materno e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dever*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1838, p. 10.

82. Reis, Celso Eugênio dos, op. cit., p. 16.

responsabilidade pela unidade da família e dar ao homem maior disponibilidade para outras obrigações sociais.

Esta função de esteio da família, imposta à mulher que aleitava, aparecia sob a forma de exortações genéricas, como nos exemplos citados, mas também direta e concretamente, mediante a regulação da sexualidade feminina. Conforme observamos, uma das formas de romper com as regras instituintes do casamento de razão foi a de promover a sexualidade feminina, instigando sua expansão. Contudo, como essa sexualidade não podia galopar descômprometida com a estabilidade conjugal e com a proteção da infância, fez-se necessário carregá-la, de alguma maneira, para aqueles objetivos. O amor materno, já vimos, cumpriu esta função. A mãe amorosa conjugava perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos.

Este processo de circunscrição da sexualidade feminina à zona de controle da mãe envolveu numerosas manobras. Dentre elas, uma foi particularmente bem sucedida: a limitação do ato sexual na gravidez e durante o período de amamentação.

A mulher grávida devia abolir ou restringir ao máximo as relações sexuais para evitar abortos.⁸³ Quando não houvesse esse risco, deveria, assim mesmo, evitá-las porque os movimentos físicos do coito poderiam «ofender o embrião».⁸⁴ Se não existisse nenhum desses alibis biológicos, a grávida deveria, de qualquer modo, abster-se das relações sexuais para preservar a imagem da «mãe higiênica»: «A mulher grávida é o santuário que abriga o germe do futuro cidadão. Todo o contato impuro lhe será profanação.»⁸⁵

A mulher que amamentava sofria restrições análogas. Durante a amamentação, lê-se num trabalho higiênico, «as relações sexuais devem ser evitadas, sempre que for possível, para não dar lugar à concepção».⁸⁶ Em outro texto é afirmado: «As relações sexuais não têm nenhuma influência sobre a secreção

leitosa, contanto que não sejam muito freqüentes. O único inconveniente que podia ter lugar é de expor a mulher a uma prenhez que é incompatível com um bom aleitamento».⁸⁷ Ao lado destas opiniões parcimoniosas, havia as mais radicais: «As relações sexuais devem ser proscrias durante o tempo do aleitamento: não que a atividade dos órgãos geradores possa prejudicar as condições do leite, mas para que se evite o perigo da gravidez, que certamente produzirá esse inconveniente».⁸⁸

O maior ou menor rigor na interdição do ato sexual durante a amamentação não alterava o fato de se procurar manter a sexualidade feminina em rédeas curtas. Num tempo em que os métodos anticoncepcionais eram pouco ou nada praticados, o período em que a mulher tinha direito ao coito era mínimo. A amamentação colocou a sexualidade da mulher a serviço da família, deixando-lhe uma margem estreitíssima para o livre funcionamento.

Esta situação, entretanto, por sua incoerência, criou problemas que obrigaram a imaginação higiênica a inventar novas formas de relacionamento familiar, especialmente entre mães e filhos. Aqui também, a amamentação teve um papel importante. Sem poderem entregar os filhos às escravas, como na Colônia, as mulheres viram-se contraditoriamente estimuladas e impedidas de usufruírem da sexualidade. Os higienistas ensinavam-lhes que tinham o direito de gozar, mas não lhe deixavam tempo para o gozo. Preocupados em salvar as crianças, a família e o Estado colocavam-nas numa posição sexualmente paradoxal. Procuraram, então, abrir válvulas de escape à insatisfação feminina, sem contudo abortarem seus projetos familiares e populacionistas. Serviram-se novamente da amamentação. Porém, desta vez, mostrando como a mulher podia gozar sexualmente amamentando: «Não é tão somente necessário uma ação especial da vida para a formação do leite, é preciso um estímulo para que entretenha sua secreção e excreção: (...) A criança favorece esta disposição por excitações proporcionados à sensibilidade

83. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 28.

84. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 7.

85. Barbosa, Adolpho Alves Simões, op. cit., p. 53.

86. Reis, Celo Eugênio dos, op. cit., p. 11.

87. Zamith, José Ribeiro dos Santos, op. cit., p. 15.

88. Castilho, Dr. Ildefonso Archer de, op. cit., pp. 16-17.

da parte: por instinto ou por acaso, e logo por experiência, ela excita as mamas com a cabeça e com as mãozinhas e estas ligeiras excitações, muitas vezes voluptuosas, determinam um orgasmo particular muito favorável a entreter a função do aleitamento. Estas excitações tanta influência têm sobre a secreção do leite, que amas há que não podem aleitar esta ou aquela criança por não causarem nelas este prurido voluptuoso. (...) *A natureza, providente, teve a sabedoria de colocar o prazer, onde o exercício de uma função é indispensável à vida* (grifos meus) e a dor quando suas leis são desprezadas. A mãe que cria sente correr com delícia o leite através dos canais que o devem levar à boca de seu filho; como no ato da reprodução ela tem muitas vezes eretismo, voluptuosidade: basta somente que ele lhe estenda os tenros bracinhos para que os seus seios se ingurgitem e que o leite seja ejaculado com força». ⁸⁹

Notável, neste caso, não é que as mulheres estivessem sendo despertadas para mais uma via biológica de acesso ao gozo sexual. Até aí poder-se-ia pensar que a higiene agia em favor da liberdade contra a repressão. Insólito era o contexto em que isto se passava. O novo caminho do orgasmo oferecido à mulher vinha substituir o prazer genital. Cerceando a realização sexual do coito e sugerindo o valor higiênico do «orgasmo na amamentação», os médicos rebatiam a sexualidade feminina sobre as crianças. Abriam espaço para a concentração do interesse sexual da mulher sobre a prole. Incitavam a sexualização da relação mãe-filho. Neste campo, a sexualidade tinha o sinal verde da higiene. Podia crescer inflacionariamente. A vida da infância e da família conjugal estavam garantidas.

Descoberta a pertinência higiênica deste percurso sexual, restava afastar os empecilhos ao seu desenvolvimento. O passo dado nesta direção foi o combate às prostitutas e mulheres mundanas, adversárias empedernidas da mãe nutridora.

PROSTITUTAS E MUNDANAS

A prostituta e a mulher mundana foram para a mãe higiênica o que celibatários, libertinos e homossexuais foram para o homem-pai. Como estes últimos, resistiam a cumprir as tarefas familiares que lhes eram impostas, para se entregarem, sem escrúpulos médicos, aos prazeres do mundo, à vaidade do corpo e ao gozo do sexo.

As prostitutas tornaram-se inimigas dos higienistas principalmente pelo papel que supostamente tinham na degradação física e moral do homem e, por extensão, na destruição das crianças e da família. Contaminando os libertinos com suas doenças venéreas, induziam a produção de filhos doentes e votados à mortalidade precoce. Seduzindo os incautos com suas sensualidades depravadas, levavam a miséria e a infelicidade a famílias inteiras. Criminosas, neste sentido, as prostitutas cometiam, além do mais, uma outra falta higiênica, a de perverterem, com o exemplo desregrado de suas vidas, a moral da mulher-mãe.

A corrupção da moral feminina pela «mulher perdida» fazia-se, em primeiro lugar, pela exibição de seu comportamento sexualmente descontrolado. Mantendo relações sexuais por dinheiro e entregando-se à masturbação, à sodomia e práticas «antinaturais» do gênero, a «perdida» era um manual vivo da forma anti-higiênica de ser mulher. ⁹⁰ Em segundo lugar, a «mulher pública» era incorrigivelmente irresponsável para com a vida dos filhos. Costumava abortá-los; abandoná-los à Roda; expô-los à imoralidade de sua vida perversa; não amamentá-los, e o que é pior, quando o fazia, envenená-los com o leite corrompido por doenças venéreas. ⁹¹ Por último, a «perdida» era acusada de amar o luxo e a ociosidade. De não exercer nenhuma profissão útil «nem pensar no futuro». ⁹² De ser imprevidente para consigo própria e de desencaminhar com o péssimo

89. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., pp. 7-10.

90. ver: Francisco Ferraz de Macedo, op. cit., & Herculano Augusto Lassance Cunha, op. cit.

91. Ibid.

92. Cunha, Herculano Augusto Lassance, op. cit., pp. 17-18.

modelo de sua conduta, «as filhas de família de poucos teres».⁹³ De insultar, enfim, a virtude das «meninas laboriosas e honestas» que, atraídas pelo luxo, vaidade e ociosidade, «lançavam-se sem pensar no turbilhão da libertinagem», abandonando a tranquilidade da casa e dos bons costumes.⁹⁴

A prostituta luxuosa e preguiçosa atentava, portanto, contra a mulher pobre, futura candidata à prostituição. Mas também contra a mulher rica, futura desertora da amamentação. A primeira era diretamente atingida pela prostituição através do incentivo à «vida fácil» e ao desprezo pelo trabalho. A segunda, que não corria o risco de prostituir-se pela condição sócio-econômica que detinha, era indiretamente afetada através da realimentação do circuito do luxo. Incentivando o consumo e a circulação do luxo na sociedade, a prostituta, inadvertidamente, entrava para a lista negra da higiene.

Para os médicos, o luxo era o pai espiritual da «mulher mundana».⁹⁵ Na esteira do luxo vinham os falsos prazeres, a moda, as diversões e todo o cortejo de condutas volúveis que impediam a mulher de amamentar: «Mas ah! no século em que vivemos, as mulheres enervadas pelo luxo e pela grandeza e levadas pelo egoísmo e avidez dos falsos prazeres da sociedade têm postergado e até sufocado em seu coração, quase completamente, os sentimentos do amor materno. Entregues a todos os caprichos e seduições do prazer, apartam de seus peitos o inocente filhinho, negam-lhe esse licor precioso que a natureza depositou nesses belos pomos, para o entregar às mãos de uma ama mercenária».⁹⁶

A mulher mundana habitualmente recusava-se a amamentar. Mas, mesmo que o quisesse, sua vida anti-higiênica condenava-a definitivamente a não poder fazê-lo: «Muitas vezes, apesar das boas condições de saúde, apesar da excelência do leite, a

mulher, para satisfazer às etiquetas da sociedade em que vive, resigna o dever da maternidade.

«Nas classes bem favorecidas da fortuna, e colocadas nessas alturas onde se diz pairar a civilização verdadeira, tem-se generalizado o preconceito de que não é bonito que uma senhora sacrifique suas comodidades aos deveres de mãe.

«Mas o que nesse meio se entende por comodidades são apenas satisfação de vaidades mundanas.

«Estas senhoras, no dizer do Sr. Barão do Lavradio, compram a peso de ouro para si e para seu filho o germe de numerosas moléstias, que se desenvolvem no decurso da vida.

«Sendo difícil reduzir esses espíritos à compreensão da realidade e por consequência das condições a que se deve obrigar a verdadeira mãe, o higienista consultado deve interditar o aleitamento, porquanto compreende-se facilmente o dano que causaria à criança a administração de um leite tão fora dos limites da higiene, que deve acompanhar o desempenho da amamentação, secretado na irregularidade das horas de repouso, na volubilidade da alimentação e na violência das vestes a que as arrastam aos bailes e tantos outros divertimentos».⁹⁷

A mulher que dissipava suas energias nas festas estava sempre cansada, com sono e mal-alimentada. Seu corpo era inapto para a amamentação. Mas, como se não bastasse, também seu «sistema nervoso» era abalado pela vida anti-higiênica em que consumia suas forças. E a higidez deste sistema era essencial à boa qualidade do leite. Depois de um «ataque nervoso», dizia um médico, «o leite torna-se transparente e viscoso».⁹⁸ A mulher devia, por conseguinte, evitar amamentar ou mesmo ser proibida de fazê-lo sempre que estivesse submetida a «impressões morais» muito vivas. Os casos de crianças que morriam quando amamentadas nestas condições eram inúmeros: «O Dr. Mordret achava-se, em 1807, hospedado na Silésia em casa de uma senhora que aleitava uma criança de cinco meses.

93. Sá, Miguel António Heredia de, op. cit., pp. 32-33.

94. Macedo Júnior, José Alvares de Azevedo, op. cit., p. 46.

95. Macedo, Francisco Ferraz de, op. cit., p. 129.

96. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., p. 12.

97. Castilho, Dr. Ildefonso Archer de, op. cit., pp. 10-11.

98. Ibid.

Esta senhora, não recebendo notícias de seu marido ausente, vivia triste; seu filho tinha às vezes convulsões, vômitos, diarreia, sintomas que se atribuíam à dentição. Um dia, enquanto este mamava, ela recebe com alegria a notícia da volta do marido, e ao mesmo tempo que lê a carta que tanto júbilo lhe causa a criança é assaltada de convulsões tetânicas e morre-lhe nos braços». ⁹⁹

A ligação entre convulsões da criança e nervosismo da mãe escapava a qualquer dúvida: «Boerhave conta que uma mulher dera o seio a seu filho depois de um acesso de cólera. Este foi acometido de um ataque de eclâmpsia, o qual se reproduziu sob a forma de epilepsia durante toda a sua existência». ¹⁰⁰ Fato semelhante fora observado em outras circunstâncias, confirmando a equação etiológica nervosismo x convulsão: «Os anais da literatura britânica referem que uma mulher, ainda agitada pelo perigo que acaba de correr seu marido em uma questão com um soldado que tinha-o ameaçado com um sabre, apresentou o seio a seu filho, que apenas começou a mamar logo abandonou-o e imediatamente foi atacado de convulsões e morreu». ¹⁰¹ Donde, concluía o autor: «É portanto conveniente que as mães nunca dêem de mamar a seus filhos debaixo de qualquer impressão moral». ¹⁰²

A mulher mundana expunha os filhos a todos esses riscos. Estava sempre «enervada pelo luxo» e irritada pela falta de repouso. Os médicos começaram, então, a ameaçá-la com a bateria mórbida de que dispunham, caso insistisse em continuar levando a insensata vida que levava. Ameaçavam-na com «enfermidades intestinais» e com «síncope», se persistisse usando espartilhos muito apertados. ¹⁰³ Ou com a «física», se continuasse passando «noites inteiras em bailes e saraus, dançando ligeiríssimas valsas só próprias de países frígidos», e «refrigerando-se

com geladas orchatas». ¹⁰⁴ Entregue aos prazeres do mundo e renegando a amamentação, a mulher também perderia sua «formosura», contraindo numerosas doenças: «longe de conservar o verdor juvenil, ela (a mulher) o perde; seus peitos se ingurgitam e são muitas vezes a sede de tumores flegmonosos e «isquirrosos»; os esforços da economia não sendo mais atraídos aos órgãos da lactação, afluem aos órgãos genito-urinários; daqui maior predisposição para concepção; o útero trabalhando mais expõe a mulher a diversas enfermidades flegmáticas». ¹⁰⁵

A loucura, finalmente, vinha completar a punição higiênica da mulher do mundo: «A razão do maior número de mulheres francesas alienadas do que as inglesas facilmente se acharão comparando os costumes de umas com os das outras; é o vício de educação das primeiras que as faz exceder em loucura; a preferência que se dá às artes de puro gosto, à leitura de romances, que sendo ainda elas muito jovens as obriga a desenvolverem uma atividade prematura, superior ao seu desenvolvimento, faz nelas desenvolverem-se desejos, para os quais ainda não estão elas preparadas, desperta-lhes idéias de uma perfeição imaginária e que não encontrarão senão nos romances; a grande frequência de espetáculos, de círculos, abuso de música e a falta de ocupação fazem aumentar em França o número das alienadas. Na Inglaterra, ao contrário, as mulheres recebem uma educação mais forte, elas passam uma vida mais recolhida, mais interior, entregam-se mais aos seus serviços e mais se edificam; elas não ocupam no mundo um lugar tão importante como as primeiras» (grifos meus). ¹⁰⁶

A correlação entre mundanismo e doença teve um papel fundamental na domesticação da mulher. Fazendo do «excesso social» causa de enfermidade físico-moral, a higiene retirava a mulher do mundo e obrigava-a a amamentar os filhos.

99. Ibid.

100. Ibid.

101. Zamit, José Ribeiro dos Santos, op. cit., p. 15.

102. Ibid.

103. Sá, Miguel Antônio Heredia de, op. cit., p. 18.

104. Ibid.

105. Gomes, Antônio Francisco, op. cit., p. 7.

106. Figueiredo, Agostinho José da Costa. *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.

Contudo, é importante notar que os sintomas manifestados pela mulher mundana não tinham apenas uma etiologia social. Muitas moléstias provocadas pelo mundanismo, segundo os próprios médicos, também tinham uma outra gênese e etiologia: a insatisfação sexual. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito às doenças do «sistema nervoso», simultaneamente referidas a uma origem social e a uma origem sexual.

Defendendo o casamento contra a prática cultural do celibato feminino, comum na Colônia, um higienista apontava a «irritabilidade», a «clorose», as «palpitações», os «vapores», a epilepsia, a histeria e a loucura como consequências inevitáveis da continência a que eram submetidas as mulheres.¹⁰⁷ Aconselhando os pais das «núbeis» a se orientarem higienicamente diante desse problema, dia o autor: «Assim, logo que uma moça núbil deixar entrever uma inclinação bem decidida para o outro sexo (...) não hesiteis, se possível, em uni-la ao objeto amado (...). Uma vez satisfeitos os desejos, os acidentes desaparecerão depois de um certo tempo: com alegria e tranquilidade reaparecerá a saúde, e a natureza auxiliada em seus esforços não deixará bem depressa traço algum desse estado anteriormente tão aterrador, e que somente poderiam apagar a certeza de ter um marido, um apoio, e a esperança, tão lisonjeira para uma mulher verdadeiramente virtuosa, de poder, em breve, ser mãe».¹⁰⁸

O nervosismo feminino foi, deste modo, duplamente manipulado pelos médicos. Na mulher mundana, já casada, foi predominantemente referido à etiologia social, com o objetivo de conservá-la na casa amamentando os filhos. Na mulher celibatária, foi, sobretudo, vinculado à etiologia sexual, com vistas a levá-la ao casamento e à maternidade.

A «mulher nervosa» tornou-se, assim, um personagem imprescindível ao poder médico. Em sua versatilidade etiológica permitia, ao mesmo tempo, que a mulher se emancipasse do patriarca colonial e que se mantivesse submissa ao compromisso

107. Viaana, Antônio da Fonseca, op. cit., pp. 15-16.

108. Ibid., p. 17.

higiênico de alimentar tanto os filhos, quanto o machismo do homem.

A MULHER NERVOSA: CLIENTE DO MÉDICO, INIMIGA DO HOMEM

Gilberto Freyre, referindo-se à relação da mulher com o médico no séc. XIX, afirma: «A supremacia do médico sobre o confessor, na vida da família brasileira, esboçada desde as primeiras décadas do século XIX, veio marcar fase nova na situação da mulher. (...) A mulher de sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre, a confissão de doenças, de dores, de intimidades do corpo (grifos meus) oferecendo-lhe um meio agradável de desafogar-se da opressão patriarcal e clerical. E convém aqui recordar que nas anedotas sobre maridos enganados — aliás, relativamente raras nos dias mais ortodoxamente patriarcais do Brasil — a figura do padre don Juan foi sendo substituída pela do médico. De mais de um médico foram aparecendo histórias de adultérios em alcovas ou sofás patriarcais».¹⁰⁹ Esta observação do autor ganha maior significado quando comparada a uma outra, feita por ele próprio, sobre a conduta feminina em fins do séc. XIX. Naquele momento, diz ele, tornou-se comum a «voga do ataque histérico entre as senhoras burguesas, à saída de enterros e em face de outras situações dramáticas».¹¹⁰

A segunda observação de Gilberto Freyre é o corolário histórico da primeira. A mulher nervosa foi, em parte, uma criação do médico. Servindo-se dela, a higiene implantou-se na família. Solicitada em sua versão sexual para combater pais e maridos e em sua versão mundana para dedicar-se aos filhos, a «mulher nervosa» ensinou a mulher a utilizar o nervosismo para impor seus interesses. Essa «criatura médica» tornou-se uma

109. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. I, pp. 298-299.

110. Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso*, 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1974, t. I, p. CXXXVIII.

arma obrigatória da mulher que queria livrar-se da opressão do cotidiano familiar. Quando insatisfeita com as obrigações sociais e domésticas, a mulher tinha um «ataque de nervos»; quando descontente com as privações sexuais, também fazia apelo ao nervosismo. Tiranizada pelo «nervosismo médico», a mulher serviu-se desse mesmo nervosismo para defender-se de seus opressores e oprimir seus opositores.

Foi por esta via que o nervosismo de origem sexual veio a ter a dimensão que teve na vida da mulher oitocentista. A teoria higiênica da doença nervosa, fruto da insatisfação sexual, começou a ser usada pelas mulheres num sentido paralelo ao inventado pelos médicos. O nervosismo passou a ser simulado ou sentido sempre que a mulher pretendia opor-se ao homem ou obter dele concessões sexuais: «... dizem muitos autores que se pode encontrar moças, assaz astuciosas, para fingirem a epilepsia, a histeria e outras afecções, de que elas tenham ouvido dizer ser o casamento o único remédio, esperando que tratarão de as curar por esse meio».¹¹¹

Diante do nosso propósito é absolutamente supérfluo saber se o nervosismo ou a histeria sempre acometeram as mulheres. Como também é indiferente saber se estes fenômenos sempre tiveram uma natureza sexual. Esta discussão, cuja importância não minimizamos, tem seguramente seu lugar desde que referida a uma outra problemática. O fundamental, no momento, é perceber sob que circunstâncias as mulheres viram-se coagidas a usar o corpo e o sexo como meio de obter favores e direitos sociais. A utilizarem o sofrimento é a «doença» como forma de resistência e ataque ao poder do homem e como forma de esquivar-se às obrigações familiares que lhes foram impostas pela higiene.

Muito provavelmente, a situação endêmica de nervosismo histérico, de «vapores» e de «palpitações», em que viveu a mulher burguesa de fins do séc. XIX e começos do séc. XX, teve algumas de suas raízes no retorno do dispositivo médico-sexual sobre pais e maridos. Supomos, sem grande medo de errar,

que o mecanismo nervoso foi usado para dobrar a vontade dos pais e denunciar as restrições sexuais sofridas por parte dos esposos. A «crise de nervos» da mulher higiênica passou a funcionar como agressão ao homem. Grande parte da hostilidade ao pai-patriarca e ao homem-machista começou a exprimir-se daquele modo.

Sob esta óptica, explica-se melhor a posição «prestigiosa» e aconchegante do médico de família, descrita por Gilberto Freyre. Apoiando a mulher nervosa, escutando a «confissão de suas doenças, dores e intimidades do corpo», o médico mantinha viva sua política de dominação feminina e controle familiar. Medicando o nervosismo da mulher, o médico mantinha a sexualidade feminina a serviço da higiene e do Estado. Com sua escuta, reconhecia a insatisfação sexual da mulher expressa no nervosismo. Mas para desativá-la e negar suas consequências familiares: a mulher nervosa não se tornava adúltera. Com sua aliança terapêutica instigava a hostilidade da mulher contra o homem. Mas para medicalizá-la e conter seus efeitos: a mulher agressivamente nervosa não era ouvida e sim medicada. Finalmente, com sua presença científica, constatava os impasses da família higiênica, mas para ocultá-los terapêuticamente, convertendo as dissensões conjugais em desequilíbrio ou perturbações mentais.

A «mulher nervosa» foi para a nova mãe o que o «machista» foi para o novo pai. Para suportarem as novas obrigações paternas e maternas, homens e mulheres tiveram que recorrer monótona e compulsivamente a essas figuras sexuais. A higiene institucionalizou o nervosismo da mulher ao mesmo tempo que institucionalizava a repleção sexual do homem. A conduta nervosa da primeira era o negativo do desfile sensual do segundo. A mulher nervosa e insatisfeita tornou-se o oposto necessário do homem aparentemente saciado.

A família conjugal, saturada de sexo, tornou-se uma feira livre de erotismo. Um espetáculo «vaudevillesco» onde homens e mulheres concorriam para ver quem exhibia com mais talento e destruição os predicados sexuais. O sexo higiênico, afinado com a sociedade que o produzira, entrava na era da competição. Transformava-se em instrumento de poder, de luta e retaliação.

¹¹¹. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., p. 17.

Se a presença médica nos «sobrados» mudou a situação da mulher, certamente o fez mediante esta estratégia. Armou sexualmente mulheres e homens que, daí em diante, dispunham de mais um motivo para corriqueiramente se odiarem e só excepcionalmente se amarem.

* Graças a essa tática, a ordem médica criou sua norma familiar. Tornou possível a exploração do corpo e do sexo de todos aqueles que, oprimindo, se acreditaram acima da opressão. De todos aqueles que, extorquindo os oprimidos, nem por isso escaparam à extorsão.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de. *Metáforas da desordem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ALENCAR, José de. *Diva*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- . *Lucíola*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- . *Senhora*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1906.
- ALMEIDA, Pedro José de. *Algumas considerações higiênicas acerca das habitações*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- ANDRADA JÚNIOR, José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.
- ANDREONI, João Antônio. *Cultura e opulência do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Nacional, s.d.
- ARIÈS, Phillipe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Ed. du Seuil, 1973.
- . *Histoire des populations françaises*. Paris, Ed. du Seuil, 1971.
- ARMONDE, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade do Rio de Janeiro e da sua influência sobre a saúde*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874.
- AZEVEDO, Aluísio. *Uma lágrima de mulher*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- . *Casa de Pensão*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.

- AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura: parte 3 da 5ª ed. da obra A cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.
- BARBOSA, Adolpho Alves Simões. *Higiene da primeira infância*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882.
- BARRETO, Tobias. *A educação da mulher*, In: ———. *A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros*. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1977.
- BARRETO FILHO, Mello & LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. S. A. A. Noite, 1939.
- BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem, e sobre o regime que deve seguir no estado de prenhez*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. 2ª ed., Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1954.
- BERGMANN, Michel. *Nasce um povo*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- BINZER, Ina von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo, Anhembi, 1956.
- BRETAS, Agostinho José Ferreira. *Dissertação inaugural sobre a utilização do aleitamento maternal e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dever*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1838.
- CAMARANO, João Baptista Capelli. *Da alimentação nas primeiras idades — estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1884.
- CAMILLO, Aléxandre Augusto D'Almeida. *O onanismo na mulher, sua influência sobre o físico e o moral*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1880.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos*. 5ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975, v. 2.
- CARRÃO, José Mariano de Amorim. *Algumas considerações sobre o homem nas suas diferentes idades*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1848.
- CARVALHO, Leôncio de. *Educação da infância desamparada*, discurso. Rio de Janeiro, Nacional, 1883.
- CASTEL, Robert. *L'ordre psychiatrique, l'âge d'or de l'alienisme*. Paris, Minuit, 1976.
- CASTILHO, Ildelfonso Archer de. *Higiene da primeira infância*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882.

- COLLAÇO, Fellipe Neri. *O conselheiro da família brasileira — enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática*. Rio de Janeiro, Garnier, 1883.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil, um corte ideológico*. Rio de Janeiro, Documentário, 1976.
- COSTA, Thomas José Xavier dos Passos Pacheco e. *Considerações gerais sobre os cuidados que se devem prestar aos recém-nascidos quando vemos no estado de saúde e sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1840.
- COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora*. Bahia, Typografia de Carlos Poggetti, 1849.
- CUNHA, Balbino Cândido da. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes a conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo os quais se devem regular os nossos colégios*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854.
- CUNHA, Herculano Augusto Lassance. *Dissertação sobre a prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Martins, Ed. da USP, 1972.
- DONZELÔT, Jacques. *La police des familles*. Paris, Minuit, 1977.
- EBOLI, Thomaz. *Dissertação sobre a higiene, os prejuízos que causam uma má amamentação*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1880.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Conquista, 1956.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. 2ª ed., São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1976.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.
- FIGUEIREDO, Agostinho José da Costa. *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris, Hachette, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 12ª ed., Brasília, Ed. da UnB, 1963.

- _____. *Ordem e Progresso*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1974.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, São Paulo, José Olympio, 1951.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio/MEC, 1975.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- GOMES, Antônio Francisco. *Influência da educação física do homem*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852.
- HOORNAERT, Eduardo et alii. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977, t. 2.
- HUNT, David. *Parents and children in History, the psychology of Family Life in Early Modern France*, 2ª ed., N. York, Harper & Row Publisher, 1972.
- JAIME, Manoel Ignácio Figueiredo. *Considerações sobre as paixões e affectos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor a pátria*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1836.
- JARDIM, David Gomes. *Algumas considerações sobre a higiene dos escravos*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
- JARDIM, Gustavo Gomes. *Algumas considerações acerca das vestimentas*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1843.
- KIDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. São Paulo, Martins, Ed. da USP, 1972.
- KÖNIG, René. *Sociologie de la mode*. Paris, Payot, 1969.
- LASCH, Christopher. *What the doctor ordered?* New York Review, New York, Dec., 1975.
- LAVRADIO, Barão do. *Parecer sobre a memória do Dr. José Maria Teixeira*; causas da mortalidade de crianças no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1887.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- LEMOES, Carlos A. C. *Cozinhas etc.* São Paulo, Perspectiva, 1976.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- LUGON, Clóvis. *A república «comunista» cristã dos guaranis*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LUNA, Luis. *O negro na luta contra a escravidão*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1976.
- MACEDO, Francisco Ferraz de. *Prostituição*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1872.

- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo, Nacional, 1952.
- MACEDO JÚNIOR, José Álvares de Azevedo. *Prostituição*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869.
- MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1972.
- MACHADO, Roberto et alii. *Danação da norma*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene de colégio, aplicável aos nossos*: regras principais, tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.
- MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- MEIRELLES, Zeferino Justino da Silva. *Brevêss considerações sobre as vantagens do aleitamento materno*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
- MELLO, Joaquim Pedro de. *Considerações acerca da educação física dos meninos*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846.
- MELLO, José Tavares de. *Considerações sobre a higiene da mulher durante a puberdade e aparecimento do fluxo catamenial*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841.
- MENDES JR., Antônio, et alii. *Brasil. História. Império*. Rio, Brasiliense, 1977, t. 2.
- MILLER, René Fülöp. *Os Jesuítas e o segredo do seu poder*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935.
- MONTEIRO, Joaquim José dos Remédios. *Higiene e educação da infância*. Resende, Tipografia Fernandes & Cia., 1868.
- MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1974.
- NEVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e misto e, particularmente, do mercenário em relação às condições em que ele se ache no Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo, Perspectiva, Ed. da USP, 1972.
- PADILHA, Francisco Fernandes. *Qual o regime alimentar das classes pobres do Rio de Janeiro? Que moléstias mais comumente grassam*

entre elas? Que relações de causalidade se encontram entre esse regime e as moléstias? Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853.

PEIXOTO, Antônio Luis Silva. *Considerações gerais sobre a alienação mental*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.

PENNA, Martins. *Comédias*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.

PETER, Jean Pierre. Le grand rêve de l'ordre médical en 1770 e aujourd'hui in *Autrenent*, Paris, 1976, nº 4.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3ª ed., São Paulo, Martins, 1959.

POMPEIA, Raul. *O ateneu*. Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s.d.

PRADO, J. F. Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil — 1815-1889*. São Paulo, Nacional, 1968.

REIS, Celso Eugênio dos. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e, em particular, do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874.

REIS, João Gomes dos. *Dissertação médico-legal sobre o aborto*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo, Pioneira, Ed. da USP, 1968.

———. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1976.

RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de Jornais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução: Economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

ROSÁRIO, Alexandre José do. *Dissertação sobre a influência dos alimentos e bebidas sobre o moral do homem*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839.

SÁ, José Marques de. *Higiene da pele no Rio de Janeiro: vestuário e banhos*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1850.

SÁ, Miguel Antônio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

SAIA, Luis. *Morada Paulista*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.

SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-novos, Jesuítas e inquisição*. São Paulo, Pioneira, Ed. da USP, 1968.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Huciter, Ed. da USP, 1977.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976.

SHORTER, Edward. *The making of modern family*. New York, Basic Books, 1975.

SILVA, João Diogo Esteves da. *O casamento e o celibato em relação ao homem*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1879.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1977.

SOARES, Ubaldo. *O passado heróico da Casa dos Expostos*. Rio de Janeiro, Seção gráfica da Fundação Romão Mattos Duarte, 1959.

SOISA, Francisco Manoel Soares de. *Generalidades médicas acerca do recrutamento*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

SZASS, Thomas. *The manufacture of madness*. New York, Delta Book, 1970.

TEIXEIRA, José Maria. *Causas da mortalidade das crianças no Rio Janeiro*. Memória apresentada à Imperial Academia de Medicina em resposta a esta questão posta a prêmio na sessão de 6 de julho de 1886, e laureada com o 1º prêmio em sessão magna de 30 de julho de 1887. Rio de Janeiro, 1888.

———. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Central Brown & Evaristo, 1876.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Progresso, 1956.

TÖNNIES, Ferdinand. Normas sociais: características gerais. In CARDOZO, F. H. & IANNI, O., org. *Homem e Sociedade*. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1965.

UBATUBA, Manoel Pereira da Silva. *Algumas considerações sobre a educação física*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

USSEL, Jos van. *La represión sexual*. México, Roca, 1974.

VALLE, Manoel Maria de Moraes e. *Algumas considerações sobre a medicina do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846.

VASCONCELOS, Carlos Rodrigues de. *Higiene escolar suas aplicações à cidade do Rio de Janeiro*. Tese (concurso). Rio de Janeiro, 1888.

